

# ITAYTERA



ÓRGÃO DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI



INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

# ITAYTERA

CRATO, 1962 — ANO VIII — N.º VIII



## 10 ANOS DE LUTAS

No ano de 1953, a 18 de outubro, por ocasião dos festejos comemorativos do Primeiro Centenário da Elevação de Crato à Cidade, foi fundado o Instituto Cultural do Cariri. Dalí para cá, tem sido bem fecundo seu acervo de serviço prestado à região. Marcou o despertar de Crato e do Vale Carirense para a intensa e profícua luta no campo intelectual. Em duas fases distintas poderemos dividir o mundo das letras, desta cidade: uma antes do Instituto Cultural e outra, depois. A influência desta entidade de cultura, no meio, é bem visível e impressionante. Crato é hoje sede de movimento intenso, no setor intelectual, que não nos faz vergonha, de maneira alguma, em o confrontarmos, nas devidas proporções, com os centros mais evoluídos do litoral.

Já não somos letra morta nas lides e nas pesquisas históricas e sociológicas do Ceará e mesmo do Nordeste. A Revista ITAYTERA vem a lume, todos os anos, com cerca de duzentas páginas, sempre repletas de bons, oportunos e instrutivos trabalhos. Sua atuação faz-se sentir, benêficamente, até mesmo fora do Cariri próprio dito.

O presente número, graças ao espírito de clarividência do Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Professor Antônio Martins Filho saiu nas modernas oficinas da Imprensa Universitária. É mais uma prova de que a Universidade, que tem por sede a próspera e culta cidade de Fortaleza, estende seus benefícios a todos os recantos do nosso querido Estado. Não se conformou mais a ficar anquilozada à praia, dessa velha civilização de caranguejo, que nos falou o grande historiador Capistrano de Abreu.

O Instituto Cultural do Cariri, em cooperação com a Faculdade de Filosofia do Crato, passou também a campo mais vasto. Começa a editar livros, tendo publicado o terceiro volume de sua coleção — **CADERNOS DO CARIRI**.

O Museu de Crato, criação do I.C.C., cresce de dia a dia. Algumas de suas peças estão a provocar o interesse de estudiosos, em São Paulo, como acontece com o cachimbo incaico, encontrado em

Exu e o colar de amazonite, doado pelo prefeito de Araripe, Sr. José Loiola Alencar. No decorrer de 1963 será transferido para a Faculdade de Filosofia do Crato, em convênio firmado pelas duas entidades e terá assim instalação condigna.

Digna de menção especial é a contribuição que o Instituto dá à pesquisa histórica regional, notadamente das lutas que o Cariri sustentou, por ocasião dos movimentos de independência e tentativa de restauração de Pedro I, entre os anos heróicos de 1817 a 1834. Nossa atuação estende-se a outros pontos do Nordeste, como aconteceu com excursões de sócios, em Teresina, no Piauí, Caxias, no Maranhão, Exu, em Pernambuco, e Campos Sales, no Ceará. Na pessoa de seu presidente atual o I.C.C. teve a oportunidade de comparecer a reuniões no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e fazer visita à Academia Brasileira de Letras. Esta foi realizada, graças à iniciativa de seu sócio efetivo, residente no Rio, o sanitarista Dr. Hermínio de Brito Conde, escritor e autor do segundo volume de **CADERNOS DO CARIRI — INDEPENDÊNCIA NO NORDESTE**. Esta obra que teve franca acolhida na terra nordestina, mereceu verba especial de sessenta mil cruzeiros, consignada no orçamento do Instituto Nacional do Livro, para adquiri-la de nossa editôra. Não foi possível aplicá-la por ter se esgotado totalmente, com as vendas em Crato, Caxias, Teresina e outras cidades.

O Instituto Cultural do Cariri constituiu-se em verdadeiro departamento de propaganda e cultura, não só de Crato, como de toda a região sul cearense. São de seu quadro social os jornalistas, radialistas e escritores que exaltam o Cariri, por aí afora, em jornais falados, escritos e livros. A tesouraria de nossa entidade, chega mesmo, de acordo com determinação aprovada em sessão ordinária, a custear as despesas de correspondência para a imprensa de vários pontos do País e firmada por diversos militantes do jornalismo local.

É bem avultado também o número de informações que o presidente e secretário geral atendem semanalmente, quer pessoalmente, quer através de cartas procedentes de todos os recantos do País e do estrangeiro.

É bem vultoso, por conseguinte, o trabalho cotidiano que o Instituto Cultural do Cariri presta a toda a zona sul e adjacências e ao Ceará em geral.

**J. DE FIGUEIREDO FILHO**

# À MARGEM DE "À MARGEM DA HISTÓRIA DO CEARÁ"

PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO  
(Vice-Presidente do Instituto Cultural do Cariri)

Durante anos, até a morte, o nosso inolvidável escritor Gustavo Barroso, forrado de amor à pátria, sobretudo à província natal, fêz-se estudioso de fastos da história nacional, e manteve na revista carioca "O Cruzeiro" uma página sob o título: "Segredos e Revelações da História do Brasil". O autor dedicou algumas publicações destas a episódios da história do Ceará. Enfeixou-as depois em livro e passou os originais às mãos do Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, para edição, desejo concretizado por intermédio da Imprensa Universitária. Com magnífico prefácio do Magnífico, a obra saiu com o título: "A Margem da História do Ceará", Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Feliz a iniciativa do Reitor Martins Filho, pioneiro do ensino universitário no Ceará e de outras iniciativas rasgadas no mesmo campo. Mais feliz ainda se tivesse mandado proceder a uma prévia revisão de "A Margem da História do Ceará", inclusive em "Segredos e Revelações da História do Brasil", publicações que constituem hoje dois livros, um com aquela denominação genérica, Edições "O Cruzeiro", Rio, 1959, e o outro, "A Margem da História do Ceará", referido. No primeiro, pág. 114, são apresentados na condição de milicianos de Filgueiras e Tristão os cearenses batidos por Cunha Fidié no combate do Jenipapo, 12-3-1823. Sabemos que o foram de Rodrigues Chaves, Costa Alecrim e Neri Ferreira, "História do Ceará", pág. 173, Fortaleza — Ceará (Raimundo Girão). É um exemplo.

Vejamos alguns temas constantes de "A Margem da História do Ceará", vinculados à história dêste Cariri, por exemplo, "O Milagre de Juazeiro" e "O Padrinho do Sertão".

De antemão, previno ao leitor que estou de acôrdo com o Magnífico Reitor Antônio Martins Filho quando afirma em seu aludido prefácio que Gustavo Barroso não falseia em substância, os fatos enfileirados em "A Margem da História do Ceará". No mais, falseia muito. Por outro lado, acentuo a indisfarçável simpatia ao Cariri

nos dois mencionados temas, indicativa da transformação operada em Gustavo Barroso relativamente à região, para quem, nalgum tempo, ela não passava duma terra de bandidos ou loucos liderados por Juazeiro do Norte, à frente o Padre Cícero Romão Batista (então coronel dos coronéis chefes políticos da zona), conforme comunicação de José Geraldo Bezerra de Menezes, neto, (o partejador de cérebros no conceito de Agripino Grieco), residente no Rio, a seu primo, Coronel Antônio Pinheiro Bezerra de Menezes, domiciliado no sítio Paul, dêste município. Um trecho da carta: "Ainda agora estou pelas colunas de "País", defendendo em campanha aberta o Padre Cícero e todo Cariri contra as investidas e infâmias de um tal Gustavo Barroso (João do Norte), do Jornal do Comércio (edição da tarde). Para o Barroso, isso é uma terra de bandidos ou idiotas..."

### O PADRE PEDRO RIBEIRO

Gustavo Barroso apresenta o Padre Pedro Ribeiro da Silva Monteiro, fundador histórico da cidade de Juazeiro do Norte, como imigrado neste Cariri, vindo das bandas do Jaguaribe, e falecido em 1858. Já deixei definitivamente demonstrado que êste pastor católico nasceu, viveu e morreu sob êstes céus, tendo o seu falecimento ocorrido em nove de março de mil oitocentos e trinta e três, aos 43 anos de idade (1). Igualmente, fogem à verdade histórica as afirmativas do autor, segundo as quais o Padre Cícero Romão Batista teria residido em Trairi; e o sacerdote, reconstruída a Capela do então distrito de Juazeiro de 1872 a 1875, e o bispo, que viera inaugurar o Seminário do Crato, benzido aquela Capela reconstruída, no caso, observamos nós, D. Luís Antônio dos Santos (2). A acusação de que o precursor da assistência social no interior nordestino, o renomado Padre Ibiapina, lançara os fundamentos do fanatismo a que o Padre Cícero dera corpo depois — ficou de antemão, irremediavelmente comprometida diante dos testemunhos escritos do paraibano Celso Mariz (3) e do Senador Fernandes Távora (4). Na verdade, o fanatismo do Juazeiro é de responsabilidade exclusiva do Padre Cícero.

Registrar, como se encontra em "A Margem da História do Ceará", que nem os mais ferrenhos inimigos do Padre Cícero duvidaram da sua castidade sacerdotal, implicaria em desconhecer a obra de Alencar Peixoto, que faleceu sem retratar-se duma linha só do seu livro, êle, o autor, então inimigo ferrenho do mesmo Padre Cícero (5). Do autor de "Um Milagre do Juazeiro": na missa de 6 de março de

- 2) Idem, e "Visita Pastoral ao Sul da Província", padre Belarmino José de Sousa, Fortaleza — Ceará — 1884.
- 3) Ibiapina, pág. 279 — João Pessoa — Paraíba.
- 4) Rev. do Inst. do Ceará — pág. 251, ed. 1952.
- 5) Juazeiro do Cariri, Alencar Peixoto, Fortaleza — Ceará, 1913.
- 6) Carta Pastoral, págs. 19 e 21, Fortaleza — Ceará, 1893.



1889, ao receber (referência à célebre pseudo-beata Maria de Araújo) a *hóstia consagrada, devolveu-a* (os grifos são do transcritor) em sangue". Acontece que Dom Joaquim José Vieira, Bispo Diocesano, assegurou que a pseudo-beata conduzia consigo mesma hóstias não consagradas para o que desse e viesse, e que fôra apanhada já em outra falta de sinceridade. (6) Quem, portanto, ousaria afirmar que aquela hóstia referida por Gustavo Barroso fôsse consagrada? Continua o autor do mesmo trabalho: "O Padre Clicério da Costa Lôbo, delegado do Bispo Diocesano, no seu relatório excluía qualquer artimanha ou embuste por parte das duas beatas envolvidas no milagre, Maria de Araújo e Maria Antônia da Conceição."

De entrada, não só estas duas mulheres, mas outras mais envolveram-se no milagre-embuste (7).

Já vimos o que o Bispo Diocesano afirmou de Maria de Araújo: portadora de hóstias não consagradas para embustear. Uma insincera. Aliás, foi ela definitivamente desmascarada nos dias 19, 20 e 21 do mês de abril de 1892, na Capela da Casa de Caridade do Crato pelo Vigário local, Padre e depois Monsenhor Antônio Alexandrino de Alencar, Delegado Diocesano, que substituiu o mencionado Padre Clicério da Costa Lôbo, apanhado de boa-fé, na rede do embuste e embusteiros do milagre, e suspenso do uso de ordens sacras por se obstinar em sua credulidade. Por seu turno, a beata Maria da Conceição, citada, confessou-se embusteira, a si e a Maria de Araújo, na presença do aludido Delegado Diocesano, Padre Antônio Alexandrino de Alencar, no ano de 1882 (8).

Escreve Gustavo Barroso haver a Santa Sé condenado a afirmação de que o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo estava nas hóstias recebidas por Maria de Araújo. Recebidas, frisamos nós, por via do ministério sacerdotal. Entretanto, o Decreto condenatório que traz a data de 4 de abril de 1894 e que vem anexo à Pastoral do Bispo Diocesano, do mesmo ano, não registra a expressão — hóstias recebidas por Maria de Araújo. Declara, sim, "que os pretensos milagres e quejandas coisas sobrenaturais que se divulgam de Maria de Araújo são prodígios vãos e supersticiosos". É que a Santa Sé fez o seu pronunciamento à luz do referido processo, que refere a insinceridade da pseudo-beata Maria de Araújo: conduzir clandestinamente hóstias não consagradas; o seu desmascaramento na Casa de Caridade do Crato; a retratação da beata Antônia Maria da Conceição e outras, tôdas da equipe da mesma Maria de Araújo e que se confessaram embusteiras (9).

Lê-se em "O Padrinho do Sertão": "... Enquanto corriam rios

1) Padre Pedro Ribeiro... Separata da Revista Itaytera, Crato — 1953.

7) Processo Instruído sobre fatos extraordinários ocorridos no Juazeiro. A cópia autêntica está na Cúria Cratense, e o original, no Santo Ofício.

8) Processo Instruído..., cit.

9) Processo Instruído..., cit. cópia cit.

de tinta em acesas polêmicas por meio de folhetos e livros, o processo corria seus trâmites e Roma se pronunciava..." (10). O Padre Cícero obedeceu ao Decreto da Sagrada Congregação do Santo Ofício e, impedido de celebrar, retirou-se para Salgueiro em Pernambuco..."

Mais uma vez Gustavo informou mal a seus leitores, pois o Padre Cícero não obedeceu ao citado Decreto, não se retirou para Salgueiro naquela ocasião, e, quando o fez, não foi por causa da proibição de celebrar. O Bispo Diocesano escreveu: "Julgada a causa pela Santa Sé, que reprovou os tais prodígios e proibiu se falasse mais nêles, o dito sacerdote (referência ao Padre Cícero) não se conteve, antes esforçou-se mais para incutir no ânimo dos chamados romeiros a condenada crença (11). De outro lado, Gustavo Barroso relacionou de tal maneira a proibição de celebrar imposta ao Padre Cícero, com a pretensa obediência do sacerdote ao dito Decreto, que deixa, no leitor, a impressão de que o sacerdote fôra objeto de injustiça por parte da autoridade eclesiástica. Obediente ao Decreto e, não obstante, impedido de celebrar... Na verdade, a desobediência ao Decreto é que motivou a proibição de celebrar. Escreve o Bispo Diocesano: "Vendo que cada dia se acumulavam desatinos sôbre desatinos, fomos obrigados a suspender o infeliz sacerdote de celebrar a Santa Missa pelos fundamentos da Portaria de 14 de abril de 1896" (12). E quanto à retirada do Padre Cícero para Salgueiro, vejamos como os fatos se desenrolaram. Proibido de confessar, pregar, dirigir almas pela autoridade diocesana desde 1892, proibições aprovadas pela Santa Sé e nunca retiradas; proibido de celebrar missas desde 1896; conservando-se em estado de plena rebeldia, o sacerdote viu chegar a decisão da Santa Sé, de 10 de fevereiro de 1897, confirmatória da de 4 de abril de 1894, da qual o mesmo sacerdote apelara. Entre outras determinações, a nova decisão intimava o Padre Cícero a retirar-se do Juazeiro a uma distância de 30 léguas sob pena de excomunhão, e lhe facultava ir a Roma, se pretendesse recorrer das penas que lhe foram cominadas pelo Bispo. Portanto, foi sob a ameaça de excomunhão que o sacerdote retirou-se para Salgueiro. Esta, a verdade (13).

Gustavo Barroso confere ao Padre Cícero o predicado de virtuoso indiscriminadamente. A virtude cardeal, substancial, fundamental do sacerdote é a sua submissão à Hierarquia. Somados os períodos de tempo em que o Padre Cícero esteve suspenso do uso das ordens sacras, resultam 28 anos. Em 1916 veio-lhe, de Roma, a excomunhão, de execução dependente do critério do Bispo, julgada, entretanto, esta última, inoportuna, diante da ameaça de Floro Bartolomeu

10) O pronunciamento, a que se refere Gustavo Barroso, tem a data de 4-4-1894, Decreto já citado no curso deste trabalho.

11) Dom Joaquim José Vieira, Carta Pastoral de 30 de julho de 1897 — Fortaleza — Ceará.

12) Pastoral, citada.

13) Pastoral, citada.

da Costa, feita ao Bispo por intermédio do finado Mons. Pedro Esmeraldo da Silva. Em seu discurso de defesa do Padre Cícero, pronunciado no Parlamento Nacional pelo mesmo Floro, faz-se alusão clara a esta excomunhão. Acontecera que a Santa Sé confirmara a proibição de pregar pelo Bispo imposta ao Padre Cícero e, no entanto, o sacerdote continuava a pregar aos fanáticos diariamente, pregação mascarada com o eufemismo de "conselhos". Recalcitrante e contumaz!

Como cidadão, o Padre Cícero depôs à mão armada, sanguinolentamente, o Presidente do Ceará, Marcos Franco Rabelo. Ainda como sacerdote, foi o único, até hoje, na história eclesiástica do Brasil, contra quem a própria Diocese moveu uma ação em juízo para reaver um próprio pertencente a uma instituição diocesana, no caso, a Obra das Vocações Sacerdotais, e usurpado pelo réu. A Diocese perdeu a demanda porque não agiu em tempo hábil. O próprio era um sítio que nunca lhe foi devolvido.

Gustavo Barroso perfilha o conceito de Irineu Pinheiro, segundo o qual o Padre Cícero não perdeu a linha da sinceridade ao longo da farsante questão religiosa de Juazeiro. Cedamos a palavra a Dom Joaquim José Vieira: "Precisamos, veneráveis irmãos e amados diocesanos, lançar espesso véu sobre a execrável e enganadora *farsa* do Juazeiro (14). Dizer quem era o chefe da farsa é ocioso, como ocioso seria dizer que a farsa era o famigerado embuste dos milagres. (a)

Citando o chocho, chilro, chulo e fanático Dr. Solano Lopes, Gustavo Barroso assegura que a povoação do Juazeiro possuía apenas 12 casas quando da chegada do Padre Cícero em 1872. Mas o Padre Azarias Sobreira, senhor do assunto, registra 50 casas mais ou menos (15).

Aludindo ao que chama — sangue, aparecido em hóstias, que diz — recebidas, por Maria de Araújo, Gustavo Barroso escreve que os médicos não puderam explicar o "fenômeno" porque a Química estava atrasada nesta região. Mesmo que ela estivesse adiantada, acentuamos, não se teria conseguido testar o "fenômeno". O primeiro delegado diocesano, o citado Padre Clécio da Costa Lôbo, nomeou uma comissão para examinar o "fenômeno" e dar parecer, constituída dos

14) Dom Joaquim José Vieira, Carta Pastoral de 26 de dezembro de 1898 — Fortaleza — Ceará. (a) Para ilustração da supradita e suposta sinceridade, val transcrita o valioso documento que se segue: "Visto como o Rev. suplicante (Padre Cícero Romão Batista) não está cumprindo exatamente todas as cláusulas das declarações que em dezembro de 1917 depositou em nossas mãos, depois de serem lidas em público; e não só está fomentando a venda e divulgação das medalhas proibidas (quais são as que têm sua efígie), freqüentando o estabelecimento do vendedor e benzendo-as, como ainda a certa mulher que deixou de confessar-se para casar por ter declarado que acreditava "nos milagres do Sangue do Juazeiro" aconselhou-lhe que fôsse para Cajazeiras, da Paraíba, onde há trabalhos públicos, e depois de algum tempo de estadia ali, efetuar-se, lá mesmo, seu casamento; não podemos dar licença ao mesmo suplicante para apadrinhar crianças, e nem lhe conceder uso de ordem nesta diocese. Crato, 3 de junho de 1921. Quintino, bispo diocesano." (Irineu Pinheiro, Efemérides, págs. 532-533.)

15) Revista do Instituto do Ceará, pág. 285, edição de 1943.

médicos Marcos Rodrigues Madeira e Inácio de Sousa Dias, êste com a ilustração duma excursão pela Europa. Porém tal foi a pressão e as limitações feitas à comissão pelo ambiente social fanatizado, até pela Comissão Episcopal, igualmente fanatizada, e tal foi a perturbação e a tumultuação, que não houve exame senão a ôlho distante. Para evitar agressão por parte de numerosos fanáticos presentes, a Comissão médica deu parecer apresentando o "fenômeno" como de origem divina, disse-o, depois, o mesmo médico Inácio de Sousa Dias em carta ao Bispo Diocesano, datada de 16 de outubro de 1892 (16). Finalmente, os interessados no milagre-embuste tinham horror à Química. José Marrocos, de comum acôrdo com o Padre Cícero, subtraiu uns panos marcados com elemento vermelho da bôca de Maria de Araújo, depositados na Matriz do Crato pela primeira Comissão Episcopal com o fim de levá-los a Fortaleza por ordem do Bispo, que pretendia mandá-los a exame na Europa (17). Repetimos: ainda que a Química estivesse adiantada nesta região, o exame científico não se teria feito, pois a tanto opor-se-ia a cúpula da equipe do milagre-embuste.



Na crônica "O Milagre do Juazeiro", o autor a ilustra com uma foto de vistosa casa da cidade de Icó, apresentando-a como tendo sido residência e ambiente escolar da atividade do mencionado professor José Marrocos. Nem uma coisa nem outra, pois êste professor nunca residiu naquela casa, ou ensinou em Icó, conforme assegurou-me D. Maria Amélia Arnaud, sobrinha do mesmo professor. O prédio pertenceu a um irmão do professor, de nome Deusdedit Marrocos, que o doou à padroeira local, conforme documento autêntico em meu poder (18).



Diz-nos Gustavo Barroso que existia em Juazeiro do Norte, ao tempo em que o Padre Cícero aí chegou a serviço do vigário da freguesia do Crato — uma capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo. Trata-se de uma lenda. O primeiro templo ereto em terras do Juazeiro do Norte foi de responsabilidade do fundador histórico da cidade do mesmo nome — o referido Padre Pedro Ribeiro que o dedicou a Nossa Senhora das Dores. Demolido e reconstruído o templo pelo Padre Cícero, a dedicação não foi mudada e continua até o presente. Enfim, Juazeiro do Norte em tempo algum possuiu igreja dedicada a Nossa Senhora do Amparo (19).

16) Processo Instruído... cit., cópia cit. Cópia da carta supracitada encontra-se anexa a êste Processo.

17) "A História do Padre Cícero", obra em elaboração, de autoria do Major Otacílio Anselmo e Silva, da reserva do Exército Nacional.

18) Segundo Cartório, do Icó, de João Farias dos Santos.

19) Padre Pedro Ribeiro da Silva, citação.

A certa altura do seu trabalho — “O Padrinho do Sertão”, o autor na condição de marco inicial do desaparecimento do cangaceirismo no sertão, da deposição armada de chefes políticos e das lutas de família — o famigerado, farsante e maquiavélico Pacto de 1911, resultado duma reunião em Juazeiro, naquele ano, dos principais coronéis chefes políticos desta zona sob os auspícios do Padre Cícero, que, desde então, se tornou o maioral déles com as mesmas virtudes e defeitos sob o ângulo político.

De entrada, acentuemos que a idéa e a sugestão para o Pacto partiu exclusivamente do então juiz de Barbalha, o pernambucano Ranulfo Lins da Silva, inspirado na melhor das boas intenções, tendo, êle próprio, feito o discurso de inauguração da célebre assembléia (20). No entanto, ainda antes da reunião, a idéa purificadora do ilustre magistrado fôra desvirtuada na mente dos convencionais, que, em prévios conciliábulos secretos, balancearam as próprias forças e estabeleceram estreitos laços de solidariedade política visando ao fortalecimento das posições, sem o intuito de suprimirem os condenáveis e condenados costumes, processos e métodos políticos — tudo, porém, mascarado sôbre o disfarce de propósitos altaneiros, constantes dos itens da alta convenção. O primeiro fruto, em grande estilo, do maquiavélico Pacto, quase três anos depois: a deposição armada do presidente do Estado, tenente-coronel Marcos Franco Rabelo pelas legiões dos cangaceiros fanáticos do Padre Cícero e dos outros coronéis, seus satélites, assinantes do Pacto, à frente o sacerdote e seu primeiro ministro, Floro Bartolomeu da Costa. Índice gritante e sangrento do fortalecimento do cangaceirismo no Cariri, graças à estreita solidariedade dos seus chefes conseguida naquela convenção!

O decréscimo da luta entre os chefes políticos foi em primeiro lugar um resultado da queda do Governador Antônio Nogueira Pinto Acióli que alimentara sistematicamente aquela luta apoiando sempre o vencedor. Em segundo lugar, deve-se ao Presidente Franco Rabelo o primeiro passo positivo nesta zona, embora parcialmente, no combate ao cangaceirismo e seus protetores. Quanto aos chefes políticos do Pacto, agiram sob a inspiração de uma consequência lógica postulada pelo fim oculto e escuso que presidiu ao mesmo Pacto: a união de forças para maior domínio pela força. Juazeiro mesmo, o QG da sedição que depôs Franco Rabelo, converteu-se em seguida, até mais ou menos 1930, em ponto de convergência de tôda a categoria de marginal social do interior nordestino. O próprio juiz, autor da idéa do

---

20) Informação prestada ao autor pelo renomado advogado cariense, Duarte Júnior.

Pacto, bem cedo pagou bem caro sua boa fé e nobre iniciativa. Como exigisse o cumprimento de itens do Pacto, no município de Barbalha, o chefe político local, João Raimundo de Macedo, vulgo Joca do Brajão, um dos convencionais de 1911 e assinantes do Pacto, deu ao magistrado o prazo de 24 horas para abandonar o termo (21). Sem opor-se ao truculento ato coronelesco, o Padre Cícero conseguiu, entretanto, a prorrogação do prazo de um para oito dias. E o magistrado retirou-se.

Quanto à cessação das lutas de família entre clãs parentais e os coronéis caririenses, aliás quase nula nas dimensões, e raríssimas, fôra prevista no malicioso Pacto apenas como um dos meios do robustecimento da solidariedade política entre os coronéis chefes. Outras foram as causas que eliminaram tais lutas, à margem a influência do Pacto e a do seu patrono-mor.

A deliberação dos pactuantes de extinguir a proteção a criminosos foi outra burla. Submetiam-nos a júris pré-fabricados, e a máquina da absolvição funcionava com precisão, estimulando o crime pela impunidade. Os absolvidos cometiam novos crimes e eram de novo absolvidos, estabelecendo-se círculo vicioso. A proteção a criminosos, cangaceiros e bandidos continuou. Tendo Juazeiro por centro, de tal modo recrudesceram o cangaceirismo e o banditismo no Cariri após a deposição do presidente Franco Rabelo, que o novo presidente do Estado, Benjamin Barroso, enviou a estas paragens verdadeira expedição militar sob o comando do Coronel Ernesto Medeiros cujos comandos percorreram a zona, prendendo, escorraçando e fuzilando bandidos e cangaceiros. Limpeza pela rama, pois foram poupados o foco chave, Juazeiro, e seus satélites, por exemplo, "Barro", feudo do Coronel José Inácio de Sousa, todos participantes da eleição do citado Benjamin Barroso para a presidência do Estado e, depois, do mesmo Gustavo Barroso para deputado federal. A causa ocasional da expedição fôra a grave perturbação da ordem pública nos municípios de Porteiras e Brejo Santo. Estimulados pelo exemplo do Padre Cícero no caso da deposição de Franco Rabelo, os Pereiras de Lucena, Chicotes, do segundo município, aliados ao mencionado José Inácio, do município de Milagres, depuseram à mão armada ao Coronel Raimundo Cardoso dos Santos, chefe político e intendente de Porteiras (1915).

No intuito de prevenir o desfecho armado em perspectiva, Basílio Gomes da Silva, avô paterno do autor dêste trabalho e chefe político de Brejo Santo, telegrafou ao Padre Cícero solicitando-lhe a intervenção, que seria decisiva diante do seu singular prestígio e identidade político-partidária junto às partes em luta. Eis o texto do telegrama: "Milagres — N. 9-7-5-15.

"Exmo. e Revmo. Padre Cícero. Confiado vosso incontestável

---

21) Informação do dito advogado ao autor.

valor, êste pôsto por V. Revma. minha disposição, tomo liberdade pedir vossa valiosíssima intervenção para pacificar Chicotes Cardoso marcham inconciliável conflito. Peço intervenção urgente. Cordiais saudações — Basílio Gomes.” (22) O sacerdote não atendeu. Nem ao menos respondeu o telegrama.

Iniciado pelo coronel Franco Rabelo, como se disse, (o primeiro neste século), 1912-1914, a repressão ao cangaceirismo e banditismo no Cariri (vítima, êle próprio, do primeiro), ela foi retomada, embora também de modo parcial, por Benjamin Barroso, 1914-1916; continuada pelo Presidente João Tomé, 1916-1920; Justiniano de Serpa (que liquidou com o reduto do “Barro”, de José Inácio, citado) e Ildefonso Albano, 1920-1924. No govêrno de Moreira da Rocha, 1924-1928, um abúlico, o cangaceirismo e o banditismo reergueram o colo na região, tendo ainda Juazeiro como ponto central de apoio. Lampião, o bandido famoso, passou a estacionar na zona: Aurora, Missão Velha e Juazeiro (aqui incognitamente), onde tinha mãe e irmãos à sombra do Padre Cícero desde 1918. Convidado pelo sacerdote (e não por Floro Bartolomeu como se boateja) a vir a Juazeiro ao tempo em que a Coluna Prestes incursionava pelo Nordeste, foi oficialmente recebido pelo sacerdote que o fêz nomear capitão... Do Cariri partia o bandido para incursões nos Estados vizinhos, Rio Grande do Norte, por exemplo, quando atacou Mossoró. Triângulo, então, do cangaceirismo no Cariri: Juazeiro—Missão Velha—Santana — município, êste último, em que o Coronel Manuel Alexandre lutou, dias, de armas nas mãos, para depor o Coronel Felinto da Cruz.

O govêrno de Matos Peixoto, 1928-1930, retomou a repressão contra o cangaceirismo no Cariri, quando foi destruído o reduto de Missão Velha com o assassinato de seu chefe — Isaias Arruda, célebre coiteiro de Lampião. A Revolução de 1930 aplicou o golpe de misericórdia na diátese social pelo desarmamento indiscriminado da população; a destruição do reduto da “Serra do Mato”, pelo escorraçamento de seu chefe, Coronel A. de Santana, um dos mais célebres chefes políticos e protetores de cangaceiros do Cariri daqueles idos; enfim, pela desmoralização política do Padre Cícero, em cujo feudo entraram as forças revolucionárias triunfantes e capturaram 18 armas de fogo em uma de suas casas.

Depois do Pacto, viveram em Juazeiro índices de lombrosianos nordestinos. Xavier de Oliveira fixou-lhes indelêvelmente os perfis no seu irrefutável “Beatos e Cangaceiros”. Em 1925, o Padre e depois Mons. Manuel Corrêa de Macedo declarava, indignado, que os verdadeiros bandidos estavam dentro de Juazeiro (23), enquanto “O Nordeste”, diário de Fortaleza, edição de 22-9-1925, declarava que em Juazeiro encontrava-se acastelado “o regime do sangue e do

22) Manuel Inácio de Lucena, chefe dos Lucenas ou Chicotes, e José Inácio, tinham assinado o famoso Pacto.

23) Padre Manuel Macedo, “Juazeiro em Foco”. Fortaleza — Ceará, 1925.

cangaço”, e já na edição de 4 do mesmo mês e ano acusara Juazeiro de haver protegido o citado reduto do “Barro”. 14 anos depois do Pacto...

O “Diário de Natal”, da capital potiguar, edição de julho de 1927, apontava Juazeiro como antro de banditismo, ao tratar Lampião, que partira de Aurora para atacar Mossoró. Quinze anos depois do Pacto!... Não foi outra a paisagem social contemplada por Lourenço Filho em 1922 (24), quando diretor da instrução em nosso Estado. Em 1917 o próprio Gustavo Barroso referia-se, como vimos, a um quadro social de bandidos ou loucos. Seis anos após o Pacto!...

Deposição à mão armada, lutas de família, cangaceirismo, banditismo, roubos, depredações e perturbações da ordem pública não tiveram como marco inicial de sua extinção o Pacto hipócrita nem a ação do Padre Cícero, que, diga-se de passagem, não regenerou (depois de 1891) espiritual, moral e socialmente nenhum dos destacados marginais que, porventura, estiveram ao alcance de sua ação pessoal. Repetindo, afirmamos que o marco inicial da extinção positiva das anomalias sociais referidas fincou-o o Presidente Marcos Franco Rabelo. Distribuiu, em caráter de permanência, destacamentos policiais nos localidades, os quais substituíram as esporádicas e meteóricas volantes de resultados fugazes e pecos, pois não atuavam sobre os régulos e reguletes locais e seus redutos. Interrompida pela ação do cangaceirismo encarnada nas sedições de Juazeiro, a iniciativa de Franco Rabelo foi retomada pelo poder público estadual a partir de Benjamin Barroso, e, lenta mas progressivamente, corporificou-se, às vezes sob pressão acidental de Estados vizinhos e da imprensa — até a vitória definitiva da repressão com a Revolução de 1930, conforme acentuamos. Com a ação policiadora do Estado, outras causas concorreram dimensionalmente secundárias: a difusão da instrução; a penetração da imprensa, da via-férrea e da rodoviária — tudo ensejando o aparecimento duma nova mentalidade com reflexos na renovação de costumes e hábitos políticos e sociais do Cariri.

#### CAUSA DETERMINANTE

Gustavo Barroso garante-nos que o crescimento do Juazeiro foi a causa determinante da participação do Padre Cícero na política.

É outra, porém, a verdade, transmitida por Alencar Peixoto, citado, intensamente familiarizado no tempo com o Padre Cícero e as coisas do Juazeiro desde 1907, e que de 1909 a 1911 redatoriu um jornal local, “O Rebate”, sob os auspícios daquele sacerdote. Demos-lhe a palavra:

“Aos onze dias do mês de junho (?) de 1890 (?) Maria de Araújo

24) Lourenço Filho, “Juazeiro do Padre Cícero”, São Paulo, 1926.



caía pela primeira vez em êxtase ao receber das mãos do Padre Cícero a sagrada Forma na Capela de Nossa Senhora das Dores da povoação do Juazeiro. Instada pelo sacerdote, voltou a si, abriu a bôca e apareceu públicamente o milagre de há muito concertado ou fôsse a transformação da hóstia em sangue.

Quando o fato prodigioso se divulgara ao longe, o Bispo Diocesano mandou processá-lo, enviou o processo a Roma, que condenou o fenômeno e o qualificou de embuste.

Aos 14 dias do mês de agosto de 1910 morreu José Marrocos de envenenamento (25). Seu cadáver ainda jazia insepulto, quando o Padre Cícero mandou violentar-lhe o domicílio em Crato, cuja polícia surpreendeu os comissários em flagrante e os impediu de apoderarem-se de certo *documento*, então, no mesmo domicílio, fim a que os enviara o sacerdote. A justiça de Crato, à cata do mesmo documento, deu busca na casa do falecido, encontrou o objeto tão procurado e o enviou para Fortaleza. Era um *embrulho*. Eram os paninhos em que Maria de Araújo há 20 anos deitara hóstias empapadas de sangue e o Bispo mandara recolher à Matriz de Crato para exame químico posterior e que daí desapareceram então por *encanto* que já não encanta ninguém...

Diante do fracasso da missão de seus emissários, do procedimento da justiça do Crato, sobretudo ao ter ciência de que um dos juizes da terra já enviara o *embrulho* a certo amigo em Fortaleza, o Padre Cícero debateu-se em drama interior, entre abatido e irritado em extremo. Sua imprensa passou a atacar com azedume a justiça do Crato, mas nada de tocar no *embrulho*. Quando o sacerdote vivia o paroxismo de seu drama, ameaçando até de destruição a terra de seu bêrço, eis que recebeu inesperadamente o seguinte telégrama: "Padre Cícero — Juazeiro — Acabe inútil discussão imprensa. O que você procura está em mão segura." Pelo teor do despacho, sente-se logo que o tal *achado* se encontrava em mão do Governador Nogueira Acióli e não em poder do Bispo Diocesano como se julgava — motivo da ira do sacerdote.

Pouco depois Juazeiro foi elevado à categoria de vila, e o sacerdote, para reaver o *embrulho*, aderiu ao Partido Republicano do Ceará e tornou-se o chefe político local." (26).

Assim desenrolaram-se os fatos, em que pèse à opinião do Dr. Raul de Sousa Carvalho, no tempo juiz de Crato e inimigo de Alencar Peixoto, atacando-se, ambos, acicamente, pela imprensa, o magistrado pelas páginas do "Correio do Cariri", do Crato, e o sacerdote,

25) A versão é a de que teria sido Floro Bartolomeu da Costa o autor do envenenamento, porque, há muito instado pelo comendador Nogueira Acióli a entrar para o Partido Republicano do Ceará, o Padre Cícero se recusava sempre, aconselhado pelo dito Professor José Joaquim Teles Marrocos. Mal a vítima cerrara os olhos, o algoz voou para sua fazenda "Barreiros". Não surgindo suspeita contra a sua pessoa, regressou a Juazeiro e ainda fez uma locução fúnebre à margem do túmulo de sua vítima...

26) Alencar Peixoto — "Juazeiro do Cariri", op. cit.

entrincheirado no mencionado "O Rebate". O Dr. Raul discorda da informação de Alencar Peixoto de que o episódio do *embrulho* tenha empurrado o Padre Cícero para o campo político. Alencar Peixoto conheceu este episódio porque residia então em Juazeiro e mantinha relações de amizade íntima com o Padre Cícero.

A morte de José Marrocos e o encontro do *embrulho* somaram-se para realizar a aspiração política de Floro Bartolomeu: a participação do Padre Cícero na política de quem passou a ser primeiro ministro, a seu modo.

#### ASSASSÍNIO MISTERIOSO

No dia 1º de fevereiro de 1923, frente ao "Bar Gruta", na Praça do Ferreira, na hora de maior movimento, Raimundo de Aquino, também conhecido em Lavras da Mangabeira, seu município de origem e de domicílio, por Raimundo de Eusébio, do nome do seu pai — Eusébio — abateu, à luz do dia, a tiros de revólver ao seu parente, Coronel Gustavo Augusto Lima, chefe político do aludido município e deputado estadual. A vítima encontrava-se em companhia de duas filhas em um veículo prestes a partir. Foi apanhado de surpresa e não pôde esboçar nem mesmo um gesto de defesa.

Escandalosamente público e notório, o crime abalou a capital cearense e repercutiu intensamente em todo o Estado. E logo soube-se a causa da tragédia: conseqüência de outra de maiores dimensões.

A família Augusto Lima fracionava-se em alas políticas adversas em Lavras da Mangabeira: Leites e Aquinos, de um lado, e os Augusto Lima e Férrer, do outro. No dia 9 de janeiro de 1922 extremavam-se em luta armada nas ruas da metrópole do município. De uma das facções tombaram, mortos, os irmãos José e Simplício Leite (o primeiro, genro do dito Coronel Gustavo), enquanto, do outro lado, fôra abatido Eusébio de Aquino, pai do mencionado Raimundo de Eusébio. O Coronel Gustavo estava ausente de Lavras e não tivera responsabilidade na tragédia.

Roldão de Aquino e o aludido Raimundo de Aquino, irmãos, juraram vingança sobre o cadáver do pai, e destacaram, para bode expiatório o Coronel Gustavo, de quem Roldão era afilhado, pelo que Raimundo fôra escolhido para executar o criminoso plano.

Gustavo Barroso, na crônica "O Padrinho do Sertão" declara que o assassínio do Coronel Gustavo Augusto Lima revestiu caráter misterioso.

#### 1817 NO CARIRI

Traçando o perfil do Coronel Alexandre José Leite de Chaves e Melo, Comandante das Fronteiras, que em 1817 limpou as do Rio Grande do Norte e Paraíba com o Ceará de revolucionários, suspeitos, ostensivos ou imaginários — Gustavo Barroso escreveu — "A Morte

da Revolução de 1817" — que aquêlê militar deu volta por êste Cariri... e prendeu no Crato os emissários do levante — padres José Martiniano e Carlos de Alencar, Tristão Gonçalves e Dona Bárbara, que os homislara. Remeteu-os para Fortaleza..."

Ora, no Crato, só fôra prêso um emissário dos revolucionários de Pernambuco — José Martiniano, pois o seu companheiro, Miguel César, ficara na Paraíba. Nem os irmãos José, Carlos e Tristão foram presos pelo Comandante das Fronteiras, que, por outro lado, não foi quem os remeteu para Fortaleza. Prisões e remessas fora da responsabilidade do Capitão-Mor José Pereira Filgueiras, chefe supremo da reação no Cariri de 11 de maio de 1817. O movimento revolucionário eclodiu em Crato no dia 3 de maio de 1817 e foi sufocado no dia 11 do mesmo mês e ano. O Coronel José Leite, sômente a 29 do dito mês chegou ao Icó, vindo do Rio Grande do Norte, e logo seguiu para Pombal e Sousa na Paraíba. Então, sim, prendeu Bárbara Pereira de Alencar (27), refugiada numa sua fazenda no sertão do Rio do Peixe (28).

Referindo-se ao sufocamento da Revolução no Crato em officio ao Juiz da devassa em Pernambuco, Bernardo Teixeira, o fanático político, Governador Sampaio declarou que a Filgueiras se deveu tudo (29). Em carta ao mesmo Governador, 15-6-1817, Filgueiras comunicou haver pessoalmente chefiado a restauração na vila, enquanto, por seu turno, o Barão de Studart informa que os irmãos José Martiniano, Padre Carlos José dos Santos e Tristão Gonçalves Alencar foram presos respectivamente pelo Juiz Ordinário do lugar e o Capitão Gonçalo Luis Teles (30). É claro que estas autoridades estavam sob a autoridade suprema de Filgueiras, o Capitão-Mor.

Como se vê, o Comandante das Fronteiras não prendeu ninguém em Crato ou remeteu de Crato para Fortaleza naquele histórico mês de maio. Os presos foram remetidos para o Icó no dia seguinte ao da morte da revolução.

—:••:—

Na crônica — "Extermínio dos Paiacus" — Gustavo Barroso declara que a nação dos Cariris estendia-se pelo Nordeste desde a mar-

27) Pereira da Costa copiou do original e transcreveu em seu "Diccionario Biográfico de Pernambucanos Célebres", fls. 640 a 644, Tipografia Universal, Recife — Pernambuco, 1882, o testamento do sábio Manuel de Arruda Câmara. Nesta cópia autêntica encontra-se o nome da heroína supracitada grafado corretamente: BÁRBARA, na expressão — D. BÁRBARA CRATO, quando o testador a recomenda: "D. Bárbara Crato, devem olhá-la como heroína". Entretanto, anda por aí uma grafia degenerada pelos copistas: Bara, Manuel Bonfim, "O Brasil"; Barata, Miguel Valverde, "Aspectos do Brasil", Rio, 1940. Barata, Manuel Bonfim, "O Brasil na História". Daqui o general-cronista Studart Filho papagalou e transcreveu — BARATA — na sua compilação frouxa "A Revolução de 1817 no Ceará", pág. 47, em nota.

28) Barão de Studart, "O 3 de Maio no Ceará", Rev. do Inst. do Ceará, ed. de 1917.  
29) Documentos Históricos — Revolução de 1817, Vol. CII, pág. 130 — 143 — Ministério da Educação e Cultura.

30) Barão de Studart, Rev. do Inst. do Ceará, 1917, pág. 130 — 143.

gem setentrional do Rio São Francisco. A verdade completa está com Tomás Pompeu Sobrinho, quando escreve "As Origens dos Índios Cariris", Revista do Instituto do Ceará, ano de 1950 — que os Cariris, para o lado meridional do Rio São Francisco dominaram a parte superior das principais bacias dos rios de drenagem atlântica até o Paraguaçu.

## COMPARSA

Enfocando o tema: "Mártires Políticos do Ceará Revolucionário de 1824", o autor de "Heróis e Bandidos" escreve, "O Cruzeiro", revista citada:

"A 8 de junho de 1824 Tristão Gonçalves, homem de ruidoso prestígio nos sertões da Província, que se afamara na guerra da Independência, no Piauí e Maranhão, contra as hostes lusas do Major Cunha Fidié, aderiu à revolução que estourara em Pernambuco e lançou uma proclamação, convidando os cearenses a resistirem ao Monarca. Em 26 de agosto seguinte, num congresso de 455 eleitores, reunido em Fortaleza, fez jurar solenemente a República, sendo eleito presidente enquanto seu comparsa, o grande caudilho José Pereira Filgueiras assumiu o comando das armas no Cariri."

O autor atribui a Filgueiras apenas a condição de comparsa do herói Tristão Gonçalves naquele passo da história do Ceará.

José Pereira Filgueiras, baiano de nascimento, imigrado com seus pais neste Cariri, onde chegou aos quatro anos de idade; falecido na localidade de São Romão, Minas Gerais; padrinho do Senador Alencar (31); nomeado Capitão-Mor do Crato em 1795 (32); garantia de quaisquer revoluções na região sul da Província (33); figura decisiva da Revolução Caririense de 1817; responsável no Ceará, pela instauração pioneira de um governo nacionalista, tradução na Província, do governo nacional que se seguiu ao 7 de setembro (34) — instauração, primeiro, na vila do Icó, antes que no Ceará se tivesse notícia do "Grito do Ipiranga", o que foi singular; o heróico chefe da Expedição de Caxias (35) por nomeação imperial; fator decisivo (supremo comandante das armas, que era, na Província, por nomeação imperial) do golpe revolucionário de 1824 em Fortaleza, que apeou do poder o presidente Pedro José da Costa Barros, tudo conforme ofício de Filgueiras, secundado por outro de Tristão, ambos dirigidos ao Ministro do Império (36). Fator decisivo ainda, da reunião, por ele convocada na capital da Província, da assembléia dos referidos 455

31) Lima, notas à História da Revolução de 1817 em Pernambuco, 3.<sup>a</sup> edição, 1917.

32) Tobias Monteiro, História do 1.<sup>o</sup> Império, Tomo 1.<sup>o</sup>, pág. 129.

33) Raimundo Girão, História do Ceará.

34) Idem.

35) Barão de Studart, Rev. cit. Ano de 1924.

36) Revista citada, págs. 386, 389.

eleitores, que à sombra das baionetas do Caudilho, pessoalmente presente ao conclave, oficializou, por indicação do mesmo Caudilho, o regime republicano e apresentou Tristão aos eleitores como candidato à presidência da Província (37). Tobias Monteiro escreveu: "Reforçando a resistência de Pernambuco, o Ceará lograria, como êle, a escolha de seu governo por quem dispusesse das armas. As armas estavam nas mãos de Filgueiras, seu comandante por escolha imperial, após assinalados serviços à incorporação de uma província ao Império (38). E Filgueiras não agiu, observamos nós, como simples máquina militar. Guiava-o, como a Tristão, um pensamento político: o de que Pedro I fôra déspota ao dissolver a Constituinte, e, ingrato, preferindo Costa Barros para Presidente da Província a êle ou a Tristão, de tão assinalados serviços prestados à Independência no Ceará, no Piauí e no Maranhão. Aliás, ambos atiraram-se à aventura revolucionária de 1824, intelectualmente orientados por José Martinião de Alencar. Em carta a Manuel de Carvalho Paes de Andrade, datada de 5 de maio de 1824, Alencar assegura ter sido fácil implantar as idéias de liberdade no Ceará, e que Filgueiras e Tristão Gonçalves o ouviram e eram adeptos da "boa causa", pelo que, acrescentava o missivista, seria fácil contar com a disposição da Província à "boa causa da liberdade" (39). Tobias Monteiro, que estou citando, transcreve em nota, em seu livro, referido, trecho da carta, que o autor afirma haver lido no Arquivo Nacional.

Enfim, não houve o sincronismo, mencionado por Gustavo Barroso, entre os dois fatos: o da realização da assembléa dos 455 e o da tomada de posse do comando das armas no Cariri por parte de Filgueiras, pois que êle estava pessoalmente presente à transcendente reunião, lado a lado de Tristão (40). No dia 3 de setembro, seguinte ao mês da realização do mencionado conclave, foi que Filgueiras marchou com destino ao Crato (41).

Para uma demonstração, o que fica escrito é bastante.

---

37) Revista citada.

38) Op. cit., págs. 128, 129 e 211.

39) Tobias Monteiro, Op. cit., Tomo cit., pág. 63.

40) Revista do Instituto do Ceará, pág. 155, edição de 1924.

41) Revista citada, pág. 325.

# A NASCENÇA DO CAMELO

MONS. SILVANO SOUSA

A nasçença do Camêlo faz parte do conjunto de fontes que jorram do sopé do Araripe na região denominada Caldas, nome do seu primitivo possuidor, Francisco José da Costa Caldas, irmão do Padre Joaquim José da Costa Caldas, 2.º Vigário de Missão Velha no primeiro quartel do século XIX; era geralmente conhecido por Chico Caldas. Esse apelido passou para as terras de sua propriedade, donde o nome Caldas dado àquelas terras e às fontes ali existentes, entre as quais está a nasçença do Camelo comprada em hasta pública realizada na antiga vila do Crato, em 1825, por Gabriel Furtado de Figueiredo, homem de família e abastado naquela época.

Essa nasçença está situada um pouco abaixo das três grandes nasçenças do Caldas do atual município de Barbalha. Por morte de Gabriel Furtado de Figueiredo a nasçença do Camelo passou para o coronel Antônio Furtado de Figueiredo, filho do citado Gabriel Furtado de Figueiredo, residente no sítio Água Fria, do mesmo município de Barbalha. As águas dessa nasçença, segundo informação de Pedro Furtado de Figueiredo filho do Cel. Antônio Furtado de Figueiredo e neto de Gabriel Furtado de Figueiredo, eram aproveitadas na lavoura dos seus proprietários.

Por morte do Cel. Antônio Furtado de Figueiredo a fonte do Camelo passou a pertencer, de direito de herança e por compra, ao seu genro Cel. João Coelho de Sá Barreto, que vinha desde muito tempo acariciando a idéia de dotar com o melhoramento que mais lhe conviesse a sua cidade natal. Com a aquisição de uma fonte de água abundante e pura, a idéia tomou maior vulto e entrou em via de realização.

Assim, é que em 1909 o Cel. João Coelho obteve a cooperação do Dr. Filgueiras Sampaio, médico jovem e idealista que aceitou a proposta de associar-se à Empresa, assumindo a responsabilidade da direção técnica. Tudo parecia correr muito bem. O Dr. Filgueiras Sampaio, ouvido o parecer de técnicos, pediu a fábricas especializadas da Europa todo o material necessário à condução da água e à sua dis-

tribuição na cidade de Barbalha. Estava o material em Fortaleza, já desembarcado e na Alfândega, quando houve um desentendimento da parte do Dr. Filgueiras Sampaio, que abandonou a Empresa.

Estando o vultoso material consignado à Firma Boris Frères e Comp., de Fortaleza, e não aparecendo, por longo tempo, os interessados para pagarem os direitos alfandegários, os materiais foram vendidos em hasta pública e arrematados pelo engenheiro João Felipe.

Não obstante êsse fracasso, o Cel. João Coelho persistiu em sua generosa idéia de dotar a Barbalha com o benefício da canalização de água potável que servisse a tôdas as residências e favorecesse as indústrias em perspectiva.

Assim é que em 1936 entendeu-se com o seu particular amigo, advogado José Bernardino de Carvalho Leite, e falou sôbre o seu velho ideal, acrescentando não queria morrer, sem dotar a Barbalha de água regularmente canalizada e bem distribuída em tôdas as residências. Fazia, porém, questão que o referido advogado José Bernardino de Carvalho Leite, pessoa de sua inteira confiança, assumisse o encargo da direção da Empresa e a responsabilidade de providenciar todo o necessário para o êxito do grandioso empreendimento.

O Advogado J. B. Carvalho Leite sentiu-se muito honrado com a confiança que lhe dava o Cel. João Coelho. Aceitou com entusiasmo a incumbência, depois de ter ouvido amigos e pessoas de responsabilidade no meio social da cidade e do município. Dêle ia depender o êxito da Empresa. Encontrando em todos muito boa vontade, tratou logo de organizar uma sociedade anônima dentro dos moldes legais. O capital inicial foi de 100 (cem) contos de réis, da antiga moeda, divididos em 200 ações, no valor nominal de 500 mil réis. O próprio Cel. João Coelho encarregou-se pessoalmente da abertura do canal que conduziria as águas da nasçença do Camelo à cidade de Barbalha. O canal foi revestido por dentro de uma argamassa de cal e cimento, por fora, coberto de material impermeável. Supunha-se que com essas medidas preventivas as águas chegariam a seu destino conservando a pureza primitiva.

Infelizmente, porém, êsse cuidado preventivo não deu resultado; a pressão das águas rompeu a argamassa de cal e cimento, apesar das várias válvulas de segurança abertas para deixar escapar o ar. Tornou-se lento, trabalhoso e de preço muito elevado o processo de transportar as águas que só muito tempo depois chegaram à caixa distribuidora que oferecia ao público água abundante, mas com frequentes interrupções, que prejudicavam o abastecimento público. Viu-se, então, que só por meio de canos de ferro ou de amianto ficaria garantido o serviço de abastecimento de água conservada na sua primitiva pureza.

Como a Empresa não dispunha de recurso e nem podia obtê-los para fazer face a uma grande despesa com a aquisição do material necessário: seria preciso empregar cerca de nove quilômetros de canos, resolveram os diretores transferir a Empresa à Prefeitura Municipal. Essa entidade poderia obter do Governo os recursos necessários para a concretização do ideal patriótico do Cel. João Coelho.

Dêste modo tudo terminou bem: a população exulta de grande satisfação, vendo seus domicílios com água canalizada. O município, por sua vez, sente-se valorizado com um valioso patrimônio que lhe dará perpétuamente rendas de elevada estimação.

### CEL. JOÃO COELHO DE SÁ BARRETO

Foi um dos maiores, senão o maior benfeitor da sua terra, a cidade de Barbalha. Descendente da família Coelho de Sá Barreto, do rio de Riacho do Meio, município de Barbalha, seguiu a profissão de agricultor e pecuarista, plantando suas terras irrigáveis ao pé do Araripe e criando gado nos sertões de Pernambuco.

Prosperou numa e noutra atividade. Sendo proprietário exclusivo de uma nascente no Caldas, a nascente do Camelo, teve a feliz idéia de canalizar as suas águas para a cidade de Barbalha, beneficiando os seus habitantes com êsse grande melhoramento, útil sob muitos pontos de vista. Com vontade firme realizou o seu generoso ideal, embora tivesse de vencer numerosos contratemplos. Hoje a cidade de Barbalha tem um perfeito serviço de água que chama a atenção dos visitantes entendidos nesta matéria. É uma obra dispendiosa que se deve à abnegação, ao patriotismo e à generosidade do Cel. João Coelho de Sá Barreto.

É, pois, natural e muito educativo que seus concidadãos se mostrem gratos a um conterrâneo tão generoso e amante da sua terra, que lhe oferece um presente valioso e quase divino: água perene e canalizada nos seus domicílios, para servir a população de hoje e a dos dias futuros. Os barbalhenses de hoje tem o grave dever de compreender que um homem de tamanha benemerência deve ser apontado como um padrão de virtudes sociais e amor à terra natal. Para isso não basta apor o seu nome numa placa para perpetuá-lo numa rua; é preciso levantar um monumento, estátua ou herna, que perpetue o nome do benemérito cidadão que foi o Cel. João Coelho de Sá Barreto.



# PALMEIRAS DA IBIAPABA

(PARA O HERMÓGENES MARTINS)

Palmeiras, conhecidas por babaçú, da minha Ibiapaba tão sempre verde, eu — como amante que sou das belezas da natureza — te contemplo alegre, especialmente o teu porte prenhe de estética e a poesia eternal de tuas franças à semelhança de grandes leques!

Vejo, sem hipérbole, em ti — ó palmeiras heráldicas da minha Ibiapaba — tanta e tantíssima beleza que, absolutamente, se não descreve!

Palmeiras viçosas, estuantes de seivas, entre duas fôlhas compridas, muito compridas, a fresca ibiapabana brisa entoa, sempre e sempre, hinos de rara harmonia e doçura.

Contemplo assim — embaçado e satisfeito — tão esbeltas quão simpáticas palmeiras, desde as minúsculas, inda sem hastes, até as mais altas, de belos penachos, peçadas de frutos que dão um leite assaz saborido e bom.

São, assim, tôdas — grandes e pequeninas — majestosas e bem úteis, pois as tuas lindas e tenras fôlhas servem — belamente — para a cobertura das vivendas modestas.

Os teus fascículos bonitos — bonitamente verdes — servem, por vêzes de pouso a diversos cantores alados, entre êstes os **cupidos** de côres negras que luzem à luz solar.

Ali, não só êsses negros passarinhos soltam, ledamente, o seu pipilar sonívio, como também as cinzentas arapongas, de espaço a espaço, o seu estrídulo trino que, fortemente, repercute pelo víride matagal em fora.

Ademais, entre as elegantes palmeiras, se nota, de vez em vez, ao cair das tardes, o gorjeio, tão sempre harmônico e saudoso, do sabiá — o festivo aedo das matas.

Palmeiras tão lindas de lindeza, que alimentam, não tôdas, parasitas várias que se abraçam intimamente próximas de tuas vistosas e frondíferas comas.

Venustas e alterosas palmeiras, de estipes, em geral, grossas, de fôlhas longas e de uma verdura que realmente deslumbra, mos-

trando, destarte, a feracidade formosa do privilegiado e dadivoso ibiapabano solo!

Não me farto, pois, de contemplar — estático — as encantantes palmeiras da graciosa terra tabajara, tão prenes de seiva e de vida, baloiçadas, leve e leve, pelo fresco terral serrano.

E a minha contemplação, enfim, é de verdade tôda sincera, porque as palmeiras da minha Ibiapaba são, de feito, mais belas e mais poéticas do que as mais belas e mais poéticas palmeiras de outras terras!

Ubajara, — 1962

Pedro Ferreira

**PIAUI:**

# HOMENAGEM À HEROÍNA DE 1817 BÁRBARA DE ALENCAR

J. FIGUEIREDO FILHO

Não era eu que vos deveria estar falando, neste instante, sobre Bárbara Pereira de Alencar, dos vultos femininos mais impressionantes que já medraram em terras nordestinas. Este lugar caberia ao Padre Antônio Gomes de Araújo, cultor exponencial e pesquisador de primeira, da movimentada história caririense. Foi ele quem introduziu novos métodos nos estudos históricos do meio, baseados em convívio contínuo com os arquivos e em deduções lógicas, emanadas de sua privilegiada inteligência. Infelizmente se encontra adoentado, repousando em seu torrão natal Brejo Santo, convalescendo de afecção na garganta, justamente o órgão com que deveria externar seu pensamento, nesta reunião.

Na qualidade de presidente do Instituto Cultural do Cariri, entidade que promoveu a afixação da lápida onde foi espetada a heroína de Crato, estou a ocupar o lugar que lhe pertencia, por direito natural. Procurarei seguir-lhe o roteiro, na exaltação da figura magna feminina da revolução de 1817, no Cariri. É o Padre Gomes quem tem feito, com todo o ardor, a defesa intransigente de Dona Bárbara, pela imprensa, oratória, folhetos, sobretudo inocentando-a, com provas irrefutáveis, contra acusações malévolas que atravessaram anos e mais anos.

Bárbara Pereira de Alencar, como por feliz predestinação, pertence, de corpo e alma, a três pedaços importantes do Nordeste Brasileiro. Nasceu a 11 de Fevereiro de 1760 na fazenda Caçara do Município atual de Exu, distrito de Araripe. Residiu na Vila Real de Crato, no período áureo e agitado das lutas em prol da emancipação política do Brasil. Ali forjou seu espírito em contacto com a atmosfera de civismo intenso, que soprava de Pernambuco. Faleceu na fazenda Alecrim, em terras piauienses agora de Fronteiras, vindo a enterrar-se em Poço de Pedras, presentemente Itaguá da bisonha Vargem da Vaca, convertida na próspera e futura cidade de Campos Sales.

Preciso demorar-me, mais um pouco, a fim de explicar melhor o local verdadeiro do seu falecimento, já que surgiram controvérsias em torno do assunto. É tradição de família, radicada no Piauí, fato corroborado por todos os descendentes da heroína, os de seus irmãos, que Bárbara fechou os olhos, entregando a alma a Deus, em Alecrim, cuja casa está de pé, entre Campos Sales e Pio Nono. Foi no ano de 1832, ignorando-se sua data exata, que será objeto de futuros pacientes estudos. No Alecrim ainda perduram muitas lembranças de pertences da ilustre falecida, conservados, com carinho, pela família que ainda é a mesma Alencar e descendente de seus primitivos proprietários, do começo do século passado. O quarto de taipa onde ela faleceu é conservado intacto, apenas protegido por construção mais recente, de tijolo, que o circunda. O mesmo se dá em Caiçara, em Exu. A habitação primitiva de pedra em que nasceu Bárbara ficou preservada totalmente, dentro de outra casa mais vasta. Só em Crato não tiveram o mesmo cuidado. A casa onde residiu foi inteiramente demolida para dar lugar a outro. Pertencia ao governo, enquanto as de Caiçara e de Alecrim nunca passaram a nomes que não fôsem do tronco Alencar, dos sertões do Piauí e de Pernambuco.

Seu sepultamento se deu em Poço de Pedras. Patrocínio ficava-lhe a seis léguas de distância, enquanto aquêle povoado cearense, então de São Mateus, distava apenas três léguas de Alecrim. Além disso, a capela da redondeza era ali, datando do século dezoito. Cêrca de trinta anos depois, Patrocínio teria igreja e cemitério, fundados pelo espírito apostólico e empreendedor do Padre Ibiapina e evangelizador dos sertões nordestinos.

No Cariri soprava o vento da guerra do Plato e Dona Bárbara, alquebrada pelos anos e doença, refugiou-se entre parentes piauienses, em 1831, fora do Ceará conflagrado, quando o próprio presidente da província José Mariano deslocara-se, bravamente, para o campo da luta.

Enquanto a história quase que a esqueceu, nos dois últimos quartéis do século pretérito, a família conservou intacta a veneração pela mesma e pôde assim dar o depoimento autêntico do lugar onde veio a falecer, após vida atribulada, em lutas dos filhos, prisões e fugas precipitadas.

Com sua trepidante existência, Bárbara Pereira de Alencar, criou inimigos ferrenhos. Padre Antônio Gomes de Araújo, em trabalho de justiça histórica, destruiu pela raiz, uma das mais pérfidas calúnias lançadas contra ela. É a história da filiação espúria do Senador José Martiniano de Alencar e de seu irmão João Pereira de Alencar. A balela foi facilmente pulverizada pelas pesquisas do abalizado historiador, professor da Faculdade de Filosofia do Crato e do Colégio Diocesano. Rezava a mentira que os dois denodados independentistas eram filhos do vigário Padre Miguel Carlos e de Dona

Bárbara, injustamente infamada. Vejamos o que diz êle nos últimos períodos do seu trabalho. "EM DEFESA DA MEMÓRIA DE ALENCAR, publicado no sétimo número de ITAYTERA:

"Ora, Bárbara de Alencar casara-se em 1782. O citado capitão (João), seu primogênito, veio à luz em 1783, no sertão de Pernambuco, bêrço da mãe e do filho.

Nascido em 1764, o Padre Miguel ultrapassava os dezenove anos em 1783. Vivia em casa de seus pais no Jaguaribe-Mirim, a cinqüenta léguas de Crato, e não ingressara ainda no currículo dos estudos eclesiásticos.

Na verdade, a malícia humana atribuiu ao Senador Alencar e seu irmão João Pereira de Alencar, uma paternidade só explicável por processo de estranhos tele-gênese...

Felizmente, para os caluniados, resta a esperança do pronunciamento implacável da verdade.

O tribunal na História, pela pena de Fernando Gregorevius em — História de Roma — reabilitou plenamente a memória de Lucrecia Bórgia, até então reputada, adúltera, incestuosa, assassina, etc.

A verdade não morre, embora a calúnia tenha fôlego de setegatos.

Quanto mais se esmiúça a história da revolução de 3 de Maio de 1817, em Crato, mais avulta a personalidade de Bárbara de Alencar, a primeira mulher republicana do Brasil, em ordem cronológica. Foi ela a animadora principal dos filhos e dos irmãos, heróis consagrados das lutas em prol da Independência, no Ceará e no Maranhão. Antes mesmo de 1817, foi consagrada heroína pelo naturalista e revolucionário Arruda Câmara. Talvez a conhecesse bem, pela correspondência dela com seus filhos no então Seminário de Olinda, ou até pessoalmente, em suas excursões científicas pelo interior pernambucano, à cata de espécimes vegetais para estudo. Arruda Câmara em sua carta-testamento, de Itamaracá, de 2 de outubro de 1810, ao amigo e chefe revolucionário de 1817, em Recife, Padre João Ribeiro Passos de Melo Montenegro, escreveu o seguinte trecho referente à genitora de José Martiniano de Alencar:

"DONA BÁRBARA CRATO DEVE OLHÁ-LA COMO UMA HEROÍNA..."

Precisamos igualmente conhecer o comentário à carta do historiador F. A. Pereira da Costa, em "ANAIIS PERNAMBUCANOS", em edição da Secretaria do Interior e Justiça de Pernambuco e referente ao assunto:

"Quase tôda aquela gente mencionada nos transcritos trechos, e que faz parte do aréopago, tomou parte depois na revolução de 1817; e essa D. Bárbara Crato de quem fala o sábio naturalista, é D. Bárbara Pereira de Alencar, mãe do Padre Martiniano de Alencar, naturalmente pernambucano, porquanto registrando o seu

nome o Padre Dias Martins, na sua obra, diz que era ela "viúva nos sertões de Pernambuco, mas domiciliada na Vila do Crato-Ceará".

Aproveitando estas homenagens a Bárbara de Alencar, síntese da bravura e da tenacidade nordestina, com raízes em Pernambuco, Ceará e Piauí, para outra obra também de vulto. É a da confraternização cultural que realizamos no Instituto, entre tôdas as comunas da constelação de municípios sul-cearenses. No meio dos 24 municípios, Campos Sales que foi incluído em mapa da Etene, no Cariri cearense, ocupa lugar de destaque. Também se abriga sob o manto protetor da serra do Araripe e sua posição não é outra senão, dentro da região dos Cariris Novos, com tôdas as honrarias que bem merece.

O Instituto Cultural do Cariri e a Faculdade de Filosofia do Crato, promotores dessa proveitosa excursão de caráter cultural, cumpriram o seu dever de homenagear a heroína Bárbara Pereira de Alencar. Seus restos ficaram para sempre em terras sagradas de Itaguá, que é pedaço bem vivo de Campos Sales, que por sua vez é gleba bem caririense e bem cearense.

Discurso pronunciado em sessão magna do dia 20 de Maio, de 1962 no Ginásio de Campos Sales, por J. de Figueiredo Filho, em homenagem à heroína de 1817, de Crato — Bárbara Pereira de Alencar

# · FLAGRANTES DA ALIMENTAÇÃO NO SERTÃO NORDESTINO

J. FIGUEIREDO FILHO

O organismo humano não é simples máquina que, para manter-se e trabalhar, necessita de combustível e outros elementos medidos e exatos. Os fatos comprovam que tem êle o poder de adaptar-se ao meio, podendo agir, progredir e procriar, mesmo com algumas falhas alimentares. Isso é o que podemos observar cotidianamente no sertão nordestino, na chamada área das Sêcas.

O Prof. Silva Melo foi quem chamou a atenção do Brasil e do mundo para o caso da boa alimentação, em determinadas regiões do Nordeste Brasileiro. Mostrou assim ser revolucionário em matéria de nutrição, enquanto outros, com tendência um tanto ou quanto subversiva em política, não passam de passadistas, ou retrógrados, no assunto. Ainda lêem pela cartilha de Liebig, seguindo-lhe as riscas, como se vivêssemos em pleno século XIX.

Há alguns anos, viajei de caminhão pelo interior pernambucano. Penetrei em plena caatinga no mês de novembro. O sol já estorricara tôda a umidade daquelas aparentemente desoladas paragens sertanejas. Apenas cactáceas e o umbuzeiro, com suas raízes penetrantes e cheias de reservas, ostentavam perene verdura. O vegetal é igualmente ao homem. Nunca é domado pela natureza por mais impiedosa que seja. Renasce impávido quando caem as primeiras águas.

Já, ao aproximar-se do meio-dia, com o calor de abafar, o motorista desviou-se da rodovia que rumava à Petrolina, às margens do São Francisco, entrando em carroçável mal cuidada. Disse-me seguir para o povoado VENEZA, onde tinha negócios a tratar. Com poucos minutos de percurso, encontramos-nos naquele minúsculo aglomerado humano, perdido no sertão sêco. Não havia o menor sinal de água para merecer o pomposo nome da bonita cidade italiana do Adriático ou mesmo da capital do Estado que tem o epíteto de VENEZA BRASILEIRA.

No local, realizava-se feira em tórno de pequeno mercado, com-

posto de cobertura de telha, sustentada por colunas de tijolo e barro desnudos. O sertanejo batiza êsses mercadinhos toscos, sem paredes laterais, de ARAPUCA. Aproveitei o tempo para a refeição do meio de estrada, utilizando o farnel que minha espôsa trazia. Para completá-lo, adquiri prato de arroz em casa que se improvisava do hotel para os feirantes. Custou-me um cruzeiro, naquele tempo, quando a inflação não começava a devastar o País, tão estonteadoramente como sucede agora. Nunca me servi de iguaria tão saborosa. Tratava-se de arroz vermelho que bem se coadunou com a sardinha em conserva e sanduíches de queijo. Com vista rápida na feira, notei que era a única variedade gramínea exposta à venda. Trata-se provavelmente de ORYSA RUBRIABARBIS. Seu sabor é agradável e a côr rubra indica-lhe a boa quantidade de caroteno. No sertão é pilado e quando vai levado ao fogo, é apenas lavado rapidamente com uma água apenas. Seu cozinhamento também não é demorado, podendo assim ser aproveitado tôda a vitamina B. É servido sôlto em vez do verdadeiro angu de arroz com que se apresenta à mêsã de muitas cidades civilizadas.

Contou-me o Padre Antônio Gomes de Araújo, historiôgrafo, professor da Faculdade de Filosofia do Crato, que sua genitora era grande entusiasta do arroz vermelho. Em 1918, durante a epidemia da BAILARINA, em Brejo Santo, dava caldo daquela variedade aos convalescentes do mal. Melhoraram mais rapidamente do que os tratados com caldo de carne.

Seu vivo colorido denuncia-lhe boa proporção da pro-vitamina A.

Ainda tive tempo de dar ligeiro passeio pela feira. Pude ver os produtos expostos: carne de bode, farinha de mandioca, rapadura, feijão de corda, e arroz vermelho. Minha atenção foi no entanto despertada por encontrar, aglomerados, naquele local desconhecido geograficamente no Brasil, os espécimes humanos mais robustos que já vi no interior do País. Simples análise à primeira vista demonstrou bem isso. Predominava o tipo branco. Alguns caboclos ou mestiços, de pouco sangue negro também, salientavam-se pelo índice perfeito de robustez. Parecia até que o português colonizador tinha ficado ali preservado, apenas queimado pelo sol, desde há duzentos e cinquenta anos, após o início da penetração, no interior, do chamado ciclo da civilização do COURO. Aquêlo foi o caminho natural das grandes migrações da Bahia e do São Francisco para o povoamento do sul do Ceará, parte de Pernambuco e Paraíba.

No pequeno mercado da estorricada Veneza, onde se reuniam feirantes com animais de carga e de montaria, não havia frutas, nem verduras de qualquer espécie. Entretanto, ninguém demonstrava externamente a menor carência de vitaminas, primando todos pela boa dentadura, porte perfeito, vivacidade e ótima aparência. Qual o mistério disso tudo? Qualquer nutricionista da América, ou da Alemanha, ficaria, de certo, embatucado diante da ração alimentar



que aquela gente recebia diariamente. Esse sol do Nordeste não predirá outras reações de síntese orgânica, além do simples fabrico da vitamina D, ou outras de número restrito?

Ainda no mês de outubro de 1962, visitei algumas fazendas nas vizinhanças de Orós. Surpreendi o sertanejo do alto Jaguaribe, em sua vida cotidiana em plena época do verão. O sol já crestara toda a vegetação e naquelas paragens há apenas reduzidas espécies de cactos, a exibirem sua clorofila, embaciada pela poeira das estradas e uma ou outra oiticica. Não existem nem juazeiros, nem umbuzeiros a ostentarem copas perenemente frondosas. O calor é de abraçar, entre meio-dia e sete da noite, quando chega o atrevido Aracati, brisa marítima que sopra do litoral, invadindo o vale do Jaguaribe, com impetuosidade, indo morrer no boqueirão de Lavras da Mangabeira.

Como por feliz contraste, o aspecto social da região é dos mais amenos possível, entre natureza tão áspera e hostil. É a prova viva do milagre da sobrevivência do homem nordestino. A pobreza quase que desaparecera da redondeza, após quatro anos de bons invernos. Algodão, feijão e milho, produção agrícola da terra, davam cotação elevada nos mercados e os paióis achavam-se recheados, quer na casa do abastado, como do menos aquinhoado da fortuna. O próprio trabalhador alugado tem refeição na residência do patrão, comendo das mesmas iguarias e sentando-se à mesa da família. Ganha 11 cruzeiros por quilo de algodão apanhado na roça. O morador, em média, apanha algodão que lhe dá renda de duzentos a trezentos mil cruzeiros na safra. Por isso tudo, naquela zona transpirava abundância. As festas de todos os matizes eram demasiadamente concorridas. Todo mundo ali possui bicicleta, tendendo a substituir o animal de sela, rádio transistorizado e a mulher também já adquiriu sua máquina de costura, de pé, outrora só existente nas casas mais abastadas. Jipes e ônibus trafegam, naquelas redondezas, sempre superlotados. Qualquer caboclo, ou mocinha, andam trajados direitinhos e todos calçados, menos nos momentos de trabalho na roça. Senti que em ambiente assim, se não surgir grande seca inesperadamente, não pode medrar o mais ligeiro vestígio de luta de classe. Proprietários e empregados são irmanados pelo sofrimento coletivo na hora amarga, ou pela alegria transbordante dos tempos normais.

Naquela região típica do sertão cearense pude ver de perto o que é a ração alimentar diária do sertanejo jaguaribano. Fazem três refeições principais durante o dia. O almoço é logo pela manhã, às sete horas. Consta de mucunzá, (milho cozido), café, leite, batata ou jerimum, conhecido no sul por abóbora. Só em época anormal pode faltar leite, pois, o morador trata comumente de vaca do patrão, com direito de usufruir do seu produto. O jantar é ao meio-dia, quando aparece o prato indispensável — o feijão, além de carne de criação, ou carne seca ou ovos. A mistura pode ser arroz vermelho ou farofa

de farinha de mandioca. Na ceia de sete da noite, há quase a repetição dos pratos do almoço, às vezes com o acréscimo da coalhada sempre adoçada com rapadura do Cariri cearense. O café, que é tomado várias vezes ao dia, é que já passou a ser adocicado com açúcar branco, até mesmo em casa do pobre. No tempo sêco, não há verdura. A fruta surge somente na estação chuvosa, sobressaindo-se a melancia, banana e melão. Usam quase sempre em pequena proporção o coentro, misturado ao mólho de pimenta malagueta ou de cheiro, com cebolas cortadas. O leite da mesa é sempre cru, a despeito mesmo da ameaça da contaminação do gado pela aftosa, tuberculosa ou brucelosa que parece ainda não amedrontar o criador daquela zona. Em cada residência há reserva de mel de abelha, para uso terapêutico, tirada, no mato, das espécies Jandaíra, Jati, Mõça-Branca ou Enxu.

A sobremesa usual é a velha rapadura que pode variar no Jaguaribe com passoca de gergelim (*SESAMUM INDICUM*, WILL), pilado com rapadura e farinha de mandioca. É quitute que serve para o rurícola ou o vaqueiro conduzirem para o trabalho cotidiano.

Como pude igualmente verificar em Veneza, Pernambuco, no município de Pio Nono, no Piauí, naquela região cearense, não há casos flagrantes de avitaminoses. Não há boqueiras, perna zambeta ou cegueira noturna. O homem é sempre robusto e a mulher de bom aspecto. Frequentemente nos deparamos com beldades sertanejas, que bem atestam o aprimoramento do elemento humano no vale jaguaribano. Há entre eles o hábito arraigado do fumo, agora trocado o cigarro brabo local pelo manso, importado do Rio, Recife, Fortaleza e S. Paulo. Não é somente a cachaça a bebida mais consumida, como a cerveja, rum, tipo cubano, Cinzano, conhaque e até a vodka, de introdução recente.

O abastecimento da população rural não se faz nas feiras ou nas mercearias. Até o mais desfavorecido da sorte compra açúcar, que-rosene e café em sacas e lata, diretamente dos caminhões fornecedores, procedentes de Pernambuco ou Paraíba.

Assim foi a vida corriqueira em tempo normal com que me deparei no alto Jaguaribe. Tudo não é cheio de rosas. Há espinhos e bem rípidos. Mas, o desconforto que há no lar do pobre, há também na casa grande. Na zona rural praticamente não existe escolas pedagógicamente orientadas, como desconhecem qualquer instalação rudimentar de aparelho sanitário. Mas, a união, mesmo no sofrimento, entre patrões e agregados, é alguma coisa de impressionante e serve de lição ao nosso inquieto Brasil do litoral.

Crato, Ceará, outubro de 1962.

# SERRA DO ARARIPE

OLGA DE LACERDA PINHEIRO MONTEIRO

A minha afilhada Nilva Pinheiro Bezerra

Serra do Araripe é linda!.  
Pareces uma esmeralda,  
Sorrindo à natura infinda  
Entre nuvens engastada...

Na sêca penosa e triste  
Quando mais lhes falta o pão,  
Só na Araripe é que existe  
Recurso de Salvação.

Tuas fontes cristalinas  
Que, jorrando impetuosas,  
São obras das mãos divinas  
Dádivas raras e preciosas.

Tens o sopé circundando  
Quais diademas custosos,  
Pérolas raras em bando  
Os teus engenhos famosos

Ao viajor que sedento,  
Já se encontra extenuado,  
Forneces um nôvo alento  
Com teu clima abençoado.

Para cantar-te a beleza  
Em todo seu esplendor  
Só mesmo sendo poeta  
Ou então um grande escritor.

Tuas árvores frondosas  
Que se ostentam, altaneiras,  
Parecem ninfas formosas  
Com sombras hospitaleiras.

Lamento sinceramente,  
Êstes dotes eu não ter  
Para poder fielmente,  
O teu valor descrever.

Os teus engenhos famosos.  
Que nascem sem tratos ter,  
Dão aos campônios coitados,  
Alimento ao seu viver.

Tua paisagem faceira  
Me sinto bem em cantar  
Queira, pois, desta mineira  
Uma homenagem aceitar.

# SÍTIO GRANJEIRO

## SINHARINHA GRANJA

Fica a quatro quilômetros da cidade do Crato, êsse aprazível recanto. Numa elevação do terreno, ergue-se a casa de linhas sóbrias e estilo antigo, como a desafiar o tempo e o espaço.

De um lado, o pomar, entremeado de palmeiras que dançam e batem palmas ao perpassar do vento e ao marulhar cantante de suas fontes perenes. Do outro lado o engenho, não o velho engenho de madeira com seus bois mansos presos à almanjarra para acionar mendas que “ríngiam e rangiam a cana a triturar”... êste, sofreu a influência do progresso, foi substituído por um possante engenho a motor, polido, moderno, mas sem poesia. Não se ouve mais o rangir dolente, nem o “eia Jandaia, vamos Canária”, do tangedor, a cuja voz, os velhos bois passivamente obedeciam. O que se ouve agora é o barulho ensurdecador do motor, como a querer destruir a beleza bucólica da paisagem que é a mais rica e variada que já vi. Durante a moagem, nas noites enluaradas, os trabalhadores do engenho se reúnem, na bagaceira para o “bate papo”; uns cantam suas mágoas de amor, outros suas valentias, enquanto outros, os mais românticos, deitados em decúbito dorsal, contemplam a lua e, por ela mandam suas mensagens de amor e saudade. Afastado do grupo alegre, o velho Chico, metedor de fogo, fuma o seu cachimbo, cuspinha e sonha com o passado distante...

Abaixo do engenho, fica a casa de farinha, que também está mudada; desapareceu a roda grande que, impulsionada pelos vigorosos braços dos “tarzans” caboclos, movimentava o “caitetu”, de dentes finos e afiados como navalhas. Tempo de farinha, era tempo de animação; para ela acorriam os cablocos mais fortes e as morenas mais faceiras: êles faziam os trabalhos mais pesados que eram o da roda e o do forno, enquanto elas descascavam as pirâmides de mandioca que depois eram levadas pelas suas mãos ágeis para a bôca insaciável do “caitetu”. Os puxadores de roda cantavam umas toadas próprias para a ocasião, que eram acompanhadas pelas vozes das mulheres, formando um côro harmonioso e plangente. Tudo

hoje é diferente, monótono; um motorzinho pequeno, sem graça, destruiu tôda aquela poesia.

Em frente à casa que, como já disse, fica em uma parte elevada, avista-se o canal intérmino, que em certas épocas do ano é todo verde e em outras, o verde se mistura com o prateado dos pendões, dando um toque de beleza indescritível! — Completando o quadro lá no horizonte longínquo, o azul da serra de São Pedro, com um minúsculo ponto branco: — É a Igreja de Caririáçu.

Nunca me cansei de admirar aquela paisagem e, de tanto olhá-la, tenh-a gravada na retina como uma das lembranças mais queridas de minha atormentada existência.

Recebe, Granjeiro, esta humilde, mas sincera homenagem.

Juazeiro do Norte — Ce.

# A BRAVURA DE UM JÓVEM!

JOÃO DANTAS MONTEIRO

Colhendo elementos para escrever um livro de caráter genealógico, pesquisando, buscando os arquivos poeirentos dos cartórios, os assentamentos de longínqua data, nas igrejas; vasculhando aqui, ali, seguindo o curso de gerações e gerações de uma família, tenho tido oportunidade de observar fatos os mais diversos.

É uma batalha por demais pesada. Já no outono de minha vida, "cansado de lutar e descrente de vencer", com a saúde já abalada, mesmo assim, uma vez que idealizei escrever um trabalho nêsse sentido, e dei início, não recuarei jamais. Faço como o mineiro que — "tomando o bonde errado vai ao fim da linha". Assim também, já que dei início a caminhada, vou ao fim da jornada, muito embora sinta que a tarefa é por demais pesada para mim. Recuar é uma covardia. Se tombar no meio do caminho, que outro, pegue o fardo e conduza ao seu destino, entre os meus parentes, se é que entre os milhares que tenho, um tenha essa disposição.

Foi assim, pesquisando, indagando, que fui encontrar no meu caminho, um bravo, um herói, digno de menção. Trata-se de um meu parente, um rapaz pobre e humilde, mas de quem me orgulho, e a êle me curvo com admiração. É uma criança ainda, tem apenas dezessete anos, mas tem um caráter que brilha, a dignidade de um homem, um valor moral que assume o auge — é um bravo, um herói!

Seguindo o desenrolar do curso de gerações e gerações de minha família, desde duzentos anos atrás, tenho encontrado de tudo. Encontram-se médicos, bacharéis de renome, engenheiros, padres, militares graduados, ministros de tribunal, políticos de nomeada, deputados, ricos industriais e fazendeiros, até governadores de Estado, mas, nenhum com a bravura, o heroísmo dêsse moço, jovem e humilde, de que vos vou falar. É um descendente de Constantino Dantas Correia de Góis, um meu tio-avô, que foi casado com uma neta de Caetano Dantas Correia.

Quero me referir a um filho de Maria Dantas Nóbrega, neta de Constantino, casada com José Agostinho da Silva, êsse que, covardemente, abandonou a família. Maria Dantas Nóbrega, desprezada pelo marido, com dois filhinhos — Maria das Dores Nóbrega e Sebastião Dantas Nóbrega, fui encontrá-la, em Patos, num casebre, abandonada ao léu do destino, vinda de família opulenta, agora a passar privações. Uma sua irmã, também pobre, Mariana Dantas Nóbrega, tomou a seu cargo a obrigação de criar Sebastião, dividindo com a sua irmã Maria Dantas Nóbrega, as obrigações de família. Enquanto isso, o desalmado pai, deixava os filhos e espôsa ao deus-dará.

Qual não foi a minha surpresa, ao chegar ao casebre de Maria Dantas Nóbrega, semi-viúva, abandonada pelo espôso há muitos anos, contando-me a adversidade do seu destino. Estava presente o seu filho Sebastião Dantas Nóbrega, que mora com sua tia Mariana, o qual viera deixar-lhe parte do seu salário, dividindo com sua mãe de criação e a sua mãe legítima. Ao ver aquêlo môço, de côr branca franzino, de olhar vivaz, ar simpático, com dezesseis anos apenas, tão cumpridor do seu dever, senti pelo mesmo, um misto de inveja e admiração. Era uma criança ainda, mas já era um homem nas atitudes. Era um bravo, um herói. Agora, quando estamos no tempo da "mocidade transviada", vemos êsse môço, jovem ainda, sacrificando-se no cumprimento do seu dever. É raro gente dêsse quillate. Êle, trabalhando o dia todo, a noite vai fazer companhia a sua tia e mãe de criação, lá num subúrbio afastado, numa choupana humilde, onde habita o caráter, a dignidade. A sua irmã, jovem de dezoito anos, Maria das Dores Nóbrega, também trabalha, com um salário de fome, num atelier feminino, para se manter e ajudar a mãe. Os quatro, a viuva, sua irmã Mariana e os dois órfãos de pai são um reduto de bravos!

Sebastião Dantas Nóbrega, é um exemplo de dignidade e grandeza d'alma. É um bravo, é um herói, de quem me orgulho de tê-lo como parente. Quisera poder, e ajudá-lo-ia.

Que sirva de exemplo a êsses môços transviados de sua idade o quanto é nobre ser digno, cumprir com o seu dever.

Campina Grande, 2-IX-1962

# CIMENTO NO CARIRI

J. LINDEMBERG DE AQUINO

Nos próximos 15 meses deverá entrar em funcionamento a primeira fábrica de cimento do Cariri, localizada no Município de Barbalha. É fruto do esforço e da união de capitais dos filhos de Barbalha, com a ajuda de capitais dos diversos municípios caririenses. Resultante do projeto Morris Asimow, a INDÚSTRIA BARBALHENSE DE CIMENTO PORTLAND (D) S/A, como se denominará a nova Empresa privada, será marco dos mais expressivos no desenvolvimento industrial do Cariri, prova evidente de que o eixo econômico do Estado está sendo aos poucos deslocado para a zona do Cariri.

Em se falando em cimento, no Cariri, é de justiça ressaltar-se que o pioneiro da idéia, para que no Cariri funcionasse indústria do nosso xisto e calcáreo foi o ex-deputado ALENCAR ARARIPE.

Já no recinto do Palácio Tiradentes, onde funcionava a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, dizia àquela época, (junho de 1948) o dr. Alencar Araripe: "Sr. Presidente: as riquezas minerais e as possibilidades econômicas da região do Cariri estão bem estudadas num artigo do engenheiro Carlos Gomes Filho, que ali esteve por muito tempo, procedendo a estudos geológicos, ordenados pelo respectivo Departamento Federal. Tanto assim que o seu autor termina dizendo: "...a localização de uma fábrica de cimento na cidade do Crato, para aproveitamento das argilas, da sílica, do calcáreo e do gesso do Chapadão do Araripe, é uma cousa louvável, para maior grandeza daquela região".

Não data de 1948 a luta de Alencar Araripe por uma fábrica de cimento no Cariri a seu ver, o mais importante empreendimento econômico para a região. Muito antes daquele ano ele iniciara a luta, agitando a idéia com diversos discursos parlamentares e artigos pela imprensa.

O CORREIO DA MANHÃ, um dos principais órgãos da imprensa carioca, em sua edição de 18 de junho de 1947, em artigo intitulado SEIO DE ABRAÃO, já fazia referências à sua luta, dizendo, jun-



to ao título: O deputado Alencar Araripe sugere ao governo a localização de uma fábrica de cimento em Crato, Ceará.

"Não conhecemos pessoalmente êsse ilustre embaixador da Terra de Iracema, diz o jornal, mas não é de estranhar que se trate de uma brilhante inteligência, como é de quase todo nortista que vem ao sul representar o seu estado natal. Um verdadeiro patriota, na extensão da palavra, e sua bela sugestão tem raízes no perfeito conhecimento das riquezas e dos recursos minerais do Estado do Ceará, condensados a maior parte no imenso planalto central conhecido como Serra do Araripe..."

Em outro trecho do artigo diz o CORREIO DA MANHÃ:

"— os flancos dêsse planalto vêm sofrendo uma decomposição e desmoronamento contínuo, motivados pela ação erosiva das chuvas, de moio que tôda a serra está, presentemente, circundada de escarpas notáveis, que atingem, por vêzes, a várias centenas de metros, deixando a descoberto ricos depósitos de calcáreo, gipsita e outros recursos minerais..."

O sr. Alencar Araripe, falando na Câmara, diz:

"Estamos, Sr. Presidente, entre os que de há muito compreenderam a necessidade de vencermos os obstáculos existentes, para que se possa elevar o consumo de cimento no interior do País, tendo aventado, nesta Casa, a idéia de disseminação de pequenas fábricas, uma das quais procuramos localizar, em sugestões feitas ao Ministro da Agricultura, na cidade de Crato, do Ceará. Efetivamente, em 9 de junho de 1947, solicitamos à Mesa se dignasse officiar ao titular da referida pasta, indicando a necessidade de providenciar, quanto antes, para que técnicos da mesma realizassem os estudos precisos para a localização da citada fábrica de cimento, e o concomitante aproveitamento do xisto betuminoso, all abundante, como combustível". (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 9-6-48, pág. 4197).

O requerimento foi enviado a 9 de junho de 1947. Sòmente um ano depois, em junho de 1948, era respondido pelo Ministério, cujo departamento especializado informava não possuir verbas para tais serviços de pesquisas...

Mas a luta do sr. Alencar Araripe não parou. Nos anos de 1948, 1949 e 1950 continuou o seu esforço, para que os técnicos examinassem as possibilidades de cimento no Cariri.

Os estudos foram feitos, e cópia dos seus resultados se encontra no Museu de Crato, provando que temos possibilidades imensas, no Cariri, para a indústria de cimento.

Mais de dez anos são decorridos.

Agora o Cariri entra na fase definitiva da industrialização do xisto, gipsita e calcáreo, com a fábrica prestes a instalar-se, na cidade de Barbalha.

Para isso, foram precisos muitos esforços. A chegada da energia de Paulo Afonso, em dezembro de 1961, possibilitando a energia farta e barata para os empreendimentos industriais — e os estudos da brilhante equipe chefiada pelo professor Morris Asimow, constituída de técnicos das Universidades do Ceará e da Califórnia, foram os passos decisivos para a arrancada que Barbalha, e não o Crato, tomou a peito realizar.

E se os barbalhenses tomaram a iniciativa de patrocinar a Fábrica de Cimento do Cariri, devemos emprestar a todos êles o nosso mais irrestrito e incondicional apoio. Não nos deve mover o ego-centrismo municipal, que nada constrói, mas o regionalismo sadio, que vê em cada empreendimento de progresso para a região uma modalidade nova de levantamento do nível de vida do Cariri e do seu povo.

Coube — ou caberá — a Barbalha — a liderança de possuir a Fábrica de Cimento do Cariri.

Mas coube ao Crato, através de um dos seus mais ilustres amigos, o ex-deputado ALENCAR ARARIPE, a iniciativa pioneira nesse sentido, o lançamento da idéia, a sustentação de sua luta, o seu apóio aos que aceitaram o desafio de instalar êsse gigantesco empreendimento industrial da zona sul do Ceará.

Os dois municípios mais uma vez, em contingências históricas, se irmanam na mesma luta pelo progresso do Cariri, pelo seu desenvolvimento e prosperidade, que, em última análise, será o progresso do Ceará e do Brasil.

#### ANÁLISES DOS MATERIAIS (GIPSITA, XISTO E CALCÁREO) NO MUNICÍPIO DO CRATO FEITAS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ANÁLISE N.º 8.070 — de uma amostra de gipsita. Procedência: Crato - Ce.

R. I. SiO 2 (resíduo insolúvel sílica ) .....	0,1%
Pêrda de Fogo .. .. .	21,0
SO 3 (anidrido sulfúrico) .....	45,5
C aO (óxido de cálcio) .. .. .	33,0
M gO (óxido de magnésio) .. .. .	traços
3.º grupo (Fe 20 3 AL 203) .....	traços
C I (cloretos) .. .. .	ausência
TOTAL . . . . .	99,6

Observação: A amostra contém 97,8% de sulfato de cálcio, hidratado (Ca-SO<sub>4</sub> .2H 2O). Assinado: Osvaldo Erichsen de Oliveira, Químico.

**ANÁLISE N.º 8.125** — análise de uma amostra de xisto. Procedência: Crato - Ce.

Destilação:

Óleo . . . . .	20,2%
Água . . . . .	10,3"
Semi-coque . . . . .	67,2"
Gases e perdas . . . . .	2,3"

**Análise imediata**

Unidade (1055° C) . . . . .	3,1%
Matéria volátil (A. B. N. T.) . . . . .	44,3"
Cinzas . . . . .	50,0"
Enxôfre . . . . .	2,8"

As.: Ralphe Rezende Decourt, Técnico em Combustíveis. Visto, Mário Pinto.

**ANÁLISE 8.219**

(De uma amostra de calcáreo). Procedência: Crato - Ce.

Resultados da análise:

P. F. (perda do Fogo) . . . . .	43,4%
R. I. (resíduo insolúvel) . . . . .	0,2
R. 2. 0. 3. (óxidos de ferro e alumínio) . . . . .	0,9
C aO (óxidos de cálcio) . . . . .	54,4
M gO (óxido de magnésio) . . . . .	0,6

A percentagem provável de calcita na amostra é: 97,1%.

Alda Espíndola, Tecnologista Químico "K". Visto, Mário Pinto.

Essas as análises dos produtos básicos para a indústria de cimento, encontrados com abundância no Município do Crato.

# RELEMBRANDO O CARIRI ANTIGO

GAL. DR. PINHEIRO MONTEIRO

“É doce, nas horas felizes, reatar, na cadeia do tempo, os dias distantes e dispersos. A ventura presente se engrandece quando a alma o reflexo de um passado onde a voz da experiência não mentiu”.

ALUÍSIO DE CASTRO

“A biografia é um dos elementos da história e fornece contingente aos estudos da psicologia social”.

BARÃO DE STUDART

No Cariri, vários empreendimentos se realizaram sob a influência do catolicismo, na sua mais alta expressão. As casas de Caridade e o Seminário de Crato, para nos referirmos somente às maiores realizações que, outrora, foram inspiradas no âmbito religioso, fácil nos não seria descrevê-las, aqui, nesta síntese histórica, se houvesse mister realçar em estilo grandiloquo a incalculável soma de benemerências públicas que se vêm aliando, na proporção dos anos, assim no círculo regional como além da nossa própria coletividade. Em referência ao Pe. Mestre Ibiapina e D. Luiz dos Santos, os beneméritos e aplaudidos evangelizadores que os edificaram, todos os louvores diriam pouco, já que se não encontram melhores no seio do Clero Nacional, de então. Por conseguinte, bem melhor fôra que lhes tributássemos o culto mais afetuoso no silêncio votivo do recolhimento, ao invés de enaltecermos sua vida e obras através do vocabulário humano.

\* \* \*

Registra a cronologia cearense o episódio revolucionário de 1817, destacando-o como fator cívico de primeira plana, na marcha vitoriosa da nossa evolução social e política. Impulsionada dos estos de

lídimo patriotismo, agita-se, no litoral pernambucano, a plêiade de sonhadores que tentaram plantar a semente da democracia, que somente anos depois lograria germinar, de modo promissor, no solo fecundo da Pátria.

Vem de molde, portanto, lembrar-nos, neste passo, o nome do diácono José Martiniano de Alencar, escolhido dos Pernambucanos, por vexilário dos ideais de independência em terras do Cariri. Em obediência ao mandato que a confiança dos conspiradores lhe outorgou, Alencar, no dia 3 de maio, hasteou a bandeira revolucionária. Desatou, em seguida, o verbo inspirado no adro da velha Matriz do Crato, apinhado de gente que regressa aos lares após a missa conventual. Procura insuflar no ânimo do povo, a excelência do suspirado regime. Mostra a falta de justiça. Verbera e incrimina as violências praticadas, de norte a sul do País, a mando da dinastia dos Braganças. Faz sentir quão erradas andam as nações, grandes e pequenas, às vêzes de todo ignoradas, que se deixam dominar do despotismo; que desprezam a lei e violam a justiça; que glorificam com a fôrça e menosprezam os postulados básicos onde se assenta o escudo invencível da soberania. Acompanhado da turba multa que o rodela, encaminha-se à cadeia pública onde liberta os detentos. Senhoreia-se da cidade. Lavra ata da ocorrência. Despacha emissário a Recife levando ofício onde noticia, pormenorizadamente, o desempenho da missão de que estava incumbido. Entrementes Leandro Bezerra Monteiro, não obstante ter de enfrentar tarefa dificultosa, superior mesmo às suas possibilidades, atento o pêso dos seus oitenta anos, confiado e resolutu, avoca a si a iniciativa da contra-revolução. É que ao velho legalista parece prematuro o sonho do separatismo, à mingua de base segura onde se firme e consolide; parece-lhe difícil a concretização da idéia republicana, a exemplo das similares ocorridas em Minas Gerais, desde a de Pitangui, chefiada por Domingos Prado, em 1719, até a de Felipe dos Santos e Tiradentes, desencadeadas, respectivamente, em 1720 e 1792.

\* \* \*

A primeira idéia que veio ao espírito de Leandro foi recorrer a Filgueiras, cuja fama era grande naquele tempo. A eficiente colaboração dêsse não podia ser subestimada. Procura Leandro persuadi-lo da conveniência de se afastar do movimento. Segundo depoimento de pessoas fidedignas, Filgueiras se aleara à causa dos Alencares, ou porque fôsse grandemente afeiçoado a Tristão, ou por não querer negar-lhes o apoio solicitado por intermédio do capitão de Barbalha, Frei Francisco de Santana Pessoa. E o intemorato Capitão-Mor, seja impulsionado pelo espírito de disciplina, seja receoso de perder a confiança da Côrte, dum ou doutro modo, apurado, é certo acorreu ao encontro daquela que o procurara duas vêzes, respectivamente, por

meio de Gonçalo Luiz Teles de Menezes e Pe. Francisco Gonçalves Martins. Destarte não mais vacilou Filgueiras colocar-se ao lado da legalidade. Providências concretas foram tomadas para o êxito da empresa que já, agora, juntos iriam desempenhar. E os dois prestimosos Chefes daqueles rincões, ambos oficiais da milícia, ambos de indisputado prestígio e renome em meio às populações sertanejas, ambos também ajudados das tropas mobilizadas, marcharam em demanda do Crato que retomaram no dia 11, após nove dias de fêcundas e continuadas diligências. A contra-revolução se efetuou, pois, graças à vigilância severa do velho miliciano, sob a sua visão inspecionadora sempre fiel aos poderes constituídos e sempre coe-rente com os clássicos princípios de disciplina.

\* \* \*

Assim, não sabemos como aceitar a afirmativa, tão divulgada quanto inexata, de que cabe a Filgueiras a glória de haver sopitado o movimento em questão. Indubitavelmente, foi Leandro Bezerra Monteiro a figura central da ofensiva levada a efeito contra os primeiros alvoroços do separatismo que o legionário da liberdade pregara em Crato, com abnegação e entusiasmo, naquela célebre manhã histórica. Para tanto, além de contar com Filgueiras, tivera ainda a participação de João Lôbo de Macedo, seu fiel amigo, e do sargento-mor José Vitoriano Maciel. Não se julgue, portanto, que estamos a olvidar, e muito menos, obscurecer, o papel do capitão-mor Filgueiras, nessa emergência longínqua da nossa vida política. Não. Não negaremos seus solícitos e precisos serviços à causa, como jamais desconhecemos o ardor e brilho com que se houve no Nordeste, para corramento da independência nacional, em 1822, bem assim a solicitude, em 1824, na conhecida Confederação do Equador. Todos sabemos que o destino lhe reservara, no glorioso e empolgante drama do Ipiranga, papel de relêvo, tão amplo quão valioso; o de comandante supremo da Expedição que derrotaria, em Caxias, as tropas de Fidié. Valente, calculista, intrépido, ativo, operoso, quer no Ceará, quer no Piauí e no Maranhão, dirigente intemorato de várias refregas sangrentas, não é demais que se lhe escreva o nome, com justiça, na galeria das personagens inolvidáveis que vultosos serviços prestaram à Pátria, nos primórdios da nacionalidade.

\* \* \*

Confirmaremos, aqui, também, o conceito unânime de que goza o diácono Alencar, assim nos dois movimentos em tela, como em outras missões honoríficas em que atuou ou de que se viu incumbido. Alencar, pelo mérito intelectual e grandeza da própria personalidade, foi varão egrégio, eminente, glória e ornamento da Pátria; dêsses que,

ao desaparecerem, deixam após de si um rasto de luz refulgente que jamais viria a apagar-se. Amando a política, com ardor e entusiasmo a ela se dedicou; por intermédio dela granjeou posição invejável no panorama nacional. Elegeu-se deputado à Constituinte de Lisboa, a 20 de novembro de 1821. Por duas vèzes galgou a Presidência da Província, onde se revelou o maior de todos os Governadores do Ceará. Foi deputado-geral e senador do Império, ao tempo em que o Parlamento se constituía de valores autênticos; soldados cobertos de condecorações, escritores de renome que enaltecem a literatura de um povo e estadistas encanecidos nas lutas em prol da humanidade e dos problemas nacionais.

\* \* \*

Outro rebento integrante dessa mesma prestigiosa família que do nordeste pernambucano viera habitar na terra dos verdes canais, foi a figura de patriota e republicano histórico de Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Herói e Mártir. Personificação de lutar nas lides afanosas da liberdade pátria. Soube se salientar no movimento que ligara o Ceará à causa pernambucana, em 1817, participou também, do movimento pro-Independência Brasileira, iniciado no Icó. Instalou o Governo Provisório em Fortaleza. Constituiu-se, então, elemento de grande projeção naquela benemérita cruzada libertadora. Cooperou, ao lado de Filgueiras, na rendição de Caxias. Pereceu vítima de traição inqualificável. Covardemente batido pelas tropas imperiais no povoado Santa Rosa, dêste Estado, à margem do Jaguaribe, aos 31 de outubro de 1824. Seu cadáver, impiedosamente mutilado, exposto ao tempo, ao ridículo e escárnio, permaneceu insepulto até o momento em que a piedade de um itinerante houve por bem recolhê-lo à paz do sepulcro, na pequena capela do mesmo povoado. Pelo brio, pela bravura cívica, pela coragem merece que algo, aqui, se lhe diga para efeito da posteridade. Deixemos, pois, nestas linhas, êste pequeno registro histórico por amor às nossas tradições gloriosas e como pequena homenagem à sua santa memória. Depois da rendição de Caxias passou a se assinar Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Senador Alencar e Tristão eram filhos de Dona Bárbara, a heroína na expressão de Arruda Câmara. Esta tomou parte saliente na revolução em causa. Não só permitiu que seus filhos fizessem o movimento, escolhendo a cidade do Crato como sede da revolução que sublevaria todo Ceará, a serviço dos nativistas pernambucanos, como também conseguiu a colaboração que o Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha e outros lhes ofereceram.

\* \* \*

Como remate a êstes ligeiros comentários sôbre a revolução de 1817, no Cariri, acrescente-se que no dia 5 de maio, em Jardim, Leonel Pereira de Alencar, na presença dos seus parentes, cabêças do movimento, em Crato, também hasteou a bandeira revolucionária. Êsse movimento, porém, foi de somenos importância. Não teve repercussão. Morreu no nascedouro, tão logo se tornou do conhecimento de todos a sufocação do movimento, em Crato.

\* \* \*

Dir-se-ia que atravessamos um curto período de paz, paz de Varsóvia, qual nos tempos de Napoleão. Como se não bastassem alguns dissabores e atribulações, por inquietarem a tranqüillidade sertaneja, recebe o Cariri a visita inesperada e indesejada dum bando de ciganos. Êstes nômades errantes assaltam a zona rural. Invadem cidades. Levam, de roldão, pelo Crato e circunvizinhança o terror, o mêdo, a desconfiança, a ameaça e a desolação. A êsse melindroso estado de cousas se opôs, corajosamente, o ouvidor Antônio Rodrigues de Carvalho. Comissionado do govêrno, emprega as providências que as circunstâncias estavam a reclamar. Houve-se com energia e prudência, a um tempo. Castiga e reprime uns; envia à ilha São Tomé outros que deviam ser degredados. Tão salutares medidas trouxeram a paz e sossêgo que ansiosamente almejavam. Não obstante êstes esforços valiosos e nunca assaz louvados, o ouvidor vem ser perseguido dos próprios correligionários e comensais. A justiça negativa lhe não galhardoa o zêlo extraordinário de magistrado amante da lei e da ordem. Pelo contrário, denuncia-o como partidário da revolução nativista nascida em Recife. Enquanto os falsos amigos assim procediam, os desafetos intransigentes o apontaram como sectário fervoroso dos revolucionários, tendo já mobilizado grande número de adeptos com os quais estaria pronto a engrossar as fileiras adversas aos podêres constituídos. Em face da delação, é prêso e deportado a 30 de março de 1817, antes, portanto, de rebentar o movimento em Crato. De Fortaleza, em companhia de Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco, ambos emissários do Govêrno revolucionário Pernambucano, seguiu no navio Jiquiá para Lisboa.

\* \* \*

Aos acontecimentos que vimos de rememorar ajuntem-se estouros ocorridos na terceira década do século findo, em 1832. Referimo-nos às guerrilhas de Pinto Madeira. Estávamos em abril de 1831. O primeiro monarca abdica em favor do filho, D. Pedro de Alcântara, que era apenas chegado aos cinco anos de idade. No objetivo de reestru-



rar o trono aparece, no cenário destes sertões, outro miliciano, conhecido dos políticos que o viram e admiraram insurgindo-se contra os republicanos de 1824, naquela era remota, longe, bem longe das mudanças políticas que sobrevieram no Brasil. Foi Joaquim Pinto Madeira, homem de ofuscante prestígio, de intrepidez e coragem merecidamente reconhecidos e proclamados nas plagas caririenses. Angaria prosélitos. Adquire, sem demora, o auxílio eficiente do primeiro vigário colado de Jardim desde 1816, Padre Antônio Manuel de Sousa, a quem cognominaram "benze cacêtes". Reune cerca de dois mil homens. Empunha a bandeira revolucionária. Ajudado dêsse exército irregular, armado de "bacamarte boca-de-sino", de "lazarina", punhal e cacêtes, todo o arsenal bélico que lhe foi possível conseguir, marcha sobre Crato e o Governador da Província, José Mariano de Albuquerque Cavalcante. Após sérios e sangrentos combates em Macapá (hoje Jati), Barbalha, Missão Velha, Icó, Cachoeirinha, entregam-se os chefetes rebelados às forças de Labatut, que acabara de aportar ao Ceará, comissionado do Governo para apaziguar os ânimos agitados e turbulentos, ao calor das batalhas fratricidas. A rendição de ambos se deu no lugar Correntinho a 13 de outubro de 1832, quando se lhes deparara a êles a impossibilidade de prosseguirem a luta contra o Governo Provincial.

\* \* \*

Dentre os combates ocorridos nesses vaivéns sobressaiu o de Icó que atingiu as raias de verdadeira carnificina. Esta rubra tragédia ficou gravada nos anais cearenses como a de mais triste memória aos nervos de combatentes de então. Certa manhã defrontam-se, ali, as tropas legais e as hostes "pintistas". "Atenção!... Corneteiro! Tocar avançada!..." brada a voz tonitroante do Comandante-Chefe, ao avistar o inimigo. E porque o corneteiro não lhe obedecesse com presteza, o superior desembainha a espada. Num gesto de felino raivoso, tenta cortar a cabeça do subalterno. Depois dessa cena relâmpago, ouve-se o toque ordenado. Trava-se, então, violento conflito, corpo a corpo, onde o sangue corre em ondas, numa barbarização suprema. Nessa hecatombe de tão maléficas e deploráveis conseqüências onde as tropas irregulares levaram vantagens apesar de grande número de perdas, ocorre uma particularidade de causar estranheza e admiração. Às 14 horas, um dos **corcundas** abandona a luta e viaja célere ao Crato. Afronta o cansaço. Chega ao destino às 23 horas, precisamente. Atendendo à distância de 30 léguas que medeia entre as duas cidades, o fato é notório porque vem patentear a resistência sertaneja. Assim se soube 8 horas depois, no Crato, a notícia da mortandade e peripécia da luta, mercê do esforço titânico do fugitivo.

\* \* \*

Esta é, em breve resumo, a crônica das guerrilhas de Pinto Madeira, cujo epílogo foi o fuzilamento do principal responsável, condenado em júri faccioso, cuja presidência coube a José Vitoriano Maciel, juiz leigo, entidade sinistra, verdugo implacável de quantos lhe não fôsem simpáticos. "Figura tétrica" da história cearense, nos primeiros decênios da monarquia, como no-lo classifica Hugo Victor. Quanto ao Padre Antônio Manuel, recolheram-no aos cárceres de Recife e Maranhão. Absolvido a 19 de junho de 1837, faleceu, entre os seus antigos paroquianos, a 25 de setembro de 1857, pobre e desiludido dos ardentes anseios patrióticos. Socorria-o na sua velhice atribulada o então vigário de Jardim, Padre Joaquim de Sá Barreto. Como remanescente das refregas "pintistas", José Machado do Nascimento, a 3 de novembro de 1833 ataca a vila de Missão Velha, desbaratando a tropa, de linha, que ali se achava estacionada.

\* \* \*

Iam-se os dias decorrendo sob a impressão desagradável dessas guerrilhas que, aqui, nos aprouve ventilar quando nos assombra e aturde outra calamidade com sua coorte de horrores facilmente imagináveis. Quero referir-me à invasão dos silvícolas em 1833. Vagueiam pelas estradas. Agridem viajores. Praticam, sem escrúpulos, o roubo. Ateiam fogo às matas e pastagens. Prendem vaqueiros e caçadores. Aplicam-lhes suplícios sem conta. Com fereza inominável lançam estas pobres vítimas ainda com vida, nas chamas crepitantes de fogueiras inquisitoriais. Aos saltos e gritos entremeados de danças, se banquetelam. Munidos de flechas, arcos, tacapes e borés bebericam em derredor dos destroços sanguinolentos dos que contra eles lutaram.

\* \* \*

Ponhamos à margem considerações outras que desejaríamos fazer referentes a diversos episódios do Cariri antigo, já por nos faltarem dados, já por existirem também escritos múltiplos que elucidam o assunto quanto exigir-se possa. Estudados, a "vol d'oiseau", embora, aquêles principais fatos que remontam aos albores da nossa vida de povo civilizado, permitir-nos-emos a nós, fiéis qual devemos ser à tradição, lembrar aqui personagens de notória atuação no nosso passado remoto, que vieram, com sua colaboração, contribuir para a grandeza da terra comum. Na galeria dêsses vultos, notáveis pelo prestígio e eminentes pelas virtudes privadas, seja-nos permitido destacar, entre outros, a bela figura de sacerdote Padre Pedro Ribeiro da Silva, Francisco Cândido de Castro Menezes, Cônego José Ferreira Lima Sucupira, e Leandro de Chaves e Melo Ratisbona.

**Padre Pedro Ribeiro** — Quanto ao Padre Pedro, seu nome e vida, sua atividade sacerdotal e labôres agrícolas, sua progênie “a fisionomia sócio-econômica da Casa Grande”, seus merecimentos, mais ou menos tudo que se lhe refere, como padre e condutor de homens, se quiséssemos descrever, teríamos de repetir o ilustre Padre Antônio Gomes que nos ofereceu um quadro completo da sua personalidade.

**Cândido Meneses** — Figura marcante dentre o Oficialato da nossa Marinha de Guerra. Teve o bêmço na cidade do Crato a 4 de maio de 1810. Vários encargos de relêvo desempenhou no seio da Corporação a que pertenceu. Destacou-se pelo lustre da cultura em matéria naval e ótimos predicados de patriota sem desfalecimento. Com espírito de sacrifício e grande desvêlo, serviu às Forças em operação na guerra do Paraguai. Valeu-lhe a soma de inestimáveis serviços as condecorações do Cruzeiro (Decreto 25-3-1841), do Oficial da Rosa (Decreto 2-12-1845). Justiça fôra salientarmos suas tradições patrióticas no exercício consciente do Comando das Frotilhas do Rio Grande, Mato Grosso e Divisão de Uruguaiana, onde se houve com tal relevância que o Governo Imperial o condecora com a insígnia da Ordem de São Bento de Aviz. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1875. Soube honrar com sua abnegação, probidade, cultura e eficiência as tradições luminosas que nos deixaram Tibúrcio e Sampaio.

x x x

**Cônego Sucupira** — Outra bela figura de sacerdote. Nesta sucinta análise evocativa dos valores cratenses, não poderíamos nem deveríamos esquecê-lo. Nasceu em Crato em 1781. Primeiro Vigário-Geral da Diocese Fortalezaense. Neste cargo, breve lhe foi a passagem. Deixou-nos, porém, traços nobilitantes da atuação junto ao grande prelado que a providência, nos seus sábios desígnios, escolheu por primeiro pastor da cristandade cearense. Do cônego Sucupira, não devemos esquecer que estêve, largo tempo, enamorado da política. Deputado na Confederação do Equador, integrou a Assembléia Provincial de 1835 a 1837. Sua atividade política o elevou à representação geral, no mandato de 1838 a 1841. Embora figurasse três vêzes na lista de senadores, não logrou ser escolhido. Cavalheiro da Ordem de Cristo. Jornalista primoroso, na época. No Ceará combateu, enêrgicamente, o abrilismo. Redatoriu o Cirineu e o Jacaúna, jornal êsse de combate ao “Semanário Constitucional”. Merece, por conseguinte, aplaudido, como astro de primeira grandeza, no Cenário da política cearense. Faleceu a 25 de janeiro de 1867.

\* \* \*

**Leandro Ratisbona** — Nasceu em Crato a 1.º de maio de 1824. Filho do Capitão Tomaz José Leite de Chaves e Melo e D.<sup>a</sup> Antônia

Joaquina de Sá Barreto. Esta provém do consórcio de Joaquim Antônio Bezerra de Menezes, terceiro e último Capitão-mor do Crato, e D.<sup>a</sup> Ana Angélica de Jesus de Sá Barreto. Como vemos, Ratisbona descende, pelo lado materno, da família Bezerra de Menezes, uma das mais tradicionais de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Ceará. Dentre os ancestrais dessa numerosa família encontram-se não só elementos indígenas, como as índias Maria do Espírito Santo Arco Verde e Catarina Álvares Paraguaçu, senão ainda ascendentes ilustres, como Domingos Bezerra Monteiro e o Marechal de Campo Luís Barbalho Bezerra, fidalgo da Casa Real, comendador, conhecido como o Xenofonte brasileiro pelos serviços prestados na guerra contra os Holandeses. Depara-se-nos, ainda, em linha reta, na árvore genealógica de Ratisbona, o Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, seu bisavô, já acima focalizado no breve relato do movimento revolucionário de 1817. Não terminara ainda os estudos primários na cidade natal quando lhe faleceu o pai. Coube-lhe por sorte substituí-lo no cargo de Escrivão do Cartório dos Órfãos. Transportando-se a Recife, ali concluiu o Curso Secundário, matriculando-se, depois, na tradicional Academia de Olinda, onde se bacharelou aos 29 anos de idade, em 1853.

Cursava o segundo ano jurídico quando o enviaram à Assembléa Cearense por Deputado Provincial. Iniciou, assim, sua carreira política, ingressando no Partido Liberal, agremiação organizada e dirigida pela indomável energia do Senador Pompeu e animada do espírito imperecível de Liberato Barroso. Na carreira que ia encetar, o destino lhe reservara largas perspectivas. A tanto o ajudava a natureza que o dotara de raros predicados à difícil arte política. Possuía, afirmam-no os que de perto o conheceram, o segredo de irradiar simpatia, de conquistar afeições, qualidades estas arroladas por básicas no mesmo jôgo político. Representou o Ceará na Câmara do Império. Os que privaram com êle ao tempo das atividades parlamentares consideram-no um dos mais cultos, esforçados e solícitos representantes. Estrêla de esplendorosa grandeza, orador fluênte e imaginoso, por todos apreciado, seja pelos arroubos da eloquência nata, seja pelo conhecimento dos Negócios da Província e múltiplos problemas da Nacionalidade. Seus discursos, transcritos nos anais da 12 e 13 legislaturas, podem, ainda hoje, ser classificados por primores oratórios, modelo de aticismo, tanto pelo colorido da linguagem, pela inteireza dos conceitos e lógica das observações, quanto pelo desassombro e sobranceira da consciência na defesa dos direitos e liberdades públicas. Servidor das boas causas, amigo da Ordem Social, pródigo de uma bondade transbordante, nunca se lhe ouviu o verbo, inspirado e, grandiloquo atingir às ratas da violência e injustiça. Homem reservado, mas franco no emitir suas opiniões, exemplo de democracia perfeita, acessível ao extremo, Ratisbona legou-

nos lições inesquecíveis de virtudes essenciais, de simplicidade e modéstia, de firmeza de caráter, de serenidade de atitudes.

\* \* \*

Foi professor de português no Liceu, em 1857. Dêle não devemos esquecer que militou longo tempo na Imprensa. Apesar de combativo, sem espetaculosidade, deixava quase sempre dominar-se pelo coração. "No melhor caminho", diz um cronista da época, retrocedia ao impulso de uma fôrça estranha que não era a do seu senso íntimo, mas uma febre d'alma que o prostrava e João Brígido, em carta ao Senador Pompeu, referente a eleições no Ceará, assim se expressava: "Eu escreverei sôbre isto ao Ratisbona, lhe pedirei que faça aprovar a partilha do Coriolano, mas êle é muito mole, muito tímido e condescendente. É preciso que você lhe dê algum tônico." Em que pèse ao conceito do primoroso jornalista, o maior da história cearense, a referência se nos não apresenta justa para com Ratisbona. Espêlho vivo da honra e dignidade, político sem ambição, de correção inexcedível, cheio de escrúpulo e zeloso do próprio nome, não permitia, em tempo algum, contassem com sua cumplicidade para o desvirtuamento dos princípios de justiça. Nada de preterirem o direito sagrado de quem quer que seja. Reconhecia-lhe a coerência das atitudes o próprio Senador Pompeu, cuja grandeza moral, por seu turno, o fizera a personalidade maravilhosa que ainda hoje subsiste e paira na consciência política do Estado.

A República, notificando-lhe a morte, traça o seguinte perfil encomiástico "Foi um talento de filigrana, com muitos dotes para a atração dos ânimos, o ilustre cearense que tinha finado, há muito, para morrer ontem. Espirituoso, insinuante e duma palavra que enleava, era o que os francêsês chamam "causeur" sublime, que dominava tanto os salões ou rodas aristocráticas, como nas palestras aldeães". Ainda sôbre êle proferiu o Barão de Studart as seguintes expressões: "Foi homem à imagem de Saldanha. Orador, era tal a sua fama que provocou a sua aparição na Câmara acentuado movimento de curiosidade, que não decepcionou". Se era douto nas ciências jurídicas não menos o era na literatura pátria, portuguesa e francêsa. Recitava todo "Os Lusíadas" de cor, conforme acentua um dos seus melhores biógrafos.

\* \* \*

No júri sensacionalíssimo de D. Maria Lessa, autora intelectual do bárbaro assassinato do seu espôso, Coronel Abreu, Ratisbona funcionou como advogado dum sobrinho da vítima, também indigitado cúmplice daquele horroroso homicídio que, em 1953, abalou profundamente a cidade de Quixeramobim. Atentos o poderio econômico e a influência social dos réus, grandes latifundiários da-

quelas terras, às margens do Banabuiú, fácil de se concluir que era realmente renomado e de profundos conhecimentos em matéria de Direito Penal. "Pertenceu ao período áureo da nossa vida intelectual e jurídica. Jurista, advogado e deputado-geral que deixou larga e honrosa tradição" assim se manifesta o Desembargador Abner de Vasconcelos.

\* \* \*

Em 1877, Ratisbona resolveu fixar-se na Paraíba do Sul. Chegado que fôra àquela hospitaleira cidade, houve por bem prestar outros serviços à sua Província Natal. Consegue, entre amigos e fazendeiros daqueles recantos fluminenses, fabulosos donativos. Por intermédio do seu dileto chefe e amigo Senador Pompeu os distribui aos flagelados do Ceará que, então, atravessa a mais terrível calamidade, de que nos fala a história das secas nordestinas. Entregou-se aos trabalhos de advocacia. Ali viveu vários anos na Penumbra do ostracismo, porém como estrela cintilante ao exercício da profissão. Nesta se fez provecto e conquistou posição invejável, ou por dedicação ao estudo, ou por condições vocacionais. Este o homem que há sessenta e dois anos faleceu no Rio, vitimado por derrame cerebral.

\* \* \*

É com os maiores e belos exemplos de um passado, cheio de honra e dignidade, que nos é dado adestrar o presente e preparar o futuro. Mostrando aos contemporâneos o que fomos, poderemos prever, prognosticar, prevenir ou aquilatar o que venhamos a ser. Por isto, em ligeiras pinceladas, embora, nos aprouve traçar o perfil moral deste grande lutador que se chamou, em vida, LEANDRO DE CHAVES e MELO RATISBONA.

Prestando, assim, pálida e modesta homenagem à sua memória, na medida das possibilidades mentais, supomos haver colaborado porque se torne mais conhecido das gerações novas um modelo completo de professor, de político, de jornalista, de advogado e homem público, digno, por vários títulos, de ser imitado.

## TRINADOS DA MINHA MUSA

Sonhando, no sonho sonhei que me alava  
E que me embalava nas asas do amor;  
E a musa do sonho, num doce sorriso  
Tirou-me do siso de grave senhor.

Sonhando, sonhei delícias, venturas,  
Que dores e agruras jamais sofreria;  
Nos braços da glória às esferas voava,  
Prazeres gozava de etérea harmonia.

E sempre que sonho revejo-a no sonho,  
De rosto risonho com a mesma ternura;  
Com ela sonhando me embalo no sonho,  
No sonho do sonho de eterna doçura.

Meus ternos cantares são ternos trinados,  
São trinos alados que pulsam na lira,  
Na lira encantada, só vista no sonho,  
No sonho do sonho, onde a musa suspira.

Não pensem os leigos que eu tenha loucuras,  
Eu sonho as venturas de um mundo feliz,  
Contemplo o porvir atirando-me flôres  
Em cantos de amôres que a pena não diz.

Talvez me censurem os Midas de ouro,  
Que sejam desdouro meus doces cismares,  
Coitados, não sabem que eu sonho venturas  
E libo as doçuras de meigos cantares.

E a musa do sonho, de rosto risonho,  
Revive em seu sonho, sonhando e cantando;  
Com ela sonhando, no sonho me embalo,  
No sonho me alo cantando e sonhando.

Raimundo Elesbão

## LENDÁRIOS

Não sei dentre êles que mais se faça  
Na forja dessa hostil Natureza;  
Tanto um como outro é tenaz couraça,  
Nada os iguala em tudo que apresa.

Afeito à luta, afeto à desgraça,  
Ninguém os supera nem se aveza  
No campo onde o sertanejo é raça  
E o vaqueiro arisco em proeza!

Nem sêde o trava e no eito, na agrura,  
Tudo encobre o drama ao qual resiste  
Ante um solo avaro, ingrato in natura

Que se entrava no peito e se amura  
Na trama onde a calma é dobre, é triste;  
Tudo se imola ante um sol de usura!

Jholanda



# O CINEMA PARAÍSO

JAYME SISNANDO

Recuando até os tempos de minha infância, surge na minha imaginação o maior divertimento daquela época: o Cinema Paraíso.

O Crato não conhecia ainda o rádio, o futebol, os teatros, de modo que os seus passatempos se limitavam quase que exclusivamente às festas de igreja, com foguetório e quermesses, aos piqueniques, jogos de cartas ou víspera em casas de família. Pelo Natal, havia jogos de azar, inclusive roleta, caipira e jaburu, numa grande feira, que se estendia pela rua Grande e por algumas travessas. Essa feira era animada por músicas de coiro e pelo enorme afluxo de gente das fazendas vizinhas.

No tempo oportuno apareciam os reisados, bumbas-meu-boi, e esporadicamente algum circo. As procissões eram muito concorridas, acompanhadas sempre por imensa quantidade de fiéis.

Fundado mais ou menos em 1912, por um italiano baixo, gordo, vermelho, simpático e fumador de cachimbo, aquela casa de diversões era, para mim, a coisa mais empolgante do mundo. Nem o cometa Halley, que eu vira uns quatro anos antes, despertou em mim tantos sentimentos de admiração.

Em frente à Cadeia Pública, na Praça da Matriz, abria as suas portas para os lados, permitindo uma ótima ventilação. Bem na frente, ficava a geral, separada da 1.<sup>a</sup> classe por uma grade, de cerca de um metro de altura. As cadeiras eram duas estreitas de ferro, com tabuinhas nos assentos e nos encostos. Mas o povo simples de então nem parecia sentir-lhes o desconforto. Havia uma única sessão e, enquanto não começava o filme, a gente se divertia, vendo os conhecidos que chegavam, cumprimentando-se, conversando.

Afinal a sinêta badalava, as luzes se apagavam e a película da "Pathé Frères" começava a encher-nos de sensações. A máquina de projeções fazia bastante barulho. Este, porém, era abafado pela banda de música, que se achava na frente, antes da geral. O motor, gerador da eletricidade, fazia estremecer o chão até a calçada. Às vezes, parava de repente. Tudo mergulhava na escuridão, e os rapazes acendiam fósforos, enquanto a gerência providenciava sobre a

vinda de um acetilênio... Depois, consertada a falha do motor, tudo continuava, e as nossas emoções prosseguiam. Víamos a Vida de Napoleão Bonaparte, com batalhas sem conta, comédias e a Vida, Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Na estréia deste, a enchente dos espectadores foi imensa. Eu, o Figueiredo e o seu irmão Mário, que estávamos no salão de entrada, fomos guindados pelo meu irmão Ildebrando até ao lado da cabine, onde se achava a máquina de projeções, e dali descemos ao salão das exibições.

Mais ou menos no meio do filme, dava-se um intervalo. Cerca de 10 minutos. Uns iam até o Bar, junto à Cadeia, para tomar café ou comer alguma coisa. Muitos não saíam. Ficavam conversando, chupando bombons. Meu pai distribuía com os da família passas italianas, compradas em caixinhas maravilhosamente pintadas, formando lindas paisagens.

Tão impressionado eu ficava com aquelas maravilhas do Paraíso que, de acôrdo com a minha mentalidade infantil, julgava que aquelas imagens no ecran eram almas do outro mundo. Desejava, pois, morrer, para aparecer também ali.

Aproximadamente meio século já é decorrido. Tenho andado nos melhores cinemas do Rio e de São Paulo. Jamais, porém, encontrei um tão fantástico como aquêlo do Crato, ao qual a minha imaginação emprestava as mais empolgantes qualidades. Eu, que não conhecera antes a luz elétrica, achava uma coisa estupenda aquelas feiras de lâmpadas, acendendo-se ou apagando-se de uma só vez.

Depois, o Crato teve outros cinemas, mas para mim não tinham o mesmo encanto do Cinema Paraíso, velho cinema que guardarei para sempre no fundo de minha memória, como uma das coisas mais gratas da minha existência.

# O FOLCLORE NO CARIRI

QUIXADÁ FELÍCIO

Deus sabe que dor se espalha no meu coração, por não estar em Fortaleza, 5.<sup>a</sup> feira, 29 de março. Precisava pra mim de uma poltrona no mesmo avião que vai levando o escritor J. de Figueiredo Filho para mais um batente de sucessos. Passar o dia ajudando o livreiro Luismaia a empurrar mesa dali, mesa dacolá, alargar o beco estreito da "Renascença", botar em cima da pilha de livros que vai hoje para a consagração do grande público o maior jarro que eu achasse na casa do Edson Donizetti, encher o ventre de louça das mais cheirosas flôres. Que é com flor que se fazem as grandes festas do espírito. Se eu estivesse em Fortaleza, via aspirar alegrias com mais um puro pra cima do Crato intelectual, que dá o melhor exemplo construtivo dos seus homens cultos sôbre esta mi-xórdia administrativa que quer reduzir a capital do Cariri a mendiga terra de ninguém. O lançamento, nesta tarde, da última brochura do Prof. Figueiredo Filho — O FOLCLORE NO CARIRI — é um triunfo do Crato. É uma obra que sôbre recomendar o incansável esforço do seu ilustrado Autor de permanecer na primeira linha das mais categorizadas pesquisas regionais, leva esta cidade, mais uma vez, à simpatia dos letrados do Brasil dum lado a outro. Porque é um livro sério com, nove capítulos que sacodem todo o lirismo, tôda a resina viva dêsse doce manancial de arte e ciência do povo, impressos nos fascinantes aspectos do folclore duma região tocada de sumos privilégios.

Dengosamente ilustrado, graças ao esplêndido concurso que prestou ao seu texto a festejada arte de Floriano, afora fotografias, lêtras musicais de motivos nitidamente nossos. "O Folclore no Cariri" focaliza em enleantes períodos não só a tônica particularíssima dos motivos mais curiosos que, com o passar dos séculos, plasmaram costumes, como se demora na descrição e interpretação de têmas da suave ternura que sempre embalou a alma da nossa gente. Lêndas lapinhas, pastoris, aboios, sentimento das músicas cabaçais, o maneiro-pau, o milindô, a poesia popular, os registros históricos com ramificações folclóricas — todo êsse retrato em corpo inteiro das

tídicas manifestações do caminho social e político de uma das faixas mais atraentes do Nordeste, estua com inusitada emoção no livro de Figueiredo Filho. É um documentário sério, mas sem sisudez, que eu estimaria vivendo em 20 ou 30 milheiros, para deleitar grande número e criar mais fortes namôros para o Cariri.

A parte gráfica está impecável. É mais uma contribuição da Imprensa Universitária à divulgação de coisas sertanejas dignas de correr mundo. O Magnífico Reitor Martins Filho, que Deus conserve mais 10 anos no seu pôsto insubstituível, ao cabo dos quais terá feito, de cabo-a-rabo, a maior e melhor Universidade da America Latina, acertou de nôvo, acertou belissamente ao fazer dessas 111 páginas que a pena de mestre do Prof. J. de Figueiredo Filho compôs um dos volumes que melhormente recomendará à bem rica, já, tarefa editorial da sua oficina de fabulosas iniciativas.

Assim como vai, uma coisa é certa: no futuro, quando mais nitidamente se apreciar como vibram êsses fôlegos de sete gatos do Magnífico Reitor Martins Filho, fazendo de tantos impossíveis arrojadadas concretizações os historiadores contarão para os nossos retos: de Matias Beck ou Soares Moreno a 1955, e da Universidade, que um gênio do Cariri fêz, aos nossos dias. . . Por Deus que assim será. ,

# ATIVIDADES DA FACULDADE DE FILOSOFIA EM 1962

## MÊS DE JANEIRO

- Dia 2 — Conferência do Revdmo. Pe. Arnaldo Esmeraldo de Melo, SJ., sobre "O HOMEM FACE A PRÁTICA DA VIDA CRISTÃ".
- 19 — Recital de Martins d'Alvarez, apresentando composições de sua autoria.
- 20 — Lançamento da pedra fundamental do prédio da Faculdade, cuja festa obedeceu ao seguinte horário-programa: I — Visita às instalações complementares da Faculdade de Filosofia; II — Lançamento da plaqueta "REITOR MARTINS FILHO"; III — Bênção da pedra fundamental por D. Vicente de Paulo de Araújo Matos; IV — Ato do lançamento, pelo Reitor, da pedra fundamental, falando um representante do Instituto; V — Coquetel oferecido pelo Instituto.
- 21 — Inauguração do CURSO DE INICIAÇÃO AO ESTUDO DA GEOGRAFIA EM GRAU SUPERIOR, sob os auspícios da Secção Regional de Pernambuco, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e ministrado pelos seguintes mestres: Gilberto Osório de Andrade, Manuel Correia de Andrade, Dárdano de Andrade Lima, Raquel Caldas Lins, Adalberto Ferreira Canha, Terezinha Crasto, Jerônimo Lemos de Freitas, Mário Lacerda de Melo, José Hesketh Lavareda e Joaquim do Rêgo Barros.
- 22/26 — Conferências sobre os dois maiores vultos da literatura mística espanhola, Santa Teresa d'Ávila e São João da Cruz, proferidas pelo Revdmo. Frei Romeu Peréa, da comunidade Carmelita do Recife.
- 27 — Encerramento do CURSO DE INICIAÇÃO AO ESTUDO DA GEOGRAFIA EM GRAU SUPERIOR.

## MÊS DE FEVEREIRO

- Dia 16 — Início dos exames Vestibulares.
- 19 — Início das provas de segunda época.

## MÊS DE MARÇO

Dia 7 — Reunião do Conselho Departamental.

- 8 — Abertura das aulas do ano de 1962, obedecendo ao programa seguinte: 19 hs. — Missa celebrada pelo Exmo. Sr. Bispo Diocesano, falando ao Evangelho o Prof. Pe. Francisco Xavier Nierhoff; 20 hs. — Aula de Sapiência proferida pelo Prof. Dr. Raimundo de Oliveira Borges.

Dia 15 — Início dos exames vestibulares de segunda chamada.

## MÊS DE ABRIL

Dia 6 — Reunião do Conselho Departamental.

17 — Reunião da Congregação.

23 — Sétimo Convívio Universitário. Programa: 1.<sup>a</sup> parte: Apresentação (em latim) de Cícero — Pe. Neri Feitosa. Aposição do retrato de Cícero. 2.<sup>a</sup> parte: Lançamento de "O FOLCLORE NO CARIRI", do Prof. Dr. José Alves de Figueiredo Filho; Lançamento de "1817 NO CARIRI", do Prof. Pe. Antônio Gomes de Araújo. 3.<sup>a</sup> parte: O PROBLEMA DO LATIM, expositor: Prof. Júlio Macêdo Costa. 4.<sup>a</sup> parte: Café da Amizade e Sorteio.

24 — Aula inaugural do CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DE RELIGIÃO DE NÍVEL SECUNDÁRIO, proferida por S. Excelência D. Vicente de Paulo de Araújo Matos.

30 — Início do CURSO DE FUNDAMENTOS DE RELIGIÃO, ministrado pelo Revdmo. Prof. Pe. Arthur Grandmont, SJ, professor de dogma no Instituto Superior de Ciências Religiosas, da Universidade Católica de Pernambuco.

## MÊS DE MAIO

Dia 2 — Início do Curso de Alemão, de nível universitário, ministrado pelo Prof. Pe. Francisco Xavier Nierhoff.

3 — Encerramento do CURSO DE FUNDAMENTOS DE RELIGIÃO.

10 — Reunião da Congregação.

15 — Festa de 2.<sup>o</sup> aniversário de instalação da Faculdade. Programa: 8 hs: Missa de Ação de Graças na capela do Patronato Pe. Ibiapina; 13 hs., Churrasco; 19 hs. — Sessão Solene, no "auditorium".

Instalação do CURSO DE LITERATURA BRASILEIRA, ministrado pelo Prof. D. Mozart Soriano Aderaldo, diretor da Escola de Administração e professor da Faculdade Católica de Filosofia, da Universidade do Ceará.

- 17/19 — Pregações em preparação à Páscoa dos Universitários. Pregadores: Pe. Gonçalo Farias Filho e Pe. Francisco Xavier Nierhoff.
- 20 — Celebração da Páscoa dos Universitários.
- 21 — Início da série de conferências sobre INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS, proferidas pelo Prof. Orlando Fedeli, da Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
- 22 — Encerramento do CURSO DE LITERATURA BRASILEIRA e da série de conferências sobre INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS.
- 23/24 — Reuniões do Diretório Acadêmico D. Francisco
- 25 — Reunião da Congregação e Corpo Discente.
- 28 — Reunião do Corpo Discente.

#### MÊS DE JUNHO.

- Dia 5 — Festa de aniversário natalício do Diretor da Escola. Programa: 18 hs. Missa Gratulatória; 19,30 hs. — Coquetel.
- 8 — Oitavo Convívio Universitário: Programa: 1.<sup>a</sup> parte: Apresentação de Farias Brito pelo Prof. Pe. Francisco Xavier Nierhoff; Aposição do retrato do filósofo; números de arte a cargo dos alunos da Escola; 2.<sup>a</sup> parte: A Filosofia de Farias Brito, crítica pelo Prof. Pe. Mário Gurgel; Café da Amizade; Sorteio.
- 9 — Colaboração dos alunos da F. F. C. num trabalho de pesquisa sociológica, sob a orientação do Prof. Mário Afonso, da Sociedade de Pesquisa e Planejamento do Rio de Janeiro.
- 11 — Recepção de D. Vicente de Paulo de Araújo Matos, por motivo de seu aniversário natalício e de sagração episcopal.
- 22 — Reunião da Congregação.
- 26 — Conferência da Revda. Ir. Iradi Bastos: A ADOLESCÊNCIA.
- 26/28 — CURSO DE PSICOLOGIA — PROBLEMAS AFETIVOS DO ADOLESCENTE, ministrado pelo Prof. Pe. Pedro Esmeraldo de Melo, SJ., diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Recife.
- 28 — Encerramento das atividades do semestre.

#### MÊS DE AGOSTO

- Dia 30 — Início do PRIMEIRO ENCONTRO DE PROFESSORES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, com a presença do Dr. Antônio Pithon Pinto, presidente da Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE) e presi-

dente de honra do certame; da Prof.<sup>a</sup> Lireda Facó, da cadeira de Administração Escolar da Faculdade de Filosofia da Universidade do Ceará, vice-presidente do Encontro. Teses apresentadas e discutidas: IMPROVISACÃO, ROTINA E PLANEJAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR; UMA PROSPECÇÃO SOBRE A METODOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, tese esta enviada da Bahia, pelo Prof. José Francisco de Sá Telles, regente da cadeira de Administração Escolar da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica da Bahia. Conclusões: 1.º — é realmente útil e necessário o planejamento escolar, seja na parte administrativa, seja na docente; 2.º — em virtude de já se reunirem, mensalmente, os diretores e professores da região do Cariri, constituindo este fato uma prática que se vem observando regularmente há vários anos, a Faculdade de Filosofia do Crato, dada a missão que lhe compete na área de sua atuação, elaborará, cada ano, em conjunto com os referidos diretores e professores, um plano geral de trabalho para os estabelecimentos de ensino do Cariri.

- 1.ª Conferência do Tenente Cel. Élber de Mello Henriques, sobre o tema: INFLUÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS NA EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO PÁTRIO, NO CAMPO DA CULTURA, NA ABOLIÇÃO E NA REPÚBLICA.

Dia 31 — Encerramento do Primeiro Encontro de Professores de Administração Escolar.

#### MÊS DE SETEMBRO

Dia 3 — 2.ª conferência do Ten. Cel. Élber de Mello Henriques sobre: VIDA E OBRA DO DUQUE DE CAXIAS.

Dia 4 — 3.ª conferência do Ten. Cel. Élber de Mello Henriques sobre: A FEB NA ITÁLIA. SUA INFLUÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS E NO BRASIL.

14/19 — Curso de Literatura Germânica, ministrado pelo Prof. Dr. Frei Mansueto Kohenn, OFM, Catedrático de Literatura Alemã da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e autor de numerosos livros, entre os quais a monumental obra HISTÓRIA DA LITERATURA GERMÂNICA.

Dia 24 — Início:

- a) do Curso de Prosa Literária, pelo romancista Prof. João Clímaco Bezerra.
- b) da série de conferências proferidas pelo Prof. Eduardo de Oliveira França, catedrático de História Mo-



terna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo.

Dia 26 — Encerramento das Conferências do Prof. Eduardo d'Oliveira França.

Dia 27 — Encerramento do curso de Prosa Literária.  
— Início da III SEMANA BÍBLICA.

Dia 30 — Encerramento da III SEMANA BÍBLICA.

#### MÊS DE OUTUBRO

Dia 1 — Eleição da nova diretoria do Diretório Acadêmico D. Francisco.

Dia 17 — Início do curso de Poesia, ministrado pelo Prof. José Newton Alves de Sousa, para os alunos dos cursos de Letras.

Dia 30 — Reunião da Congregação.

#### MÊS DE NOVEMBRO

Dia 1 — Início da série de Conferências proferidas pelo Revdmo. D. Estêvão Bittencourt, OSB, versando sobre:

- 1) Criação e Evolução. Origem do mundo e do homem. Questões bíblicas relacionadas com a Ciência.
- 2) Doutrina social da Igreja.
- 3) Concílio Ecumênico.

Dia 5 — Encerramento das conferências de D. Estêvão.

Dia 6 — Início do curso de ANTROPOLOGIA CULTURAL, em colaboração com o Instituto de Antropologia da U. C., ministrado pelo Prof. José Ferreira de Alencar, do mesmo Instituto.

# O ITINERÁRIO DA VIDA

Venho da idade da pedra,  
Antes da pedra polida,  
Quando a terra estava ainda  
Em gelo tóda envolvida  
Então nela despertei,  
— Primeiro germe vital,  
— Primeiro germe vital,  
Da minha vida animal.

Lá fui lagarto e batráquio,  
(Fôra antes verme e molusco),  
Isto na aurora do mundo,  
Pervagando ao lusco-fusco.  
Fui lá depois mastodonte,  
Dinossauro e Megatério,  
Vendo a terra quase informe,  
Envolta tóda em mistério.

Vaguei assim por bilênios,  
Até chegar a Moisés,  
O chefe do povo hebreu.  
Fui Alexandre e Platão,  
César fui e fui Pompeu,  
Fui Cristo e Napoleão,  
Criei a idade moderna,  
Fiz Guerra e Revolução.

Também agora astronauta,  
Comando naves aéreas,  
Contorno a terra em segundos  
Zombando dos temporais.  
Ando pela estratosfera,  
E na busca de outros mundos,  
— Projeto audaz desta era,  
Faço vôos espaciais.

Raimundo Elesbão

## POEMAS CARIRIENSES

### AS LAVADEIRAS

Vêm do rio, cantando com as águas.  
O sujo borbulhou nas espumas.  
O céu tremeu na corrente.  
As pedras floriram no matiz das roupas,  
Onde o sol se coloriu.  
A limpeza recendeu e ficou.  
Há em tudo um jeito de tranqüilidade.  
As lavadeiras descem,  
cabeças oneradas,  
consciências leves.

### O GADO

Passa o gado. É de sol a tardinha.  
Ó chapada que além te levantas,  
vem comigo cantar.  
E vós, ramos, ramos verdes do morro,  
ritmai, ritmai um compasso de vida.  
Altas nuvens, bailai nos espaços  
e põe-te, coração, em salmo e poema.

Passa o gado. É de sol a tardinha.  
Há nos olhos dos bois a tristeza errada das lonjuras azuis.  
Há na tarde a infinita presença da saudade vadia.

### A LUA E OS EUCALIPTOS

Mansamente, em painas, cai a lua,  
que os eucaliptos do parque leve banha.  
Canta o vento em suave pranto.  
Abre-se o céu em estrêlas.  
Crescem os eucaliptos.  
Bailam os eucaliptos,  
num acalanto pra lua.

## O CANTO DOS PERIQUITOS

Tôda tarde e manhã nos eucaliptos,  
põem-se a cantar,  
inquietaos e libérrimos,  
os periquitos.

Gosto de ouvi-los, antes que o sol morra.  
Cricrinam, miudinho, voam, voam,  
como se os corpos se fizessem música,  
em tremulina.

Eu os bendigo, aos virides cantores.  
núncios das noites e das manhãzinhas.  
Sêde benditos, meus irmãos,  
cantal.

## AS LENHADORAS

Eram três lenhadoras. Tôdas três  
pela tarde opacenta vinham vindo.  
A serra longe está, meio cinzenta,  
onde o silêncio guarda o surdo som  
dos galhos ressequidos e submissos.

As lenhadoras, olhos pobrezinhos,  
já retornam ao bairro compassivo.  
Nos seus passos vai uma imensa angústia.  
Tôda uma ânsia pouosa nos seus lábios.

Nem lhes cuvi rumor dos pés na terra.

A pobreza as conduz por companheiras.

## O PASTORZINHO

Tôda tardê êle passa: vem cantando.  
A rua é auditiva, e silencia.

**Andai, vaquinhas, andai.**  
**Quero o corpo repousar.**  
**A noite chega, ai, ai, ai,**  
**Busco a sombra de meu lar.**

Há na voz do garôto alguma coisa  
da tristeza das reses curraleiras.  
Há na voz do pastor a maciez  
do silêncio do campo em abandono.

E a tardinha retém a mansuetude  
dessas notas de límpida poesia,  
do pastor, das vaquinhas e da rua.

#### A NEBLINA

Desceu a neblina à serra.  
O dia embuçou-se quêdo.  
Difícilmente os músculos trabalham.  
Há em tudo um sentido de agasalho.  
A neblina abençoa-nos e ama-nos.  
**E nós, mudos guardados e tranqüilos.**  
Abatidos nos pomos sob o céu.

Crato, julho de 1861.

José Newton Alves de Sousa

# POEMA DA CHUVA

JOSÉ VALDESLEY ALVES

A chuva cai grossa, lá fora!  
Molha o chão,  
Varre as sujeiras,  
Barulha as telhas  
Do velho sobrado.  
E eu cá dentro,  
A olhar, lá fora,  
A chuva caindo,  
E o mendigo que passa  
Desagasalhado,  
Sem casa, sem roupa e sem guarda-chuva.  
Lá na frente, sob a marquise,  
Dorme um garoto,  
Sem pai, sem mãe, sem irmãos.  
Além do mais, analfabeto;  
Não há quem lhe ensine  
Por que a chuva cai  
E vem molhar-lhe o corpo adormecido.

Do outro lado da rua,  
Uma casa iluminada,  
Com ricas cadeiras estofadas,  
Sustentando pessoas abastadas,  
São homens, mulheres e crianças  
Que vestem camisas de lã grossa,  
Mais grossa que seus pecados.  
E seus pecados são mais grossos que o jequitibá.  
Não sentem o frio.  
Suas consciências também não sentem o frio,  
Nem o calor.  
São indiferentes à vida que os rodeia:  
A vida do mendigo,

A vida do analfabeto,  
A vida da rameira  
Que necessita de uma chuva espiritual  
Que lhe lave os pecados.

E a chuva continua caindo,  
Molhando todos os solos:  
Dos ricos que plantaram sementes,  
E o terreiro dos pobres, que não têm onde plantar;  
Mas molha os pobres,  
Que não têm agasalho.  
E não molha os ricos,  
Que poderiam agasalhar os pobres.

# PE. SERAFIM LEITE E A FUNDAÇÃO DE FORTALEZA

RAIMUNDO GIRÃO

1

"Brotéria", revista cultural de orientação jesuítica editada em Lisboa no seu n.º 5, vol. LXXIV, maio de 1962, págs. 541-545, traz estudo do admirado historiador português e inaciano do mais alto valimento, Pe. Serafim Leite, sob o título — "Nota sôbre a fundação da Cidade de Fortaleza, capital do Ceará (Brasil)".

Em referido trabalho chega-se a conclusões que, pelo menos em parte, merecem alguns esclarecimentos, e o faremos com todo o respeito requerido pela autoridade de tão distinguido Mestre da História.

Prende-se a matéria à divergência de opinião surgida, em 1960, em tôrno de ato oficial do govêrno do município de Fortaleza, e respectiva Câmara Municipal, dando a uma das avenidas da capital cearense o nome de Matias Beck, em simples lembrança do fato histórico de ter sido êle quem levantou o forte Schoonenborch, na foz do pequeno rio Pajeú, às margens do qual se desenvolveu o aglomerado dêmico de que resultou a cidade de Fortaleza.

2

Em 1931, Paulo Bezerra editou o *Álbum de Fortaleza* e nêle incluiu uma resenha de Elias Malmann — "Fortaleza Histórica", em que o autor afirma: "Este forte (o Schoonenborch) consistia numa estacada, contendo edificações ligeiras, o alojamento de Matias Beck, um armazém guardado de paliçada e o quartel. Na barra do Ceará ficavam as casas dos chefes indígenas Francisco Arajiba e Caraia e nas circunvizinhanças de Porangaba a do chefe Algodão. Existe no Real Museu de Munique o mapa da "Capitania do Ceará". Planta do forte Schoonenborch da Bahia de Mucuripe e do Monte Itarema, situados no Siará aos 28 de abril de 1649", por onde se vê



o espírito empreendedor de Beck. A capitulação de Taborda, a 26 de junho (sic) de 1654 veio cortar a permanência dos holandeses no Ceará, sendo nomeado capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto, a 24 de maio desse ano, aqui chegando em abril, vindo acompanhado de quatro companhias de soldados e duas de índios". E conclui: "Se mais não fizeram, contudo, haviam deixado por assim dizer os alicerces da cidade".

Outro amante da história cearense, Lauro Rodrigues de Andrade, mais tarde, em 1935, externou coisa idêntica: "Foi Matias quem edificou os primeiros edifícios de Fortaleza. Se a Capitania do Ceará nasceu do Forte São Sebastião, a Capital teve a sua célula inicial no primitivo Forte Schoonenborch, mais tarde chamado simplesmente Forte, nome da povoação de índios às margens do Pajeú" (Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará, n.º 2, 2.º Semestre, 1935, pág. 25).

E em 1945, por nossa vez, escrevíamos, na plaqueta — **Cidade da Fortaleza**: "Embora tenha sido Martim Soares Moreno o legítimo conquistador do Ceará e por todos os títulos seja considerado o seu fundador, parece de justiça ligar a fundação da capital cearense ao nome de Matias Beck, pois à égide de sua fortificação e ampliando-se em volta desta é que ela se enraizou e cresceu. Talvez porque ainda se recalque no espírito nacional inconsciente prevenção aos neerlandeses, tidos ao tempo da invasão como inimigos da pátria, à individualidade de Matias Beck não se tem tributado a homenagem que merece. A nomenclatura dos nossos logradouros públicos, tão pródiga em honrar pessoas, nem sequer lhe regista o nome".

Gustavo Barroso, na revista **O Cruzeiro**, ed. de 21 de março de 1951, concordou de todo com a sugestão e terminou o seu artigo: "Bem avisado andou, pois, Matias Beck em plantar na colina Marajaitiba o forte Schoonenborch **que foi o seu berço. E sua heráldica perpétua esse fato: uma fortaleza batida pelo mar, com o dístico "Fortitudine"**.

Câmara Cascudo, no seu **Geografia do Brasil Holandês**, Editôra José Olímpio, Rio, 1956, pág. 269, aceitou plenamente: "O Forte Schoonenborch no Ceará foi realmente o elemento de fixação da posterior cidade de Fortaleza. Junto aos seus muros, reconstruídos e remodelados, a cidade estendeu as ruas e agrupou a população e **não mais nos locais históricos de Pero Coelho e Martins Soares Moreno**. O Forte Schoonenborch ficava juntamente ao lado do atual Passeio Público de Fortaleza".

Outros historiadores se manifestaram de acôrdo com essa conclusão, tais como Pompeu Sobrinho, José Aurélio Câmara, Cruz Filho, Carlos Studart Filho, Hugo Catunda. E a tese continuou sem contestação, reafirmando-a nós em nossos livros — **Pequena História do Ceará** (1955, seg. ed. 1962) e **Geografia Estética de Fortaleza** (1959).

Mas, em 1960, um dos redatores do velho e tradicional diário católico de Fortaleza censurou o absurdo de pretender-se homenagear, com um topônimo urbano, o aventureiro holandês, "homem de ferro, de matar ou morrer, de incendiar e depredar, de destruir e desaparecer". E com o alarme do ilustre jornalista logo fizeram córo alguns poucos, diletos colaboradores do jornal. As farpas vieram fortíssimas contra o "calvinista bandido", o "abominável Beck".

No meio dos defensores da Fé e do Civismo destacou-se culto jesuíta, que pelas páginas doutro jornal católico — "A Verdade", da Cidade de Baturité, desancava, à carga cerrada, os inconscientes e impatriotas" glorificadores do herege flamengo.

Para liquidá-lo, ao "abominável Beck", o jeito era invocar, como fundador da Cidade de Pajeú, a figura senhoril e simpática do "Guerreiro Branco", fundador do Ceará, numa tentativa de fazer voltar à vigência o chavão de velhos escritores da história do Ceará, que desconhecendo o "Diário de Matias Beck", só divulgado no Ceará em 1903 pelo Barão de Studart, confundiam o forte de Soares Moreno, construído em 1612 na barra do Ceará, com o de Matias Beck, construído a nove quilômetros distantes, no rio Pajeú, em 1649. E, por essa razão escreviam que os fundamentos, as "raízes" daquele eram as mesmas deste e, portanto, a Moreno caberiam os louros da fundação. Baseados nesses mesmos velhos historiadores, alguns escritores da História do Brasil chegaram a fazer idêntica assertiva, nos seus compêndios.

Além disso, estaria a amparar a velha tese — Soares Moreno, o fator altamente sentimental da sublimação de Martim, por José de Alencar, no admirável simbolismo do seu romance — **Iracema**, tão querido dos cearenses.

Misturavam-se, evidentemente, duas coisas bem distintas: Martim Soares Moreno — o festejado fundador do Ceará, com Martim Soares Moreno — o manco fundador de Fortaleza.

Não havia nenhuma consistência nessa confusão, agora intencional, confinada a diminuto círculo de paladinos da Fé, e o recurso foi pedir, de Portugal, a tábua de salvação, que ao pequeno grupo poderia mandar a enorme autoridade do jesuíta luso, o Pe. Serafim Leite. Invocado por intermédio de seu irmão-de-Companhia baturiteense, a resposta viria salvadora.

Porém, em vez de prancha flutuante, o que chegou foi pesada barra de chumbo. O afamado autor da monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil** enviava emenda pior que o soneto, em carta que foi publicada em **Unitário**, de Fortaleza, ed. de 21 de janeiro de 1962.

Eis a missiva descoroçoante, na sua íntegra, apenas sublinhados os tópicos mais sugestivos:

"Recebi com muito prazer a sua boa e erudita carta de 18 de Abril.

Eu não estudei a fundação da cidade de Fortaleza no século XVII, por as suas primeiras raízes não se enlaçarem com a Companhia de Jesus no Brasil. Qualquer intervenção minha nesse debate de agora só poderia ser útil no plano científico se dispusesse de provas documentais de as procurar e organizar com êsse escopo. A falta delas, limito-me a algumas considerações sugeridas pela sua própria carta.

Quanto à Barra do Ceará, eu diria que se ela está incluída no perímetro da atual capital, e se de Nova Lisboa, fortaleza de S. Sebastião e ermida de N. S. da Ajuda, ainda havia vestígio à chegada dos holandeses, Soares Moreno poderia de alguma forma ser considerado fundador. Não se realizando estas condições, não vejo como êle possa ser fundador da cidade de Fortaleza. O seu título próprio seria o de fundador do Ceará que na história local é o primeiro. E é o do Estado.

Pelo que toca à cidade, publiquei na História a planta inédita da "Vila nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande que S. Mag. de que Deos guarde foy cervido mandar criar" em 1726 (História III 84/85). Essa vila, então criada, é a cidade de hoje. Pergunta-se: Seria ainda a mesma povoação que se formou junto do forte holandês? Não seria já outra nova? Se fôsse a mesma — sem solução de continuidade — a fundação holandesa da atual cidade teria base histórica. Fato análogo ao de São Luís do Maranhão, embora S. Luís se fundasse antes do estabelecimento dos portugueses, portanto ainda sem a odiosidade que assumiria mais tarde a invasão holandesa no Estado, já organizado, do Brasil.

Mas se não eram materialmente a mesma, se entre o forte e a atual cidade houve interrupção (com a ruína do pequeno aglomerado holandês na reconquista luso-brasileira), conviria ver quando e por quem foi feito o estabelecimento definitivo, que já não seria holandês. Daí procederia a atual cidade. E, segundo penso, está a chave da questão. Aqui e no equívoco do nome.

Entre o que se passou no Ceará e o que sucede na Guanabara há paralelismo histórico. Em ponto menor, mas o paralelismo é evidente. A fundação da cidade do Rio de Janeiro data-se de Estácio de Sá, não se data duma ou outra fortaleza, que por ali tinha existido antes, com as respectivas povoações anexas e até com os nomes de fundadores bem conhecidos, um dos quais Villegaignon. Assuntos interessantes, dignos de estudo em Academia e Institutos como fatos de história que podem levar um ou outro nome à esquina duma rua. Todavia, pára-se na esquina. Nenhum desses fundadores das fortalezas

precedentes se tem, nem celebra ou dá por fundador da cidade do Rio de Janeiro.

No caso da capital do Ceará, parece que influiu também demasiado o equívoco do nome, que é um substantivo comum, susceptível de receber diversos qualificativos. Nós aprendemos na Lógica Menor a desenredar êsse jôgo. O holandês fundou uma fortaleza, a cidade chama-se Fortaleza, o holandês fundou a cidade. Teria o holandês fundado a "Fortaleza de N. S. da Assunção", que traz a planta da Vila Nova de 1726? E não procederá o nome atual da cidade?

Como não posso fazer pesquisas (faltam-me aqui os instrumentos indispensáveis de trabalho), limito-me a perguntas, que devem ser estudadas e respondidas com método. E com isenção. Depois, qualquer que seja a resposta, ela deve ser respeitada historicamente, mesmo se a atual cidade proviesse do holandês, o que não é fácil de admitir a priori, por tropeçar com aquela grande "pedra no caminho", que foi a guerra de reconquista luso-brasileira.

Repare que digo respeitar historicamente, não digo nacionalmente. Averiguar e reconhecer uma data não é o mesmo que celebrá-la. Porque, enfim, o nome é uma coisa, a fundação da cidade outra; e o critério para homenagens de praça pública depende, nos fatos históricos do que êles significam de nacional, não do que implicam de antinacional. O sentimento brasileiro coloca, nesta última e pouco amável categoria, o forte francês do Rio de Janeiro e o forte holandês do regato Pajeú. Um e outro ameaçavam a unidade do Brasil. Basta ter olhos para ver e ficar dentro da "Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção". Se a invasão holandesa tivesse prevalecido, a capital do Ceará não se chamaria Fortaleza da Assunção, nem mesmo "Fortaleza", mas "Schoonenborch", que era o nome do forte, êsse ou outro semelhante, e não teria sido portuguesa; o que vem a dizer, por outras palavras, que ela não seria hoje brasileira. Aspecto nacional de que não se pode fazer abstração em comemorações cívicas. Idéia arbitrária? Não é arbitrária. Funda-se no uso geral dos povos em consagrações dêsse gênero; e já teve efeitos dirimentes no Recife, em 1935, numa projetada homenagem a Nassau que por isso mesmo não se realizou.

Adeus, Memento mei.

Muito amigo in D<sup>o</sup>.

Serafim Leite S. I."

Novos elementos foram, entretanto, remetidos pelo culto e incansável jesuíta de Baturité ao Mestre jesuíta luso.

Daí parece explicar-se a Nota dêste, publicada em Brotéria, já

aludida. Afinal, Padre Serafim Leite, ao que pensamos, só por generosidade voltava ao caso.

Grande Historiador, antes de tudo, escrupulosamente adverte: "Intrometeram-se na questão **elementos políticos** e até **pruridos de polêmica religiosa** (os grifos são nossos), aspectos de que aqui nos alheamos".

E, em seguida, situa a controvérsia: "Pelo que é pròpriamente histórico, vislumbra-se nesse movimento uma atitude em dois passos: primeiro, desacreditar a colonização portuguesa, como preparação ao segundo passo que é a invasão e glorificar o holandês".

Lá adiante discorda Padre Serafim: "Afirmar, como já se aventou, que o **fortim holandês de 1640** foi o "**primeiro prédio**" da futura cidade, parece não se compaginar com o que se lê no diário do **fundador desse fortim** (grifo nosso), Matias Beck, a saber, que já antes de êle chegar andavam ali os portugueses a extrair "minerais ou metais". E pergunta: "Dormiam os portugueses ao relento? Não teriam êles as suas casas? Não é de crer; e se se objetasse que os portugueses, que por ali andavam, não tinham intenção de fundar uma cidade, o mesmo se replicaria dos holandeses; o que basta por si só para abalar a segurança".

Regista, por fim: "Ora, de premissas incompletas e duvidosas não se podem tirar conclusões certas. **Nem entre portugueses** (de Portugal ou do Brasil), **nem entre holandeses**, se apresenta nenhum fundador da atual capital do Ceará com tóda a fôrça da evidência".

Em suma, o notável jesuíta lisamente reconhece a interferência, na discussão, de **elementos políticos** e de **pruridos religiosos**, devendo-se, talvez, interpretar-se como os primeiros (elementos políticos) e participação, na polêmica, de certo entusiasmo lusitano, através de membros da colônia portuguesa no Ceará, ciosos da **lusitanidade** da formação e do sentido evolutivo da cidade de Fortaleza; e, paralelamente, a participação de muito ardor (prurido) católico de um dos diretores e de assíduos colaboradores do jornal que em Fortaleza mais ostensivamente zela pelos interesses doutrinários da Igreja.

E podemos sintetizar as suas alegações nestes itens:

1 — no fato de pretender-se dar a um logradouro público dum cidade brasileira o nome dum holandês do tempo da invasão, descobre-se o desejo de desacreditar a colonização portuguesa;

2 — vale isso, em consequência, justificar aquela invasão e glorificar o invasor, no caso aquêle que construiu o forte Schoonenborch, na foz do Pajeú;

3 — tal forte não foi o "**primeiro prédio**" da futura cidade, pois que ao chegar Matias Beck no local, por ali já andavam portugueses com as suas casas a extrair "minerais e metais".

Não há como imputar intenção espúria aos que, na mais cheia de boa fé, em suas pesquisas vontadosas e despreconcebidas, aportaram à conclusão de dever ligar-se o nome de Beck à fundação histórica (e não fundação de fato) do conjunto humano de que se gerou, afinal, a cidade de Fortaleza. Desacreditar a colonização lusa do Brasil por que? Para que? Como?

Todos os mencionados pesquisadores, inclusive nós, somos de descendência portuguesa, amamos a gente portuguesa, a alma portuguesa, a terra portuguesa, com o melhor dos corações. Se porventura algum dêles (e chamamos o exemplo para nós, pessoalmente) vai a ponto de aceitar que a mesma colonização não foi feita por santos e teve, muito naturalmente, os seus aspectos de violência e até de bruteza, nunca poderia superpor tais aspectos ao pomposo e amável aspecto da consolidação, pelos lusos, da civilização europeia no Brasil, com o sofrimento epopéico dos colonos desbravadores e com o martírio doloroso dos missionários da catequese cristã.

Com que segundo pensamento ou com que vantagem, material ou intelectual, poderiam animar-se tais pesquisadores, a fim de desmoralizar o ingente esforço de Portugal no transformar em respeitável Nação a terra que lhe dera Cabral, e nisso tomando como arma ponto insignificante no vasto plano da História do Brasil?

A tese — Beck — fundador de Fortaleza não envolve, não podia envolver semelhante intuito. Mera proposição histórico-científica jamais saiu das extremas limpas das lucubrações dedicadas em busca da verdade histórica. Gostaríamos, até rogaríamos, que não maculassem as nossas idéias e o nosso singelo espírito de investigação.

Também, igualmente, não se teve em mira glorificar o invasor flamengo. Circunscreveu-se a tese ao limite de uma proposição feita com o objetivo de repor a citada verdade histórica em terreno que não fôsse o de um erro inadvertidamente repetido.

Pelos motivos expostos nos capítulos 1 e 2 do nosso livro **Matias Beck — Fundador de Fortaleza**, não encontramos — seja-nos permitido dizer — na ocupação holandesa do Brasil nenhum desdouro nem para brasileiros nem para flamengos. Foi resultante lógica dum imperativo histórico nascido da luta político-econômica de Holanda contra Espanha. Na luta contra os Filipes que massacravam o pequeno e destemido povo dos Países Baixos.

Não reputamos invasores, **contra nós**, os flamengos, e sim homens que decidiam, nas terras brasis, um destino ligado à história e que até nós chegava apenas por força da circunstância de achar-se Portugal sujeito à coroa espanhola. Nós ainda não existíamos, **nacionalmente**.

A homenagem a Beck, portanto, não visava à sua glorificação como um bruto a espezinhar-nos, e sim, tão unicamente, à consideração **histórica** ao homem que, inofismavelmente, levantou o forte embrião da nossa capital. Fôsse holandês ou de qualquer outra nacionalidade.

Pe. Serafim Leite também discorda de ter sido o Schoonenborch "o primeiro prédio" da futura cidade, por não se compaginar a afirmação com o que se lê no diário de **fundador dêsse fortim** (o grifo é nosso), pois já antes de chegado andavam portugueses por ali, ou sejam, nas imediações do Pajeú. (Uma verdade clara, aliás nunca por ninguém contestada, ressalta destas suas palavras: Beck foi o fundador do forte).

A expressão "primeiro prédio" é de Thomaz Pompeu Sobrinho, a maior e mais acatada sabedoria, entre nós, no campo da nossa Pré-História, Proto-História e História Colonial. Mestre inconfundível, foi ele quem qualificou assim a fortificação beckiana: "primeiro prédio, o cristal estimulador da nucleação" da futura cidade.

Ele o diz no judicioso e irresponsível "Prefácio" ao nosso **Matias Beck — Fundador de Fortaleza**, p. 13.

Para Gustavo Barroso, o baluarte foi o seu berço, o berço da cidade. E Câmara Cascudo, mais luminosamente sentença: "O Forte Schoonenborch no Ceará foi realmente o elemento de fixação da posterior cidade de Fortaleza. Junto aos seus muros, reconstruídos e remodelados, a cidade estendeu as ruas e agrupou a população e não mais nos locais históricos de Pero Coelho e Martim Soares Moreno. O Forte Schoonenborch ficava **justamente ao lado do atual Passeio Público de Fortaleza** (liv. cit.)

Antônio Bezerra, outro autorizado sabedor das coisas cearenses, havia escrito: "De nôvo os holandeses assenhoraram-se do Ceará em 1649, e por êsse tempo Matias Beck fundou o forte de Schoonenborch, **no lugar hoje ocupado pelo Quartel do 11.º Batalhão de Infantaria**", atualmente Quartel da 10.ª Região Militar (Rev. do Inst. do Ceará, vol. II, pág. 16).

E, por seu turno, João Brígido, que muito comentou a existência da fortificação: "Fêz-se na Schoonenborch qualquer coisa e transformaram-na em N. Senhora da Assunção, como os cristãos faziam aos templos dos pagãos, para terem as suas igrejas, e os sarracenos fizeram a estas para terem as suas mesquitas. Temos aí a **origem da Fortaleza do Ceará**, fortaleza e quartel ao mesmo tempo, junto da qual se fêz uma ermida para rezas, pois que rezar era

coisa anexa a matar; e o fumo da pólvora ia sempre misturar-se ao do incenso" (Ceará — Homens e Fatos, Rio, 1919).

De igual modo, o Barão de Studart: "O Forte de Schoonenborch, do nome do governador holandês residente em Pernambuco, que Cândido Mendes supôs nunca ter passado de projeto, foi erguido (lêtra A) sôbre o local Marajik, numa das lombadas em que se dividia o terreno, sítio ora ocupado pela fortaleza de N. Senhora da Assunção" (Geografia do Ceará, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1924, p. ).

Que a Fortaleza de N. Senhora da Assunção, sem qualquer descontinuidade, seja o mesmo Forte Schoonenborch, é maior de tóda dúvida. Entregue êste, em 1654, aos portugueses, em vista da capitulação do Recife, foi exatamente nêle que o nôvo comandante — o português Álvaro de Azevedo Barreto se alojou, mudando-lhe o nome e construindo no seu interior uma ermida dedicada à Virgem Assumpta. Aí permaneceu Barreto até ser substituído por Domingos de Sá Barbosa, no fim do ano seguinte. O forte é sem demora concertado e nunca deixou de ser a sede e moradia dos capitães-mores governadores do Ceará. A povoação que em volta dêle se formou foi elevada a Vila no dia 13 de abril de 1726. Cidade, em 18 de março de 1823.

Sempre em redor do antigo Schoonenborch, ganhando as barancas do riozinho Pajeú.

Quando Beck desembarcou em 1649 e erigiu o seu castelo, nenhum português andava por ali. Era o Ceará, como já foi dito, terra de ninguém, sem lusos nem flamengos, destruídos êstes e o São Sebastião da barra do Ceará pela indiada em revolta, desde 1644. Os últimos lusos que haviam pisado a região rio Ceará — rio Pajeú foram despachados prisioneiros para o Recife, em 1637.

A leitura do Diário de Beck demonstra, à saciedade, a inexistência de homem branco no Ceará desde êsse ano até abril de 1649. Na barra do Ceará o que estava eram as ruínas do forte de Soares Moreno, casas de índios e o dorido silêncio de uma frustra tentativa de colonização iniciada em 1912. Se os portugueses, ali, andaram à procura de minerais e metais, só o fizeram até o dia em que passaram aos flamengos o seu já quase desmantelado fortim e foram recolhidos a Pernambuco — 33 homens da guarnição e outras 18 pessoas que a acompanhavam, talvez mulheres e filhos.

9

Por último, consideremos a melancólica ilação de que nem lusos nem Neerlandeses encontram, entre os seus, quem possa apresentar-se como fundador de Fortaleza.

Logo, não foi Soares Moreno e, então, cai fragorosamente por terra a hipótese de que êle o tenha sido. Isto, aliás, já afirmara



Pe. Serafim Leite na resposta à carta que lhe dirigira seu erudito irmão em Deus, de Baturité, e que foi acima transcrita. Tal carta-resposta foi trazida a público pelo próprio destinatário que, portanto, adotou o seu conteúdo. É regra de processualística: quem exhibe documento, como prova, aceita-o nos seus termos. A carta-resposta é, pois, o atestado de óbito da forçada tese morenista. Nas palavras mesmas do missivista insigne, agora repetidas: "Quanto à barra do Ceará, eu diria que se ela está incluída no perímetro da atual capital, e se de Nova Lisboa, fortaleza de N. Senhora da Ajuda (do Amparo) ainda havia, vestígios à chegada dos holandeses, Soares Moreno **poderia de alguma forma ser considerado fundador**. Não se realizando estas condições (como em pura verdade não se realizam, dizemos nós **(não vejo como êle passa a ser fundador da cidade de Fortaleza**). O seu título próprio é de **fundador do Ceará**, que na história local é o primeiro. E é o do Estado".

No tocante a não ter sido Beck o fundador, diremos **data venia**, que os **beckistas**, ao contrário, não abraçaram a conclusão de Pe. Serafim e ainda sustentam a inversa como verdadeira...

x x x

## O ÉBRIO

Lá vai, lá vai, profundamente triste,  
da taverna assomando a rude porta,  
que miséria — no mundo só existe  
um desejo brutal que lhe conforta;

Andar aos cambaleios. Oh! que importa  
que a turba ignara e vil de lança em riste  
o amaldiçõe se o seu viver consiste  
em contemplar uma miragem morta!

Em casa, sem meiguice e sem carinhos,  
a espósa aflita, e, soluçando, ao lado  
estão famintos dois ou três filhinhos.

E êle na orgia, bêbado, tremendo  
escandalosamente alucinado,  
não sabe o grande mal que está fazendo.

Manoel Nobre

Crato, 1024 — (Do Arquivo de José Gonçalves Sobrinho)

# CIDADE DO CRATO

O deputado Antônio de Alencar Araripe recebeu a seguinte carta:

“Foi um prazer pouco vulgar o que experimentei ao receber a monografia “Cidade do Crato”, da lavra de José Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, com alguns bons colaboradores e impressa sob deli-gências de um grupo de esclarecidos patriotas, entre os quais e, talvez com primazia, figura o meu brilhante patricio e parente.

O livro constitui fonte de subsídios muito importante, não só para a característica de “nucleo ou pólo de iniciativas liberais no Nordeste, que cabe ao Crato, na organização da Nação Brasileira”, como para a História dos Alencares — tão ligados a essas marcantes iniciativas.

Já tenho conversado com o meu brilhante camarada e parente General Tristão de Alencar Araripe, sôbre a necessidade de organi-zarmos essa história.

A um dos mais moços, ao sr. ou ao Tristão, deve caber o papel de relator e eu estou pronto a colaborar, levando para a fonte prin-cipal os subsídios que possa dar. Vi no livro uma cousa que muito me alegrou. A poesia do velho José Alves de Figueiredo “Serra do Araripe” fala da densa floresta de outrora, povoada de pequiizeiros, maçarandubas, jequitibás e mundiribas, etc.

Ora, no plano que concebo para a exterminação das sêcas, pela restituição dos fatores naturais (geograficos) já desaparecidos, fi-gura plantação de árvores de grande porte sôbre o dorso das terras de Araripe, Grande e Ibiapaba, em todo o contôrno Sul e Oeste do Ceará, prolongando-se pelos Estados vizinhos.

Tenho como provável a presença dágua nas vizinhanças e no sopé dessas serras assim arborizadas, de maneira a provocar a eva-poração e o resfriamento do vapor dágua, provocando a chuva.

Como todo trabalho de longa envergadura, a execução dêsse plano será longa, mas não se cogita de paliativos, como até agora se vem fazendo e sim de transformar o meio geográfico, a condição meso-lógica, com utilização dos agentes naturais.

O assunto é longo e o que aqui fica corresponde a títulos gerais.

Muito agradeço o seu régio presente e peço-lhe que conte com a simpatia, estima e admiração do seu velho primo, alertado e entu-siasta das tradições cearenses.

**J. Jaguaribe de Matos”.**

---

NOTA — O signatário da presente carta, oficial das forças armadas dos que no País se têm destacado, pela cultura e patriotismo, é filho de antigo magistrado cearense, o dr. João Paulo Gomes de Matos, e neto, por via materna, do dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, que foi Juiz de Direito do Crato, deputado, senador e Ministro do Império, e se casara com filha de Leonel Pereira de Alencar, irmão da heroína Bárbara.

# GOMES DE MATOS

PAULO ELPÍDIO

Cedo, perdi de vista o Cratense de quem pretendo relatar episódios, fatos relevantes de sua vida jornalística, acompanhados por verve humorística, admiravelmente apreciados, no meio em que tão brilhantemente atuou. Deixei minha querida terra com 17 anos incompletos, quando ele também a abandonava, seguindo, a cavalo, para Recife, de onde voltou formado em Direito. Venho depois apanhá-lo, muito adiante, em 1914, já no Governo Benjamin Barroso. Colaborava com Matos Ibiapina no "Diário do Estado", onde eu também trabalhava como revisor e auxiliar da Redação.

Pertencíamos ao chamado PARTIDO MARRÊTA, chefiado por Hermínio Barroso, Aurélio de Lavor, Antônio Botelho e outros elementos que deixaram de seguir OS ACCIOLYS, quando no Rio acomodaram-se com os partidários do Coronel Marcos Franco Rabelo e com ele vieram. Gomes de Matos não foi deportado como eu fui. Aqui ficou, agüentando a irrequietude dos Rabelistas, em rebeliões e perseguições e desmandos. Em pouco tempo, entanto, o VELHO João Brígido levanta-se, no Unitário, contra uma situação política que desceu até a depredação e incêndio das propriedades de seus adversários. Entre os homens de responsabilidade do Estado que prestigiaram o jornalista está o destemido cariense. E quando faltava às reuniões, João Brígido perguntava — Onde anda Gomes de Matos? Faz dias que não aparece. — ISSO É COISA! Ele relatou isso em uma de suas belas conferências realizadas na CASA JUVENAL GALENO. Vem o Governo João Tomé e, querendo continuar no poder, compra deputados rabelistas, concorrendo assim para a queda do partido que lhe vinha apoiando e, IPSO FACTO, o órgão da imprensa que o sustentava. Os rabelistas trazem Justiniano de Serpa de Belém do Pará e o colocam na direção do Estado. A saúde do velho advogado se agrava. Morre, logo após o segundo biênio. Assume Ildelfonso Albano. Matos Ibiapina funda "O CEARÁ", órgão destinado à defesa dos direitos do povo, contra quem quer que seja.

O Des. José Moreira da Rocha é apontado como elemento con-

cillador de todos os partidos. Vai eleito. Abrem-se as fronteiras do Estado aos grupos de cangaceiros, chefiados por Lampião, VINTE E DOIS, Lua Branca, Jararaca, etc. Os CORONÉIS sertanejos foram recebidos de braços abertos em Palácio. Depois das RAZZIAS praticadas nos Estados limítrofes, vinham os cangaceiros repousar tranquilamente no Ceará, na certeza de não serem incomodados pelas forças que os perseguiram.

Goms de Matos põe sua pena de jornalista fulgurante e de-sassombroso a serviço do sertanejo, abandonado pelos poderes públicos de sua terra... É quando escreve com fina ironia que o governo do Des. Moreira da Rocha veio mostrar que o Estado não precisa de governo. "O Ceará", onde cerram fileira Matos Ibiapina, Gomes de Matos, Djacir Menezes, Demócrito Rocha e Paes de Castro contra o recrudescimento do banditismo desenfreado em todo o território do Estado, é obrigado a fechar suas portas, devido às perseguições policiais. E a situação ainda mais se agrava com o encontro ocorrido na porta da GRUTA, na Praça do Ferreira, entre Cordeiro de Almeida e o Coronel Luís Sombra, comandante do 23 Batalhão de Caçadores. O Coronel se queixa à Polícia. Gomes de Matos, imediatamente, pede certidão da fôlha do livro em que o Militar confessa que levou uma bofetada de Cordeiro. Requer HABEAS CORPUS ao Tribunal. Desaparecem os autos. A fôlha do livro foi rasgada. É quando o causídico, indignado, declara que os dedos das mãos estão sobrando para contar os juizes honestos da Magistratura do Ceará. Isto de braços abertos, na frente dos juizes... Escreve em "O Ceará" uma notícia que vai fazer os soldados do Exército cercarem a Praça do Ferreira, à noite, hora de retreta, e espancar todo mundo, partindo dali para a casa do diretor do jornal, onde supunham encontrar Gomes de Matos. É assim de admirável correção e altruismo a atuação desse cratense, professor de Direito Penal da nossa Salamanca, respeitado pela sua cultura e inteligência. Mas não se restringe nisto o FACIES apreciável do causídico. Em rumoroso júri, quando defende um réu no casarão do canto da Praça, promove o auxiliar da acusação ruído infernal nas galerias, gritando que o povo não admitia as suas alegações. Gomes de Matos mete a mão nas costas por debaixo do paletó e, em voz alta declara — O POVO É U'A MASSA FALIDA! Quer ver? E marcha em direção ao auditório. Faz-se verdadeira correria pelos velhos degraus do arruinado edifício, e PRONTO! Tudo silencio... Do Rio, quando ferve no Estado uma questão que divida a opinião pública, Matos Ibiapina pergunta — COM QUEM ESTÁ GOMES DE MATOS? É com êle que se encontra o Direito. Não faço HISTÓRIA. Narro episódios vividos no passado e que considero VERDADEIROS.

# A DANÇA DO TEMPO

JUAREZ DE ALENCAR

I

Um minuto caiu...  
Um minuto se foi...  
Um minuto, outro mais  
e mais outros se foram...  
E as horas passaram  
e as horas rolaram  
e os dias e noites  
rolaram também...

IV

E quantos sóis nasceram!  
E quantos sóis passaram!  
E quantos sóis morreram!  
Sol que ilumina!  
Sol que dá vida!  
Sol que assassina!

V

II

Uma fôlha voou  
e outras folhas voaram,  
os meses passaram,  
os anos rolaram  
e um século passou!

Tempo, cavalheiro andante,  
Asaverus sem pouso  
de eternos caminhos,  
tu levas no teu seio,  
ao paraíso do nada,  
todos os anseios,  
todos os amôres,  
todos os carinhos  
da humana cavalgada!

III

Um homem nasceu,  
um homem chorou,  
um homem cresceu,  
um homem lutou,  
um homem amou,  
um homem sofreu,  
um homem morreu!...

Ó! tem, cavalheiro andante  
de eternos caminhos,  
tu levas em tuas asas  
tragédias e hecatombes,  
mas trazes tu também,  
nas tuas asas leves,  
a semente da paz,  
a semente do bem!

Que seria de nós  
sem a renovação  
Como haver primavera  
sem outono ou verão?  
sem frutos maduros,  
rolando no chão?  
sem flôres nascendo  
sem nôvo botão  
Seria um castigo  
viver *ab-aeternum!*  
Viver, meus amigos,  
verões e invernos,  
todo o tempo viver,  
viver e viver,  
sem nunca morrer!

VI

Ó! tempo, cavalheiro andante  
dos sonhos felizes,  
tu trazes, amigo,

a certeza do fim,  
do fim que acalenta,  
que sonham com o nada,  
que choram tristonhos  
ao longo da estrada,  
estrada deserta,  
estrada funesta  
sem luz e sem sonhos!

— VII —

Andai, cavalheiro,  
correi como sempre,  
Fausto te aplaude,  
Calibam te sustenta,  
Ariel te sorri,  
Quixote te alimenta  
e assim passarás,  
ciciópico e medonho,  
derramando tormenta,  
e acalentando os sonhos!

S. Paulo — Junho — 1960

# ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À CEGUEIRA (\*)

DR. HERMÍNIO DE BRITO CONDE

Inicialmente, profundo reconhecimento pela honrosa inclusão do nosso nome entre os conferencistas desta noite. A Organização Mundial da Saúde dedicou, em todos os países, o dia de hoje ao debate das causas e prevenção da cegueira. É que os graves problemas que as abrangem agravaram-se e ameaçam por motivos óbvios, agravar-se mais ainda, em toda parte.

O fato justifica a iniciativa desta insigne instituição, dedicando-lhes o temário integral de uma sessão a elas consagrada. A estimativa da O. M. S. é a de dois cegos para mil habitantes nos países de mais adiantada civilização; quatro cegos para mil habitantes nas áreas subdesenvolvidas; e o dobro, ou mais, em outras zonas.

Esclarecendo: para a nossa população de 73 milhões, há 292 mil cegos; e, para os próximos decênios, à entrada do século vindouro, a estonteada estimativa de 840 mil cegos. Isto à luz da moderna conceituação da cegueira, prática, baseada na redução da capacidade visual a dez por cento ou menos, nos termos da excelente comunicação que acabamos de ouvir do nosso predecessor nesta alta tribuna, o ilustre Professor Carlos de Paiva Gonçalves. Também, ao antecessor dêste, o insigne Professor Sílvio de Abreu Fialho, pareceu plausível a estimativa da O. M. S. pertinente ao nosso país, de quatro cegos para mil habitantes, resultando na elevadíssima cifra aludida.

Estas sombrias perspectivas já haviam sido antevistas pelos gêneros sanitarista e administrativo do Professor João de Barros Barreto, saudoso membro desta Casa, e de Gustavo Capanema, antigo ministro da Educação e Saúde. Ultimaram ambos, em 1944, o anteprojeto constante no final dêste trabalho, imperativo cada vez maior para a adequada solução dos problemas em pauta nos debates.

---

(\*) Conferência pronunciada por ocasião da comemoração do Dia Mundial de Saúde a convite da ANM, em 12 de abril de 1962.

Há, anualmente, quatro mil e quinhentos casos novos de cegueira no Brasil, e seis mil e setecentos da mesma espécie nos E. Unidos. Paradoxalmente, o progresso aumenta a cegueira.

O trabalho noturno, intensificado com a moderna iluminação artificial; as preocupações da vida cotidiana, condicionando permanentemente estado tensional e, com êste, o glaucoma; os traumatismos, em número crescente, com a civilização industrial; o trabalho ocular excessivo, e muitos outros fatores, entre êles, recentemente, as doenças iatrogênicas ou farmacogênicas esclarecem a estimativa ascendente dos casos novos de cegueira no Brasil (11 e 14).

É sobre êste último aspecto — o das doenças farmacogênicas — originadas por antibióticos injetáveis, que nos queremos obter neste momento, dada a importância e notórios riscos com que nos ameaça a nova indústria. Partiu o alerta, em 1959, das investigações procedidas no Centro de Pesquisas Oftalmológicas do Nordeste; corroboradas integralmente, no ano seguinte, pelo Prof. Clóvis Paiva, de Recife adotou a Liga Nacional de Prevenção da Cegueira o parecer desfavorável da sua cátedra, endossando-o e encaminhando à consideração dos responsáveis legais.

Em 1954, encaminhando reclamação análoga de João Penido Burrier sobre suposta medicação, igualmente sensibilizadora, viu a Liga atendida a denúncia originada do decano atual da oculística brasileira. São estas — novas causas de cegueira — inexistentes entre outros povos, como se fôsem poucas e insignificantes as que nos flagelam, sobretudo ao rurícola dessassistido.

A previsão de Abreu Fialho, pai, há cinco lustros, criando um núcleo aguerrido de oftalmologia social — a Liga — bem demonstra o senso das tristes realidades mercantilizadoras que estavam por vir e aí estão, reconhecidas e punidas pela Comissão Nacional de Biofarmácia, em 14-3-62.

A finalidade da Liga Nacional de Prevenção da Cegueira, entidade não lucrativa com personalidade jurídica desde 1938, é, logicamente, prevenir a cegueira. Nesse sentido dirigiu-se às autoridades competentes solicitando a restrição de indicação terapêutica quanto ao tracoma, de determinado antibiótico sob a forma injetável.

A experiência divulgada pela Associação Médica Americana é a de que, em média, após o décimo tratamento pelos antibióticos, penetra-se o limiar do perigo. Entramos, no Brasil, em 1962 no começo desse risco: aproxima-se o início do décimo tratamento coletivo em campanha de massa nas áreas endêmicas. Desde 1958, duas vezes por ano (ver o gráfico) registra-se o uso indiscriminado desse antibiótico standard. Assistimos, pois, a entrada do nosso país na faixa do perigo. Daí a iniciativa da Liga. No momento oportuno, vigilância. A dolorosa experiência americana, incluindo o desastre do hospital do Texas em 1954; os estudos clássicos de Fernando Paulino, em 1959



e os de tantos outros, nacionais e estrangeiros, são conhecidos. Bibliografia farta, em quase todos os idiomas. Observe-se que o licenciamento inicial do proudto no Brasil, em 1957, não abrangia o tracoma. O cancelamento, agora, do aditivo visa a prevenir risco iminente.

A elevação estacional do número de casos, registrada em gráfico, indica a origem bacteriana das conjuntivites associadas ao tracoma. Há meios menos nocivos de tratá-las do que através de antibióticos por via sistêmica. A precisão esquemática, atendendo às leis do determinismo, elucida e ressalta a coincidência da elevação quantitativa de oftálmicos com o aumento simultâneo da temperatura além de 27°C. Isto, no meado de cada semestre, em períodos de oito semanas cada um. Exacerba-se, então, a flora bacteriana conjuntival, constituída, como se sabe, por doze famílias de germes. Fenômeno estacional, internacionalmente registrado nas zonas inter-tropicais. Ao cabo de cinco anos, ou sejam, dez tratamentos assim mal orientados, instala-se o risco originado da resistência bacteriana. Coletivamente, é matéria de salvação pública. Basta compulsar os resultados da experiência americana e alemã, através dos respectivos órgãos de controle (A. M. A., Rosembach, etc.).

A seguir, a flora microbiana conjuntival pesquisada por Franco do Amaral e Monteiro Sales, ambos do Instituto Penido Burnier, em milhares de exames bacterioscópicos: bacilo de xerosis, estafilococo, bacilo de Koch-Weeks, bacilo Morax-Axenfeld, pneumococo, diplococo Gram-positivo, gonococo, bacilo Pfeiffer, estreptococo, cogumelos, bacilo diftérico e indeterminados (1).

Ao serem lançadas as sulfas no tratamento do tracoma imediatamente advertiu Gradle, de Chicago (JAMA outubro de 1938): "A droga não é destituída de perigo e deve ser tomada unicamente sob vigilância médica, de 24 em 24 ou 48 em 48 horas. Nos casos de conjuntivite associada há notória melhoria: bacteriológicamente em poucos casos foram encontrados germes. **Há redução do número de glóbulos brancos e da taxa de hemoglobina**".

A clara advertência não impediu que uma geração inteira de oftálmicos tivesse os órgãos vitais lesados e a existência abreviada. Agora a história se repete com os antibióticos, fazendo refletir sobre as perspectivas das futuras gerações.

Também a cátedra de olhos da Universidade de São Paulo (18) assinala, em extensa bibliografia, que a maioria dos autores propende para a predominância da atuação dos antibióticos nas conjuntivites associadas. Se assim é (caso solúvel pelas pomadas oculares), para que se empregar "canhão contra rato" na feliz expressão de E. Salgado Filho (22). "Há uma tendência bastante difundida entre os médicos — observa Halley P. Oliveira — em considerar a eventualidade de acidentes graves com agentes terapêuticos, sobretudo na esfera hematológica, como ocorrências excepcionais". E conclui: "A

verdade é bem outra, e, como afirma Wintrobe, alguns departamentos de publicidade de firmas farmacêuticas procuram entreter esta crença por motivos óbvios”.

Nesta ordem de idéias impõe-se a disciplinação da recente indústria de antibióticos no Brasil a, exemplo do ocorrido entre outros povos e de que nos dão notícia circunstanciada as recomendações dos simpósios lá efetuados em âmbito nacional (ver anexos). Refletem o nosso atraso, de oito anos, relativamente aos E. Unidos e ao Oriente Médio (2).

Satura-se, com a nova indústria, o mercado interno. Sinal de perigo para a administração desaparelhada. Colapso sanitário, em contraste com os departamentos de produção e vendas da nova indústria, ativíssimos...

Alteiam-se em vão as mais idôneas vozes sôbre os riscos iminentes. Da urticária até a morte, com escala pela cegueira parcial ou total, e lesões da medula óssea (Rosembach) rins e intestinos tudo é denunciado amplamente. Surdos os fabricantes *et pour cause*. Moloch tem fome e o biotério é vasto. Sim. Involuímos de hospital a biotério... certamente o maior do mundo.

Nesse ambiente faz-se cada ano o planejamento da luta sanitária, e, como em certos casos individuais bem controlados alguns pacientes, se beneficiam com antibióticos, logo surgiria a receptividade para a extensão à coletividade, em “campanhas de massa”... no interior, sem médicos responsáveis, do emprêgo de milhões de ampôlas de alta concentração, via intramuscular dos perigosos, assim nocivos antibióticos, administrados a populações inteiras indefesas. O tracoma, com o elevado índice de endemicidade, não escaparia à avidez do lucro.

Logo armou-se à revelia do serviço oficial de Proteção aos Índios, para curar o tracoma dos silvícolas, tendenciosa expedição dos armada de ativo antibiótico, aos milhares. A indocilidade dos índios, motivada pela dor persistente durante uma hora, salvou-os. Deus protege os inocentes. Mas o relato da aqodada experimentação, com a chancela do fabricante, e com a ressalva “sem valia internacional” indicava o *anima vili* a que havia decaído para o truste o homem brasileiro. Seria o cômulo se houvesse parado aí. Mas, o impossível acontece e a droga foi oficializada assim mesmo. Milhares e milhares que não são índios passaram também a paliteiros das dolorosas picadas antibióticas. E do mesmo e exclusivo antibiótico *standard*.

De nada parecia valer a nossa atividade à frente do Centro de Pesquisas Oftalmológicas do Nordeste contrariando em sucessivos relatórios a improvisação temerária, sem apóio na casuística e na experiência internacional. No Rio, os trabalhos sérios de Fernando Paulino, Jonas Grant Ramos; em Natal, os de Ernani Rosado; e tan-

tos outros e em tanta parte, nada impressionava, parecendo confirmar que "o poder da indústria excede o do poder público" segundo o parecer de Maurício de Medeiros.

O Professor Clóvis de Paiva, catedrático de Recife, no relatório apresentado ao XI Congresso Brasileiro de Oftalmologia pelo Professor Hilton Rocha, da Universidade de Minas Gerais, com a serenidade característica do seu espírito lúcido, e a circunstância de ser um dos poucos oculistas litorâneos peritos em tracoma, fulminou a inumana experimentação dos índios-cobaias. "Não tem correspondido" — sentenciou o insigne mestre do Nordeste indômito referindo-se explicitamente à ineficácia, e implicitamente à periculosidade do antibiótico empregado. (Rev. Bras. Oft., junho 1961). A experiência de outros povos não parece assim estar adiantando, quando a idônea arguição de ineficácia bastaria para a restrição da indicação terapêutica concebida".

Nos Estados Unidos a Associação Médica Americana controla a indústria de drogas, e após os desastres lá observados advertiu através do *Today's Health*: "Milhares de mortes têm sido atribuídas a reações alérgicas aos antibióticos. Autoridades no assunto acreditam, ainda que tem havido muitos outros casos fatais, mal interpretados". Matéria, pois, de salvação pública, da alçada da AMB e outros órgãos...

A recente Reunião Nacional de Tuberculose reunida na Academia Nacional de Medicina concluiu, no seu âmbito, sobre a gravidade e extensão do problema dos antibióticos. É de esperar da operosidade científica do seu ilustre Presidente Prof. Olympio da Fonseca Filho, oportunamente, a convocação de outros simpósios, pertinentes a cada flagelo endêmico no Brasil. A vista, entretanto, do vultoso custo e tempo peculiares à preparação de simpósios outro alvitre apresenta-se: a imediata constituição de uma Comissão integrada por um catedrático de clínica oftalmológica, representantes do Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil, Laboratório de Contrôlo de Drogas, e da Divisão de Vírus do Instituto Oswaldo Cruz, sem prejuízo da cooperação de outros técnicos considerados úteis. Esta Comissão estudaria *in loco* o assunto em tôdas os seus ângulos. Os dois grandes focos endêmicos do tracoma no País, sul do Ceará e norte do Paraná, oferecem condições favoráveis à investigação.

O fenômeno da resistência bacteriana foi longa e amplamente sedimentado na consciência sanitária americana. E no Brasil? Que fazer? Que é "resistência bacteriana"? Quais os ricos? Antibiótico cura tracoma?

Desdobraremos as respostas: 1) Impõe-se uma Comissão de Antibióticos a exemplo da de Entorpecentes — os perigos são iguais, senão maiores; ainda no plano administrativo, idem a criação do Conselho Nacional de Prevenção e Assistência à Cegueira, estudada

em 1944 pelo saudoso higienista João de Barros Barreto, com a aprovação do Ministro Gustavo Capanema; 2) No plano científico a "resistência bacteriana" traduz-se na necessidade do gradativo doseamento do antibiótico até tornar-se excessivamente tóxico para o organismo ou inócuo ao germe, exigindo substituição da droga ou a sua supressão; 3) Os riscos decorrentes são óbvios e graves; nos traumatismos e no pós-operatório, conforme a reincidência anterior (abuso antibiótico), a vida dos pacientes e a reputação dos médicos sofrem o drama de atrozes angústias; 4) Antibiótico não cura tracoma; a nossa experiência no Nordeste durante quatro anos contínuos à frente do Centro de Pesquisas Oftalmológicas, viu-se confirmada pelo depoimento do Professor Clóvis de Paiva, divulgado no citado relatório do Professor Hilton Rocha.

A experimentação injustificável nos "índios cobaias", propagada a todo o País, seria preferível o retrocesso às sulfas (com a cobertura hepática) se o eficiente método da eletrocoagulação alimentado a bateria (dêste modo itinerante) elogiada por sumidades do porte de Arruga e Chams, também preconizada pelo OMS, aí não estivesse como indestrutível aperfeiçoamento e contribuição valiosa da oftalmologia brasileira no tratamento do tracoma (coagulação do vírus).

Em outra oportunidade contamos voltar ao assunto. A Liga Nacional de Prevenção da Cegueira não trairá as suas tradições de operosidade e cooperação com as autoridades interessadas no problema. A norma recomendável, para a segurança pessoal, é buscar a orientação do médico em cada caso individual de tratamento por antibiótico. E levar-lhe, sempre que possível, as datas e os nomes do produto que houver usado.

Isto até que se concretize o velho sonho da instituição oficial da "caderneta individual de saúde", destinada a êsse e outros registros médicos. Então estariam previamente elucidados aspectos de controvérsia elementar.

No Oriente Médio, centro geográfico dotado de milenar experiência do tracoma, não se usa antibiótico injetável na endemia tracomatosa. É proibido. Observamo-lo em demorado estágio oficial, inclusive na famosa Clínica Chams (Teeran) onde a documentação citológica negativa para os antibióticos é irresponsável. Viajamos com as responsabilidades e o interesse de participantes da fundação e organização, desde 1943, da Campanha contra o Tracoma e do Curso Federal do Tracoma.

No vasto biotério brasiliense, entretanto, como nos tempos coloniais, continua a não haver pecados nem abusos. Inclusive o dos antibióticos.

No domínio do controle de trustes internacionais entre nós o das lentes de grau foi contido em 1934. O mesmo poderá ocorrer com o dos antibióticos, a começar na oportunidade de avultadas,

compras governamentais do produto destinado às campanhas sanitárias, inclusive o tracoma. O pedido de "restrição de indicação terapêutica" de determinado antibiótico para determinada doença ocular (tracoma) não pode nem deve ser generalizado. E é um outro assunto, como dizia Kipling.

#### PARECER DO PROF. CLOVIS PAIVA, RECIFE

(Zona endêmica, negativo em todos os casos de tracoma)

"Em nossas mãos o nôvo antibiótico não se revelou capaz de curar um único caso de tracoma. Não comprovamos, portanto, a alardeada especificidade. Em 25 casos de tracoma, o único efeito favorável foi assinalado no tipo II b; não sôbre o tracoma, porém sôbre a conjuntivite de associação. Usando exatamente o mesmo produto e o mesmo esquema terapêutico preconizado (3 injeções de 200 mg cada uma, em dias alternados) não testemunhamos nenhuma modificação nos folículos, nem no pano. Vale assinalar que as nossas pesquisas foram feitas com o indispensável auxílio da biomicroscopia (lâmpada de fenda de Haag-Streit)". (Arq. Bras. de Oftalmologia, São Paulo, 1960, n.º 4, pág. 126).

#### CONCLUSÕES

1. O estudo dos antibióticos no tracoma deve prosseguir. Tôdas as esperanças estão abertas nesta direção quando se pensa nos progressos realizados no tratamento de certas doenças como a tuberculose, por exemplo. Assim falava, há dez anos, R. Nataf. De lá até hoje, quanto ao tracoma prôpriamente dito, os antibióticos não têm correspondido. Nas conjuntivites associadas, sim. Quanto à tuberculose também falharam as esperanças de Nataf. Comprovou-o a Reunião Nacional de Tuberculose reunida no Rio de Janeiro (dezembro de 1961).

2. A criação do Conselho Nacional de Prevenção e Assistência à Cegueira (anteprojeto em anexo) possibilitará, entre outras vantagens, como diretoria especializada, a de cooperar com o S.N.F.M.F. no contrôle do emprêgo de drogas, inclusive antibióticos, no tratamento de doenças oculares.

3. Desde novembro de 1957, determinado antibiótico, standard injetável, isolado, vem sendo empregado no Brasil em campanha de massa contra o tracoma, em áreas gradativamente maiores, duas vezes por ano. Nos têrmos da conceituação americana de riscos por antibióticos estamos, assim, penetrando o limiar da "faixa de perigo", após o décimo tratamento. É, pois, tempo de parar. "Casos fatais, mal interpretados", etc. (A. M. A.) vêm a seguir.

4. Ainda que qualquer antibiótico injetável se revelasse eficaz no tratamento do tracoma as reinfecções, freqüentes nas zonas endêmicas, condicionariam, no fim de poucos anos, a sensibilização da maioria dos enfermos, desaconselhando por isto, o seu uso em campanha de massa permanente.

5. Reunida no Rio de Janeiro, em 14-3-1962, a Comissão Nacional de Biofarmácia, por unanimidade, decidiu cancelar o licenciamento de Antibióticos como específicos no tratamento do Tracoma. Ofício n.º 280, de 15-3-1962.

## CONCEITUAÇÃO DO RISCO DOS ANTIBIÓTICOS SEGUNDO A. A. M. A.

(Today's Health, dez. 1959)

Antibióticos podem provocar reações alérgicas, desde a urticária até a morte súbita. Da nossa primeira exposição a um antibiótico pode não resultar qualquer lesão aparente. Entretanto, se formos alérgicamente predispostos — e um entre dez o é — uma vez que entramos em contato ou que nos tornamos sensíveis a um antibiótico, qualquer exposição subsequente poderá significar complicação. Há centenas de casos documentados em que os pacientes só experimentaram reações alérgicas mais graves depois do décimo tratamento. (25, ver Bibliografia).

## RECOMENDAÇÕES DO SIMPÓSIO DE ANTIBIÓTICOS DE WASHINGTON, E. U.

1. Devem os estudantes graduados e pós-graduados receber ampla e sistemática instrução sobre os antibióticos;
2. A instrução pós-graduada sobre o uso correto dos antibióticos deverá estar à disposição de todo médico em exercício;
3. Deve-se instruir o público a respeito dos riscos da automedicação com antibióticos, além de solicitar-lhe que abandone o costume de pedir ao médico que lhe receite antibióticos;
4. Deverão todos os preparados de antibióticos levar etiquêta advertindo sobre as possíveis reações tóxicas e o perigo que representa o uso imprudente destas drogas;
5. Deve-se organizar o registro nacional de reações mortais provocadas por antibióticos, tornando obrigatória a notificação de tais reações. (8, ver Bibliografia).

**ANTEPROJETO BARRETO-CAPANEMA REFERENTE  
A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA  
E PREVENÇÃO DA CEGUEIRA NO BRASIL, 1945**

**Processo 38.875-61 do Ministério  
da Saúde**

“... O anteprojeto Barreto-Capanema, matéria examinada durante dois anos, e aprovada, no setor técnico, é a chave dos problemas de prevenção e assistência à cegueira no Brasil. Sua exequibilidade está provada, na França e na Argentina. Sem êle, é isto: o caos e a progressão geométrica dos casos novos de cegueira, no Brasil e no estrangeiro.” — **Hermínio Conde** — Rio, 1961.

“Apurou o Serviço Nacional de Recenseamento que, enquanto no período de 1920 a 1940 a população brasileira cresceu de 34%, a cegueira aumentou de 80%, atingindo a 60.000 o número de cegos no País. Não é inoportuno, destarte, pensar em ter um Serviço especial para fazer face à situação. Proposto, em relatório anterior, a criação de um Serviço Nacional de Tracoma, foi a idéia bem aceita pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que recomendou fôsse estudada a organização de um Serviço de âmbito mais geral, para Assistência e Prevenção da Cegueira. Já em mãos da S. Excia. o Anteprojeto respectivo:

**Art. 1.º** — Fica criado no Ministério da Saúde, como órgão integrante do Departamento Nacional de Saúde, o Serviço Nacional de Assistência e Prevenção da Cegueira.

**Art. 2.º** — Compete ao Serviço Nacional de Assistência e Prevenção da Cegueira organizar, orientar e controlar, em todo País, as atividades relativas à assistência e prevenção da cegueira, através de Divisões específicas;

**Art. 3.º** — Ao Serviço Nacional de Assistência e Prevenção da Cegueira incumbe:

a) — fazer a consolidação das leis e princípios de higiene ocular, de modo a promover completa proteção das populações urbanas e rurais contra as causas de cegueira;

b) — coordenar a campanha contra as doenças contagiosas dos olhos, particularmente o tracoma;

c) — orientar e coordenar a ação das organizações destinadas à assistência e prevenção da cegueira;

d) — incentivar atividade das organizações particulares destinadas aos fins mencionados no item anterior estimulando-lhe a criação e orientando o funcionamento.

**Art. 4.º** — Fica criado no Quadro Permanente (Q. P.) do Ministério da Saúde o cargo, em comissão, de Diretor, padrão... do Serviço Nacional de Assistência e Prevenção da Cegueira.

Art. 5.º — Fica o poder executivo autorizado a transferir para o Serviço Nacional de Assistência e Prevenção da Cegueira as dotações orçamentárias destinadas à Campanha contra o Tracoma, inclusive as atualmente atribuídas a essa finalidade no tocante à Divisão de Organização Sanitária.

Art. 6.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

(Dr. J. de Barros Barreto — O Departamento Nacional de Saúde em, 1944 pág, 151. Relatório ao Ministro da Educação e Saúde. Imprensa Nacional, 1945).

## BIBLIOGRAFIA

- 1) *Amaral, R. Franco* — Exames bacterioscópicos das secreções conjuntivas. Arq. Inst. Penido Burnier, Junho 1953.
- 2) *Chams* — Traitement du trachome, cap. Antibiotiques, Université de Teheran, 1953.
- 3) *Conde, Hermínio* — Estudos de Oftalmologia Social; Viagem científica ao Oriente Monografia n.º 196. Médio, monografia, 1960.
- 4) *Conde, Hermínio* — Geografia do tracoma no Brasil, monografia, impressa com gravuras, tabelas e um mapa a cores, 62 páginas, 1957.
- 5) *Conde, Hermínio* — Viagem científica ao vale do Cariri Cearense, monografia, 52 págs., 1958.
- 6) *Conde, Hermínio* — Plano Gradativo de Profilaxia do Tracoma do Cariri Cearense, 82 págs., monografia relatório apresentado ao XIV Congresso Bras. Higiene, 1959.
- 7) *Conde, Hermínio* — Ocular diseases transmittable to man by animals, relatório ao Congresso Médico do Irão, 1960.
- 8) *Conde, Hermínio* — Epidemiologia e Profilaxia do Tracoma, 39 págs. tema oficial do XI Congr. Bras. de Higiene, 1953.
- 9) *Conde, Hermínio* — Endemias oculares no Nordeste do Brasil., 1961, monografia.
- 10) *Conde, Hermínio* — Exposição sobre a profilaxia do tracoma no Brasil perante a Comissão de Saude da Câmara dos Deputados, 1949.
- 11) *Conde, Hermínio* — Uso e abuso de antibióticos no tratamento do tracoma, Tribuna médica, 23 fevereiro, 1962.
- 12) *Hussar, A. E.* — Simpósio de Antibióticos, S. M. I., Março, 1955.
- 13) *Laborno Tavares, C.* — Antibióticos em Oftalmologia, Rev. Bras. Oft., dezembro, 1948.
- 14) *Lacaz, Carlos da Silva* — Doenças iatrogênicas, 1959.
- 15) *Laertes Guimarães* — Antibióticos em Oftalmologia — Arq. Bras. Oft. n. 6, 1948.
- 16) *Leopold Irving* — Simpósio de Antibióticos, 1952.
- 17) *Mayo, Clinic* — Proceedings, Outubro, 1960.
- 18) — *Nataf, R.* — Le Trachome, 1952.
- 19) — *Oliveira, Halley Pacheco de* — Perturbações sanguíneas graves provocadas por agentes terapêuticos — Tribuna Médica, 17 — Janeiro, 1962.



- 20) — *Paiva, Clóvis* — Antibióticos na terapêutica oftalmológica — Arq. Bras. de Oftalmologia, n. 4 — 1960.
- 21) — *Paulino, Fernando e Coelho Neto, Antero* — Uso e abuso de antibióticos — Rev. Bras. Cirurgia — Maio, 1959.  
Rev. Bras. Cirurgia — Maio, 1959.
- 22) — *Poleff, L.* — Insufisance des méthodes employées dans la lutte contre le tracome — 1957 — N. 3.  
chome — 195 — N. 3.
- 23) — *Ramos, J. G.* — Antibióticos em cirurgia geral — Rev. Bras. Cir. — Maio, 1959.
- 24) — *Redslob* — Antibióticos não são panacéia. An. d'Oculistique — Jan. 1957.
- 25) — *Resende, Ciro e Colaboradores* — Quimioterápicos e antibióticos em Oftalmologia — Rev. Bras. Oft. — 1955 — N. 4.
- 26) — *Resende, Joviano* — Antibióticos em Oftalmologia — Rev. Bras. Oft. — Junho, 1950.
- 27) — *Rocha, Hilton e Oliveira Lima J.* — Tratamento atual dos processos oculares a vírus — Rev. Bras. Oft. — Junho, 1961.
- 28) — *Saad, Edson* — Antibióticos em saúde pública, palestra na Soc. Bras. Medicina Tropical — Fevereiro, 1962.
- 29) — *Salgado Filho, E.* — O uso e o abuso dos antibióticos — Rev. Bras. Medicina Dezembro, 1954.
- 30) — *Sedan, J.* — Antibióticos de uso local são por vezes nefastos em Oftalmologia An. d'Oculistique — Junho, 1959.
- 31) — *Soares, Ernani Rosado* — Pós-operatório sem antibioticoterapia profilática — Med. Cir. Farmácia — Julho, 1961.
- 32) — *Today's Health, A. M. A.* — Por que o cuidado dos médicos com os antibióticos — Dezembro, 1959.
- 33) — *Campos, Evaldo* — O tratamento do tracoma pelos antibióticos — Rev. Bras. Oft. — Março, 1962.
- 34) — *Fialho, Sílvio de Abreu* — Emprego de antibióticos em geral no tratamento do tracoma — monografia — 25 págs. Março, 1962.

# CÍCERO FRANKLIN DE LIMA

## APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

### ANTÔNIO DE ALENCAR ARARIPE

Cícero Franklin de Alencar Lima, que posteriormente passou a se assinar Cícero Franklin de Lima, era filho de João Franklin (antes de 1824 João Ferreira Lima) e de Maria Brasileira de Alencar Lima, neto por via paterna de Joaquim Ferreira Lima e Desidéria Maria do Espírito Santo e por via materna de Leonel Pereira de Alencar ("seu" Dão) e Maria Xavier de Carvalho, que também eram avós maternos do escritor José Martiniano de Alencar e bisavós de Otto de Alencar, professor da Escola Politécnica, talento invulgar.

O UNITÁRIO de 1.º de janeiro de 1908 insere circunstanciada notícia, escrita por João Brígido, a respeito do falecimento de Cícero, ocorrido a 30 de dezembro do ano anterior, da qual consta que "foi estudante do Liceu e sentando praça muito cedo, fêz parte, em 1852, do exército ao mando do Conde de Caxias e combateu em Monte-Caseros e na investida à quinta de Palermo, fazendo parte da divisão do futuro conde de Pôrto-Alegre", e, voltando ao Brasil, já Alferes do Exército, deu a sua demissão e recolheu-se à terra natal, desde então se aplicando a trabalhos rurais nas terras de propriedade de seu pai, onde, "pela sua aptidão para a mecânica e muito estudo prático, bem cedo se fêz ótimo engenheiro na espécie". Observa, enfim, que o mesmo "pertencia a duas antigas e poderosas famílias do Sul do Estado" e "era um homem de bem: viveu e morreu em paz com a sua consciência".

Do seu filho Rufino procede Clotildes, casada a 8-1-910, com o Dr. Daniel de Queiroz e pais da consagrada escritora Rachel de Queiroz; do que lhe herdou o nome descende o Diretor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Professor Mário Verneck de Alencar.

Os apontamentos biográficos, por êle próprio escritos, foram-me confiados pelo parente e amigo comum, engenheiro João Franklin de Alencar Nogueira, e se acham assim redigidos:

Nasci no dia 24 de fevereiro de 1832, no sítio Carrapicho, meia-légua ao norte de Mecejana, esta duas léguas e meia de Fortaleza. Fui batizado na Matriz desta cidade pelo Pe. Antônio José Ribeiro e foram meus padrinhos o Cel. José Mariano de Albuquerque Cavalcanti e sua mulher D.<sup>a</sup> Cândida Rosa de Albuquerque Cavalcanti. O ato deu-se a 20 de dezembro do dito ano. Não consta a data de minha Crisma, (de assentos deixados por seu pai, a respeito do nascimento dos filhos do casal, verifica-se ter sido crismado a 4-II-1824, pelo Visitador Pe. Miguel Carlos da Silva Saldanha); foi meu padrinho o Dr. José Martiniano Figueira de Melo.

Fui vacinado em 1842, pela 1.<sup>a</sup> vez e pela 2.<sup>a</sup> em janeiro de 1848. Saíram boas. No período de 1843 a 1848 estudei Latim, Francês, Geografia e Aritmética, de cujas matérias fiz exames e fui aprovado plenamente.

No dia 22 de fevereiro de 1848 tomei passagem a bordo do paquete Imperatriz, comandante Capitão Tenente Jesuíno Lamego Costa, com destino ao Rio de Janeiro; suspendeu ferro às 4 horas da tarde e no fim de 15 dias de viagem tocando em Natal, Paraíba, Recife, Maceió e Bahia, aportamos no Rio às 10 horas da manhã de 8 de março seguinte. Passei o ano de 1848 no Rio sem me empregar em coisa alguma; não tinha quem me dirigisse, nem a quem dar contas.

Estive em casa do meu tio Senador José Martiniano de Alencar, que deixei no Ceará, e seu filho Rivadávia, então administrador da casa, comigo não se importava; era muito môço, ocupava seu tempo em passeios a cavalo, teatros e outros divertimentos próprios de sua idade. No ano seguinte, 1849, a 14 de março, prestei exames preparatórios na Academia de Marinha, latim, francês, geografia e aritmética, em cujas matérias fui aprovado plenamente com o fim de matricular-me. Aconteceu, porém, que o número de admissão foi muito limitado e eu, falto de proteção, sobrei.

Em vista disso, me aconselhou minha madrinha, única pessoa que por mim mostrou interesse, que transferisse meus exames para a Escola Militar e assim aconteceu, guiado por seu filho José Mariano. Matriculei-me na dita Escola, assentei praça no dia 28 de março, no 1.<sup>o</sup> Batalhão de Artilharia a pé, na 4.<sup>a</sup> Companhia de que era Capitão o Bacharel Antônio de Castro Viana, Tenente Vilagran Cabrita, 2.<sup>os</sup> Tenentes Bruce e Deodoro da Fonseca, recentemente promovidos.

Em 4 de novembro fiz exame das matérias do 1.<sup>o</sup> ano do Curso Geral e fui aprovado simplesmente. Assisti aos exercícios práticos do fim do ano e apresentei um trabalho — a planta do Campo de São Cristóvão que teve boa nota.

1850 — Matriculei-me no 2.<sup>o</sup> ano, mas não tendo cumprido com meus deveres escolares, não me achei preparado para o exame do

fim do ano. Mal aconselhado por um colega, a quem não quero mal por isto, pois que como eu não deu conta do ano, pedimos e obtivemos passagem para o 5.º Batalhão de Caçadores que então se achava na Côte, com destino à fronteira do Rio Grande do Sul, onde ia fazer parte do Exército em operação na República Oriental do Uruguai, para fazer a guerra ao Ditador D. João Manoel de Rosas.

Aos 10 de setembro, portanto fui desligado da Escola Militar e mandado no dia seguinte reunir-me a meu nôvo Batalhão, então aquartelado na Fortaleza da Praia Vermelha. Já contava então com quase 2 anos de praça, mas era tão recruta que não sabia nem entrar em forma. Fui classificado na 4.ª Companhia, Capitão João Ger-vásio da Silva Perné, Tenente Manoel Leonel de Alencar (meu tio), Alferes Diogo de Santa Rita Britto e José Joaquim Nunes (mulato, mas homem bom, bem intencionado). Deram-me para ensinar o ofício o cabo Bezerra que em pouco tempo me deu por pronto, em manejo de armas e exercício de pés. Era atencioso, delicado e sempre foi prudente comigo; limpava meu correame e armamento, preparava minha mochila, mediante 2.000 réis por mês. Nesta época começaram meus trabalhos militares, dos quais me lembro sempre com saudades de amargar!...

Embarquei com o Batalhão para o Rio Grande do Sul, no paquete São Salvador, comandante Capitão Costa Pereira, no dia 17 de outubro e cheguei à cidade de São Pedro, em frente à heróica villa de São José do Norte, no dia 24 do mesmo mês. Bela a cidade, arenosa, bom clima e melhor passadio. A 26 de dezembro, parti com o Batalhão, por terra, para a cidade de Pelotas, com 6 dias de marcha a pé, por entre cardos, espinhos e banhados, cheguei no dia 1.º de janeiro de 1851 (tinha, então, 18 anos, 10 meses e 7 dias). Fatal dia de ano bom! Cheguei com os pés inchados e feridos, os ombros doídos de carregar a carabina de 14 quilos de pêso, afora a mochila e dois maços de cartuchos de balas, sabre e correame.

A 8 de junho embarcamos no pôrto de Pelotas e subimos o Rio São Gonçalo e no 3.º dia, desembarcamos na Fazenda Santo Antônio, de onde seguimos para a campanha a unirmo-nos ao Exército em operações, formando a 1.ª Divisão ao mando do General Bento Manoel Ribeiro, sob o comando em chefe do General Conde Caxias, então acampado na Orquita.

Não me lembro quantos dias de marcha; sei que me largou o couro dos pés que me impossibilitou de dar um passo, pelo que fui transportado em carrêta durante alguns dias. Vieram-me tardios arrependimentos, mas, o passo estava dado; desejei muitas vezes que viesse um combate e nêle percesse! Quantos desejos extravagantes! Quantas vezes, cansado, exausto não desejei ter cascos de cavalo! Quanta chuva, quanta fome, quantas privações não sofri, caminhando a pé, carregado como burro, nesta marcha quotidiana, pisando sôbre geadas às 5 horas da manhã, para atravessar parte

da Província de São Pedro e tóda a campanha do Estado Oriental, mais de 250 léguas.

Chegamos no princípio de dezembro à cidade de Colônia do Sacramento, à margem esquerda do grande Rio do Prata. Daí, no dia 14 embarcaram na Esquadra 10 mil homens, ficando o resto do exército de proteção. Meu Batalhão tomou a Corveta de Guerra Recife e nela assisti ao combate de Toneleros, no dia 17, contra as baterias de Rosas, de mais de 100 bôcas de fôgo e foguetões que nos lançavam balas ardentes, assentadas à margem do rio Paraná e comandadas pelo General Mausilha. Durou o combate mais de uma hora de fôgo vivo de parte a parte. Nós tivemos poucos estragos, perdemos um pequeno número de homens, isto devido à hábil manobra do Almirante Greenfell e audácia dos nossos práticos e marinheiros, porquanto as baterias estavam assentadas para nos ferir no canal no centro do rio e nós passamos por outro canal muito próximo das baterias, tão próximo que se nos lançavam à mão granadas.

Tive mêdo, muito mêdo. Não é a sangue frio que um homem se bate, não, não creio, pelo que bem apreciei antes do primeiro tiro que feriu a proa do nosso navio, no momento todos temem, sente-se, vê-se mesmo pintada nas fisionomias a agonia. Depois, no ardor da peleja, vem a coragem, em alguns há denôdo, há bravura e o que se chama de heroísmo é uma espécie de loucura momentânea, sangue frio porém não há! Foi o que vi neste combate e o que senti foi a consciência do dever, a vergonha de portar-me mal, mas sangue frio no meio do fogo? Nunca, é contrário às leis físicas; ao pé do fogo tudo esquece.

Passamos Toneleros. Havia ainda outras baterias de artilharia de posição mas não nos deram um só tiro. Continuamos a subir o rio. A 20 desembarcamos junto à vila do Diamante, à margem esquerda do Paraná, na província confederada de Corrientes. Ali permanecemos poucos dias e durante os poucos dias tive de presenciar um fato meteorológico bastante interessante — uma chuva de pedras — tão grandes como nunca se tinha visto; redondas, em forma de estrêlas, prismáticas, achatadas, de muitas formas e as maiores de polegada e meia de diâmetro. Foi uma tempestade, mutilou as árvores, atropelou os animais, furou buracos e feriu alguns soldados na cabeça.

No dia seguinte tomando banho com outro camarada, sem saber nadar, fui arrebatado pela correnteza do rio que ali corre seis milhas e estive a ponto de me afogar. Fui tirado já sem sentido pelos meus camaradas Manoel Maria Cardoso e Amálio Maia, exímios nadadores. Acordei do letargo por uma estrondosa gargalhada de Amálio que me vendo depressa voltar à vida alegrou-se e fêz-me mil perguntas sôbre o que senti e sentia. No primeiro momento, enquanto tive consciência do perigo e debatia-me, tive pavor da morte mas não me lembro do mais, sendo que um dos camaradas me agarrou

pelas costas e deu-me um impulso; foi só o que senti, nada de dor nem consciência do fato. Durante dois dias senti-me como se me tivessem espremido numa prensa e minha respiração era curta e opressa. Nada mais. Morrer afogado era inglória morte!

A propósito dêste episódio de minha vida, lembro-me de outra vez que caí no mar. Foi no pôrto do Rio de Janeiro, em frente ao cais da Prainha. Fui com outros acompanhar, a bordo do vapor Paranapitanga, José de Alencar e Leonel de Alencar, estudantes de direito que iam para São Paulo, em fevereiro ou março de 1850. Eram 8 horas da manhã, tinha chovido e o convés do navio estava muito molhado e escorregadio. Estava sôbre a caixa da roda, cujo plano é convexo, conversávamos e, entre outras pilhérias, disse eu ao piloto que desejava que êle caísse no mar, êle me respondeu: outro tanto lhe desejo — eis então quando escorrego, perco o equilíbrio e zás, caí no mar em 9 braças de água. Fui com o choque muito abaixo, mas pelo efeito de repulsão voltei à tona d'água e um negro que estava em um bote, junto ao qual voltei, muito distante do lugar em que me submergi, agarrou-me por um braço e saltei dentro do bote. Meu banho foi tão rápido que estando com uma bengalinha na mão não a larguei. Não senti nada, nem a queda me maltratou porque caí a prumo, em pé direito. Sai todo molhado, riram de mim, ri também e fecho o parêntesis.

De Diamante atravessamos o rio para a banda ocidental, incorporados ao exército de Urquiza formamos aliados para fazer a guerra a Rosas. Partimos, caminhávamos duas vêzes por dia, era preciso andar depressa, bater tôda a campanha e impelir o inimigo. Após 40 dias de marcha forçada, mal passados, faltos de lenha, farinha, sal e pão, reduzidos a simples carne verde, abundante e gorda, é verdade, mas simples, águas salobras e, uma vez, sem mesmo essas durante 20 horas, por baixo de sol ardente e um solo sêco, coberto de cardos. Chegamos à frente de Monte-Caseros, onde Rosas se achava fortificado em dois redutos, extremando uma bateria de mais de 100 peças de artilharia de grosso calibre que vomitavam metralha como chuva.

Passamos a noite de 3 de fevereiro de 1852 em linha de batalha. Noite horrível, de fome, de susto e, sobretudo, de trabalho vigilante, no escuro, sem fogo e sem ser permitido fumar. Em forma e de armas carregadas, em posição de formar quadrado, contra a cavalaria, a principal arma de guerra naquelas regiões dos pampas semi-selvagens e superticiosos.

Ao alvorecer, recebemos ao pôr-nos em movimento para atacar uma furiosa salva de artilharia, uma saraivada de metralha e fogueões, verdadeiros busca-pés doidos, ferindo à direita e à esquerda; levamos a mudar de posição, ora atacando aqui, ora por ali, até que depois de muitas horas de fogo volante, estendemos em linha de atiradores e por baixo de uma chuva de metralha carregamos sôbre

o reduto da direita e o tomamos à baioneta, a 2.<sup>a</sup> brigada no centro e a 2.<sup>a</sup> divisão na esquerda. Terminou a batalha às 2 horas da tarde com a tomada da bateria. (Cícero tinha, na data d'êste combate, 19 anos, 11 meses e 9 dias de idade.)

Morreu muita gente, mais de 4 mil cadáveres cobriam o campo. Soou o grito VITÓRIA. Desta vez não tive mêdo; com passar tôda a noite em alarma, habituei-me ao perigo e quando engajei na peleja já estava como que inconsciente, bati-me, atirei meus tiros de pontaria para o inimigo, vi cair a meu lado diversos camaradas e no estado de fadiga em que me achava era indiferente morrer. Não fui valente, nem filósofo, era mais um autômato, cumprindo as ordens. Cumprí, pois, meu dever; fui onde foi o mais valente; ninguém me excedeu; fui da linha de atradores que carregou e tomou de assalto à baioneta o reduto da direita. Tive um momento de entusiasmo. Vitória! gritei.

No dia 5 acampamos em Palermo, linha quinta de Rosas, tôda regada de canais por onde navegava uma pequena gôndola a vapor. Visitei o palácio de Rosas, vi suas riquezas e grande luxo, seu retrato e o de sua filha D.<sup>a</sup> Manoelita, môça bem educada e de muito espírito, a quem se atribuem muitos fatos da vida política de seu pai e que tinha tanta preponderância sôbre êle que se dizia ser ela de fato o Ditador.

Durante nossa estada de cêrca de um mês em Palermo assisti a um grande número de execuções capitais, no exército argentino. Urquiza mandava fuzilar peremptôriamente, era a frase: vaya a morir.

Visitei os arsenais de Palermo; vi a Mazorca, a pipa de pregos e outros instrumentos de suplicios.

Antes de embarcarmos para Montevidéu fizemos nossa entrada triunfal em Buenos Aires; percorremos muitas ruas a passo dobrado, de pavilhão arvorado e a toque de música; parecia uma cidade conquistada. A 7 de março chegamos a Montevidéu e a 5 de abril partimos por terra para o Brasil, chegando à fronteira a 8 de junho. Aí se dissolveu o exército de operações e eu com meu batalhão fui para a vila de Bagé, onde chegamos a 9 de julho.

Pelas notas que tomei, verifiquei que durante a campanha, em marchas e contramarchas, caminhei a pé, de mochila e arma às costas, 946 léguas! Muitas vêzes vieram-me os tardios arrependimentos, desespêro da vida e desejo de morrer. Quem pode pintar o que sofreu uma criaturinha inexperiente e sem proteção?

O que suporrei de um capitão, um cabra bruto, brusco, ignorante, malcriado e que bastava um soldado ou cadete ser branco para o ter como inimigo! As injustiças que sofri d'êste homem e a aversão que lhe tinha era tal que o procurei matar na batalha de Monte-Caseros e só não o fiz, bem como um soldado branco, meu serra-fila por nome Benedito, porque não tivemos uma ocasião. No momento do engajamento do assalto ao reduto não sei, estava muito à direita,

contra outra face; seria essa a ocasião propícia? Não sei, penso que não o faria. Benedito, porém, com a queixa que tinha, grande, bem grande, o chibateava, êle não o pouparia, estava jurado. Passamos algum tempo em Bagé. Dias depois de nossa chegada apareceu uma promoção no exército, onde se deu a maior injustiça: foram promovidos a Alferes, por atos de bravura, moços que nem ao menos estiveram no teatro da peleja; outros que estavam nas carrêtas de bagagem ou no hospital de sangue, onde não podia alcançar uma bala. Fui preterido, isto doeu-me tanto ou mais do que tudo junto quanto tinha passado. Meu comandante o Cel. Francisco Vitor que muito me considerava, e que apenas tínhamos chegado à fronteira, me tirou para seu escrevente, lamentou a minha preterição e me reparou de alguma forma, nomeando-me Sargento-Ajudante do Batalhão, de preferência a tantos sargentos velhos e de muito mais tempo de serviços, mas a parte modéstia, sem as habilitações que eu tinha.

A 15 de janeiro de 1853 fomos removidos para Alegrete, onde chegamos a 10 de fevereiro. Não andei mais a pé; o Sargento-Ajudante tinha permissão para fazer as marchas a cavalo. Fomos recebidos pela população com um baile esplêndido. Passamos aí quase um ano. Bonita cidade central, à margem direita do rio Hirapitan, afluente do Uruguai. A 13 de janeiro de 1854 partimos para Montevidéu e ali chegamos a 4 de maio para fazer a guarnição da cidade e servirmos de proteção a nossos patrícios. Foi o tempo mais feliz da minha vida militar, tinha bons vencimentos, merecia consideração de meus superiores, a estima de meus camaradas e o respeito de meus subordinados. Diverti-me, gozei dos atrativos da bela Capital. A 14 de janeiro de 1855 fiz parte da expedição ao Paraguai. Embarquei com a ala esquerda do Batalhão, na 2.<sup>a</sup> Divisão da Esquadra, constante de 19 navios armados e 2 transportes. O navio que me recebeu foi o brigue Tonelero. Chegamos ao Passo da Pátria na confluência dos dois rios Paraná e Paraguai, no dia 22 de fevereiro e, ao entrarmos nas águas do Paraguai, o chefe fêz sinal — preparar para combate — tocou a postos. Eu fui designado pelo comandante do brigue para comandar a bateria de estibordo e logo de morões acesos mandei carregar com metralha. Esperamos sinal de fogo mas ao enfrentarmos com a fortaleza, antes da manobra para meter em linha de batalha, vê-se uma grande bandeira branca tremular nas ameias da fortaleza. O chefe responde ao sinal, vem a bordo um parlamentar, houve troca de notas, retira-se a esquadra das águas do Paraguai, sobe até Assunção o chefe e, após um mês, desce e de rota batida voltamos a Montevidéu, onde aportamos a 24 de maio.

Passsei o resto dêste ano em Montevidéu, de onde regresssei ao Brasil a 14 de novembro, chegando à fronteira a 17 de dezembro, aniversário da passagem e combate de Tonelero, dia em que recebi



minha promoção de Alferes, publicada na Côrte a 2 do mesmo mês, recebendo igualmente ordem para me apresentar na capital da Província de São Pedro e aí ter destino. Já não me entusiasmuo a promoção, pois desejava deixar o serviço do exército.

Parti a 9 de janeiro de 1856, com outros companheiros igualmente promovidos, para Pôrto Alegre. Deu-me o Brigadeiro João Propício, para me servir, um vaqueano que me guiou pelos campos e muito me serviu na viagem até Rio Pardo, passando por Caçapava, São Gabriel, São Sepé e Cachoeira. Demorei-me em Rio Pardo 15 dias em casa de meu tio o Tenente Manoel Leonel, cuja família me recebeu e hospedou com a maior cordialidade. Cheguei a Pôrto Alegre a 10 de fevereiro e aí recebi ordem de embarcar para a cidade de São Pedro. Atravessei a grande e majestosa lagoa dos Patos e na cidade de São Pedro embarquei para a Côrte no paquete Pernambuco, passei os dias 1 e 2 de março em Santa Catarina e cheguei no Rio de Janeiro a 5.

Apresentei-me ao General que me designou a Companhia de Caçadores do Rio Grande do Norte, para onde segui, embarcando no paquete Cruzeiro do Sul, a 25 do mesmo mês e ali chegando a 2 de abril de 1856.

A cólera-morbo fazia os maiores estragos desde a Bahia até Natal. Na Paraíba vi morrer um soldado fulminado; estava de sentinela no portão do quartel, onde fui visitar, de passagem, os camaradas; vir cair com câimbras, acudimos e em poucos minutos estava morto: era uma desolação. No dia de minha chegada a Natal faleceram 61 pessoas. No dia 8 de abril fui mandado, pelo Presidente, com uma escolta de 20 praças, levar socorros pecuniários a diversas cidades e vilas do sertão. Recebi na Tesouraria da Fazenda 16 contos de réis e 4 cargas de ambulância que distribuí pelos seguintes pontos: Apodi, Santa Luzia, Açú, Pôrto-Alegre, Pau dos Ferros, Luiz Gomes, Serra do Martins, Patu, Campo Grande, Bôca da Mata, São Gonçalo e Macaíba.

Fui muito feliz nessa excursão; tive apenas um caso de cólera em um soldado que medicado convenientemente salvou-se do mal, ficou em caminho e logo que se restabeleceu recolheu-se à Capital. Regressei a 24 de maio, reinando ainda a cólera em declínio.

A 2 de junho embarquei para o Ceará no gôzo de 3 meses de licença que me concedeu o Govêrno para visitar meus pais e irmãos, a quem não via há 8 anos e meio. Cheguei no dia 3 às 10 horas da manhã e fui para a quarentena, sem me comunicar com as pessoas de minha família, mas à noite fechada pude iludir a quarentena e fugi à cidade a abraçar os meus. Que imprudência! Vinha de um lugar infectado da pior das epidemias que têm assolado o mundo.

Passamos os 3 meses no seio da família, voltei saudoso a meu

corpo de guarnição, apresentando-me a 15 de setembro. Durante minha estadia em Natal filiei-me à loja Maçônica Sigilo Natalense, GR: 3 e aí permaneci até 1.º de março de 1857. Dissolvida a minha Companhia de Caçadores, da guarnição de Natal, segui para a Côte, onde estive até 24 de outubro, adido ao 1.º de Infantaria e fiquei pertencendo ao 8.º da mesma arma. Resolvido a não mais servir ao exército pedi minha demissão, mas, o General, então Ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, aconselhou-me que tal não fizesse e no caso de persistência de minha parte, tirasse uma licença e experimentasse minha nova profissão, no caso de ir bem, então me demitisse. Assim aconteceu; vim para o Ceará e aqui cheguei em 5 de novembro, no gozo de 3 meses de licença. Tive a prorrogação que expirou em 7 de maio de 1858, pelo que me apresentei e fui obrigado a seguir para Pernambuco, onde se achava o 8.º Batalhão, a que pertencia. Cheguei a 11 de maio e a 12 de julho seguinte recebi o decreto concedendo-me demissão do serviço do exército.

No dia 15 embarquei no paquete Sobralense e a 19, ao alvorecer, aportei no Ceará e fui morar no Engenho Monguba, de propriedade de meu pai, que me deu sociedade e administração geral da fazenda.

De 8 de dezembro de 1858 a 15 de junho de 1860 andei errante; estive no Aracati, na Bahia da Traição, em Pernambuco, voltei ao Ceará de passagem para o Mundaú, estive na Imperatriz, em Sobral, em Granja, Santana, Curu, Inhamuns, até que voltei a Monguba e aí permaneci. É um fato de minha vida que muito me prejudicou e que basta que meus filhos saibam que não têm de que se envergonhar; foi um grave erro de um rapaz moço ardente, arrebatado.

Nada há de notável na minha vida desde junho de 1860 até junho de 1864. Passei vida calma, laboriosa, ajudando meu pai nos seus misteres de agricultor.

A 23 de junho de 1864, às 8 horas da noite, na Capela Episcopal, casei-me com minha prima Maria de Macedo. Celebrou-o, na presença do Bispo D. Luís, o Pe. Antonino Pereira de Alencar, foram padrinhos o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe e sua mulher D.<sup>a</sup> Clodes José Nogueira Jaguaribe e o Dr. Francisco de Farias Lemos e sua mulher D.<sup>a</sup> Josefa Viana.

Deus abençoou meu casamento. A 19 de junho de 1865, em Fortaleza, na casa da Rua Amélia, nasceu meu primeiro filho; ia custando a vida de sua mãe, o Dr. Rufino, porém, salvou a ambos. Batizou-se com o nome de Rufino por gratidão ao médico que o salvou e que será seu padrinho de crisma. Celebrou o Pe. Braveza na capela do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, em Arronches, foram padrinhos meu pai o Tenente-Coronel João Franklin de Lima e mi-

nha sogra D. Maria de Araripe Macedo; apresentou a mulata Leocádia.

Consta o assentamento do registro da matriz de Fortaleza, 2.<sup>o</sup> livro de 1865, fôlha 49. Vacinou-se a 28 de dezembro e teve uma só vacina que o médico refutou boa. Em 5 de abril de 1866 esteve alguns dias, na Monguba, o grande naturalista e professor da Universidade de Cambridge, perto de Boston, Luiz Agassiz, acompanhei-o em muitas excursões; chovia a cântaros, em tôda a parte havia atoleiros e qualquer riachinho punha-se de quando em vez de nado! Inverno rigoroso. A 21 do mesmo mês, às 10 horas da noite, faleceu minha irmã Bolívia que desde a idade de 7 anos sofria de ataques da gôta coral; viveu apenas 33 anos ou antes sofreu quase 30 anos uma vida de dores. Paz à sua alma. A 27 de agôsto quase sou fulminado. O alambique fêz explosão e lançou-me sôbre as costas desde os ombros até as nádegas um banho de garapa a mais de 200 graus. Fiquei quase todo queimado, ao tirar da camisa verifiquei tinha a pele pregada; foi uma verdadeira catástrofe. No dia seguinte veio a febre, delirei, estive em perigo de vida, felizmente, porém, medicado convenientemente, escapei, no fim de 14 dias as chagas entraram em cicatrização. A 27, com o susto que teve Miliquinha de meu estado, achando-se então no 8.<sup>o</sup> mês de gravidez e após 2 dias de dores aflitivas, deu à luz um menino, às 10 horas da noite, no Engenho Monguba.

Tanto o meu estado, como o dela eram de acerbos sofrimentos, fizemos de comum acôrda uma promessa a São Francisco das Chagas, de Canindé, de irmos em romaria levar-lhe 12 velas de libra e um galão de azeite para a lâmpada. E cumprimos a promessa, com o favor de Deus e ajuda de São Francisco.

No dia 7 de janeiro de 1867 batizou-se Joaquim, na matriz de São José, da Fortaleza, celebrou o Pe. João Francisco Dias Nogueira; foram padrinhos meu cunhado Joaquim de Macedo Pimentel e minha mãe Maria Brasilina de Alencar Lima, apresentou a mulata liberta Dina. Consta o assentamento do livro 2.<sup>o</sup> de registro de 1865, fls. 124.

No dia 10 de junho de 1867, depois de 7 anos sem interrupção de moradia em Monguba, mudei-me para o sítio da serra. Tôda minha fortuna era o seguinte: bens perecíveis 3.000\$000, uma terra por 400\$000 e 150\$000 em dinheiro, com isto e com os recursos de minha coragem e disposição para o trabalho, ainda o mais pesado, comecei a viver de meus recursos próprios e mercê de Deus conto criar minha família que já consta de 2 filhos, a mulher, minha sogra, uma escrava e 3 fâmulos, sem ser pesado a ninguém, e levar a vida honradamente. Deus me ajude.

A Casa Singlehurst, abriu-me um crédito para compras de algodão. Encetel este ramo de indústria, montando uma bolandeira e mais petrechos de trabalho.

A 29 de outubro de 1867, às 6 horas da manhã, no sítio da serra da Monguba, deu Miliquinha à luz uma menina com muita felicidade, graças a Deus. Batizou-se na cidade de Fortaleza, na matriz de São José. Celebrou o Pe. Antonino Pereira de Alencar e foram padrinhos meu cunhado Dr. Tristão de Alencar Araripe e minha tia Josefa Senhorinha de Alencar. Em seguida foi crismada pelo Bispo D. Luiz em sua capela, sendo madrinha minha mana D.<sup>a</sup> Liberalina. Consta o assentamento do registro da Matriz, livro 2.<sup>o</sup> de 1865, fls. 209, v., com data de 9 de janeiro de 1868.

Durante minha moradia na serra que foi no período de junho de 1867 a outubro de 1869, nada de notável aconteceu em minha vida, nem de pessoa de minha família; ganhei dinheiro, mantive-me como Deus me ajudou e se ainda não adquiri fortuna, tenho, Deus louvado, abastança. A 14 de novembro de 1869, 5.<sup>a</sup> feira, às 9 horas da manhã, mudei minha residência para Pacatuba, onde me estabeleci com sociedade para a compra e venda de algodão, com máquina a vapor, com Crisanto Pinheiro de Almeida; sob a firma social de Crisanto & Cícero, de que ambos pudemos usar.

A 12 de março de 1871 retirei minha família de Pacatuba, onde não podia, por continuadas perdas no comércio de algodão, continuar a morar e por isto vim morar no meu sítio Alegrete. Continuando ainda a sociedade que ali tenho restringindo quanto possível o movimento, a fim de minorar os prejuízos que temos tido.

A 8 de junho de 1871, dia de Corpo de Deus, depois de longos padecimentos, às 10 horas do dia, na Mecejana, deu alma a Deus meu pai o Tenente Coronel da G. N. João Franklin de Lima; morreu como verdadeiro cristão, tomou os sacramentos na hora da morte, assisti com êle até seus últimos momentos, expirou nos meus braços, com 73 anos e 9 meses. Conduzi seu corpo em caixão carregado a ombro por uma turma de homens, acompanhei-o até Fortaleza, onde se fêz entêrro, com grande acompanhamento e guarda de honra. Foi sepultado no cemitério público, em catacumba da Santa Casa de Misericórdia, de que era irmão. No dia 17 do mesmo mês e ano, no sítio Alegrete, deu Miliquinha à luz um menino, com muita felicidade. Batizou-se com o nome de João, na Matriz da Pacatuba; celebrou o Padre José Inácio de Moraes Navarro; foram parinhos meus manos João Franklin de Alencar Lima e D.<sup>a</sup> Argentina de Alencar Araripe e, com sua ausência, apresentaram procurações meus irmãos José Franklin e Maria Franklin. Apresentou a negra Juliana, escrava de minha mãe.

No dia 31 de dezembro de 1872, dissolvemos, amigavelmente, a sociedade sob a firma Crisanto & Cícero, ficando com todo o ativo e passivo a cargo do sócio Crisanto. Infeliz sociedade! perdi tudo quanto anteriormente havia ganho; perdi mais ainda meu precioso tempo; — 3 anos — quanto durou a sociedade; retirando-me com

uma dívida de cerca de 9 contos de réis! Em janeiro de 1873, empreitei um trecho de 4 quilômetros da construção da estrada de ferro de Baturité, entre a estrada que passa para Maranguape e o riacho do Alto-Vermelho. Dei começo aos trabalhos em 1.º de fevereiro. No dia 1.º de julho deste ano, às 9 hora da noite, faleceu meu inteligente filhinho João, na idade de 2 anos e 15 dias, de uma febre renitente, complicada com sarampo. Sepultou-se no cemitério da Pacatuba em catacumba própria.

No fim do ano de 1873, paguei quase metade de minha dívida! graças a Deus e a minha diligência na construção da empreitada. A 12 de abril de 1874, às 6 e meia horas da tarde, deu alma a Deus minha prezada mãe, D. Maria Brasilina de Alencar Franklin, na idade de 66 anos. Sofreu durante sua vida de asma e disto sobreveio-lhe uma lesão orgânica do coração que zombou da medicina. Sepultou-se no cemitério de Fortaleza, onde faleceu, em sepultura no chão, conforme sua última vontade e a seu lado foram depositados, em uma caixa de madeira, os restos mortais do meu sempre lembrado pai, os quais se achavam depositados na capela, ficando assim unidos depois da morte aquêles que durante a vida estiveram unidos 47 anos.

No começo deste ano, 1874, estabeleci casa na capital, a fim de ter os meninos na escola. No dia 15 de outubro deste ano, faleceu minha tia e avó de minha mulher, D.<sup>a</sup> Ana Triste de Araripe, viúva do grande patriota Tristão Gonçalves, assassinado em 1824. Viveu 50 anos em estado de viuvez, sempre de luto pesado, tanto na roupa como no coração e ainda nos últimos dias de sua longa vida — 83 anos — no sentimento e saudades, pela morte do seu sempre chorado espôso, era como no começo de sua viuvez!

No dia 4 de dezembro de 1874, na casa da Rua Amélia, na cidade de Fortaleza, às 8 horas da noite, deu Millquinha à luz um menino, com felicidade, graças a Deus. Batizou-se na Matriz de S. José, na Fortaleza, no dia 2 de fevereiro de 1875, com o nome de Cícero. Celebrou o Padre Antonino Pereira de Alencar e foram padrinhos meus irmãos Major José Franklin de Alencar Lima e D.<sup>a</sup> Euclides Franklin de Alencar Lima que, por estar ausente, na Pacatuba, deu procuração à mana D.<sup>a</sup> Ana Franklin de Alencar Nogueira. Apresentou a mulata liberta Dina.

Por este tempo foi por mim levantado no cemitério da Fortaleza um mausoléu à memória de meus sempre lembrados pais, todo de mármore branco, com incrustações de custo de mais de um conto de réis. Foi levantado às expensas de todos os seus filhos e genros.

Em setembro regressou para a Monguba toda minha família. Em 1.º de dezembro, faleceu meu escravo Benedito, de 20 anos de idade, de uma febre cerebral que só durou 4 dias!

No dia 4 de março de 1876, entraram para o Colégio S. José, como internos. Rufino e Joaquim. Freqüentaram todo o ano com

aproveitamento. Despendíamos enxoval, jóia e pensão 900\$000 rs. Ainda freqüentaram o ano de 1877 com melhor aproveitamento. Despendi com roupas, calçado e pensão 700\$000 rs.

Em fim de abril dêste ano verificou-se uma sêca; eu pouco sofri em razão de ainda ter ficado de 1876 uma grande porção d'água no açude e as terras estavam ainda muito frêscas, dos invernos anteriores que foram abundantes e alguns copiosos, no período de 1846 a 1876.

Em 1878 os meninos não freqüentaram o colégio, em razão do mal estado sanitário da Fortaleza, em que morriam muitas mil pessoas de febre, bexiga e peste negra! Basta dizer que, no mês de fevereiro que só constou 28 dias, morreram mais de 30 mil pessoas! Foi um tempo todo de calamidade e miséria! A população dos centros invadiram a Capital, em todo o perímetro da cidade se aglomerou uma população superior a 150 mil almas.

Não tive, absolutamente, safra de coisa alguma êste ano, para ocorrer a minhas despesas. Supri-me de dinheiro tomado a prêmio a Casa Singlehunt & C. Vali-me, também, de mandar tirar cargas de frete, etc. Vacinei-me no dia 10 de outubro de 1878, saíram-me 4 vacinas que foram reputadas boas. Havia quase 31 anos que me tinha vacinado a última vez — janeiro de 1848.

As 9 horas da manhã de 17 de janeiro de 1879, no sítio Alegrete, faleceu minha tia, irmã de meu pai, D.<sup>a</sup> Isabel Inocência de Lima, na idade de 85 anos; era solteira; teve uma vida sempre exemplar e de costumes os mais austeros. Havia 4 anos desde a morte de sua irmã D.<sup>a</sup> Ana, a que sempre acompanhou, que morava em minha casa, e de quem nunca, na convivência da família se levantou a mínima queixa. Era uma criatura verdadeiramente estimável por suas seletas virtudes, seu critério seguro, sua alma cândida.

A 27 de janeiro de 1879, às 2 horas da tarde, embarquei no vapor Pernambuco, comandante Alcoforado, com destino ao Recife e só partimos no dia seguinte às 11 horas do dia, em razão de muitas transferências da hora de partida. Levei em minha companhia meu filho Rufino.

A 31 chegamos ao Recife com excelente viagem, saltamos às 7 horas da manhã e hospedamo-nos em casa do meu irmão o Major José Franklin que morava em Apipucos. Passei 2 meses no Recife, deixando Rufino matriculado no Colégio Ginásio Pernambuco, no curso preparatório, chegando a Fortaleza a 25 de março seguinte. No dia 14 de junho, embarquei no vapor Jaguaribe para Camocim; a 22 subi para Granja e a 23, às 2 horas da tarde, parti a cavalo para os sertões, com o fim de comprar gado para vender na feira e repeti ainda 3 vêzes, no que ganhei cerca de 4 contos de réis.

Em fevereiro de 1880, entrou Joaquim para o Colégio S. José. Nada aproveitou porque o Pe. Ananias, seu Diretor, não assistia no

Colégio, acontecendo muitas vezes ficar a casa entregue aos poucos meninos que a freqüentavam. 500\$000 rs. em pura perda.

No dia 15 de março manifestou-se o inverno, dando uma copiosa chuva que, começando às 11 horas do dia, às 4 da tarde estava o riacho cobrindo a várzea e o açude de sêco, completamente que estava, encheu de uma vez.

Restaurei tôdas as cercas dos dois sítios Monguba e Alegrete e plantei 12 hectares de cana, com sementes compradas na serra da Pacatuba, Maranguape e Acarape.

A 2 de fevereiro de 1881, entrou Joaquim no Colégio Ateneu Cearense. Em março seguiu Rufino, do Recife para o Rio de Janeiro, com todos os preparatórios, a fim de matricular-se na Escola Politécnica.

Em dezembro de 1881 saldei minhas dívidas; fiquei livre sem dever coisa alguma na praça.

1882 — Em março dêste ano tive a infausta notícia da morte do Alferes de Voluntário da Pátria, Manoel Pereira de Almeida Rafael; era meu amigo sincero; viveu mais de 8 anos feito meu administrador e tinha tanto zêlo pelos meus bens, como em próprio; faleceu de uma tísica pulmonar. Neste mesmo mês de março no dia 24, deu alma a Deus minha tia, irmã de minha mãe, D. Josefa Senhorinha de Alencar, na idade de 77 anos. Nunca se casou e teve uma vida exemplar.

A 15 de abril fui cumprir minha promessa a S. Francisco de Canindé. Joaquim acompanhou-me. Ouvi missa em ação de graças, entreguei a oferta, 12 velas de cêra de 1\$ cada uma e uma lata com um galão de azeite de oliveira. No dia 16, retirei-me dando uma volta pela ribeira do Cangati, onde passei 2 dias e cheguei em casa no dia 23.

## PASSAGEM DE VÊNUS

A 6 de dezembro, todos aqui de casa vimos o eclipse do Sol, pela passagem de Vênus. O dia estava claro e desde 1 hora da tarde até quase 5, a qualquer momento, com um binóculo de vidros enfumaçados, via-se distantemente o ponto negro, do tamanho de um laranja, descrever o arco no disco do Sol.

1883 a 1886 — Nenhum fato notável, não tenho tido safra senão muito escassas. A 19 de agosto de 1887, encendiaram-me uma parte do canal!

No dia 10 de setembro de 1887, embarquei para o Rio de Janeiro; fui acompanhar minha irmã Yayá, mulher do Paulino Nogueira, que acometida de um mal gravíssimo do útero, foi ali buscar alívio a

seus sofrimentos; mas a fatalidade encontrou um desengano, o mal era um cancro para o qual já não havia mais remédio; deu-lhe a junta apenas alguns meses de vida!

Ceguei no Rio no dia 21 do mesmo mês. Havia quase 30 anos que tinha estado no Rio, faltou apenas um mês e 4 dias. Regressei ao Ceará em 18 de outubro, gastando 8 e meio dias de viagem, no paquete Maranhão, tendo estado somente no Rio 27 dias.

No dia 31 de dezembro de 1887, às 11 horas e 45 minutos da manhã faleceu minha sogra, D. Maria de Araripe Macedo, sucumbiu de uma síncope cardíaca, em virtude de uma lesão que há anos sofria. Viveu em minha companhia pouco mais de 20 anos, sem que nunca tivesse me dado o menor motivo de queixa. Era de um coração sensível e de uma bondade extrema. Tinha por seus filhos mais que amizade material; era de uma dedicação a tôda prova. Sepultou-se no cemitério público da Pacatuba, às 10 horas do dia 1.º de janeiro de 1888. Fiz-lhe todos os sufrágios por sua alma; todos os seus filhos a acompanharam a pé, desde a casa da Monguba, onde faleceu, até ao cemitério. Paz a sua alma.

A 31 de maio de 1888, faleceu na cidade da Fortaleza, após longos padecimentos, do útero, minha mana D. Ana Franklin de Alencar Nogueira, espôsa do Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Era verdadeiramente minha amiga e que bastante falta me fará sua amizade dedicada. Sepultou-se no cemitério público, em sepultura no chão, para mais tarde levantar-lhe o marido um mausoléu.

A 12 de junho de 1888, embarcou Joaquim para New York, no vapor da Cia. Boot; desembarcou a 8 de agosto e regressou a New York em 16 de outubro, para ali permanecer o tempo que fôr preciso para se aperfeiçoar na arte mecânica de engenheiro maquinista.

No dia 24 de abril de 1889 (quarta-feira) embarcou Ceci para a Inglaterra no vapor Lisboense, da Comp. Red-Cross, a 24 de maio seguinte entrou como pensionista no Colégio Anipleforth, no Condado de York. Em dezembro recebi boletim do Colégio, nos seguintes termos: saúde boa, conduta excelente, aplicação excelente, progressos rápidos. Em gramática inglesa fez 95 pontos em 100.

Ceci regressou da Inglaterra em janeiro de 1893. Joaquim regressou da América a 16 de dezembro de 1891. No dia 8 de abril de 1895, pelas 9 e meia horas da manhã, faleceu Joaquim, de uma embolia cerebral. Sepultou-se no dia 9, às 8 horas do dia, no cemitério público da cidade de Fortaleza, em sepultura própria, no 2.º plano superior ao norte da capela. Em outubro do mesmo ano foi colocado em mausoléu de granito — com estas inscrições.



# URNAS DE 1962

DUARTE JÚNIOR

Durante a propaganda eleitoral que antecedeu ao pleito de 7 de outubro, escutamos, entediados, através das ondas hertzianas, em inúmeras cidades do litoral e do sertão, a voz dos comícios políticos.

A oratória chula, ôca, da maioria dos candidatos e o silêncio dos que nem sequer abriam a bôca, por completa ignorância inibitória, revelavam que o Congresso ora renovado, iria ter acrescido o número dos incapazes e piorada a sua mecânica parlamentar.

E o que nos parece mais grave é que irão ter ingresso nas Câmaras, Alta e Baixa, novos Licurgos que levam sob o disfarce das legendas partidárias, a marca do imperialismo soviético.

Na antiguidade romana, os candidatos a cargos públicos, vestiam-se de branco, para significação simbólica da pureza de suas intenções. Hodiernamente, os candidatos comunistas vestem de branco a sua propaganda para engôdo de eleitores e trabalhadores ingênuos, podendo atuar com maior rendimento entre uma maioria de senadores e deputados ignorantes que embuchados de subsídios escorchantes, desservirão ao mandato, votando leis cujo alvo a sua vista não alcança.

Parlamentares sem cultura, sabedoria política, competência funcional, espírito público, nada farão para aliviar a Nação da crise em que se debate e que irá perdendo terreno na principal trincheira da guerra anti-comunista.

Dáí porque o comunismo, aproveitando-se do desespero do povo, vai se expandindo no Brasil por todos os ângulos da rosa dos ventos.

Cresce, realmente, no Parlamento, o esquadrão do "comunismo caboclo". As eleições de novos camaradas de Almino Afonso, Celso Brand, Aurélio Viana, Sérgio Magalhães, adubarão a ideologia vermelha.

Não se precisa ser financista para saber que o aviltamento do cruzeiro que elevou o custo de vida aos páramos da desgraça da classe média a das classes proletárias partiu das emissões torrenciais de papel, do governo Kubitschek, que poderia ter combatido o subdesenvolvimento, equipando e modernizando as indústrias, as

atividades produtoras, sem o luxo babilônio de Brasília, sem as rodovias temporárias construídas nas selvas da Amazônia, com abandono das existentes, e sem outros investimentos astronômicos de sua trepidante administração. As áreas do desastre situam-se ainda, na subsequente dissipação dos dinheiros públicos, sem incidência no chavão dos temas comunistas.

E como deter a inflação, remover a crise cambial, ajustar a receita com as despesas, sem a contenção de gastos ruinosos, incompatíveis com a nossa situação de naufrágio financeiro?

Sobre a complexidade do problema de cerceamento do processo inflacionário, responsável pela crescente elevação do custo de vida, entre outras causas, avultam os nababescos salários de portuários, ferroviários, marítimos, que sobem a cerca de 180 bilhões de cruzeiros, ainda sob ameaça de elevação dos atuais níveis salariais e de outras benesses manjadas pelo "peleguismo".

A essa sangria, exacerbada pela majoração de subsídios e "je-ton" de senadores e deputados, cotas federais, menos para os municípios do que para a maioria de prefeitos em todos os Estados, acrescenta-se as verbas destinadas à garantia de preços para exportação dos excedentes do café, açúcar e cacau — balão de oxigênio da economia rural — e à redução artificial de preços da gasolina, trigo e outros produtos, e ter-se-á uma idéia da tragédia brasileira.

E o comunismo não se desmoralizará, nos seus processos de propaganda desleal, sem a equação dos problemas que angustiam as massas sofredoras, que estão a reclamar o sacrifício, o devotamento, o patriotismo, a clarividência dos poderes da República.

Tal objetivo não se conseguirá com deputados ignorantes que servem apenas de "quorum" para as votações, bem como com deputados que tenham mentalidade de vereador, ocupados unicamente com subvenções e verbas em favor dos clientes eleitorais, dos núcleos que lhes vendem os sufrágios.

E será difícil, senão impossível, elevar o padrão dos poderes dirigentes sem eleitores politizados.

Com eleições pelo atual sistema do analfabetismo mercenário, não teremos presidente tipo Campos Sales, notadamente no regime presidencialista que aí vem com o plebiscito de carregação que se avizinha e muito menos um Congresso capaz de pensar em termos nacionais, um Congresso apto a legislar sobre tôdas as questões de interesses do povo, apto a entender o que constitui abuso do poder econômico, lucros extraordinários, evasão de lucros de capitais estrangeiros, reformas bancária, tributária, agrária e outras, um Congresso sem vinculações com grupos econômicos, mas sem os propósitos dissolventes de comunistas e de falsos nacionalistas.

As perspectivas de recuperação econômica do Governo Jânio Quadros, não só pelas providências que tomou de moralização administrativa, pelas medidas adotadas na exploração, em ritmo super-

sônico, e exportação de minérios, aceleração da produção, mobilização do crédito rural, e dinamização dos processos agrários, como, outrossim, pelos planos traçados nos setores da energia elétrica, comunicações e transportes, esvaneceram-se com o ato de sua intempestiva renúncia.

A vocação ditatorial do ex-presidente, a sua impaciência frente ao emperramento e politicagem das bancadas federais, a sua preferência pelas relações com as potências anti-democráticas incompatibilizaram-no com o defeituoso funcionamento do regime, entre nós e, por outro lado, com a linha continental de nossa política externa, gerando no seu espírito a idéia funesta da abdicação, de tão graves e fatídicas conseqüências.

O grande povo de S. Paulo, através das urnas livres de outubro, infligiu-lhe o merecido castigo, preferindo ao seu temperamento portátil, o espírito conservador e ordeiro de Ademar de Barros.

Antes de sua investidura, a "auto-determinação dos povos" não tinha o sentido esquerdizante que lhe deu, seguido por San Tiago Dantas, Hermes Lima, Brizola e outros adversários do grande Presidente norte-americano — John F. Kennedy, os quais preferem a ajuda bélica de Kruchev, os foguetes de cargas nucleares, para destruição da liberdade e do patrimônio econômico do nosso Hemisfério, aos benefícios do plano Marshall, Acôrdo do Trigo e Aliança para o Progresso.

Antes de Jânio, até Kubitschek (Brasil) Frondizi (Argentina), Herman Siles (Bolívia), Alfredo Stroessner (Paraguai), Manoel Prado (Perú) Carlos Ibañez (Chile), Gansg Larrabol (Venezuela), Lleras Camargo (Colômbia), Idigoras Fuentes (Guatemala), Luiz Somosa (Nicarágua), Vilela Morales (Honduras), Mário Echandy (Costa Rica), François Donadié (Haiti), Miguel Alemán (México), Ernesto de La Guardia (Panamá), a doutrina de Monroe se mantinha inviolada, com restrição de Trujillo (República Dominicana) e exceção de Fidel Castro, que quebrou a unidade inter-americana contra a própria soberania de Cuba, a sua independência econômica, paz e liberdade do seu povo.

\* \* \*

Entre nós cariarienses, neste longínquo rincão nordestino, de real influência sobre os destinos do Ceará, notadamente depois que o potencial hidrelétrico de Paulo Afonso solucionou o problema de luz e força, com reflexo decisivo sobre sua economia, entre nós, a orientação na escolha de representantes do povo, na Alta e na Câmara Baixa, obedeceu ao critério de seleção.

Os candidatos sufragados nas diversas legendas — Leão Sampaio, Paulo Sarasate, Martins Rodrigues — os três maiores da Bancada Alencarina, Ossian Araripe, Antônio Jucá, Wilson Roriz, novéis

na representação federal, porém talentosos e moralizados, e Hildo Furtado, prestigioso e eficiente, todos êles fiéis à disciplina cristã e aos postulados democráticos — saberão, por certo, desincumbir-se do mandato que, em boa hora, receberam das mãos do povo.

Não dispondo do Cariri — região noviça e de minguadas dimensões — dos Lloyd George, Gladstone, Hamilton, Thiers, brasileiros que têm diamantizado as bancadas da Bahia, Guanabara, S. Paulo e Rio G. do Sul e obrigado a votar em candidatos sob registo partidário, não lhe permitindo a lei outra alternativa, procedeu o eleitor caririense com impecável correção.

Quer no que se prende a eleições federais, como no que tange à eleição de governador, procedeu êle com inteligência, recaindo a sua escolha em um grande nome que é o do Cel. VIRGÍLIO TÁVORA, candidato que teria sido eleito mesmo sem a famosa “aliança pelo Ceará”.

As fôrças democráticas, aliás, operaram o esmagamento da malta bolchevista em todo o País, como Ildo Meneghetti (R.G. do Sul), Ademar de Barros (S. Paulo), Badger da Silveira (E. do Rio), Francisco Lacerda (E. Santo), Seixas Dória (Sergipe), Lomanto Júnior (Bahia), Virgílio Távora (Ceará), Petrônio Portela (Piauí), José Augusto (Acre) e Plínio Coêlho (Amazonas).

A vitória, por outro lado, de Miguel Arraes em Pernambuco, malgrado o concurso do elemento “vermelho”, não implica na “cubanização” do Leão do Norte.

Filho do Cariri, rebento de nobre stirpe, culto e patriota, Miguel Arraes não será uma exceção no resultado das urnas de 1962.

# DUAS POESIAS DE ADERSON SIEBRA

## ESTÁTUA DA DOR

Vê-se da serra a cimo desfraldado  
De Deus Eterno pela mão, sem custo,  
Verde o VISGUEIRO, bem frondoso, Augusto,  
Contando fatos tristes do passado.

Em busca de outras terras, desolado,  
Desamparado por govêrno injusto,  
O chapadão galgando a grande custo,  
Morre, à sua sombra amiga, o flagelado.

O frondoso VISGUEIRO, hoje falando  
Do flagelado que morreu lutando,  
Morreu lutando, grande herói sem nome,

Ao povo pede que os seus feitos cante,  
Condene tal govêrno e se alevante  
Um monumento a quem morreu de fome.

CRATO (Ce), 14 de março de 1944

## AO CEARÁ

És tu GIGANTE pelos céus bendito,  
Terra de luz e sangue de guerreiro!  
Quando em tua gente e em teu valor medito,  
Enobrecendo o povo brasileiro,

Me sinto tão mesquinho e pequenito,  
Nos céus de nossa Pátria és um luzeiro.  
O teu nome, feliz, sempre repito,  
No Brasil, sempre em tudo, és o primeiro.

Entre os Estados tu és o mais forte.  
De risos e de lágrimas és poema.  
Com galhardia, enfrentas a tua sorte.

A tua mulher é sempre esta Iracema,  
Ardente e bela, com tão meigo porte,  
Que de tão crua faz a dor amena.

CRATO (Ce), maio de 1944

NOTA: — Estes versos constam de opúsculo a ser publicado.

# INSTANTÂNEOS DO INTERIOR

ULYSSES VIANA

O jornalista cearense J. de Figueiredo Filho, municipalista de quatro costados, acaba de publicar interessante livro sobre folclore no Cariri. Trata-se de obra onde os costumes e hábitos do povo caririenses são retratados fielmente pelo autor, através de narrativas simples mas que representam, na verdade, um quadro vivo da região cearense encravada sob a sombra da chapada do Araripe.

O trabalho foi editado pela Imprensa Universitária do Ceará e apresenta impressão correta, verificando-se, ainda, a preocupação do editor no que tange ao serviço de revisão. O sr. J. de Figueiredo Filho é, hoje, autêntico pesquisador no campo da sociologia nordestina, equiparando-se aos mais credenciados intelectuais que se dedicam a tão empolgante gênero de literatura. O mesmo escritor cratense lançou várias obras de caráter regionalista, destacando-se o romance "Renovação" (de aspectos sociais do Nordeste); "Meu Mundo é uma Farmácia" que constitui contribuição magnífica à pesquisa de fatos históricos encenados no sul do Ceará durante as tormentosas épocas da influência coronelista e o fanatismo dos romeiros ligados ao Pe. Cícero do Juazeiro.

Outros livros foram também lançados pelo referido jornalista, figurando "Engenhos de Rapadura do Cariri", impresso pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, e "Cidade do Crato", que apareceu ao público durante as festividades comemorativas do centenário daquela importante comuna cearense.

A recente obra de Figueiredo, intitulada "Folclore no Cariri", pode ser considerada como uma das mais completas, no gênero, pertinente à vida do triângulo caririense, durante várias décadas. O autor, preocupado em projetar o nome da sua terra natal, colheu aquilo que existia de curioso em torno do folclore regional, apresentando trabalho digno de encômios.

Foi, de resto, uma contribuição imprescindível a análise meticolosa das transformações verificadas no decorrer da história. Poemas, versos populares, festividades matutas e outros motivos que enfeitam o cenário do Cariri desfilam nas páginas do recente

livro, evidenciando, por outro lado, o desejo do autor em mostrar ao público leitor aquilo que representa orgulho para os brasileiros do Nordeste.

Destarte, o Crato deu mais um passo à frente, na seara das letras, oferecendo exemplo dignificante do esforço de seus filhos e contribuindo, com energia e entusiasmo, para o desenvolvimento de uma comunidade que tem obtido, nêstes últimos anos, progressos econômicos e culturais acima de otimistas expectativas.

O movimento literário no Crato é qualquer coisa de surpreender aos homens que se interessam pela evolução de nossa gente. Com os seus estabelecimentos educacionais de ensino superior, estações de rádio, instituições sociais bem sólidas e organizações comerciais conceituadas, alcança, a esta altura, lugar de destaque no meio das comunidades nordestinas.

O escritor Figueiredo Filho pode ser considerado como figura representativa de um povo não apenas pela sua fôlha de serviço prestada à sua gleba, mas, também, e sobretudo, pelo seu valor, pela sua vontade de colocar o Crato numa posição de primeira linha, para orgulho da própria coletividade cearense.

# MINHA SODADE

versos inéditos

Minha gente! minha gente!  
Eu sei ocultá meu pranto,  
Não pense que eu tou contente  
Quando na viola canto.  
Pois tá pensando o contrario,  
Eu canto é como o canaro  
Prêso na sua gaiola.  
Tou cançado de dizê  
Que se vivê é sofrê,  
Eu já passei da bitola.

Se no mundo tôda gente,  
O povo mau e o destinto,  
Cada um conta o que sente,  
Eu quero contá o que eu sinto.  
Meu sofrimento é sem fim.  
Eu tenho dentro de mim  
Uma sodade arranchada,  
Tão grande, tão desmedida,  
Que não pode sê medida,  
Nem pesada e nem jurgada.

Sodade, esta aguda seta  
Que é mãe da rescordação,  
Sabendo que eu sou poeta,  
Achou que em meu coração  
Pra se arranchá dava jeito  
E foi entrando em meu peito  
Como broca em aruêra  
Que vai furando, furando,  
Inté que fica morando  
No miôlo da madêra.



Com a mesma ingratidão  
Veio a sodade e sem dó,  
Agarrou meu coração  
Se inrolou e deu um nó  
E foi crescendo, crescendo,  
Cada vez mais se estendendo  
E por dentro inraizando.  
Tanto ligou e apregou,  
Que em tôda parte que eu tou  
Ela tá me aperreando.

No verdô da minha idade,  
Mode acalentá meu chôro,  
Minha vovó de bondade  
Falava em grandes tesôro.  
Era histora de reinado,  
Prenceza e prinspe incantado  
Com feiticêra e condão,  
Essas histora ingraçada  
Tá selada e carimbada  
Dentro do meu coração.

Mas parem, eu sinto e vejo  
Que a grande sodade minha  
Não é só de histora e bêjo  
Da querida vovôsinha,  
Demenhãzinha, bem cêdo.  
Sodade de meus brinquedo!  
Meu badoque e meu bornó,  
O meu cavalo de pau,  
Meu pinhão, meu birimbau  
E a minha calça cotó.

Sem esperança e sem fé  
Vejo o meu má incurave.  
Eu tenho sodade inté  
Das coisa desagradave,  
Pois mesmo aquilo que eu via  
Que não me dava alegria,  
Não ficava satisfeito.  
E nem me sentia bem,  
Virou sodade também  
E se arranchou no meu peito.

Sodade, quando eu, deitado  
Na minha pequena rêde,  
Escutava admirado  
Nos buraco das parede  
O cri cri, cri, cri dos grilo.  
Sodade de tudo aquilo  
Que para mim já morreu;  
Sodade inté das palmada,  
Cócóróte e chinelada  
Que minha mãe dava neu.

Nesse tempo eu pissula  
Paz, inocença e saúde,  
Quando no inverno chovia  
Eu ia brincá de açude  
Nas levada do terrêro,  
Sempre alegre e prazentêro,  
Mas aquêle tempo belo  
Que para mim já não torna,  
Fêz do meu peito, bigorna,  
E da sodade, martelo.

E veve o martelo horrendo  
Toda noite e o dia intêro  
Nô meu coração, batendo,  
Batendo como o ferrêro  
Maiando no ferro quente.  
E assim, todo deferente  
Do resto da humanidade,  
Como um pobre vagabundo  
Vou arrastando no mundo  
Meu armazém de sodade.

Já me achei arrodado  
De amô, de bêjo e carinho  
E hoje, triste, abandonado,  
Vou seguindo o meu caminho  
Sem alento e sem confôrto,  
Cançado, injambrado e tôrto  
Com o grande pêso da idade,  
Que o meu corpo inté parece  
A formatura de um S  
Com que se escreve sodade.

Só tenho Deus por defesa  
Na minha crué sentença.  
E como tenho certeza  
Que a minha grande doença  
Não tem cura, não tem jeito,  
Tenho que aguentá no peito  
Este cavalo-do-cão  
Que ferrôa, que ferrôa,  
Que matrata, que magôa,  
E fere o meu coração

Antônio Gonçalves da Silva (Patativa)  
Serra de Santana — Assaré.

## O FOLCLORE NO CARIRI

Por ocasião do lançamento, na Livraria Renascença, do seu livro "O Folclore no Cariri", o escritor J. de Figueiredo Filho proferiu o seguinte discurso:

— "É o velho Cariri que está diante de vocês, neste modesto livro de minha autoria, lançado tão artisticamente pela Imprensa Universitária, e com expressivos desenhos de Floriano.

Mas, não é este Cariri que alguns políticos quiseram arrancar do regaço maternal do legendário Ceará.

É o Cariri sem orgulho, do tangedor de bois, dos novenários em noites enluaradas, da bagaceira e do zabumba de couro.

Não brinca somente em maneiros-paus ou em reisados do Natal, Ano Bom ou Dia de Reis.

É igualmente o Cariri independentista, que esteve com Alencar a 3 de maio de 1817, com Pereira Filgueiras e Tristão, na Jornada da Liberdade, em 1822, e arrancou em Fidié o último baluarte luso no Brasil, em Caxias, no ano de 1823, e que se sacrificou pela idéia republicada na sangueira de 1824.

Embora com formação um tanto ou quanto diferente de outros pontos do Estado, o Cariri não se sente cansado de figurar no luminoso mapa do Ceará.

Só em revisão geral dos Estados, obedecendo ao traçado da Província dos Cariris Novos, do Senador Martiniano de Alencar, poderíamos nos separar da terra que é dos mais justos orgulhos do Brasil, de Norte a Sul.

Fora disso, todo separatismo no Setentrião Brasileiro é obra antipatriótica e que contribui exclusivamente para nos enfraquecer e tornarmo-nos ainda mais inexpressivos, em frente à opulência do Sul.

Pugnamos, acima de tudo, no Instituto Cultural do Cariri, para o interior sair dessa lamentável situação de inferioridade e também aparecer, em pé de igualdade, com o litoral.

Não devemos unicamente exportar valores humanos para as grandes cidades, a fim de que possam de lá aparecer com a real capacidade de sua inteligência, iniciativa e de trabalho construtivo.

Isso sempre aconteceu, desde o limiar da nossa civilização.

Precisamos também exportar idéias, sem que o homem seja forçado a arredar o pé do meio em que vive.

O interior não pode mais ficar à margem do Brasil, que progrediu exclusivamente em sua fachada.

Para o País crescer, e avançar, de verdade, necessita da mobilização de toda a interlândia.

Na realidade, já sentimos qualquer movimento de renovação, notadamente no setor educacional.

É o despontar de nova era, apesar das mil dificuldades que teremos ainda de vencer.

Sou simples intelectual do interior.

Meu papel em Crato, cidade que se orgulha de ser visceralmente interiorana, e encravada em pleno centro geográfico do Nordeste, não é o de escrever livros ou encher colunas e mais colunas de jornais.

No Instituto Cultural do Cariri fazemos trabalho de equipe, mobilizando e plasmando punhado de intelectuais, voltados quase que exclusivamente para a gleba.

Assim, sem ostentação, mostramos que no interior também se vive, se pensa, e faz-se alguma cousa para o soergimento cultural do Brasil com repercussão natural noutros setores da vida humana.

Pretendemos, se possível, apagar, para sempre, esta frase corriqueira de quem se sensibiliza ao ver alguma inteligência a fanar-se em qualquer localidade interiorana:

— Coitado, tanta inteligência perdida, podendo ter sido aproveitada nas capitais!

Contra isso, trabalhamos nós, na medida do possível, e parecemos que já antevemos os frutos a amadurecerem.

A finalidade de "Folclore no Cariri" não é a de arrancar aplausos para o autor.

Desejo apenas chamar a atenção de todos para a obra que começamos a concretizar, em comunhão de idéias e de vontades, lá em minha cidade natal, e aliás em toda a região que se abriga airosoamente à sombra da verdejante e meio devastada Serra do Araripe".

"O POVO" — 2-3-1962

**INSTALAÇÃO, EM CRATO, DA DELEGACIA DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE IMPRENSA** — Pelo representante da A. C. I., do Ceará, Sr. Stênio Azevedo, a 12 de setembro do corrente ano, às 20 horas, no anfiteatro do Ginásio Madre Ana Couto, foi instalada a Delegacia desta cidade. Foi corolário do Primeiro Congresso de Jornalistas do Interior Cearense, ocorrido em janeiro, sob o patrocínio do Instituto Cultural do Cariri. Constituiu-se reunião bem concorrida, contando com a presença de quase todos os periodistas caririenses. O jornalista Stênio Azevedo leu expressiva mensagem do recém-

eleito Presidente da A. C. I. — jornalista Antônio Carlos Campos de Oliveira. Para delegado da região foi escolhido o veterano homem de imprensa — J. de Figueiredo Filho. A sede da Delegacia da Associação de Imprensa ficou no Instituto Cultural do Cariri, à rua Lima Verde, 2. O Banco de Crédito Comercial, tanto de Crato, como de Juazeiro do Norte, ficou com o encargo de arrecadar as respectivas mensalidades dos associados carilenses.

\* \* \*

## PUBLICAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE

Pelo seu ex-Presidente — Dr. Antônio de Alencar Araripe, que deu os verdadeiros rumos daquela instituição de credito, na região do poligno das sêcas, foi-nos ofertada cêrca de uma trintena de úteis publicações da Etene. É o Escritório-Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Dr. Antônio de Alencar Araripe mostrou assim que em qualquer setor onde trabalhe, como aconteceu na representação federal, é sempre o amigo infatigável do Instituto Cultural do Cariri. Como deputado, foi quem nos arranhou as subvenções mais valiosas e necessárias ao surto de desenvolvimento a que atingimos presentemente. É, outrossim, dos bons colaboradores de **ITAYTERA**, o grande difusor da mesma no Sul do País e em Brasília.

### “OESTE”, ÓRGÃO DO INSTITUTO OESTE POTIGUAR

Recebemos regularmente a benfeita revista “OESTE”, que é órgão oficial do Instituto Oeste Potiguar, editada na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. É a prova do grau de adiantamento cultural daquela próspera cidade, honra da iniciativa do nordestino, em todos os ramos de atividade. Tem a competente direção dos Drs. João Batista Cascudo Rodrigues, Jerônimo Vinget un Rosado e Jaime Hipólito Dantas. É bem impressa e conta média de duzentas páginas, com ótimos trabalhos que fazem de Mossoró cidade líder em cultura.

# REPERCUSSÃO DA REVISTA DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

Carta dirigida ao Cel. Raimundo Teles Pinheiro

Do conhecido homem de letras e pensador Eduardo Girão, recebeu o Cel. Raimundo Teles Pinheiro a seguinte carta em torno de "ITAYTERA":

"Prezado amigo Cel. R. Teles Pinheiro.

Muito saudar.

Acabo de fazer a leitura de "ITAYTERA", número terceiro, magnífica revista cultural do Crato — gloriosa gleba de seu berço — imarcessível flor do Cariri, orgulho também do Ceará.

Duas vezes me confesso agradecido pela oferta que dela me fêz: uma por sabê-la filha espontânea de sua gentileza e amizade; a outra pela emotiva e sincera ufania que me causou aquela leitura.

Despretensioso amador das boas letras, e entusiasta sincero de tudo que visa ao engrandecimento da nossa terra ou lhe exalta o valor, não pude deixar de possuir-me de viva emoção patriótica, ao sentir que no Crato não esmaece o lume da inteligência e sempre acesa se conserva, também, a chama dos ideais criadores.

Nesta hora caótica de tão nefasto materialismo, quando se vê encher-se em tumulto um campo de futebol e mostrar-se, em regra, com freqüência quase nula, o auditório onde se deve ouvir a palavra de um sábio: nesta hora de tão grave anarquia mental, é sem dúvida grande consôlo saber que ainda se agita e vibra, aqui ou ali, um escol de espíritos na faina santa de mostrar que o amor às letras, além de aprimoramento humano, também é obra de patriotismo.

Sei que é necessário atender ao estômago para salvar o corpo; mas sei igualmente que não o é menos atender ao espírito para salvar o homem.

Com êsse esforço de hoje, o Crato, já em tão alto realce na tela política de sua história, de nôvo, agora, nos evidencia que nas pugnas incruentas da inteligência e do saber, há também lídimo patriotismo e êste mais edificante e mais fecundo ainda porque, eterno e espírito, o eterno não pode deixar de ser na sua refulgência o exemplo do seu labor.

O Crato, pelo esplendor de seu passado, pelos seus designios e afirmações do presente, é tôda uma perenidade de patriotismo, um culto de amor constante à grandeza de seu radioso destino.

“ITAYTERA” é um elo de ouro nessa cadeia de glórias.

Permita-me, por isso, meu caro amigo, que lhe aperte, sinceramente, as mãos.

(a) Eduardo Girão

Unitário — 6-11-57 — Fortaleza.



## MOVIMENTO LITERÁRIO E CULTURAL NO CARIRI

É um mal que o Norte do Estado não esteja devidamente atento ao que se passa no Cariri, com relação às letras e à cultura geral.

A imprensa litorânea tem procurado sacudir os homens de inteligência para um novo movimento literário, que seria, a bem dizer, a segunda fase daquele que se centrou em torno da notável revista "Clá".

O Cariri, porém, não tem estado a dormir, neste particular, devendo salientar-se a ação contínua do I. C. C., quer no setor da pesquisa, quer no das conferências, quer no do intercâmbio, quer no das publicações.

"Itaytera", circulando já desta vez no seu 8.º número, confirma o que acima se disse.

Agora mesmo, duas editôras aparecem, uma de sentido por assim dizer telúrico, regionalista e geral, outra circunscrita a uma programação de inspiração católica: queremos-nos referir a CADERNOS DO CARIRI e às EDIÇÕES MEDIANEIRA.

Cada uma delas já lançou a público dois trabalhos, estando outros prontos para impressão.

As escolas de nível superior, recentemente instaladas e em bom funcionamento, não têm estado alheias a êsses movimentos.

A tendência é dinamizar-se cada vez mais a inteligência produtiva de nossa gente.

\* \* \*

### "EUCLIDES DA CUNHA" (Trechos escolhidos).

O n.º 54, da Col. "Nossos Clássicos", da Ed. AGIR, do Rio, é o que, no estilo, se pode chamar um bom trabalho, que se deve a João Etienne Filho, de Belo Horizonte.

Em hora propícia a benemérita editôra lançou essa coleção, que destina a pôr nas mãos dos jovens uma síntese da vida e da obra do que temos tido de melhor em nossas letras portuguesas e brasileiras.

O sr. J. Etienne Filho, provado no jornalismo católico, através de "O Diário", da capital mineira, obedeceu ao critério geral da coletânea, mas o fez denunciando a inteligência pessoal da escolha, de modo que êle, o sr. J. Etienne Filho, não fez trabalho de mera seleção, mas de indicação compreensiva do valor literário de Euclides.

J. N.

• • •

## "BOLETIM DE ANTROPOLOGIA" — N.º 3

O Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará vem desenvolvendo um notável trabalho de pesquisa e publicação.

O terceiro número de seu boletim, como os anteriores, evidencia um louvável esforço de criação científica e de revelação de nossas possibilidades antropológicas.

Sublinhe-se o merecimento dos trabalhos fundamentais: **Valorização do Nordeste** (Th. Pompeu Sobrinho), **Assimilação e Aculturação de Japoneses no Brasil** (Verissimo de Melo), **Algumas Considerações Sobre Rendas e Rendeiros do Nordeste** (Maria Luísa Pinto de Mendonça), **Para a Metodologia da Investigação Folclórica** (Florival Seraine).

Saliente-se, também, a ótima qualidade do papel e o bom acabamento gráfico da publicação.

J. N.

• • •

## VESPERAIS

O Pe. Luiz Gonzaga Mariz, S. J. é um notável jesuíta português, que mora no Colégio Antônio Vieira, da Bahia, servindo a Deus e ao próximo.

É músico e literato. É um grande apóstolo das CC. Marianas.

O último livro que publicou, com prefácio de Wilson Lins, e impresso em Artes Gráficas Ltda., Salvador, Ba., intitula-se VESPERAIS.

Trata-se de uma coletânea de artigos e comentários escritos ao longo dos anos, mas todos marcados de tocante beleza interior, rica conceituação ética e flagrante atualidade.

Os mais variados assuntos estão ali em seqüência não havendo, aparentemente, unidade entre êles.

Passa-se de um para o outro entre o prazer deixado por êste e o imprevisto que se vai experimentar.

O título do volume quer significar final de produção ou ocaso de vida.

Felizes os que sentem chegar êsse momento, trazendo as mãos repletas de flôres e frutos, de tanto encanto e tanto sabor, como êses que se contêm nas páginas de VESPERAIS.

Visitei últimamente o autor, no terceiro andar do casarão do "Vieira". Estava em repouso, amarelecido por uma hepatite. Recebeu-me, como de outras vêzes, amavelmente, fidalgamente, lusitanamente.

Deixei-o sorrindo e triste: será que ainda o verei?

J. N.

\* \* \*

## PESAR NO ICC PELO FALECIMENTO DE CLÓVIS DE ALENCAR MATOS

O Instituto Cultural do Cariri enviou officio à Presidência da A. C. I., nos seguintes têrmos: —

Crato, julho de 1961.

Ilmo. Sr.

Dr. Antônio Carlos Campos de Oliveira

M. D. Presidente da Associação Cearense de Imprensa  
Fortaleza.

Ilustre Senhor:

Em nome do Instituto Cultural do Cariri desejo comunicar a V. S. que a nossa entidade aprovou, em sua sessão desta semana, voto de pesar e sua inserção em Ata, pelo passamento do inolvidável jornalista Clóvis de Alencar Matos. Foi a proposta do nosso consórcio Duarte Júnior, aprovada por unanimidade pelos que estiveram presentes à sessão.

Cordiais saudações,  
J. de Figueiredo Filho  
Presidente

\* \* \*

## VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE EDUARDO GIRÃO

Comunicação enviada pelo ICC ao Presidente da Academia Cearense de Letras:

Crato, 16 de janeiro de 1962

Ilmo. Sr.

Presidente da Academia Cearense de Letras  
Fortaleza.

Prezado Sr.:

Tem a presente a finalidade de comunicar a V. S. e aos demais membros dessa augusta Academia que o Instituto Cultural do Cariri aprovou, em sua sessão ordinária desta semana, voto de pesar em Ata pelo passamento do Dr. Eduardo Henrique Girão, proposto pelo nosso consócio, advogado Duarte Júnior.

Cordialmente,

J. Alves de Figueiredo Filho

\* \* \*

## IMPORTANTE ACONTECIMENTO NA FACULDADE DE FILOSOFIA

Sessão de Lançamento do Livro "Independência no Nordeste" de Autoria do Dr. Hermínio de Brito Conde e Editado Pelos "Cadernos do Cariri", do Crato-Ceará.

Realizou-se às 20 horas, do dia 18 do corrente, na Biblioteca da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, uma sessão presidida pelo Professor Clemente Fortes, ocupando a mesa diretora dos trabalhos, além do Presidente, o Prefeito Petrônio Portela, Secretário de Educação, Ten-Cel. Kleber Andrade, representante da Guarnição Federal, Vice-Prefeito Inácio Soares, Deputado Milton de Aguiar, Deselegador Pedro Conde e mais os representantes da cultura cratense — Professor Figueiredo Filho, Presidente do Instituto Cultural do Cariri, jornalista e Catedrático de História do Ceará e do Cariri na Faculdade de Filosofia do Crato da Universidade do Ceará, e, o Professor José Newton de Sousa, Diretor e Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia do Crato, Diretor do Semanário "A AÇÃO" e da revista "PLENITUDE".

Falaram os Professôres visitantes José Newton Alves de Sousa e Figueiredo Filho fazendo o lançamento do livro "INDEPENDÊNCIA NO NORDESTE" de autoria do intelectual e cientista piauiense Hermínio de Brito Conde. Após os discursos, a Assistência procurou adquirir exemplares da obra em questão, tendo sido esgotada a edição.

Compareceram mais, além dos já enumerados, os Professôres Camilo Filho, Darcy Araújo, Raimundo Santana, Rogerito Matos, Sra. Figueiredo Filho, D. Linda Conde, Antônio Mendes de Carvalho Neto, Deputado Alberto Monteiro, Acadêmicos de Filosofia e de Direito, representações de entidades estudantis, Irmãs religiosas e alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus, representantes do Seminário Diocesano e do Centro Cearense de Teresina.

"Fôlha da Manhã" — Teresina, 20-9-61.

\* \* \*

## SANTO INÁCIO NA INTIMIDADE DE SEUS FILHOS

O Pe. Arnaldo Esmeraldo de Melo, S. J., é jesuíta cratense. Sua grande modéstia esconde uma grande e atualizada cultura. Sua bondade não quis dizer "não" ao pedido de um amigo e admirador, o mesmo cuja iniciais assinalam estas linhas.

Escreveu, para as EDIÇÕES MEDIANEIRA, um erudito e piedoso ensaio — SANTO INÁCIO NA INTIMIDADE DE SEUS FILHOS.

As poucas mas ricas páginas da brochura contêm muito da riqueza de alma do autor, transfundida pela de Santo Inácio, aqui visto sob o ângulo do coração.

O Pe. Arnaldo provou ser uma lenda aquêle militarismo rígido e aquela segura desumana do fundador da Companhia de Jesus.

Em SANTO INÁCIO NA INTIMIDADE DE SEUS FILHOS vemos o grande santo com o mesmo teor de humanidade dos outros, pôsto que profundamente marcado por uma personalidade ímpar e inconfundível.

Ninguém melhor do que um filho de Santo Inácio para sentir e dizer ao vivo o que foi o coração do Pai.

Houve-se muito bem o Pe. Arnaldo neste mister, e seu trabalho, por isto e por outros merecimentos irá muito adiante, no tempo e no espaço!

J. N.

# SÍNTESE HISTÓRICA DA GEOLOGIA DA CHAPADA DO ARARIPE

NÉLSON DA FRANCA RIBEIRO DOS ANJOS (\*)

Entre os restos de bacias mesozóicas do Nordeste brasileiro, a que conserva as mais características formas duma chapada sedimentar é a do Araripe. O tópo da Chapada, cuja área se estima em 7.500 Km<sup>2</sup>, mantém-se geralmente em altitudes de 750m, com leves ondulações, sendo mais elevado o lado oriental. Ao longo da fronteira entre os Estados de Pernambuco e Ceará, seu comprimento na direção este oeste é de 180m, e se estende de Brejo Santo, no extremo SE do Ceará, até Simões, no Piauí.

A sua largura média está compreendida entre 40 e 50 Km. No extremo ocidental, uma projeção de cerca de 80 Km., prolonga em ângulo reto o platô, para o sul, servindo de limite entre Pernambuco e Piauí.

A Chapada do Araripe serve também de "Divortium Aquarum" de duas bacias hidrográficas: a do Rio de Jaguaribe ao norte e a do Rio São Francisco, ao sul. Entretanto, devido à sua estrutura, pertence principalmente à bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe.

Geologicamente é formada por uma série sedimentar quase horizontal, a Série Araripe, que é constituída de quatro formações distintas, que são: 1) Formação Cariri, ou Arenito Conglomerático, que é o membro mais inferior, de aspecto quartzítico, e que aflora apenas na região do Vale do Cariri, Ceará. 2) E Formação Missão Velha, ou Arenito Inferior, de côres vermelhas ou amareladas, estratificação cruzada e que está bem representado nos municípios de Missão Velha e Brejo Santo; estes arenitos não ofloram no lado meridional do Araripe, aparecendo apenas de Araponga a oeste, até nas proximidades de Jardim. Sua espessura cresce para este, aparecendo com 40m. em Araponga e na região de Milagres, Brejo Santo e Missão

---

(\*) — Geólogo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Velha atinge mais de 120m. 3) a Formação Santana, que é constituída na base por um folhelho betuminoso fossilífero, seguindo-se um siltio argiloso, tendo acima calcáreo laminado. Na parte ocorrem jazidas de gipsitas de grande valor econômico e acima um calcáreo margoso com concreções calcáreas fossilíferas.

É também a leste da Chapada que esta formação tem a maior espessura, cêrca de 250m, na região do Crato, faltando porém em alguns municípios de Pernambuco. 4) Formação Arajara, Exu, Feira Nova ou Arenito Superior, que forma o membro mais constante de tóda a Série e é constituído por arenitos caulínicos de côres variiegadas, dispostos em camadas espessas sub-horizontais, tendo um máximo de 250m no Crato.

Na parte nordeste da Chapada a seqüência se apresenta completa e o contacto entre o cristalino (xisto, granitos e gnaisses da Série Ceará) e o arenito conglomerático se encontra uma cota média de 350 metros. No bôrdo meridional a seqüência é incompleta, repousando em determinados locais, como nos municípios pernambucanos de Bodocó e Exu, o Arenito Superior sôbre o cristalino, geralmente uma altitude de 600 metros. As vêzes é a própria Formação Santana que aparece em pequenas bacias dentro do embasamento cristalino ondulado. Tais fatos revelam um mergulho geral para nordeste, o que é refletido também pelas numerosas fontes que brotam na região do Cariri.

Ao redor da Chapada ocorrem morros testemunhos, de tamanho e forma os mais variados, principalmente na região de Pernambuco.

Do início do século XIX, datam as primeiras notícias sôbre a geologia e os fósseis da Chapada do Araripe. Mais precisamente, no ano de 1823, quando foram publicados na Alemanha os resultados das viagens pelo Brasil, de J. B. Spix e C. F. Von Martius, realizadas durante os anos de 1817 a 1820.

Em sua viagem pelo interior do Ceará, em 1836, o botânico inglês George Gardner, fêz referências à geologia do Araripe, destacando quatro camadas, que correlatou com a Formação Greda da Inglaterra, e coletou alguns espécimes de peixes fósseis que foram enviados ao Prof. Agassiz, na Escócia, em 1840.

No ano seguinte Agassiz publicou a descrição dos peixes fósseis coletados por Gardner no "Edinburg New Philosophical Journal", e novamente, em 1842, num trabalho para a Academia de Ciências da França, classificou e descreveu seis espécies, com os novos fósseis coletados na região do Crato, datando os peixes como do Cretáceo e comparando-os com os do Senoniano Europeu.

No início da segunda metade do século XIX foi realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma expedição científica, com a finalidade de estudar principalmente o Nordeste Brasileiro. O Chefe da Seção Geológica e Mineralógica da expedição,

foi Guilherme Schuch de Capanema, antigo Diretor-Adjunto da Seção de Mineralogia do Museu Nacional. Em 1859, este cientista esteve na zona do Cariri e na Chapada do Araripe onde fez observações sobre a geologia, descrevendo as diversas formações e assinando a presença de inúmeros fósseis. Seus trabalhos foram divulgados através dos numerosos relatórios que escreveu.

Frederick Hartt, em 1870, menciona pela primeira vez, com detalhes, a ocorrência de folhelho betuminoso perto do Crato e faz referências aos peixes fósseis. Em 1871, E. D. Cope também se refere à fauna ictiológica e atribui idade jurássica aos fósseis.

Smith Woodward, no ano de 1887, faz várias referências aos peixes do Araripe e confirma a idade cretácea dada por L. Agassiz.

Em 1900, o Prof. C. E. Bertrand assinala no folhelho betuminoso do Ceará restos vegetais diversos, grãos de pólen, uma alga gelatinosa raríssima e esporos, além de conchas de ostracodes. J.C. Branner e D. S. Jordan no ano de 1908 descrevem várias espécies de peixes.

No início do século XX, novos estudos foram realizados, principalmente a partir de 1905, quando a Inspetoria de Obras Contra as Secas (atual DNOCS), com a finalidade de pesquisar água subterrânea, realizou estudos relativamente detalhados sobre a geologia da Chapada do Araripe no Ceará, Piauí e Pernambuco,

Roedrick Crandall, tratando do problema de água subterrânea, observou, em 1910, a geologia da Chapada do Araripe e disse que "o arenito superior que forma o horizonte aquoso na Serra do Araripe é semelhante ao da Serra dos Martins".

Três anos depois, foi publicado pela IOCS o trabalho do geólogo Horace Small, que fez um estudo de geologia da Chapada, visitando os Estados limítrofes. Nas suas observações considerou que a região da Chapada, que apresentava maior espessura — cerca de 700 metros — ficava no "front" oriental, e denominou a seqüência sedimentar da Série Araripe, dividindo-a em quatro camadas, que do topo para a base são: Arenito Superior, Formação Santana (muito característica na região de Santana do Cariri, daí seu nome), Arenito Inferior e, finalmente, o Arenito Conglomerático, que assenta ao lado cearense, sobre os xistos da Série Ceará.

Em 1920, D. Guimarães e L. J. de Moraes correlacionaram a Chapada do Araripe com outras séries sedimentares do Nordeste e consideraram a Formação Santana, do Cretáceo, como base para a estratigrafia da Série Sedimentar da região.

Novamente D. S. Jordan, volta a estudar os peixes fósseis e assinala as seguintes espécies: *Lepidotus termnurus*, Ag., *Tharrias araripis*, Jordan e Branner, *Brannerion vestitum*, Jordan e Branner, *Calamopleurus brama*, Ag., *Phacolepis bucalis*, Ag., *Anacedonogon tenuidens*, Cope, *Enneles audax*, Jordan e Branner, *Ennelichthys*



derby, Jordan, e *Cladocylus gardneri*, Ag., que têm suas descrições publicadas na monografia do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, "Peixes Cretáceos do Ceará e Piauí", em 1921.

Também o folhelho betuminoso do Araripe volta a ser estudado, desta vez pela Dra. C. J. Maury que, em 1919, confirma o gênero *Cytheridea*, para os ostracodes, salientando que ocorrem do Jurássico ao Recente e sua perfeita determinação é difícil, devido ao estado de conservação dos fósseis. Nos anos de 1933 a 1935, C. Gomes Filho, G. F. Alvim e V. X. de Oliveira realizam, a serviço do DNPM, trabalhos sobre pesquisa de água subterrânea, além de levantamentos topográficos, tendo T. M. Moraes em 1938, publicado para a Divisão de Fomento do DNPM um trabalho sobre a exploração da gipsita no Ceará e Rio Grande do Norte.

No ano de 1944, R. da Silva Santos, paleontologista da Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM, considerando a importância da fauna do Araripe, tanto do ponto de vista paleontológico como geológico, resolveu reestudar as coleções existentes no Brasil até aquela data. Os resultados desses estudos foram publicados em alguns volumes, nos anos de 1945, 1946, 1950 e 1955, sendo identificadas algumas novas espécies e confirmadas várias anteriormente descritas.

A partir de 1957, o Prof. Karl Beurlen, das Cadeiras de Paleontologia e Estratigrafia da Escola de Geologia de Pernambuco, vem estudando e classificando numerosos fósseis coletados, tendo descoberto várias novas espécies, e, juntamente com os alunos, realizando o mapeamento geológico da Chapada do Araripe, estando já pronto o mapa da região do Cariri, realizado pelos concluintes de 1961, e o da região de Araripina, Serra Branca e Ipubi, realizado pelo geólogos de 1962.

Em novembro do ano passado foi publicado pela Academia Brasileira de Ciências um resumo do trabalho do Prof. Beurlen, no qual denomina as formações Arenito Superior, Inferior e quartzítico de Exu, Missão Velha e Cariri, respectivamente. O nome de Formação Exú foi combatido pelo Eng. F. Barros, do Departamento Nacional da Produção Mineral, que propôs o nome de Formação Arajara.

A SUDENE, visando principalmente a pesquisa de água subterrânea, enviou ao Araripe uma equipe de hidrogeólogos da UNESCO, chefiada por P. Taltasse, tendo sido publicado em 1962 os resultados dos trabalhos. No início deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE) publicou um trabalho sobre a "Gipsita no Estado de Pernambuco", realizado pelos geólogos W. D. Costa e N. F. R. dos Anjos, que trata dos problemas da pesquisa e industrialização da gipsita no extremo oeste de Pernambuco, na zona do Araripe.

Atualmente, está sendo realizado pelo Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (CEVJ), da SUDENE, o estudo definitivo da hidrogeo-

logia do Araripe e do Cariri. Além de geólogos brasileiros, estão cooperando e orientando os trabalhos vários técnicos franceses, como Oleg Tcheltzolf, Jean Gasparly e outros.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, L. — On the fossil fishes found by Mr. Gardner in the Province of Ceará, in the North of Brazil. Edinburg., New Phil. Jour. vol. XXX p. 75-82, 1841.  
Carta de Agassiz acompanhada de relatórios:  
Sur quelques poissons fossiles du Brésil. Comp. Rend. de l'Academie des Sciences, t. XVIII.
- ALBUQUERQUE J. P. de — Geologia da Área Sueste de Rancharia, Sul de Araripina, Pernambuco. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.
- ALVIM, G. E. — Considerações econômicas sobre a Chapada do Araripe. Relatório anual do Diretor do SGM do DNPM. p. 46-48. Rio de Janeiro, 1934.
- ANJOS, N. F. R. dos — Geologia de Ipubi, Pernambuco. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.
- BARRETO, ADEL — Geologia da Parte Leste do Município de Milagres. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1961.
- BRAGA, RENATO — História da Comissão Científica de Exploração. Imprensa Universitária do Ceará — Fortaleza, 1962.
- BEURLIN, KARL — A Geologia da Chapada do Araripe. Volume 34. N.º 3 dos Anais da Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro, 1962.
- COPE, E. D. — On two extinct forms of Physostomi of the Neotropical Region. Proc. Amer. Phil. Soc. v. XII, n.º 86, p. 53-55, Philadelphia, — 1871.
- COSTA, M. J. — Geologia da Região Oeste de Rancharia, Município de Araripina, Pernambuco, Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.
- COSTA, W. D. — A Chapada do Araripe nos Municípios de Ipubi e Bodocó, Pe. — Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.
- COSTA, W. D. e
- ANJOS, N. F. R. dos — “Gipsita no Estado de Pernambuco” — Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE), Recife, 1963.
- CRANDALL, R. — Geografia, Geologia, Suprimento de água, Transportes e Açudagens nos Estados Orientais do Norte do Brasil, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Publ. 4, p. 131, IOCS, Rio de Janeiro, — 1910.

- DUARTE, E. W. — Aspectos geológicos do Cariri. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1961.
- DUARTE, V. e ROBATTO, J. A. — Observações preliminares sobre a Hidrogeologia da Chapada do Araripe e do Vale do Rio Carás. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1960.
- FRANÇA, J. B. — Geologia da Fôlha Oeste de Missão Velha, Ceará Relatório de graduação. Escola de Geologia de Pernambuco da UR. 40 p. Recife, 1961.
- GARDNER, G. — Geological Notes made during a journey from the coast into the interior of the province of Ceará, in the North of Brazil, embracing an account of a Deposit of Fossil Fisher. Edinburg., New Phil. Jour. vol. p. 75-82, 1841.
- GOMES FILHO, C. — A Chapada do Araripe. Relatório anual do Diretor do SGM do DNPM, p. 52-64, Rio de Janeiro, 1934.
- GUSMÃO, G. de A. — Contribuição à Geologia da parte Nor-oriental do Vale do Cariri. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1961.
- HARTT, F. — Geology and Phisical Geopraphy of Brazil. p. 481 Boston, 1870.
- HERMAN, EGMAR — Geologia de Abaiara. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1961.
- JORDAN, D. S. — Peixes Cretáceos do Ceará e Piauhy. SGMB, Monografia — v. III, 97 p. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1923.
- JORDAN, D. S. e BRANNER, J. C. — The Cretaceous Fishes of Ceará Brasil, Smithsonian Mis. Coll. n.º 1793, v. III, p. 1-29, Washington, 1908.
- LEAL, A. de S. — Geologia da Região Meridional de Serra Branca, Ipubi, Pernambuco. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.
- LEITE, W. de A. — Geologia da Fôlha Norte de Rancharia — Pernambuco. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962. Inspetoria de Obras Contra as Sêcas. Publ. 58, Rio de Janeiro, 1924.
- MAURY, C. J. — Novas Coleções Paleontológicas do Serviço Geológico do Brasil. Bol. 33. p. 11-15, Rio de Janeiro — 1929.
- MORAES, L. J. e GUIMARÃES — Serras e Montanhas do Nordeste. MORAES, T. de M. — Gipsita DFFPM — Avulso 35 — Rio de Janeiro, 1938.
- NEVES, B. B. de B. — Geologia de Espírito Santo — Pe. SSW da Chapada do Araripe, Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.

- OLIVEIRA, A. I. e LEONARDOS, O. H. — Geologia do Brasil. Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. 814. p. 2.º ed. Rio de Janeiro, 1934.
- OLIVEIRA, S. P. B. de — Série Araripe na Quadrícula de Missão Velha. Escola de Geologia de Pernambuco, 1961.
- OLIVEIRA, V. X. de — Estudos na Chapada do Araripe. Relatório anual do Diretor do SGM do DNPM. p. 46-48, Rio de Janeiro, 1934.
- PINHEIRO, IRINEU — O Cariri — Fortaleza, 1950.
- PRICE, L. I. — Sobre um Crocodilídeo Notosuquio do Cretáceo Brasileiro. DGM. Bol. 188, 55 p. de Janeiro, 1959.
- RIBEIRO, G. F. — Geologia de um Retângulo no Extremo Leste da Chapada do Araripe, Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1961.
- SANTOS, R. S. — Revalidação do *Aspidorhynchus comptoni*, Ag., do Cretáceo do Ceará, Brasil. DGM. Notas preliminares e Estudos n.º 29, p. 10. Rio de Janeiro — 1945.  
— *Leptolepio diassi*, nôvo peixe fóssil da Serra do Araripe, Brasil. Arquivos do IPA, v. 5, pp. 21-31. Universidade Rural. Pernambuco, 1950.
- SILVA, R. G. da — Geologia da Área de Lagoa de Dentro, Sul de Araripina, Pernambuco. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1962.
- SMALL, H. — Geologia e Suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí. Publ. 25. IOCS. 80 p. Rio de Janeiro, 1923.
- SPIX, J. B. e MARTIUS, C. F. — Reise in Brasilien in der Jahren, 1817 bis, 1820, etc. 3 v. 1 atlas, Munchen, 1823.
- TALTASSE, P. e outros — Inventário dos Recursos Hidrogeológicos do Nordeste — Bacia do Jaguaribe — Chapada do Araripe. I. Reconhecimento geológico e hidrológico — SUDENE. 18 p. Recife, 1962.
- TENÓRIO, J. A. — Geologia da Parte Oeste do Município de Milagres. Escola de Geologia de Pernambuco, Recife, 1961.
- WOODWARD, S. — On Some Upper Cretaceous Fishes of the Family *Aspidorhynchidae*. Proc. Zool. Soc. London, p. 629 — 636, 1890.

Crato, junho de 1963

# A FAMÍLIA ALENCAR

*Abrimos espaço para publicar, em primeira mão, o capítulo inicial do importante trabalho — “Família Alencar”, de autoria do General Tristão de Alencar Araripe, dos mais cultos militares do Brasil atual e dos membros mais ilustres daquela família, honra do Nordeste e objetivo de seu aprimorado estudo.*

*É honra para “Itaytera” esta colaboração que iniciamos com imensa satisfação.*

Alguns dados genealógicos, extraídos de várias fontes

## ORIGEM DO NOME ALENCAR

**Alencar**, outrora **Alancar**, **Alanquar**, **Alamquer**, **Alenquer**, está ligado à povoação portuguesa deste último nome.

Considera-se que o nome provém de **Alan** (dos Alanos) e **Kerk** (templo ou igreja). Daí **Alamquer**, **Alanquar** e **Alenquer**, templo dos Alanos ou povoação fundada pelos Alanos, hoje vila portuguesa, cabeça de comarca, pertencente ao distrito de Lisboa, de que dista quinze quilômetros.

Na nobiliarquia brasileira houve a **Baronesa de Alenquer, D.<sup>a</sup> Diogo de Mendonça da Silva (1578-1621)** e o piloto **Pero de Alenquer**, ambos de nomeada.

Tem-se assim como certo que os **Alenqueres** ou **Alencares** buscam suas origens, ainda na Idade Média, em famílias da histórica povoação.

Na nobiliarquia brasileira houve a **Baronesa de Alenquer, D. Francisca de Assis Viana Moniz de Aragão (1824-1897)**, baiana, casada na família **Viana Bandeira**, mas que não tem laços de parentesco com a família **Alencar**.

.....

**Nota** — No livro de registro de batizados de Cabrobó, século XVIII, por exemplo, nos assentos de batizados de **Margarida e Francisca**, netas de **Leonel de Alencar Rêgo** (o patriarca-mor), filhas de **Rita da Exaltação** com **Nicomedes Teive da Barra**, se lê “**Alanquar**”, duas vezes.

No batistério de Bárbara é "Alancar", que se encontra escrito, muito embora os copistas atuais modifiquem para Alencar, (Livro de Registro de Batizados, freguesia de Cabrobó, Pernambuco, 1757-1769, fls. 7, 8, 22 e 23, fôlha esta em que se encontra a grafia "Alanquer" — da tese "Bárbara Pereira de Alencar", de RUTH DE ALENCAR, publicada na revista "Jangada", ano III, ns. 10 e 11, de 1952, Fortaleza.)

Os Alanos, bárbaros pertencentes ao mesmo tronco remoto dos Indus e Indo-europeus, provêm da região entre o Mar de Azof e o Cáucaso.

Comandados pelos Hunos, invadem a Gália, no início do século V a C., e se instalam na Espanha, na Lusitânia e na Província Cartaginense. Acabaram sendo dominados pelos Vândalos, Suevos e Visigodos.

Os habitantes da Lusitânia, como os da Península Ibérica, eram inicialmente lígures, iberos e celtas, que acabaram fundindo-se em um só povo, os celtiberos.

Durante séculos sofreram influência dos fenícios, gregos, cartaginenses e, por fim, foram dominados pelos romanos. Todavia, houve sempre tenaz resistência a êstes, sobretudo da parte dos lusitanos, e grande parte da península ibérica, que se tornou independente.

Dos séculos V ao VII foi a península dominada pelos Bárbaros, como já dissemos. Do século VIII ao XIII sofreu ela a invasão dos árabes ou mouros, que grande influência exerceram sobre a cultura e a civilização e, quiçá, sobre a raça ali em formação.

No aspecto racial, a população portuguesa tem sido sempre, como se vê, muito heterogênea.

Além das raças citadas acima, houve forte incidência de normandos e de judeus. Contudo, é voz corrente pertencer ela ao grupo latino.

Difícil é saber-se qual a raça predominante dos Alencares, que, transplantando-se para o Brasil, deram origem à família brasileira tradicional.

Há quem insinue serem os primeiros imigrantes cristãos novos, judeus convertidos, da grande massa que abandonou Portugal, por força da perseguição religiosa. Mas isso não está provado.

\* \* \*

## ALENCAR

Primeiro casal referido

MARTINHO PEREIRA DO RÊGO

e

DOROTÊA DE ALENCAR,

natural de Viana do Castelo, Província de Minho, Arcebispo de Braga.

**Filhos:**

**LEONEL PEREIRA DE ALENCAR RÊGO** — Tronco 1 (Tr 1),  
**JOÃO FRANCISCO PEREIRA DE ALENCAR RÊGO** — Tronco 2  
(Tr 2),  
**ALEXANDRE PEREIRA DE ALENCAR RÊGO** — Tronco 3 (Tr 3) e  
**MARTA PEREIRA DE ALENCAR RÊGO** — Tronco 4 (Tr 4),

naturais da freguesia de São Martinho de Aroeira (em alguns informes encontra-se Freixieiro do Soutelo, do mesmo distrito de Viana do Castelo).

(Ver o Livro de Casamentos de Missão Velha, 1765 — 1770, fls. 34.)

(Tese "Bárbara Pereira de Alencar — a heroína caluniada dos tumultuosos dias de 1817" — Ruth de Alencar, publicada na revista Jangada — Ano III, ns. 10 e 11, Fortaleza — 1952. Notas organizadas por Djalma de Alencar Mendonça, Maceió — inéditas.

"Páginas de história e de família", por João Nogueira Jaguaribe, Revista do Instituto do Ceará, ano LIV. 1940.

\* \* \*

**LEONEL PEREIRA DE ALENCAR RÊGO**

e

**MARIA DE ASSUNÇÃO DE JESUS** — Tr 1.

**Filhos:**

**DAMASO DE ALENCAR RÊGO**, casado com **MARIA RABELO DO CARMO**.

1-1, Nasc. em Exu.

filha do capitão **JOSÉ PAZ LANDIM**, tronco sergipano, dos **LANDINS** do Cariri (1768 — livro de casamento de Missão Velha, 1765 — 1770, fls. ns. 28 a 33).

**LEONEL DE ALENCAR RÊGO FILHO**, casado com **JOANA DA SILVA**,

1-2, Nasc. em Exu.

caririense, filha do Capitão **ESTÊVÃO CORREIA DA SILVA**, baiano e um dos grandes fundadores do Cariri e de **JOSEFA MARIA DE MATOS RODRIGUES**, sergipana (L. de casamentos de Missão Velha, fls. ns. 28 e 33 — 1765-1770).

**JOSÉ ANTÔNIO DE ALENCAR**, casado com **MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO** em Exu, a 1.º de janeiro de 1767. Ela icoense, filha do Capitão **CRISPIM DO MONTE E SILVA**, de Rus-

sas, Ceará, e de ROSA MARIA DE JESUS, de Nazareth, da Bahia. O Capitão MONTE pertence à aristocracia rural do Vale do Jaguaribe e à família MONTE, célebre pela luta contra os FEITOSAS.

RITA DA EXALTAÇÃO, casada com NICOMEDES TEIVA DA BARRA,  
1-4, Nasc. em Exu.  
português.

JOAQUIM PEREIRA DE ALENCAR, casado com TEODORA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO.  
1-5, Nasc. em Exu.

JERÔNIMA PEREIRA DE ALENCAR, casada com o Capitão JOÃO LOPES CAMINHA, português.  
1-6,

SERAFIM PEREIRA DE ALENCAR, casado em Icó.  
1-7,

MARIA JOSÉ DE ALENCAR RÊGO, casada com BRÁS LUNA,  
1-8  
português.

## HISTÓRICO

O Patriarca-mor da família. Mais ou menos na oitava década do século XVII, emigrados de Portugal, talvez por motivos políticos, ideal predileto dos Alencares em Portugal e no Brasil, ou talvez apenas por outros de ordem pessoal, aportaram à cidade do Salvador, na então Capitania da Bahia de Todos os Santos, Leonel Pereira de Alencar Rêgo, e seus irmãos Alexandre, João Francisco e Marta.

Há quem dê a chegada dos três irmãos homens entre 1650 e 1680 e que, só posteriormente à sua instalação e casamento, voltou Leonel a Portugal, para trazer sua irmã Marta.

Leonel casa-se, na Bahia, com Maria da Assunção de Jesus, baiana (há quem a dê como portuguesa e companheira de viagem de Leonel), filha de Antônio de Sousa Goulart, baiana da cidade do Salvador. (\*).

O trajeto e o estabelecimento desses Alencares em inúmeros pontos dos sertões de Pernambuco, Ceará e Piauí fundam a conjectura de terem êles feito parte do movimento de penetração povoadora realizada pela Casa da Torre de Garcia D'Ávila, em suas diversas bandeiras.

(\*) — "Página de história e de família", por João Nogueira Jaguaribe — citados.



**Leonel Pereira de Alencar Rêgo**, o Patriarca-mor da família **Alencar** no Brasil, integrou-se nessa expansão. O itinerário que percorreu teve como ponto de partida a cidade do Salvador e de fixação definitiva o território do atual município pernambucano de Exu, de que constituiu elemento fundador principal.

Foi **Leonel** o primeiro fundador, na ordem cronológica, de um núcleo social, ou fazenda, às margens do riacho da Brígida, com o nome de **Caiçara**, que se tornaria até hoje propriedade hereditária da família e célula do aludido município.

Era fazenda de gado vacum, em terras arrendadas à **Casa da Torre**, então pertencentes ao Coronel **Francisco Dias D'Ávila**, morgado daquela Casa.

Conforme documentos ainda hoje existentes, **Leonel** pagava êsse arrendamento.

---

"Recebi do Tenente-Coronel **Leonel de Alencar Rêgo** onze mil e duzentos e oitenta réis a conta de arrendamento do sítio **Caysara** por ordem que lhe apresentei do Sr. Coronel **Francisco Dias D'Ávila**, e para sua clareza lhe passei êste por mim feito e assinado. — Ass. Domingos Pereira da Silva".

"Em vinte e seis de julho de mil setecentos e quarenta e dois, recebi do Tenente **Leonel de Alencar Rêgo**, um cavalo e quinze mil réis, a conta da renda da Casa do Coronel **Francisco Dias D'Ávila**, por ordem que tenho do dito Senhor Coronel e assim dois mil e duzentos e quarenta réis de comestivo e por haver recebido lhe passei êste por mim feito e assinado. Ass. Domingos Pereira da Silva."

(Os originais se encontram no Cartório do Tabelião José Senhô de Oliveira, de Bodocó, Pernambuco, anexados aos autos de demarcação da Fazenda **Caiçara**, com **Barrigudinha**, fls. 74 e 74 verso. — Nota do "Concurso da Bahia, na Formação da Gens Caririense", do historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo — Transcrito da tese de **Ruth de Alencar**, já citada.)

**A Casa da Torre e o Patriarca.** "**Leonel de Alencar Rêgo**, o Patriarca-mor dos **Alencares**, acompanhado de seus três irmãos como já vimos, chegou ao Brasil em princípios do século XVIII, aliando-se ao **Castelão da Torre da Bahia**, ponto de partida dos bandeirantes nordestinos.

"O Brasil estava em plena fase de colonização. Por todos os recantos de nossa ainda selvática pátria os colonos — verdadeiros donos de nossas estranhas terras — vibravam com repiques trágicos os sinos da conquista.

"Norte! Um punhado de terra situada na Zona Tórrida, eternamente causticada pelo sol, eternamente coberta com a sombra do

desespêro, com homens rudes afeitos aos combates dos sertões incultos, foi a um tempo, trevas e sol, desespero e contentamento.

"Leonel de Alencar Rêgo foi um desses homens talhados para as árduas lutas dos árduos sertões. Penetrou no âmago de nossa terra. Foi um bravo cuja bravura a muitos superou. Vivia da indústria agrícola e sobretudo pastoril, o que o obrigava a visitar as capitâneas vizinhas. E, em uma dessas viagens de caráter meramente comercial, Leonel se deixou embriagar pela sêde de infinito, a mesma sêde que um dia transtornara Garcia D'Ávila.

"E por falar em Garcia D'Ávila, quem foi êsse homem? Que papel teve êle no Brasil? Que ligação poderá — pensarão os senhores — ter êsse homem com o destino do nosso país, especialmente com o Nordeste? Fundador de uma Casa Feudal, teria a sua descendência ligada para sempre ao nosso destino. Sua Casa, chamada a Casa da Torre, fica (até hoje ainda existem as ruínas) situada em Taupara, tendo um dos seus ângulos frente ao mar, dando aos viajantes e aos curiosos, principalmente, a impressão que teve o historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo de ser a dita casa situada "longe-perto de Salvador". Dali, partira para o desconhecido um sem número de intrépidos homens, cujos nomes se conservarão inapagáveis, entre eles, podendo-se contar o de Leonel de Alencar Rêgo. (Leiam do historiador Pe. Gomes o seu magnífico estudo intitulado "Concurso da Bahia na formação da Gens Caririense"). E, desta mesma Casa, século após, sairia o maior, o primeiro e único caluniador de Bárbara de Alencar. Digo primeiro e único, porque todos os outros não fizeram mais de que copiar-lhe o estilo, imitar-lhe o irreverente gesto, ou reproduzir-lhe a torpe calúnia.

"Garcia D'Ávila, iniciador do maior movimento de penetração povoadora jamais visto no Brasil, começou como um simples almoxarife, trazido por Tomé de Sousa, para servir na Fazenda de El-Rei. Pertencente à "pequena nobreza de antaño", possuía, no entanto, não o descontentamento da classe, mas uma grande vivacidade de espírito e ambições fidalgas. Foi de uma audácia e intrepidez inigualáveis. Nunca em nossa história houve um bandeirante de maior perspicácia. Intellectualmente inculto, tinha, por sua vez, o aspecto forte e indômito dos desbravadores. Em diversas fases, vemo-lo a lutar com os gentios. Labutando estôicamente, sozinho, para atender a duzentos operários a lhe pedirem material, possuía ainda Garcia D'Ávila tempo para deixar as suas vistas se perderem pelas imensas terras que assumiam proporções vastíssimas ante os seus olhos ávidos. Amava tão ardentemente aquela terra, como Bárbara a amava. Defendê-la para êle era o seu sonho, enquanto que o de Bárbara era defendê-la, libertá-la para todos.

"Ser Almoxarife d'El Rei não lhe bastava. Queria ser Senhor, ter longas terras que fôssem suas. As lendas corriam maravilhosas a seus ouvidos. Seduzia-o a longitude da terra. Finalmente, ei-lo ven-

cido à sua fome. Pede ao Governador duas léguas de terras em direção ao norte, ao longo do mar dos campos de Itapoã.

“O primeiro, o mais audaz de todos os Ávilas, começou o seu movimento de penetração povoadora de uma forma assombrosa.

“Primeiro povoava, depois requeria sesmarias, e as terras, antes de lhe pertencerem legalmente, já eram, pelo seu trabalho, suas. E quem lhas negaria? Faz longas e estranhas caminhadas às desconhecidas terras de nosso Nordeste.

“Sulcava assim, e sem o saber, sem o sentir, o seu caráter.

“E tão sensível foi a mudança de Garcia D'Ávila almozarife, para Garcia D'Ávila senhor, que o Pe. Manoel da Nóbrega dirigiu-se a Tomé de Sousa, nos seguintes têrmos:

“Agora, os queixumes que eu tenho de Garcia D'Ávila: é êle o homem com que eu mais me alegrava e consolava nesta terra; porque achava nêle, um rastro do espírito e bondade de V. Mercê e de que muito me contentei e com o ter cá me alegrava, parecendo-me estar ainda Tomé de Sousa nesta Terra. Tinha êle uns índios perto de sua fazenda. Quando o Governador os ajuntava, pediu-me êle lhe alcançasse do Governador que lhes deixasse, prometendo êle, de os meninos irem cada dia à escola, a São Paulo, que estava meia-légua dêle, e os mais iriam aos domingos e festas à missa e pregação. Concederam-lhe; mas êle teve mal cuidado em o cumprir, sendo de mim muitas vêzes admoestado; antes deixava viver e morrer a todos como gentios; e tinha ali um homem que lhe dava pouco por êle nem os escravos e muito menos os gentios irem à missa. Pela qual fui forçado de minha consciência a pedir que os ajuntasse com os outros em São Paulo e que ainda não lha tiraram, contudo êle muito se escandalizou de mim assim que nem a êle, nem a nenhum outro quero mais que a Deus Nosso Senhor e a razão e a justiça, se eu a tiver”. (Transcrito do livro “A Casa da Tôrre”, de Pedro Calmon.)

O Pe. Manuel da Nóbrega, nesta carta, traduziu bem claro o que sentia quanto à transformação do homem que era verdadeiramente homem para o que se ia degradando ao poder na estonteante marcha da conquista. Ambicioso, dava à sua fome de território o desinterêsse pelo gênero humano. Nóbrega queixava-se com razão, pois já aí notava êle, o indomável espírito dos conquistadores. O ponto visado por Garcia D'Ávila, era o acréscimo cada vez maior de seu domínio, sem no entanto cuidar da educação dos que viriam a ser mais tarde os pais da civilização do Nordeste. O poder, apenas o poder! O poder cega, alucina e corrói a criatura. E hoje em dia, podendo os nossos olhos acompanhar o desenvolvimento da história, vemos que muito pouco mudou o sistema de conquista. Os grandes capitães da anti-

guldade de Alexandre a César, a Napoleão, de Napoleão aos atualizadíssimos Hitler e Stalin, não sido de uma fibra única, cujo principal objetivo é ver perto o que sentem: perder-se ao longe na fimbria do horizonte.

A velhice vencia aos poucos os instintos cruéis que a ambição levara ao simples almoxarife. A idade tem o poder de restituir ao homem a volta ao seu verdadeiro meio. E foi assim que, em 1609, beirando os noventa anos, Garcia D'Ávila, de há muito enriquecido, ia agora vivendo à custa da venda do gado de Cabo Verde, e com o notável senso econômico de que era dotado, pensava — vindo a morte implacável vir de minuto a minuto bater-lhe à porta — na continuidade. Seu vasto domínio, legava-o ao neto. O seu testamento, datado a 18 de maio daquele ano, ordenava:

“... que para a conservação da Igreja e da fazenda da Tôrre e para a defesa do pôrto dela, estejam todos os índios forros na dita fazenda unidos, como hoje estão, e peço ao Sr. Governador e mais Justiças, hajam por bem esta minha declaração por assim ser bem comum de Sua Majestade, para as ocasiões do inimigo que muitas vêzes costumam vir ali, para o que contém a assistência dos ditos prazos, ao qual encomendo bom tratamento e conservação dos ditos índios, pois, são livres...”

Morto o primeiro dos Ávilas, o iniciador do movimento de penetração povoadora do Nordeste, os olhos dos moradores estavam voltados ao nôvo capitão que passara a governar do Alto da Tôrre, em obediência à intimação do avô. Chamava-se Francisco Dias D'Ávila. Este, como o avô, foi um desbravador indômito, cuja audácia levou-o a alcançar para a fronteira geográfica da Tôrre o São Francisco. Lutou freneticamente com os holandeses. Reviveu os convulsos dias de 1624. Ao lado dos guerreiros, o Senhor da Tôrre combatia duramente numa guerra que se iria transformar em matança; e da qual sairiam, mais tarde, vencedores os incomparáveis nordestinos. Francisco Dias D'Ávila I morreu antes de ver Pernambuco retomado. Substituiu-lhe Garcia D'Ávila II, seu filho. Muito môço, de espírito dócil, deixava-se dominar pelo Pe. Antônio Pereira, que, fiel à tradição da Tôrre, só queria ser pastor. Era êle o retrato vivo da valentia, do esforço e da habilidade. Diz-nos Pedro Calmon, que êle conquistava mais terras que os reis Afonsos. Tinha a passada larga como a de César e o olhar cobiçoso como o de Alexandre. Foi sempre e simplesmente o pastor da Tôrre, mas um pastor que, da mesma forma que dominara as energias físicas de Francisco Dias D'Ávila I, dominou a de seu filho Garcia D'Ávila II. Celebrizou-se como cérebro de todo o movimento dêsses dois Ávilas, sem jamais ultrapassar os limites de sua vontade.

Substituiu Garcia D'Ávila II seu filho Francisco Dias D'Ávila, o mais heróico e o que mais estendeu a propriedade da Tôrre. Con-

quistou para Portugal o Piauí, e ficou, devido à sua bravura, como Francisco Dias, o Grande. A êste inigualável senhor, seguiu-se Garcia D'Ávila III, que por sua vez deu lugar a Francisco Dias D'Ávila, terceiro dêste nome.

"Tornou-se necessário trazer ao presente trabalho a ascendência de Francisco Dias D'Ávila III, para que não houvesse confusão quanto ao Castelão com que teve Leonel de Alencar Rêgo relações sócio-econômicas-comerciais" (\*).

O movimento de penetração povoadora da Casa da Tôrre só atravessou o rio São Francisco após a capitulação dos holandeses no Brasil (1654). Daí havia de alcançar o alto sertão de Pernambuco, do Ceará, do Piauí, e do Maranhão, no último quartel do século XVII e primeiro do século XVIII.

Cruzou-se êsse movimento com a bandeira paulista de Domingos Jorge Velho e com a baiana de Afonso Domingos Sertão.

Reza a tradição que o movimento de Leonel de Alencar Rêgo foi associado ao dessas diversas bandeiras.

Coincide essa informação com a de outra família, denominada depois, no Ceará, de "Pão Sêco", nome do sítio, oriundo também de portugueses, aportados a Sergipe de 1655 a 1660 e que seguiu a rota das referidas bandeiras, família que se entrelaçou com a ALENCAR.

Êsse tronco de Sergipe deu nascimento a ISABEL DO ESPÍRITO SANTO, que se casou com o português ANTÔNIO DE OLIVEIRA. Dêsse casal são filhos APOLÔNIA, casada com JOSÉ FERREIRA AÇO, DESIDÉRIA, casada com JOÃO GONÇALVES DINIZ, BÁRBARA, casada com ANTÔNIO LEÃO, troncos dos FERREIRAS, dos SUCUPIRAS e dos LEÕES, que depois se tornaram ALENCARES.

\* \* \*

## FIXAÇÃO DOS ALENCARES EM PERNAMBUCO E CEARÁ

Tem-se como certo que do São Francisco, LEONEL remontou o Riacho da Brígida, partindo de sua foz até às nascentes, na Serra do Araripe, estagiando primeiramente em "Monte Sombrio", hoje Acaraí, em Várzea, para se fixar definitivamente no lugar denominado Caiçara, como já dissemos, pertencente à Casa da Tôrre e tomado do gentio.

Essa região do Exu, como a cearense do Cariri, é conexas com a Chapada ou Serra do Araripe (nome primitivo RARI e que Paulino Nogueira diz significar lugar ou habitação de arara), conhecido como um dos campos propícios à criação de gado do Nordeste.

---

— Ver o "Cariri", de Irineu Pinheiro, págs. 12 a 15.

Aí, depois de se tornar proprietário de vasto trecho de terra, **Leonel Pereira de Alencar Rêgo**, o Patriarca-mor desdobrou a posse primitiva em outras fazendas, tais como **Araripe**, **Morro** e **Caracuri**, (ou **Curicuri?**).

Dos outros irmãos de Leonel, sabe-se que **Alexandre Pereira de Alencar Rêgo** passou também a residir em Exu e casou-se com **Maria Alves Fontes**, proprietária da Fazenda **Bodocó**, hoje florescente cidade e município pernambucano.

**João Francisco de Alencar Rêgo** casou-se com **Cipriana Soares**, em Brejo Sêco, hoje Cidade e município de **Araripe**, no Ceará.

**Marta** casou-se na família **Coelho**, do Piauí, da qual descendem piauienses ilustres e entre êstes o Visconde de **Parnaíba**, **Manoel de Souza Martins**.

Com Leonel, também vieram para o sertão, os irmãos **Antônio**, **João** e **José Sousa Goulart**, baianos da cidade do Salvador. **Antônio Sousa Goulart**, casado com **Maria da Encarnação de Jesus**, é pai de **Maria da Assunção de Jesus**, espôsa de **Leonel Pereira de Alencar Rêgo**.

Foi **Antônio** um dos fundadores da comunidade barbalhense, no Ceará (Nota do livro "Algumas Origens do Ceará", de **Antônio Bezerra**).

JOAQUIM PEREIRA DE ALENCAR

e

TEODORA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO — Tr. 1-5.

**Filhos:**

**LEONEL PEREIRA DE ALENCAR**, casado com **MARIA XAVIER DA SILVA PEREIRA DE CARVALHO**, nascida em Jardim.

1-5.1. Nascida em **Salamanca Barbalha**.

**BÁRBARA PEREIRA DE ALENCAR**, casada com **JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS**, nascido na Freguesia de **S. Marinha de Tropejo**, cidade de **Aroma**. Bispaço de **Lamego** — Portugal.

1-5.2. Nascida na Fazenda **Caiçara**, Freguesia de **Cabrobó** — Pernambuco.

**ANTÔNIA PEREIRA DE ALENCAR**, casada com **MANUEL CARLOS DA SILVA SALDANHA**, nascido em **Riacho do Sangue** — Ceará.

1-5.3.

**JOSEFA PEREIRA DE ALENCAR**, casada com **ALEXANDRE DA SILVA SALDANHA**, nascido em **Riacho do Sangue**.

1-5.4.

LUIZ PEREIRA DE ALENCAR, casado com ANA JOAQUINA PEREIRA DA SILVA, irmã de João Pereira de Carvalho (R. 5.8).

1-5.5. Nascido em Exu.

GENOVEVA PEREIRA DE ALENCAR, casada com INACIO TAVARES BENEVIDES, nascido em Recife.

1-5.6. Nascido em Exu.

IRIA FRANCISCA DE ALENCAR, casada com JOSÉ COSTA AGRA, DR., nascido em Portugal, primeiras núpcias. Em segundas núpcias com MANUEL ALVARES DE OLIVEIRA, Capitão-mor, nascido na Bahia.

1-5.7

INACIA PEREIRA DE ALENCAR, casada com JOÃO PEREIRA DE CARVALHO, nascido em Jardim, em primeiras núpcias. Em segundas núpcias com ANTÔNIO LEÃO, Capitão.

1-5.2. Nascida em Exu.

NOTA — A ordem apresentada não corresponde a das idades.

LEONEL PEREIRA DE ALENCAR

e

MARIA XAVIER DA SILVA PEREIRA DE CARVALHO — (1-5.1)  
(Era o maioral dos Alencares no Ceará, no começo do século XIX)

Filhos:

MARIA BRAZILINA DE ALENCAR, casada com JOÃO FRANKLIN DE LIMA.

1-5.1.1.

RAIMUNDO PEREIRA DE ALENCAR, casado com MARIA TEODORA

1-5.1.2

CLODES SANTIAGO DE ALENCAR JAGUARIBE, casada com JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE (Visconde de Jaguaribe).

1-5.1.3

MANOEL PEREIRA DE ALENCAR, casado com FLORA DE FARIA, no Rio Grande do Sul.

1-5.1.4

JOAQUIM LEONEL DE ALENCAR, casado na família GRANJA, do Ouricuri — Pernambuco.

1.5.1.5

ANTÔNIO LEONEL DE ALENCAR, casado em LEOPOLDINA, Pernambuco.

1-5.1.6

SENHORINHA DE ALENCAR — Solteira.

1-5.1.7

JOÃO LEONEL DE ALENCAR, casado, em primeiras núpcias, com ANA MEDEIROS.

1-5.1.8

FLORINDA DE ALENCAR MATOS, casada com o cirurgião FRANCISCO JOSÉ MATOS.

1-5.1.9

JOSEFA DE ALENCAR (ou Ana Josefina?), mulher do Senador Padre JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR — (1-5.2.1).

1-5.1.10

JOSÉ DE ALENCAR —

1-5.1.11

PRAXEDES DA FRANCA DE ALENCAR, casada com ANTÔNIO DA FRANCA ALENCAR — 1-5.8.10.

1-5.1.12

MARIA BRAZILINA DE ALENCAR, casada com JOÃO FRANKLIN DE LIMA.

1-5.1.12

LEONEL PEREIRA DE ALENCAR foi trucidado, no seu Engenho Velho, próximo de Jardim, na revolução de 1824, pelos imperialistas.

Sua mulher e filhos tiveram que fugir para o Sertão. Muitos outros Alencares pereceram nessa revolução da Confederação do Equador.

INÁCIA PEREIRA DE ALENCAR

e

JOÃO PEREIRA DE CARVALHO — (1-5.8) — Primeiras núpcias.

Filhos:

JOÃO PEREIRA DE CARVALHO FILHO — 1-5.8.1.

MARIA ARSÊNIA — 1-5.8.2 e

ARCANJAZA, casada com PEDRO LABATUT — 1-5.8.3



(É o ramo do Almirante Alexandrino de Alencar)  
INÁCIA PEREIRA DE ALENCAR — 1-5.8

e

ANTÓNIO LEÃO — Segundas núpcias

**Filhos:**

REINERO DE ALENCAR — 1-5.8.4

JOAQUIM PEREIRA DE ALENCAR — 1-5.8.5

ANTÓNIO PEREIRA DE ALENCAR — 1-5.8.6

LUÍZA — 1-5.8.7

SINFOROSA — 1-5.8.8

FRANCISCO LEÃO DA FRANCA ALENCAR — 1-5.8.9

ANTÓNIO DA FRANCA ALENCAR — 1-5.8.10

BÁRBARA PEREIRA DE ALENCAR

e

JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS — 1-5.2

**Filhos:**

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR, casado com ANA JOSEFA DE ALENCAR, sua prima, filha de 1-5.1.

1-5.2.1, nasc. no Crato, em 1797.

TRISTÃO GONÇALVES DE ALENCAR ARARIPE (Originariamente Tristão Gonçalves Pereira de Alencar), casado com Ana Porcina Ferreira de Lima, filha de Joaquim Ferreira Lima e de Desidéria Maria do Espírito Santo (Filha de José Cardoso Botelho e de Maria José). Após à morte do marido, passou a chamar-se Ana Triste de Alencar Araripe.

1-5.2.2

JOÃO GONÇALVES DE ALENCAR, casado com LUÍZA XAVIER DA SILVA, da família Pereira de Carvalho, do Sítio "Oitizzeira",

N. 27 — 1-17.83 — Exu.

CARLOS JOSÉ DOS SANTOS, Padre — 27-17. — 7-11.84

BÁRBARA AUTA DE ALENCAR (Barbinha) 1-5.2.5

JOAQUINA DE SÃO JOSÉ, casada com ARNALDO ANTÃO DE CARVALHO, da cidade de Oeiros — Piauí.

1-5.2.6

TRISTÃO GONÇALVES DE ALENCAR ARARIPE

e

ANA PORCINA FERREIRA DE LIMA — 1-5.2.2.1



DE LIMA SUCUPIRA, em primeiras núpcias, com LEO-  
POLDINA DE LIMA SUCUPIRA em segundas núpcias e com  
EUCLÍGDAS FRANKLIN DE ALENCAR LIMA em tercei-  
ras núpcias. (Dos Araripe Cavalcante de Albuquerque).

ADERALDO AURÉOLO DE ALENCAR ARARIPE, casado com ANTÔ-  
NIA, LEOPOLDINA DE ALENCAR ARARIPE.

1-5.2.2.1.3

(Radicados em Fortaleza)

CAROLINA CLARENCE DE ARARIPE SUCUPIRA, casada com AN-  
TÔNIO FERREIRA LIMA SUCUPIRA.

1-5.2.2.1.4

(Muitos radicados em Fortaleza, no Rio e em São Paulo)

MARIA DORGIVAL DE ALENCAR ARARIPE MACEDO, casada com  
JOAQUIM DE MACEDO PIMENTEL.

1-5.2.2.1.5

(Muitos radicados em Fortaleza e no Rio)

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, casado com ARGENTINA FRAN-  
KLIN DE LIMA.

1-5.2.2.1.6

(Radicados no Paraná e no Rio).

DELECARLIENSE DRUMOND DE ALENCAR ARARIPE, casado com  
CESÁRIA BACELAR, em primeiras núpcias, e com ANA  
BITTENCOURT, em segundas núpcias.

1-5.2.2.1.7

(Radicados no Espírito Santo e no Rio)

XILDERICO CÍCERO DE ALENCAR ARARIPE

e

MARIA TEREZA DE JESUS ARARIPE — 1-5.2.2.1.1 —  
Primeiras núpcias.

Filhos:

MARIA AMBROZINA DE ALENCAR FARIA, casada com ANASTÁ-  
CIO ANTÔNIO DE FARIA — Falecido na Guerra do Pa-  
raguai. — 1-5.2.2.1.1.1

.....  
XILDERICO DE ALENCAR ARARIPE FARIA, casado com CLO-  
TILDE ALENCAR MATTOS FARIA — 1-5.2.2.1.1.1.1  
MARIA FARIA ARARIPE DE OLIVEIRA, casada com

JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO — 1-5.2.2.1.1.1.2.  
 TRISTÃO DE ARARIPE FARIA, casado com CANTÍDIA —  
 1-5.2.1.1.1.3  
 SEGISMUNDO CÍCERO DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.1.2  
 casado com MARIA BRAZILINA LOPES ARARIPE.

Netos:

.....  
 MARIA LUIZA — 1-5.2.2.1.1.2.1  
 MARIA ANGELITA — 1-5.2.2.1.1.2.2  
 ADOLPHO — 1-5.2.2.1.1.2.3  
 JOSÉ CÍCERO — 1-5.2.2.1.1.2.4  
 SEGISMUNDO — 1-5.2.2.1.1.2.5  
 ADOLFO — 1-5.2.2.1.1.2.6  
 MARIA MILITONA — 1-5.2.2.1.1.2.7  
 MARIA LIBÔNIA — 1-5.2.2.1.1.2.8  
 MARIA LIBONIA — 1-5.2.2.1.1.2.8  
 MARIA BRAZILINA — 1-5.2.2.1.1.2.9  
 Ignorado — 1-5.2.2.1.1.2.10

.....  
 XILDERICO DE ALENCAR ARARIPE FILHO, alferes, falecido na  
 Guerra do Paraguai, em 14.IV.1865 — 1-5.2.2.1.1.3  
 XILDERICO CÍCERO, casado, em segundas núpcias, com ROMANA  
 ROSA ARARIPE.  
 TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, alferes, falecido na Guerra do  
 Paraguai, em 14.IV.1865 — 1-5.2.2.1.1.4  
 LUIZ DE ALENCAR ARARIPE, alferes do Exército. — 1-5.2.2.1.1.5

.....  
 XILDERICO — 1-5.2.2.1.1.5.1  
 CÍCERO — 1-5.2.2.1.1.5.2  
 LUIZ DE ALENCAR ARARIPE FILHO  
 — 1-5.2.2.1.1.5.3

PEDRO JAYME DE ALENCAR ARARIPE

— 1.5.2.2.1.1.5.4  
 MONTANO — 1-5.2.2.1.1.5.5  
 MARIA — 1-5.2.2.1.1.5.6  
 SOFIA — 1-5.2.2.1.1.5.7  
 RAQUEL — 1-5.2.2.1.1.5.8  
 LUIZA — 1-5.2.2.1.1.5.9  
 MARY — 1-5.2.2.1.1.5.10  
 AGNEL — 1-5.2.2.1.1.5.11  
 BENEDITO — 1-5.2.2.1.1.5.18  
 ELOY — 1-5.2.2.1.1.5.13

.....  
NEUTEL NORTON DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2

e

UMBELINA DE LIMA SUCUPIRA — Primeiras núpcias

**Filhos:**

UMBELINA — 1-5.2.2.1.2.1., casada com FRANCISCO DE PAULA  
CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE.

.....  
**Netes:**

NEUTEL ARARIPE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

1-5.2.2.1.2.1.1, casado com ESTER BRITO.

CARLOS ARARIPE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

— 1-5.2.2.1.1.1.2, casado com CECÍLIA.

ABEL ARARIPE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE —

1-5.2.2.1.2.1.3, e

CARLOTA — 1-5.2.2.1.2.1.4, casada com OROZIMBO.

MATILDE, casada com OCTAVIANO CÍCERO DE ALENCAR ARA-  
RIPE — 1-5.2.2.1.2.2

PEDRO JAYME — 1-5.2.2.1.2.2.1

.....  
NEUTEL NORTON DE ALENCAR ARARIPE

e

LEOPOLDINA DE LIMA SUCUPIRA — Segundas núpcias

**Filhos:**

JOSÉ SUCUPIRA DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2.3

TRISTÃO SUCUPIRA DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2.4, ca-  
sado com ZELINDA KELLY DE ARARIPE SUCUPIRA.

.....  
JÚLIA, casada com VICENTE DAS CHAGAS RANGEL —

1-5.2.2.1.2.5

.....  
ANA SUCUPIRA DA CUNHA PRATA, casada com MARTINIANO  
WERNECK DA CUNHA PRATA — 1-5.2.2.1.2.6

**Netos:**

ZELINDA, casada com CLÁUDIO DA ROCHA LIMA — 1-5.2.2.1.2.3.1

LEOPOLDINA SUCUPIRA DE ARARIPE MELLO — 1-5.2.2.1.2.3.2

AÍDA ARARIPE VELASCO, casada com MÁRIO VELASCO —  
1-5.2.2.1.2.3.3

AMÉRCIA — 1-5.2.2.1.2.3.4

ARTUR — 1-5.2.2.1.2.3.5

ARINDA, casada com ARNALDO DE ALENCAR ARARIPE —  
1-5.2.2.1.2.3.6

.....

MARIA SUCUPIRA DE ARARIPE RANGEL, casada com JOAQUIM  
RANGEL — 1-5.2.2.1.2.5.1

FRANCISCO SUCUPIRA ARARIPE RANGEL, casado com LUIZA  
ALENCAR RANGEL — 1-5.2.2.1.2.5.2

RAYMUNDA, casada com SOLON LEONEL DE ALENCAR —  
1-5.2.2.1.2.5.3

LEOPOLDINA SUCUPIRA ARARIPE RANGEL — 1-5.2.2.1.2.5.4

MARIA LENIDES — 1-5.2.2.1.2.5.5

JOSÉ SUCUPIRA ARARIPE RANGEL — 1-5.2.2.1.2.5.6

LICÍNIA — 1-5.2.2.1.2.5.7

ANA — 1-5.2.2.1.2.5.8

MATILDE — 1-5.2.2.1.2.5.9

ROSA — 1-5.2.2.1.2.5.10

.....

JOSÉ — 1-5.2.2.1.2.6.1

LEOPOLDINA — 1-5.2.2.1.2.6.2

ROSA — 1-5.2.2.1.2.6.3

LINDOLFO — 1-5.2.2.1.2.6.4

LINDOLFO — 1-5.2.2.1.2.6.3

BENEDITO — 1-5.2.2.1.2.6.5

.....

NEUTEL NORTON DE ALENCAR ARARIPE

e

EUCLIDES FRANKLIN DE ALENCAR LIMA — Terceiras núpcias.

**Filhos:**

MARIA ARARIPE PEDROSA, casada com JOSÉ PEDROSA —  
1-5.2.2.1.2.7

JOÃO FRANKLIN DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2.8, casado  
com AMÁLIA AMORIM.

.....

CECÍLIA ARARIPE DUPERSON, casado com CELSO DUPERSON —  
1-5.2.2.1.2.9

.....

ELVIRA — 1-5.2.2.1.2.10

MARIA EUCLYDES — 1-5.2.2.1.2.11

**Netos:**

AURÉOLO — 1-5.2.2.1.2.8.1

PAULINO ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2.8.2, casado com GENI.

IRACEMA ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2.8.3

NICE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.2.8.4

.....

EDITH — 1-5.2.2.1.2.9.1

HEITOR — 1-5.2.2.1.2.9.2

CYRENE — 1-5.2.2.1.2.9.3

TEOCRITO — 1-5.2.2.1.2.9.4

TEÓCRITO — 1-5.2.2.1.2.0.4

SYLVIA — 1-5.2.2.1.2.9.5

ADERALDO AURÉOLO DE ALENCAR ARARIPE

e

ANTÔNIA LEOPOLDINA DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.3

**Filhos:**

ANÁLIA — 1-5.2.2.1.2.3.1

AMYGDIA — 1-5.2.2.1.2.3.2

HORTÊNCIA, casada com FRANCISCO SAMPAIO — 1-5.2.2.1.3.3,  
em primeiras núpcias.

.....

HORTÊNCIA, casada, em segundas núpcias, com HELEODORO DE  
ARAÚJO.

**Netos:**

ANTÔNIA, casada com o Tenente VICENTE AMADEU DE LIMA —  
1-5.2.2.1.3.3.1  
OCTÁVIO — 1-5.2.2.1.3.3.2  
EMYGDIA — 1-5.2.2.1.3.3.3

.....  
ERNESTO DE ALENCAR ARARIPE, casado com CAROLINA PE-  
REIRA DE ALENCAR — 1-5.2.2.1.3.3.4  
JOSÉ — 1-5.2.2.1.3.3.5  
HENRIQUE DE ALENCAR ARARIPE, casado com MARIA MON-  
TEIRO, em primeiras núpcias, e com MARIA, em segun-  
das núpcias.

CAROLINA CLARENCE DE ALENCAR ARARIPE SUCUPIRA  
e  
ANTÔNIO FERREIRA LIMA SUCUPIRA — 1-5.2.2.1.4

**Filhos:**

DORGIVAL — 1-5.2.2.1.4.1  
DULCE — 1-5.2.2.1.4.2, casada em primeiras núpcias, com MANOEL  
TEIXEIRA, e em segundas núpcias com RAIMUNDO  
MARIA.

.....  
JOSEFA casada com JOÃO CAETANO PEREIRA — 1-5.2.2.1.4.3

.....  
ARICLIDES, casada com JOAQUIM TEIXEIRA — 1-5.2.2.1.4.4

.....  
CAROLINO BOLIVAR DE ARARIPE SUCUPIRA, Major veterano da  
Guerra do Paraguai. Faleceu tabelião em São Paulo —  
1-5.2.2.1.4.5, casado com ANTÔNIA MONTEIRO DE  
ARARIPE SUCUPIRA.

.....  
ISABEL GRIFFELDES, casada com JOÃO CAETANO PEREIRA —  
1-5.2.2.1.4.6



Netos:

EDSON — 1-5.2.2.1.4.2.1  
CAROLINA — 1-5.2.2.1.4.2.2  
JOSÉ — 1-5.2.2.1.4.2.3  
CAROLINA — 1-5.2.2.1.4.2.5  
LYDIA — 1-5.2.2.1.4.2.5  
CAROLINO — 1-5.2.2.1.4.2.6

JOSÉ CAETANO PEREIRA 1-5.2.2.1.4.3.1

.....

CAROLINA SUCUPIRA PEREIRA — 1-5.2.2.1.4.3.2

.....

CAROLINA, casada com REINALDO GONZAGA DE MENESES LYRA  
— 1-5.2.2.1.4.4.1

MANOEL MONTEIRO DE ARARIPE SUCUPIRA, médico, casado com  
ISAURA SOARES — 1-5.2.2.1.4.5.1

ANTÔNIO — 1-5.2.2.1.4.5.2

ANTÔNIO — 1.5.2.2.1.4.5.3

MARIA — 1-5.2.2.1.4.5.4, casada com JOÃO BAPTISTA MENDES.

ANTÔNIO M. ARARIPE SUCUPIRA — 1-5.2.2.1.4.5.5

JOSÉ — 1-5.2.2.1.4.5.6

JOSÉ M. ARARIPE SUCUPIRA — 1-5.2.2.1.4.5.7

ANA SUCUPIRA ARARIPE KENWORTH, casada com EDGARD  
KENWORTH — 1-5.2.2.1.4.5.8

RAIMUNDO — 1-5.2.2.1.4.5.9

FRANCISCO MONTEIRO DE ARARIPE SUCUPIRA — 1-5.2.2.1.4.  
5.10, casado com CÉLIA, e

LUIZ MONTEIRO DE ARARIPE SUCUPIRA, bacharel em Direito,  
funcionário público de categoria, em São Paulo.

.....

MARIA ANGÉLICA — 1-5.2.2.1.4.6.1

.....

ANA — 1-5.2.2.1.4.7

FAUSTA SUCUPIRA DE ARARIPE MACEDO PIMENTEL — 1-5.2.2  
1.4.8, casada com JOAQUIM ARARIPE DE MACEDO  
PIMENTEL.

JÚLIA — 1-5.2.2.1.4.9

FILODELFO DE ALENCAR SUCUPIRA, Capitão do Exército, casado  
com MARIA DO CARMO DE CARVALHO SUCUPIRA —  
1-5.2.2.1.4.10

.....  
MARIA CAROLINA DE ARARIPE SUCUPIRA — 1-5.2.2.1.4.11  
LEOPOLDINA DE ARARIPE SUCUPIRA — 1-5.2.2.1.4.12

.....  
(Nota: — Vêr o Tr. 1-5.2.2.1.5.2,  
13 filhos)

ARÍCLIDES, casado com MANOEL BERNARDNO DUTRA — 1-5.2.2.  
1.4.10.1

DEUSDEDIT, casado com VIRGÍNIA DE OLIVEIRA FARIA — 1-5.2.  
2.1.4.10.2

GRIFFELDES — 1-5.2.2.1.4.10.3  
OTTONIEL — 1-5.2.2.1.4.10.4  
VIRGÍNIA — 1-5.2.2.1.4.10.5  
MANOEL CARLOS — 1-5.2.2.1.4.10.6

.....  
MARIA DORGIIVAL DE ALENCAR ARARIPE MACEDO

e

JOAQUIM DE MACEDO PIMENTEL (Capitão) — 1-5.2.2.1.5

Filhos:

MARIA DE MACEDO LIMA, casada com CÍCERO FRANKLIN DE  
LIMA — 1-5.2.2.1.5.1

.....  
JOAQUIM ARARIPE DE MACEDO PIMENTEL, casado com FAUSTA  
SUCUPIRA DE ARARIPE MACEDO — 1-5.2.2.1.5.2

.....  
TRISTÃO DE ARARIPE MACEDO, casado com ARGENTINA MO-  
REIRA DE ARARIPE MACEDO — 1-5.2.2.1.5.3

Netos:

RUFINO, casado com LUIZA SABÓIA — 1-5.2.2.1.5.1.1

MARIA IZABEL, casada com FRANCISCO BENÉVOLO (General) —  
1-5.2.2.1.5.1.2

CÍCERO FRANKLIN DE LIMA, casado com LAURA WERNEK —  
1-5.2.2.1.5.1.3

JOAQUIM, casado com LUIZA NEVES DE ARARIPE — 1-5.2.2.1.  
5.2.1

ANTÔNIO ARARIPE MACEDO (Major) — 1-5.2.2.1.5.2.2

JOSÉ ARARIPE MACEDO, casado com ZULMIRA CAMPOS — 1-5.2.2.  
1.5.2.3

MARIA DE LOURDES — 1-5.2.2.1.5.2.4

MARIA, casada com JOSÉ NARCISO RAMOS, Major — 1-5.2.2.1.  
5.2.5

JOÃO ARARIPE MACEDO, casado com ANDRÉA ARAÚJO, em primeiras núpcias — 1-5.2.2.1.5.2.6

MARIA 1.<sup>a</sup> — 1-5.2.2.1.5.2.7

MARIA 2.<sup>a</sup> — 1-5.2.2.1.5.2.8

MOYSÉS, casado com FAUSTA ALICE — 1-5.2.2.1.5.2.9

MARIA 3.<sup>a</sup> — 1-5.2.2.1.5.2.10

TRISTÃO — 1-5.2.2.1.5.2.11

MARIA ESTER — 1-5.2.2.1.5.2.12

ALDOGEME — 1-5.2.2.1.5.2.13

.....

MARIA — 1-5.2.2.1.5.3.1

MARIA ARGENTINA — 1-5.2.2.1.5.3.2

JOAQUIM — 1-5.2.2.1.5.3.3

FRANCISCO, casado com ANTONIETA DE FREITAS MACEDO —  
1-5.2.2.1.5.3.4

MARIA ANGÉLICA — 1-5.2.2.1.5.3.5

JOÃO, casado com CELINA SCHULLER ARARIPE MACEDO —  
1-5.2.2.1.5.3.8

JOSE — 1-5.2.2.1.5.3.7

PEDRO, casado com OSMIRA SCHULLER DE ARARIPE MACEDO —  
1-5.2.2.1.5.3.9

MARCOS, casado com ONEIDA SCHULLER DE ARARIPE MACEDO  
1-5.2.2.1.5.3.9

PAULO, casado com EMA SCHULLER DE ARARIPE MACEDO —

.....

JOÃO DE ARARIPE MACEDO

e

CELINA SCHULLER ARARIPE MACEDO — 1-5.2.2.1.5.3.6

**Filhos:**

ILA SCHULLER ARARIPE MACEDO, engenheira e arquiteta —  
1-5.2.2.1.5.3.6.1

RUB SCHULLER ARARIPE MACEDO, Médico e engenheiro —  
1-5.2.2.1.5.3.6.2

LUIZ SCHULLER ARARIPE MACEDO — 1-5.2.2.1.5.3.6.3

.....

**Netos:**

.....

PEDRO DE ARARIPE MACEDO — 1-5.2.2.1.5.3.8

e

OSMIRA SCHULLER DE ARARIPE MACEDO

**Filhos:**

LEO, casado com NOÊMIA SCHULLER — 1-5.2.2.1.5.3.8.1

.....

**Netos:**

MAIZA — 1-5.2.2.1.5.3.8.1.1

IVONE — 1-5.2.2.1.5.3.8.1.2, casada com NELSON ROCHA.

.....

PAULO DE ARARIPE MACEDO — 1-5.2.2.1.5.3.9

e

EMA SCHULLER DE ARARIPE MACEDO

DÉCIO, Falecido — 1-5.2.2.1.3.9.1

.....

**Filhos:**

**Netos:**

.....

MARCOS DE ARARIPE MACEDO

e

ONEIDA SCHULLER DE ARARIPE MACEDO

**Filhos:**

EDITH — 1-5.2.2.1.5.3.10.1

NILTON — 1-5.2.2.1.5.3.10.2

RUTH — 1-5.2.2.1.5.3.10.3

.....

**Netos:**

.....

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.6

e

ARGENTINA FRANKLIN DE LIMA

**Filhos:**

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE JÚNIOR — 1-5.2.2.1.6.1, casado  
com ANTÔNIA MOREIRA.

.....

ARGENTINA (Sinhara) TOMÉ DA SILVA — 1-5.2.2.1.6.2, casada  
com JOÃO TOMÉ DA SILVA.

**Netos:**

HUGO ARARIPE, Oficial do Exército — 1-5.2.2.1.6.1.1

FERNANDO ARARIPE, Oficial da Marinha, 1-5.2.2.1.6.1.2

ANTONIETA ARARIPE, 1-5.2.2.1.6.1.3

ARGENTINA ARARIPE BORGES — 1-5.2.2.1.6.1.4, casada com  
CÉSAR BORGES.

ESTER ARARIPE PESTANA DE AGUIAR — 1-5.2.2.1.6.1.5, casada  
com PESTANA DE AGUIAR.

.....  
MARIA (Mariquinha) — 1-5.2.2.1.6.2.1, casada com ANTÔNIO AU-  
GUSTO CARDOSO DE CASTRO.

CECÍLIA ALENCAR GUIMARÃES — 1-5.2.2.1.6.2.2., casada com  
MANOEL DE ALENCAR GUIMARÃES.

.....  
MARIA (Sinhazinha) DE ALENCAR ARARIPE, solteira — 1-5.2.2.  
1.6.3

JOSÉ (Yoyô) DE ALENCAR ARARIPE, solteiro — 1-5.2.2.1.6.4

ARTHUR ARARIPE — 1-5.2.2.1.6.5, casado com ELVIRA COSTA.

.....  
ANA (Nininha), casada com o Dr. ERNESTO NASCIMENTO SILVA  
— 1-5.2.2.1.6.6

Sem filhos

DESIDÉRIA (Dedé), casada com o Almirante ALFREDO PINTO DE  
VASCONCELOS — 1-5.2.2.1.6.7

Sem filhos

ARGENTINA DE SOUZA CARVALHO — 1-5.2.2.1.6.2.3, casada com  
o Dr. SOUZA CARVALHO.

.....  
ARTUR ARARIPE JÚNIOR — 1-5.2.2.1.6.5.1, casado com MARIA  
ELISA.

ELZA, casada com MILANEZ — 1-5.2.2.1.6.5.2

RAUL — 1-5.2.2.1.6.5.3

VERA — 1-5.2.2.1.6.5.4

JOSÉ — 1-5.2.2.1.6.5.5

DEA — 1-5.2.2.1.6.5.6

.....  
DELECARLIENSE DRUMOND DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.  
2.2.1.7

e

CESÁRIA BACELAR — Em primeiras núpcias

.....

**Filhos:**

ELIZA, casada com ALEXANDRINO PAIVA — 1-5.2.2.1.7.1

.....  
DELECARIENSE DE ALENCAR ARARIPE, casado, em primeiras  
núpcias, com MARIA JOSÉ — 1-5.2.2.1.7.2, e em segundas  
núpcias com DELFINA.

.....  
TRISTÃO ARARIPE (General), casado com CLOTILDE RATO  
— 1-5.2.2.1.7.3

MARIA PASSOS (Maroca), casada com MANOEL PASSOS, Profes-  
sor — 1-5.2.2.1.7.4

.....  
ANA (Niquinha) — 1-5.2.2.1.7.5 — Solteira.

TÚLIO DE ALENCAR ARARIPE, Engenheiro, casado com ANTO-  
NIETA VIEIRA DA SILVA — 1-5.2.2.1.7.6

**Netos:**

AMÉRICO DE ARARIPE PAIVA, casado com CLARINDA BITTEN-  
COURT — 1-5.2.2.1.7.1.1

ALEXANDRINO DE ARARIPE PAIVA (Xandico) — 1-5.2.2.1.7.1.2

.....  
AMADEU ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.2.1

ELAUDOMIRA — 1-5.2.2.1.7.2.2

CESÁRIO casado com ANA CEA — 1-5.2.2.1.7.2.3

BENÍCIO — 1-5.2.2.1.7.2.4

RAYMUNDO — 1-5.2.2.1.7.2.5

.....  
ARMANDO ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.3.1, Médico, casado com  
ELECTA.

ARNALDO ALENCAR ARARIPE, Desembargador, casado com ARIN-  
DA SUCUPIRA DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.3.2

ALICE FONSECA E SILVA, casada com JOÃO DA FONSECA E  
SILVA, Industrial — 1-5.2.2.1.7.3.3

.....  
CARLOS — 1-5.2.2.1.7.4.1

ARISTÓTELES — 1-5.2.2.1.7.4.2

.....  
TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, General de Exército. Ministro  
Presidente do Superior Tribunal Militar. Casado com IRA-  
CEMA BUSTAMANTE FRANÇA — 1-5.2.2.1.7.6.1

JOÃO DE ALENCAR ARARIPE, casado com IDALINA ALVES PE-  
QUENO — 1-5.2.2.1.7.6.2

DELECARIENSE DE ALENCAR ARARIPE, Engenheiro. Diretor da  
Cia. Vale do Rio Doce. Casado com MARIA CÁRMEN RÊGO MON-

TEIRO — 1-5.2.2.1.7.6.3

JOVELINA, casada, em primeiras núpcias, com ANTÔNIO GARCIA,  
e em segundas núpcias com SYLVIO FERREIRA DA SILVA  
— 1-5.2.2.1.7.6.4

LEONOR, casada com VICENTE WERNECK — 1-5.2.2.1.7.6.5

LAURA, casada com RAYMUNDO DE MORAES QUADROS. (Gene-  
ral) — 1-5.2.2.1.7.6.6

MARIA, casada com WALTER OBERLANDER — 1-5.2.2.1.7.6.7

.....

DELECARLIENSE DRUMOND DE ALENCAR ARARIPE

e

ANA BITTENCOURT — Em segundas núpcias

Filhos:

SOLON ARARIPE, casado, em primeiras núpcias, com MARIA JOSÉ  
1-5.2.2.1.7.7

VALDÍVIA, casada com ALFREDO MELLO — 1-5.2.2.1.7.8

.....

Netos:

ARNAUD DE ARARIPE MELLO — 1-5.2.2.1.7.8.1

TÓLIO DE ARARIPE MELLO — 1-5.2.2.1.7.8.2

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.6.1

e

IRACEMA BUSTAMANTE FRANÇA — (França Araripe) — Pro-  
fessôra no Distrito Federal.

Filhos:

ANTONIETA MARIA NORAT GUIMARÃES, casada com HÉLIO NO-  
RAT GUIMARÃES — 1-5.2.2.1.7.6.1.1, Engenheiro.

.....

ATTAMIR FRANÇA ARARIPE. Funcionário do Banco do Brasil. Ca-  
sado com MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Professôra  
secundária — 1-5.2.2.1.7.6.1.2

.....

ALUYSIO FRANÇA ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.6.1.3. Funcionário do  
Banco do Brasil. Casado com CARMILDE ARARIPE.

.....

ÁLBA MARIA NASCIMENTO SILVA — 1-5.2.2.1.7.6.1.4, casada  
com CARLOS OCTÁVIO NASCIMENTO SILVA, funcioná-  
rio do Estado da Guanabara.

ARI — Falecido — 1-5.2.2.1.7.5.1.5

AVANY MARIA ARARIPE DE PAULA FREITAS — 1-5.2.2.1.7.6.1.6,  
casada com CASSIO DE PAULA FIGUEIRA DE FREITAS,  
Major.

.....

AYR MARIA ARARIPE d'OLIVEIRA, Professôra, casada com JOA-  
QUIM DARIO d'OLIVEIRA, Ofic. da Aeron. — 1-5.2.2.1.  
7.6.1.7

.....

**Netos:**

HÉLIO NORAT GUIMARÃES — 1-5.2.2.1.7.6.1.1.1

LIA MARIA NORAT GUIMARÃES — 1-5.2.2.1.7.6.1.1.2

.....

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE NETO — 1-5.2.2.1.7.6.1.2.1

TÁCITO TAVARES ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.6.1.2.2

IVO TAVARES ARARIPE — 1-5.2.2.1.7.6.1.2.3

INÁCIO — 1-5.2.2.1.7.6.1.2.4

IRACEMA — 1-5.2.2.1.7.6.1.3.1

.....

ARI DO NASCIMENTO SILVA — 1-5.2.2.1.7.6.1.4.1

CID DO NASCIMENTO SILVA — 1-5.2.2.1.7.6.1.4.2

.....

IVAN ARARIPE DE PAULA FREITAS — 1-5.2.2.1.7.6.1.6.1

INÊS ARARIPE DE PAULA FREITAS — 1-5.2.2.1.7.6.1.6.2

CLÁUDIA ARARIPE DE PAULA FREITAS — 1-5.2.2.1.6.1.6.3

.....

ÂNGELA MARIA ARARIPE d'OLIVEIRA — 1-5.2.2.1.7.6.1.6.4

FLÁVIO ARARIPE d'OLIVEIRA — 1-5.2.2.1.7.6.1.7.2

DARIO ARARIPE d'OLIVEIRA — 1-5.2.2.1.7.6.1.7.3

.....

ALITTA MARIA FRANÇA ARARIPE, Professôra — 1-5.2.2.1.7.6.1.8

\* \* \*

Os ALENCARES — ardorosos campeões do sentimento nativista  
e da Emancipação Política do Brasil.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE  
(10.º do nome, na família)

ADVERTÊNCIA: — Estas notas nada têm de originalidade. Apro-  
veitaram várias publicações anteriores, tais



como — “Páginas de história e de família”, de JOÃO FRANKLIN DE ALENCAR NOGUEIRA, publicados no Jornal de Comércio por JOÃO NOGUEIRA JAGUARIBE — Artigos das Revistas do Instituto Histórico do Ceará e de Pernambuco — da Revista JANGADA, de RUTH DE ALENCAR, hoje RUTH DE ALENCAR LEÃO — Artigos dos jornais do Crato — Belém e Fortaleza, alguns de JOSÉ DE CARVALHO, etc.

Foram também aproveitados esclarecimentos e anotações dos parentes.

Elas são destinadas exclusivamente aos parentes que conservam o apêgo às tradições da família ALENCAR — e se interessam por seu conhecimento.

A todos dedico o modesto trabalho. A eles peço colaboração para a ampliação, e maiores esclarecimentos e correções.

# TORMENTA E BONANÇA (\*)

## EM CASA DO CORONEL

Encontramo-nos na chapada da Serra do Juá de onde descortinamos maravilhosa paisagem. Uma cúpula safírica com retalhos de nuvens firma-se nos paredões das serras que contornam a baixada, estendendo-se esta muito ao longe com tôda a sua esplendorosa ostentação de recortes, sombras e coloridos.

Dois oitizeiros frondosos e seculares elevam-se ao lado do velho casarão com grandes ninhos pendentes dos seus ramos.

Os caminhos são estreitos e tortuosos, estirando-se em ladeiras íngremes, quase invencíveis e por isto é que sòmente jovens aventureiros, ou caçadores, ousam conhecer o altiplano e entreter-se, durante alguns minutos, em agradável palestra com o Coronel, à fresca sombra daquelas árvores, saboreando uma xícara de café quente ou, para falar na linguagem de João, o leal servidor do Sr. Quinco Maia, dois dedos da gostosa cachaça do "Brejo".

Descendente de antigos proprietários, é o Coronel possuidor de muita terra, gado, bons cercados e imensa lavoura, desfrutando, no município, de avantajado prestígio político.

Tem físico robusto, tez branca e temperamento ardente e impulsivo. Aparenta uns quarenta e cinco anos.

Sua mulher, dona Zefinha, bonita, bondosa, porém de natureza fria e impassível a alegrias e dissabores, vive a maioria dos seus dias na cidade onde é prêsã por extremados sentimentos religiosos e exagerado misticismo. Esta sua atitude é consequência de uma educação desorientada, o que, muitas e muitas vêzes, transforma uma re-

---

(\*) Os fatos desta narração são imaginários. Qualquer semelhança com o real terá sido coincidência, o que não podemos evitar uma vez inspirados em cidades, costumes e coisas da região.

A linguagem é simples, sem preocupações de literatura.

Deixo o fundo da história à perspicácia do observador.

Os acontecimentos, em sua primeira e na sua última parte, centralizam-se na casa do Coronel Quinco Maia e os da segunda em casa de Paulo, personagens que iremos conhecer.

Dedico êste conto ao ilustre amigo Dr. José Alves de Figueiredo Filho, invencível general dos intelectuais cratenses.

Crato (Ce), 15 de maio de 1962.

José Siebra de Oliveira

ligião racional de orações e atos numa de sentimentos e exterioridades, desviando os indivíduos dos seus verdadeiros caminhos.

Todo mal traz um bem, diz o povo. É verdade também, entretanto, que o bem sem disciplina, inoportuno, o bem de uma árvore que não dá frutos, mas somente sombras, de uma água azulada e bonita que não corre e não rega, gera também muitos males. Isto era o que dona Zefinha ignorava. Talvez os fatos se desenrolassem diferentes na chapada se ela tivesse escolhido a clausura de um convento.

A religião, indispensavelmente, deve ser uma presença na igreja para os sacramentos mas, antes de tudo, deve ser amor, deve ser caridade, deve ser oração sincera que se eleva a Deus, em todos os instantes da existência, de cada gesto, de cada olhar, de cada palavra, de cada sorriso, de cada suspiro, de cada gôta de suor, de cada pensamento, de cada desejo, de cada ação. Assim não agindo, estaremos trabalhando contra a nossa marcha para o nosso fim.

À dona Zefinha faltava o amor ao lar, aos seus moradores, à sua propriedade. Igualmente isto se observa com muitas outras mulheres que, por sentimentos religiosos, como dona Zefinha, mas por apêgo criminoso à cidade e à vida social, não convivem com os seus maridos no campo e muito pouco conhecem o pessoal de seus domínios.

O tempo, todavia, não nos permite divagações. Observemos o local.

Estamos diante de uma sala singela. Uma mèsã, poucas cadeiras, um rifle e uma espingarda ao canto, uma sela e arreios pendentes de um armador, uma rêde e um relógio de parede que indica sete horas e quinze minutos. Supomos ter sido êste adquirido por um dos ascendentes do Coronel, em tempos remotos, por uns vinte mil réis, moeda antiga, preço, naquele tempo, de um bom cavalo.

Nesta sala vamos assistir à primeira parte dos acontecimentos desta história.

Estamos no ano de 1954.

Não podemos interferir nos fatos, pisamos um mundo de fantasias.

Presenciemos calados e atenciosos.

Em companhia de mais trinta pessoas Raquel está trabalhando na farinha.

Morena, esbelta, brôto de uma grande família da vizinhança, ainda que portadora de ótimos predicados físicos, intelectuais e morais, conseguiu apenas, por ser pobre, terminar o curso primário, o que fêz com distinção.

Exerce atualmente as funções de professora municipal o que não lhe impede, como mulher cheia de energias, outros trabalhos que julga indispensáveis à conquista de um futuro melhor.

É uma matuta bonita. Onde passa arrasta os olhos de todos os

que a admiram, dos que a desejam, dos meninos que a amam e a respeitam, das mulheres que a invejam.

Não fossem as exigências hipócritas da sociedade capitalista e o artificialismo dos clubes, nenhuma outra, no Nordeste, lhe arrebataria o título de mulher mais bela.

Não fosse o abandono dos poderes públicos aos homens do campo, não fosse a dificuldade de instrução superior para os mesmos, ela hoje fulguraria, como estrêla, nas constelações de nossos intelectuais ou, como doutôra, brilharia, em qualquer uma das nossas profissões liberais.

O seu corpo prende os olhos. Sua inteligência, suas palavras, suas atitudes enlevam os espíritos.

Quantos diamantes ocultos no subsolo do Brasil!...

Quantos valores escondidos na simplicidade, na pobreza dos nossos operários, dos nossos camponeses!...

O abandono do lar por dona Zefinha e as qualidades de Raquel transformaram os hábitos do Coronel Quinco Maia.

Procedente da farinha, sério, com ares de comção, efeito da borrasca que lhe vai no interior, com passos normais, o Coronel entra na sala e atira o chapéu sobre a mēsa, sumindo-se no quarto lateral, onde a nossa observação não o alcança.

Retorna, atinge a porta de saída para o terreiro. Algo lhe incendeia o peito. Está irrequieto. Olha, perscruta e se dirige para a sala de refeições quando percebe que alguém se aproxima. Será Raquel? Volta-se e fica imobilizado na porta do corredor.

É João, o servidor fiel. Seus modos e palavras são sempre ingênuos e temperados de comicidade. Entra com uma manta debaixo do braço e na mão um cabresto. Olha o Coronel com expressão de um misto de admiração e curiosidade. Com os olhos arregalados dirige-se para o canto da sala. Enquanto aninha os objetos, o Coronel Quinco Maia, imóvel até então, avança uns três passos e...

— Deste água aos cavalos?

João gira nos pés com sobressalto.

— Ô xente!... Havera de num tê dado!... Tá nervoso, patrão?

— Vá para o inferno! — Grita o Coronel.

Aturdido por esta explosão, o humilde servidor derrama seus sentimentos numa linguagem simples e sincera.

— Mim desculpe!... O caba véi num aprendeu... num sabe falá... Gente ingnorante é cuma cavalo de estrada... quando despeja é de vez...

Quinco suaviza o fogo interno e, querendo disfarçá-lo, fala calmamente.

— João, dormi pouco esta noite.

Ao Coronel faltam os auxílios, os carinhos, os conselhos, a orientação de uma espôsa desvelada, de uma companheira nas horas de trabalho.

Sua alma está encrostada pelo isolamento.

Quinco Maia, ainda tranqüilo, senta-se na rêde, enfia os dedos no cabelo, balançando-se sôbre os pés metidos em alpargatas.

Tendo ajeitado os arreios, João ousa falar ao patrão.

— Abra esta natureza, seu Coroné! Tá mei temperado hoje...  
Quinco esbraveja.

— Costura esta bôca!

João apanha um rifle e, enquanto o examina, vai falando lentamente como se a língua lhe pesasse uma tonelada.

— Qui tá acontecendo? O inverno foi bom... o açudão esborrando... o gado bonito... o legume todo sadio — cabas pai d'égua no rabo da inxada... a farinha de arromba... e o Coroné qui nem galo triste...

— Amarra esta lingua!

O projétil do patrão, entretanto, jamais atingirá o alvo. João sabe que êle muito o aprecia e o estima, apesar de não lhe dar a justa recompensa dos seus trabalhos.

Olhando de esguelha, senta-se numa cadeira e outro jato espontâneo se desprende do seu coração.

— O qui meus óio vê lá pur dentro se acaba...

— Estás insinuando alguma coisa?

— João levanta-se e se recosta à parede.

— Tô dizendo qui o qui entra pur meus óio num sai mais pur ôto buraco.

Quinco senta-se, abre a gaveta da mesa e inicia um bilhêve apaixonado para Raquel, depois de algum tempo de meditação e cisma.

Enquanto escreve, a alma estoura num grito.

— Para que diabo nasci? sofrer... morrer... Depois zero...

Apesar de sua crença interior, tem que se demonstrar descrente para ser coerente com os seus atos.

Depois da mudança de sua vida, depois do grande capital e recursos acumulados, graças à exploração do braço humilde, não pode retroceder. Terá que agir conforme os impulsos da sua segunda natureza.

Suas palavras, desta maneira, expressam um desajustamento profundo entre a ótima educação recebida dos seus antepassados e do colégio dos maristas, em Fortaleza, no qual estudou e o seu estado atual de vida.

João responde com os princípios de sua filosofia natural.

— Eu nem sei lê... num só rico... porém acho a vida tão boa... Cum feiura e tudo, gosto dela. Tudo é cuma Deus fêz... Uns são feliz num prano mais arto... ôtos são feliz num prano mais baxo...

Quem conhece bem o matuto, sabe que êle quer dizer: "relativamente".

Continua com sua naturalidade.

— Ai do cururu se a sapa num achasse êle bonito!...

O servidor adianta-se, chega até a porta do terreiro e aponta o nascente.

— Qui beleza! Cuma tá tudo azú! Juazeiro se espaiando qui nem cuspe de bêbo...

O Coronel, ainda escrevendo, olha para João e diz, entreabrindo os seus lábios num sorriso-relâmpago:

— É o que afirma, todo dia, o rádio... Juazeiro... a cidade que mais cresce no Ceará...

— Vai passá por riba do Crato, acrescenta João.

— O Crato tem crescido muito também, diz o Coronel.

— Pra baixo!... rebate o servidor. O povo vive dizendo que o prefeito tá afundando a cidade. Buraco por tôda parte. Vem um faz buraco. Vem ôto... in lugá de tapá a buraquêra do premêro, faz mais buraco...

— Éita prefeitins cavadó!... Vamos findá andando por riba das casa ou, cuma Tazão, dipindurado nos cipó.

— É... João, podíamos até dar um título ao Prefeito... Assim como dizemos Napoleão, o Grande... Leonor Teles, a cruel... Cognominariamos: — Prefeito João Calmarias, o... o...

O servidor completa com rapidez.

— O Peba... O Rato...

Protesta o patrão.

— Absolutamente. Ele não o merece.

— Ô xente, o bichim num gosta mermo de buraco?

O Coronel, por alguns instantes, havia esquecido tôdas as suas angústias num ligeiro desvio de pensamentos, quando novamente se fecham as janelas do espírito.

— É... mas vamos saltar fora desta buraquêra.

— Eu sarto... mas depois de saí da buraquêra, seu Quinco, eu pergunto:

— Pruquê num compra um jipe, num faz uma estrada de serra abaxo, num pede a Catepila da Prefeitura qui vive fazendo açude particulá...?...

— Não, João. Gosto muito do meu cavalo. As palavras arrancadas por João, e não desatadas com espontaneidade pelo Coronel, soltam-se entrecortadas. Sinto-me bem galopando na estrada de Crato. Desço a serra olhando o panorama, vejo a meninada feliz se banhando no açude do "Jacuípe". Agradam-me as subidas e descidas das "Montanhas", a areia do "Riacho do Quebra". Converso com os amigos que vão para a feira. Contemplo aquelas morenas brejeiras perto dos canaviais. Venço o areal do "Brejo". Sinto a aproximação do Crato que vai surgindo lentamente entre o palmeiral. É bom, João!

Os ímpetos da cobiça por Raquel novamente se intensificam e o arrastam a fitá-la novamente. Apanha o chapéu e retira-se para a farinhaada.

Agora, João desprende sózinho as suas mágoas.

— É... e eu, qui tanto travaio, nem um jumentim posso tê... Vô atrás num burro lerdo do patrão... sentindo fedô de cachimbo... Passo por uma conhicida e ela diz: — Olá, seu João! Cuma vai?... Já casô?...

— Não, Maria da Conceição. Qué casá comigo?

— Tá bêbo, seu João? Quem gosta de véi é romantismo...

— Tá certo, Maria da Conceição... E tu, nesta idade, pruguê num casa cum sapatêro?

— Pra quê, seu João?

— Num precisava comprá sola véia... Fica-te aí papo de urubu!...

— Vai-te, rabuge do cão, grita, às gargaiada, demonstrando qui, pur traz dos desafôro, mandava também um desejo de casá comigo.

Mundinha, cozinheira do Coronel, com seus trinta e oito anos, a qual nada tem de beleza e sim uma dose de graça e muito desejo de casar, aparece no corredor e, atingindo a sala, se encosta na parede. Seus cabelos são bem tratados e os vestidos dizem ser ela uma môça de bom gôsto.

— Cuma vai, seu João?

— Eu num tô dizendo... tô de má sorte hoje... A primeira cara de muíe qui vejo é êste trem de abacaxi.

Mundinha estira o beijo e mostra, num sorrir desconfiado, um bonito colar de alvos dentes.

— Te baba bichim! Tu num achava uma qui nem eu... Seu João, sabe quando dona Zefinha vem?

Sei lá de dona Zefinha... ela é tão... Aqui parece qui...

Ao dizer estas últimas palavras, João engole a língua e emudece como uma pedra.

Mundinha pende o corpo para o lado da janela observando qualquer coisa no terreiro.

— O qui é qui seu Quinco tem hoje? Quando in vez vai a farinha... vorta... e num se aquéta...

Trazido por ventos mais calmos, o Coronel entra e fala a Mundinha.

Ainda estás aqui? Vai raspar mandioca e é bastante vires para o aimôço.

— Era seu João qui tava perguntando pur dona Zefinha...

Assim se desculpando numa inversão da ordem dos fatos, vai saindo e olha para João doando-lhe um sorriso.

João fecha um ôlho e faz trejeitos no rosto.

Desta vez bastante calmo, Quinco Maia fala sôbre sua espôsa.

— Zefinha é uma bôa mulher. Serena... me<sup>o</sup> trata bem... gosta muito de mim e eu dela... Tem esta desgraça, entretanto, de só viver no Crato. Primeira sexta... primeiro sábadô... dia treze... E se fôsse só isto muito bem, mas quando vai é difícil voltar logo.

Não se lembra que tem uma casa e um marido. As duas filhinhas que tivemos, morreram. Nesta altura e principalmente agora... prefiro que ela fique por lá mesmo.

Ainda conservo bem viva a lembrança de quando amava Lídia, a irmã mais velha de Raquel, bonita como Raquel. Amava-a ardentemente quando Zefinha, por uma paixão repentina e veemente, arrebatou-me daquele amor que, para mim até então, era indestrutível.

É por isto que, hoje, quando vejo Raquel, sinto aquêles passado despertar, se avolumar em minha mente martirizando-me horripelantemente.

— Neste espelho que é Raquel visito as minhas horas felizes de outrora.

João, até então, surpreendido com aquela narração, calado e atencioso, resolve dar o seu parecer.

— É..., meu Coroné, mas tenha cuidado!... Dona Zefinha tá viva na cidade e dona Lídia hoje é freira. Tudo liquidado...

João vai se retirando.

Não havia vencido ainda metade do terreiro ouve o grito do patrão.

— João! João!

O servidor apressado e solícito, de um pulo alcança a sala.

— Pronto, patrão!

— Você acredita na sinceridade das mulheres?

João, que é ignorante mas não irracional, enxerga a finalidade da pergunta.

— Qui diabo é isto, seu Quinco?

— Você crê que existe alguma mulher séria no mundo? Que não dê uma quedinha aqui ou ali, mais cedo ou mais tarde?... havendo oportunidade?

Uma das qualidades do servidor é ser matreiro e disfarça o seu pensamento com estas palavras.

— Premeramente aquerdito na sinceridade de minha mãe... na sinceridade de dona Zefinha... na sinceridade de... muita gente... Há ainda muita muié séra no mundo. Agora tem alguma qui o diabo se escanCHA nela... Mas... cumigo uma muié só cai se fô de ladêra abaxo... Eu vô indo...

O Coronel esmurra a mesa... O incêndio intensificou-se, esgotando a sua paciência. As chamas abrasam-lhe todo o corpo.

— Ô João!

Entra novamente o servidor.

— Diga, patrão!...

— Trata bem a bezerrinha da vaca preta... se ela morrer tu me pagarás e bem caro. Entendeste?

— Tá tão formosa... vai ficá uma vaca de apoixoná tôro...

— Vou reservá-la para um afilhado que vem por aí.



— De trem, meu patrão?

— Nada... diz Quinco Maia. Paulo e Raquel muito me consideram. Estão casados, há três meses. Vai chegar um moradorzinho. Na certa serei o padrinho. Preciso, desde já, querer bem ao afilhado.

— Tá muito bom... diz o servidor. Mas... às veze o mundo inrola e desinrola...

— A que te referes?

— Tenho medo da sorte dela. Diz pensativo o servidor João.

— De quem? fala! Grita Quinco Maia.

— Da bezerra, patrão.

— O Coronel readquire a calma, não resistindo, todavia, à impetuosidade da paixão.

— João, diz a Raquel que venha cá. Afinal de contas é minha moradora.

— Seu Quinco, Mundinha tá desocupada... João, na defensiva, tenta golpear o Coronel, evitando uma desventura para os recém-casados. Todavia, vê frustrada a sua tentativa.

— Não armito palpite! Chame a professorinha. E tranque esta boca para não entrar bezoirinhos de rifle.

Senta-se na rêde... estuda... calcula... planeja o assalto enquanto, dentro do peito, um coração bate 120 por minuto.

Raquel entra calma com uma toalha na mão. Os sinais de maternidade já se evidenciam em seu organismo, tornando-a mais bela.

— Mandou me chamar?

— Sim. Teus cafés ão saborosos. Além disto, uma professôra não deve estar raspando mandioca, ainda bem que é porque mesmo quer. Precisas de repouso. Vou te dispensar melhores cuidados. Trabalharás menos. Sempre procurei tratar bem tanto o Paulo como tua pessoa.

Levanta-se e se aproxima de Raquel. O sangue abrasa-lhe o rosto.

— Muito obrigada, seu Quinco.

— Sabes que gosto muito de Paulo, Júlio e Dolores. São de boa origem. Fizeram o curso primário quando estiveram na cidade em casa de um irmão meu. Depois da morte dos seus pais, aqui nesta terra, é que os três viram-se também obrigados a trabalhar para mim. Júlio conseguiu depois emprêgo na cidade. Estudou na Escola de Comércio. Submeteu-se a concurso e hoje é funcionário do Banco do Brasil. Paulo resolveu ficar comigo. Tem uma bôa criação, suas vaquinhas, seu bom cavalo. Está prosperando. Nem parece ter nascido de um casal paupérrimo. Seus pais, outrora abastados, venderam tudo em Pernambuco e, atraídos pela "Meca do Cariri", Juazeiro do Norte, vieram para o Ceará, onde empobreceram. Viram-se na necessidade de alugar o seu trabalho e o destino os

guiou até esta nossa propriedade. Tu deves saber de tudo. Certamente Paulo já te narrou a sua vida.

Raquel, sempre serena e meiga, afirma:

— É... realmente já tudo é do meu conhecimento.

O Coronel, aproximando-se mais de Raquel, continua:

— Dolores vive na cidade em companhia de Júlio. Paulo vai bem... e... além do mais... casou com uma mulher bonita...

Raquel vai saindo.

— Vou fazer o café. Elogios não me fazem bem.

Enquanto afasta-se da sala o Coronel bate-lhe no ombro. Ela vira-se recuando assustada.

— Raquel, ando sem poder dormir. Não tenho apetite. Estou preocupado.

Novamente ela tenta uma fuga.

— Vá ao médico, seu Quinco!

Quinco agarra-a pelo braço.

— Uma professora bonita não deve trabalhar tanto. Em teus olhos descobri toda a minha felicidade do passado. A minha doença é... paixão por ti.

Tenta correr para o terreiro mas é impedida pelo Coronel que toma-lhe a frente.

— É impossível! Deixe-me!

— Metade de minha terra será tua!

O Coronel treme de emoção e segura-a pelos dois braços.

— Eu grito! Paulo! Paulo!

— Ele não ouvirá. Amo-te! — Abraça-a como alucinado.

— Nunca!... Solte-me!... Jamais serei falsa ao Paulo!...

Quinco tapa-lhe a boca e escuta se alguém se aproxima.

Raquel assemelha-se à uma geladeira que começa a se desfazer ao calor dos raios solares e as suas lágrimas correm abundantes. Em dolentes soluços implora misericórdia.

— Solte-me pelo amor de Deus!

Atirando-a sobre a cadeira, o Coronel solta-a, ameaçando-a.

— Ainda te domarei gata do mato! Se contares ao Paulo... se falares e alguém... matarei teu marido.

— Desconheces que tenho aqui dois pistoleiros dos políticos sob minhas ordens? É bastante um sinal e Paulo desaparecerá no escuro da noite. Não conheces o cacimbão da "Mata dos Cedros"? Depois de cair nele nem mau cheiro sai mais de lá. Todo mundo então dirá que o Paulo fugiu de ti... que foi embora para o Sul. Ignoras que Sancho e Zé Viana são inimigos de Paulo? Que, em face do melhor tratamento que lhe dou, eles têm ciumes? E isto tudo por tua causa. Se ele for encontrado morto ninguém irá suspeitar de mim.

Anda! Vai fazer o café!

Raquel, de olhos molhados, cabelos desgrenhados, vestido en-

treaberto, entra soluçando, esquecendo a toalha que deixara cair no momento de sua comoção.

O Coronel Quinco apanha o chapéu e sai para a farinhada a fim de silenciar um pouco as explosões da sua natureza.

Paulo, entrando na sala, vê a toalha de Raquel e uma convulsão atordoante domina-lhe todo o ser. Não é possível!... Apanha a toalha e fita-a imóvel e pensativo. Gesticula com a cabeça.

Na gaveta aberta vê um papel em que lê: — Raquel, Uma grande paixão me devora o íntimo.

Paulo não suportará a continuação da leitura. Rasga o papel em mil pedaços, atirando-os pela janela, os quais esvoaçam e são levados pelo vento como fragmentos de um passado feliz.

É muito forte, entretanto, e saberá aguardar os acontecimentos. Consegue absoluto controle dos seus sentimentos que da alma se precipitam em catadupas.

Raquel aparece na porta do corredor. Paulo ainda se encontra imóvel na sala.

— Que tens, Paulo? Estás triste?

— Não, vim trazer tua magnésia... ainda não tomaste hoje. Mas... que é isto? Choraste?

Nada. Estou preocupada por nosso futuro. Vamos embora daqui. Conseguirei a transferência da minha cadeira e tu trabalharás na cidade.

Paulo demonstra calma e as suas perturbações internas afloram nos lábios transformadas em sorriso.

— Não desejo fazer como os meus pais. Venderam tudo... e depois miséria...

A única coisa que ganhei foi a ventura de te conhecer... de te amar... de casar contigo. Aqui estou para trabalhar para ti. Temos nossa casinha, nosso roçado, nossa criação. Seu Quinco nos tem muita consideração. Podemos até convidá-lo para apadrinhar nosso filho.

Ao dizer estas palavras fita o rosto de Raquel, perscrutando o efeito das mesmas. Não demonstra, entretanto, dúvida da esposa.

— Nunca! diz em volta alta Raquel.

— Bem... é cedo para falarmos nisto. Vai fazer o café. Preciso trabalhar.

Paulo fica olhando para a toalha enquanto Raquel se afasta no corredor.

— Aqui a tua toalha!

Raquel vira-se e, sem dizer uma palavra, recebe-a.

Paulo, de pé, observa a esposa desaparecer na porta da cozinha. Depois volta-se pensativo e vai saindo, quando choca-se com o Coronel Quinco.

— Alguma novidade? Pensava que a tua mulher havia fugido?

— Não. Vim trazer o remédio de Raquel. Conheço bem minha esposa.

— Antes assim. Não percebeu o Coronel que um furacão bramia no espírito de Paulo.

Saindo, Paulo volta apenas o rosto... fita o Coronel e retira-se. Sua alma vai pranteando mergulhada num passado de felicidades, sentindo agora a fortaleza do seu amor vulnerada pelos dardos envenenados da descrença e atingida pelos germes da desconfiança.

O Coronel estuda novos planos de ataque.

Deixando o chapéu na mesa encaminha-se para a cozinha onde Raquel se encontra indefesa.

Lá dentro ouvimos os seus gritos.

— Solte-me! Largue-me!

Seus S.O.S. nos apiedam e nos fazem tremer pelo pesado futuro que irá descer sobre ela: A linha divisória, entretanto, entre o real e o abstrato nos impede de salvá-la das garras do Sr. Quinco Maia:

Vem alguém galopando. Desce do cavalo.

— Alô meu tio!

O Coronel Quinco larga a pobre prêsa que se debatia entre os seus fortes braços.

— Olá, Waldir! Que ventos o tangeram para cá?

Abraçam-se.

— Como vai o inteligente advogado? Sempre defendendo as causas justas, mesmo ganhando pouco?

— Sempre desejei fazê-lo e esforço-me para não me afastar da linha traçada pela a minha consciência de cristão.

Esta declaração de Waldir desarmou o tio de qualquer crítica ao seu modo de vida.

— Quer um golezinho?

— Não, prefiro café.

— A Raquel está fazendo.

— Ah! A Raquel... conheço-a desde menina. É ótima e bela criatura.

Vem Raquel trazendo café numa bandeja.

— Waldir! Como tem passado?

— Eu? Muito bem. E você? E o Paulo?

Enquanto apresenta a bandeja, olhando para Waldir, esforça-se para silenciar a revolta contra o Coronel e somente o consegue por temor de vir o Quinco Maia executar as tristes ameaças que lhe foram feitas. Não é a sua alma que fala. São os seus lábios que mentem.

— Paulo vai muito bem. Sinto-me muito feliz ao seu lado e nada nos sobressalta.

Quinco não aceita o café, enquanto Waldir o sorve alegremente.

Depois de guardadas as xícaras, Raquel retira-se para a farinha onde ignoramos com que olhares e palavras o Paulo a recebeu.

Não sabemos se os pedidos de socorro feitos por Raquel foram ouvidos por Waldir. O inteligente advogado conhece, entretanto, muito bem o seu tio. Por outro lado não pode suspeitar da honestidade da esposa de Paulo. É bastante recatado e guardará consigo qualquer dúvida, acompanhando apenas a marcha dos acontecimentos.

O Coronel permanece em completa mudez na dor profunda de terem sido frustrados os seus planos.

Waldir vai à porta do terreiro e sua vista rodopia em todos os recantos da magnífica campânula que encerra esta natureza fascinante.

— Que belo panorama! Vou vislumbrá-lo melhor amanhã da “Pedra do Espia”.

Com mais alguns meses, meu caro tio estará vendo, à noite, a luz de Paulo Afonso fervendo em Crato, Juazeiro e Barbalha num espetáculo deslumbrante.

Vamos ao nosso assunto. Senta-se.

Não tenho política e detesto os políticos. Sou galho de uma geração nova que deseja uma reforma de base para as coisas. Esta reforma virá mais cedo ou mais tarde e será para melhor ou pior, dependendo isto da maneira como agir o nosso povo.

A turma do seu partido andou, ontem, lá em casa e deseja saber da sua posição nas próximas eleições.

Quinco atualmente só tem uma idéia fixa e assim expressa a sua recusa.

— Agora não penso em política.

— Era bom que não pensasse nunca. Acrescenta Waldir. As coisas estão mudando de rumo. No futuro político irá sofrer muito. Todo mundo está decepcionado. Ninguém suporta mais o custo de vida, a miséria, o desprezo por parte das autoridades. Teme-se qualquer dia destes o sol surgir negro para todos. Aguarda-se uma revolução.

— Você está muito pessimista, meu caro sobrinho, diz o Coronel com um ligeiro sorriso.

— Tudo indica que o comunismo findará dominando se as coisas continuarem desta maneira. Os políticos e capitalistas que dirigem o barco estão vendo o tufão que se avizinha. Conduzem-no para o lado dos arrecifes onde a morte é fatal.

— Rapaz, o povo do campo não quer saber de comunismo.

— Engana-se, meu tio. Todo mundo já conhece um pouco dos seus direitos. Não se dá assistência ao pobre trabalhador. Ele sente o abandono por parte de todos. Vê que está sendo vilipendiado, que não recebe um salário justo. A revolução virá. Não é necessário

que os comunistas trabalhem por ela. Os patrões desalmados e os políticos é que estão fazendo muito bem. O Senhor sabe como é a ladroagem... como são os interesses pessoais... eles só se lembram de si e da família. Isto está acontecendo em todo o Brasil. O Crato, por exemplo, está cheio de carros oficiais metidos unicamente em funções particulares. Não há fiscalização. Muitos parentes ou amigos de prefeito, vice-governador, governador, deputados, outrora simples pedestres da cidade ou aperreados inquilinos, hoje têm casas, jipes, carros, etc... etc... e tudo à custa do dinheiro do povo. Meu caro tio, o monte de lixo está grande e a pólvora se encontra debaixo. Falta apenas uma centelha para o grande incêndio que ninguém poderá dominar. Ninguém deterá a turba revoltada. Até os patrões católicos estão esquecidos ou, melhor, nunca se lembraram da lei do amor, a única que poderá salvar as nações.

Para que se evite a revolução são precisas medidas urgentes e acateladoras, providências que salvem o pobre trabalhador, arrancando-o da miséria. O Senhor, por exemplo, deve recompensar melhor o trabalho dos seus moradores. Veja que a sua propriedade tem progredido muito e é a eles que deve dar graças, pois o seu dinheiro sozinho nada produziria.

O meu caro tio vai prosperando e eles se arrastam na lama. Digo isto porque muito o estimo e tenho plena confiança na sua amizade.

— Waldir, você está cheirando a comunista.

— Não sou comunista. É, porém, impossível negar a evidência dos fatos.

O comunismo é utopia. Nada resolverá. Jamais realizará o que promete. O povo, porém, ignorante, faminto, sofrendo perseguições e injustiças, abraçará qualquer revolução, não encontrando mais solução nesta democracia podre.

Não adianta se mudar constituição, Presidentes, Governadores, Prefeitos, se a dignidade dos cidadãos, o bem da coletividade continuam sendo retalhados em todos os setores da vida política e administrativa. O que precisamos fazer é salvar a democracia, limpá-la dos ladrões e desonestos, intervir no desenvolvimento dos capitais e das propriedades, estudar e resolver com desvelo os problemas do povo.

Não... não sou comunista. Se o meu caro tio considera comunista defender o pobre, censurar o desalmado, reclamar os direitos das massas operárias, exigir dos patrões melhores salários, participação nos lucros, combater a criminoso atitude dos nossos homens públicos e dos capitalistas exploradores, então, dentro desta concepção, realmente sou comunista e o são todos aqueles que assim pensam e agem.

— Sim senhor! Que transformação! Este povo, meu caro, quanto mais ignorante melhor.

— Engana-se, meu tio. Diga-me aqui confidencialmente. Que tem feito o nosso Prefeito pelo povo?

— Muito buraco, seu Waldir! Esta verdade é proclamada por João que vai entrando na sala.

— Olá, seu João! Como vai esta impoluta figura?

— Não cuma o senhô, mas vô indo. Abraça, como velho conhecido, o advogado.

— Um tiro na farinhada... Todos ficam de pé e fitam-se emudecidos.

Mundinha entra esbaforida. Seu Quinco! Seu Paulo matou seu João Pereira.

— Mas como? pergunta Waldir.

— Tava todo mundo trabaiando. Seu Paulo, Zé Viana e seu João Pereira enchendo os sacos... ouvimo o tiro... Quando ôiei, seu João Pereira tava morrendo. Num falô mais. Depois Zé Viana encontrô a arma dentro do saco de seu Paulo.

Waldir sai correndo para a farinhada.

O Coronel sente dentro do peito clara madrugada que indica para êle um dia mais ensolarado e mais feliz.

Deve ter sido mesmo o Paulo.

— Mas Coroné, seu Paulo nunca fêz mal a ninguém. Qui culpa tem de serem despeitado com êle? Zé Viana inda segunda-feira brigô com João Pereira na estrada de Crato. Com estas palavras o humilde servidor do Coronel assume atitude de um nobre advogado que preza a justiça e a caridade.

Todos haviam se retirado da sala.

O Coronel, agora sôzinho, desabafa os gases comprimidos na cal-deira do seu peito amargurado.

A rapôsa vai finalmente alcançar as uvas. Poderei realizar os meus planos.

Raquel avança angustiada como o pássaro que busca refúgio de um furacão.

— Seu Quinco! Não foi o Pau! Salve-o!

— Então serás minha?

A mudança se observa brusca nas atitudes de Raquel. Foi como se fôsse derramada uma lata d'água numa grande fogueira. Ela repentina explodiu, volatizou-se para depois cair em gôtas de orvalho sôbre espinhos.

— Desalmado! Até com isto queres comprar a honra de uma mulher? Amo o Paulo! Prefiro vê-lo morto a traí-lo.

Depois de um tão grande estouro de ira, Raquel senta-se e desfaz a sua agonia em lágrimas, confrontando a sua dor presente, o seu futuro incerto com o seu passado feliz, sentindo-se esmigalhada pelos mais negros temores.

Quinco anda na sala de um lado para outro como general que traça novos planos de ataque.

— Tu mesma escolherás. Preferes vê-lo prêso... Sòmente eu poderei conseguir a sua liberdade; mas para isto só existe um preço.

Ainda serás minha com êle vivo ou morto!...

Paulo, entrando, abraça-se com Raquel.

— Não fui eu, seu Quinco! Bem sei que o Senhor não acreditará e nem permitirá a minha prisão.

Paulo não esperava tão rápida surpresa.

— Foste tu mesmo! Grita exaltado o Coronel. Mataste um dos meus melhores moradores! E não tentes fugir! O Sancho e o Zé Viana te conduzirão agora mesmo para o Crato e te entregarão à polícia.

Paulo mergulha a sua alma nos olhos de Raquel enquanto sente uma mão de ferro apertando-os num abraço de dois corações para quem surge uma nuvem de dúvidas e negros pressentimentos.

Foi como se, numa clara noite de lua cheia, o meigo astro se pulverizasse e em cinzas caísse envolvendo a terra de um manto tenebroso.

Ainda com a espòsa entre os braços volta-se para o Coronel.

— É monstruoso! A minha esperança estava no Senhor. Agora compreendo tudo. O Senhor vinha me favorecendo demais o que não fazia com nenhum dos outros seus moradores, pobres vítimas da sua ganância e da sua exploração.

Fique certo, Coronel, de que não fugirei. Serei levado para o Crato pelo assassino de João Pereira. Vi quando Zé Viana atirou. Mas Deus provará a minha inocência.

Um dia voltarei e arrancarei as unhas do gavião!

• • •

## NA CASA DE PAULO

Um ano é decorrido dos fatos que assistimos em casa do Coronel Quinco.

Agora, a meia encosta, de onde avistamos apenas o telhado do velho casarão, a cêrca de oitocentos metros, estamos diante de uma casa de taipa e telhas encravada num pequeno plano.

Êste empolgante cenário tem por fundo um lindo bosque de paus-d'arco floridos.

Na sala há um banco, umas cadeiras e, na parede, uma imagem do Coração de Jesus e um calendário. Vemos, tambem pendente de um prego, em pequenas dimensões, um quadro da Virgem.

Chegou alguém. É João que fala de fora da casa.

— Ô de casa! Ninguém responde. Escuta. Entra. Qui sumiço levavo?

Dona Raquel! Dona Dolores! Tudo silêncio... Corre as folhinhas do calendário... olha para o quarto... Num tão longe. O



barrigudo tá ali dormindo... Ajeita o bernal pendente do ombro e o chapéu e senta-se segurando a espingarda entre as pernas.

Sebastião, morador do Coronel Quinco, amigo leal de João, fala do terreiro.

— Vamo, João Flô! Tá ficando tarde! As caça vão tudo imhora!

João faz-se dono da casa.

— Demore um pouquinho! Preciso falá cum dona Raquel. Venha se sentá. A casa num é minha mas pode entrá.

Sebastião que conduz também uma espingarda, depois de acomodado na cadeira, tira o chapéu pondo-o sôbre os joelhos.

— Tenho pena de dona Raquel! Num posso acreditá que seu Paulo matô João Pereira. E o pió é o zum... zum... do povo, falando de dona Raqué.

João exalta-se.

— É mentira! Só eu compreendo essa ingrizia. Seu Quinco num vai findá muito bom. Os moradô tudo se desgostando... Muita gente tá dizendo qui vai imhora daqui... Ele paga pôco. Já vi inté dizê:

— Tomara qui o comunismo já chegue! O povo num tá mais bêsta não.

É o patrão crescendo e nós diminuindo...

Sebastião levanta-se.

— É assim mermo. Só deixando de trabaíá também. Praqui se trabaíá demais? Jumento trabaia qui só burro mermo... e eu num ví nem um cum casco de ouro...

João rebenta em gostosa gargalhada, trovão precedido de refulgente relâmpago na sua alma limpa de preocupações.

— Ora... ora jumento num bota nem dentadura... vai botá casco de ouro... Quantas vêzes a carga no lombo, coitado, e uma dô de dente dana... geme... para... e chicote comendo...

Assim também é o pobe... pode gritá... berrá... o patrão num intende a sua fala... num sente a dô... Vai inricando e o bêsta morrendo...

— João Flô, vô indo. Lá tô lhe esperando.

— João continua sentado pensativo.

— Esse crime... quem é qui num sabe... esta proteção de Seu Quinco sômente a seu Paulo... e os ôto moradô na miséra...

Raquel entra com um pente no cabelo e uma cuia na mão.

— Bom dia, seu João!

— Já tô sentado, dona Raquel. Deixô o biscoitinho sòzinho?

— Fui tomá um banho de cuia. Até a hora do almôço êle dorme como um anjo.

Some-se no interior da casa enquanto João fala alto.

— Fui onte ao Crato.

— Viu o Paulo? Depois de ter feito esta pergunta lá de dentro, Raquel sai catando arroz e senta-se ao lado do servidô do Coronel.

— Vi seu marido, dona Raquel, muito triste. Cada vez mais calado.

Quando trisquei no nome de seu Quinco, êle ficô vremêi qui nem girimum arara. Preguntô se a Senhora tinha recebido uns presente do Coroné.

Raquel estremece...

— Meu Deus! Quem lhe falou? E Você o que disse?

— Num havia de negar, dona Raquel!

Raquel levanta-se emocionada e se dirige para a cozinha. São misteriosas as razões que o levaram a aceitar os presentes enviados de Recife pelo Coronel Quinco Maia.

Dolores, entrando, estende a mão para o servidor que corresponde à saudação.

— Como tem passado, seu João?

— Não assim como a Senhora, mas vô furando a vida, feito rebôlo de derrubá juá. A Senhora cada vez mais atrativa. Aquêlê rapaz da Maiada, domingo, na Ponta da Serra, num despregava os óio de dona Dolores...

E o Senhor, seu João, porque não arranja uma costelinha?

Eu? Santos Deus! Prefiro andá de sela e rabicho... passá a noite cuns dente pipocando... Uma novinha num mim qué... Eu também num vô casá com uma véia cum dô de barriga.

— Chegô ainda agora. Fazia tempo qui num pisava aqui. Derna qui seu Paulo foi prêso o véi se amofinô. Passô uma sumana sem sai de casa. só fazia resmungá... Depois deu-le uma dô dum lado... Foi pu Crato. Os médico num dero geito. Foi pa Recife. Lá abriro o home e tornaro a fechá... Num sei qui diabo tinha dentro. Passô mais de sete mêsê na Capitá. Ficô bom. Chegô a sumana passada. Levei o cavalo mas êle disse que só vinha adepois do juri de seu Paulo. Dei-xei lá o animá e vim mimbora.

Dizendo estas palavras, João se despede e vai a procura do seu amigo Sebastião.

Dirigindo-se para o interior da casa, Dolores ouve alguém que grita na sala: —

— Alô gente! Ê o Júlio que, a esta altura, está tirando as esporas com um pé sôbre a cadeira.

Raquel e Dolores abraçam-se com Júlio numa explosão de alegria.

— Vieste passar o domingo por aqui?

Dependurando o chicote no armador e aspirando a fragrância dos campos, êle resume a sua história.

— Peguei um jipe esta noite... dormi no Quebra, em casa de Joaquim Morais... subi hoje neste bom cavalo. E aqui estou. Amanhã é feriado no Banco...

Raquel não demonstra o temor que lhe dilacera a alma. Ela sabe que quem foi tragado pela enchente o melhor é descer na correnteza até que ela se espalhe em alguma planície, amortecendo a fúria das águas.

— Falaste com o Paulo?

— Falei antes do júri. Não tocou no seu nome e nem no do Coronel. Estava imóvel e calado como uma coluna. Disse-me apenas que eu vendesse as vacas, a criação e os legumes.

— Como manda o Paulo vender tudo se êle gosta tanto daqui?

Dolores não tem a necessária experiência para deduzir dos fatos aquilo que está ferindo mais o coração de Paulo.

— Meu Deus! Que está pensando o Paulo? É Raquel quem fala. Não posso compreender como, em céu tão límpido, possa ter surgido tamanha tempestade. Júlio! Não suporto mais. Raquel pronuncia estas palavras como se estivesse sendo atirada contra as rochas pela tempestade.

— Acalme-se Raquel. Tudo dará certo. Disse-me êle ontem que abraçasse muito o Robertinho e, como padrinho que sou, o abençoasse por êle. Vi que seus olhos se encheram de lágrimas.

Raquel, metendo os dedos nos cabelos, grita como enlouquecida:

— Oh! meu Deus! Serenai esta tormenta!

— Você não quiz ir ao Júri? Pergunta Júlio.

— Não devia ir. Era fazer o Paulo sofrer mais.

— O Coronel estava lá. Diz o Júlio. Sua expressão era de um zebu selvagem. Eram cinco no banco dos réus. Paulo seria o quinto a ser julgado. Talvez tenha terminado às nove ou dez da noite. Resolvi não esperar. Lembrei-me que poderia êle estar tramando alguma coisa para o caso de ser livre. Adiantei-me e vim aguardar os acontecimentos aqui. Temo que êle se precipite.

Não queiram saber como senti o meu sangue em brasa quando vi o Paulo sentado entre aqueles criminosos.

Uma coisa que tem me deixado extasiado e para a qual não encontro explicação é a atitude que o Waldir tomou pela causa do Paulo, defendendo-o desde o início. Ofereceu-se para trabalhar no processo sem nenhuma remuneração, fato que causou uma tremenda indignação do Coronel.

O Waldir sempre foi um rapaz de ótimo procedimento, mas se erguer no combate contra o próprio tio que êle tanto preza... é realmente para mim um profundo mistério.

— Com os predicados de Waldir não há muitos na sua classe. Desta vez é Dolores quem fala.

Bem... mas vão cuidar do almoço. Vou visitar uns velhos amigos.

Declarando ir dar uma olhadela na roupa lavada, Raquel retira-se também, desaparecendo no caminho que leva ao pequeno poço enquanto Dolores senta-se e lê o Guarani.

— Dona Dolores, vim pedir uma coisa a dona Raquel. Seu Quinco chegou e num tem pimenta lá in casa. Êle gosta muito.

— Como está êle? Pergunta Dolores.

— Vêi mais carrancudo ainda. Num para... anda... vorta... resmunga...

— Ouvi êle dizê: — Jurados vagabundo! Desta vez eu mermo resorvo!

Só pode é piorá cada vez mais. Fala Dolores. Dona Zefinha, quando êle estava em Recife, morreu. O pobre viuvo, sem filhos, sózinho. Deve se sentir muito angustiado.

Mundinha vai lá dentro e depois retira-se com estas expressões.

— Até mais, Dona Dolores. Se vê seu João pergunte se êle vai pra renovação no Quebra. Vai sê bonzão. Vai tê aluá... bôlo de puba... arrasta-pé. Vamo, dona Dolores? Depois nós acertamo.

— Já sabes de uma coisa, Raquel? Seu Quinco chegou. Disse Dolores à cunhada, quando esta voltava do poço.

Estas palavras caíram na alma de Raquel como pedras desprendidas das alturas.

— Que é isto, Raquel? Que estás sentindo?

— Nada, uma tonteira.

— Raquel, vou ali à casa do sr. Sebastião.

— Pelo amor de Deus, não saia!

— Estás nervosa? Aqui não aparece ladrão e muito menos alma...

— Quem sabe?... Júlio pode custar e eu não estou me sentindo bem.

Raquel pressentia a aproximação do furacão que se avolumava dia a dia.

— Voltarei já, prometo. Desejo apenas saber se as meninas vão para o Quebra.

A espôsa de Paulo fita Doolres até ela entrar na casa do seu vizinho mais próximo.

Sumindo-se a sua cunhada na porta da casa do sr. Sebastião, volta-se Raquel e encaminha-se para a cozinha a fim de cuidar dos seus trabalhos domésticos.

Depois de atravessar a sala de refeições, encontra-se com alguém que lhe impede a passagem.

Como segue cabisbaixa não ousa levantar a vista. Será o Paulo? Será o Coronel? Não quis olhar nem os pés nem a roupa. Fechou os olhos.

— Raquel! Fala o Coronel Quinco.

Arregala os olhos assustada.

— Meu Deus! O Senhor entrando pela cozinha?

— Nesta terra mando eu.

— Não é possível Ainda acha pouco o que fêz? Não basta o que Paulo e eu temos sofrido? O Senhor é muito cruel!

— Tudo o que se faz por amor é perdoado!

O Coronel sustenta Raquel por um braço mas ela consegue arrancá-lo.

— Por amor de Deus, me deixe! Não estrague a nossa vida!

— Teu marido está livre! Infelizmente os jurados de Crato não se deixam influenciar pela política.

Uma súbita alegria invade o espírito de Raquel e um sorriso desprende-se dos seus lábios.

Paulo, naquela hora, se visse a sua esposa e observasse aquela expressão de contentamento, a tomaria como evidente culpabilidade.

Paulo livre?... Foi como se, depois de uma noite tenebrosa, recebesse um banho de luz da madrugada. Mas o crepúsculo veio célere. A claridade durou pouco.

— É... mas não escapará de mim... Vou matá-lo. E então... serás minha. Era melhor que êle continuasse vivo e prêso.

Raquel tenta fugir e o Coronel aperta-a entre os braços.

— Júlio! Dolores! Berra a ovelha prisioneira.

— Vamos embora! Vamos esperar o Paulo lá em casa. — Puxa-a.  
— Antes porém vou dar-te um...

Raquel resiste heróicamente como uma leoa indomável.

— Não!... Não!...

Uma mão forte agarra o Coronel pelo ombro... Solta a prêsa e vira-se quando alguém enterra-lhe um grande sôco no estômago.

O mundo pulverizou-se no cérebro do Coronel e êle despeja-se numa cadeira, caindo depois ao solo.

Paulo saca de uma faca e ergue o braço para cravá-la no peito do monstro.

— Não o mates! É Raquel quem o pede.

— Ah! Então queres ficar com êle? Não terás êste prazer. Voltarei para a cadeia, mas desta vez com muita razão.

De olhos esbugalhados avança para cima do Coronel que ainda se contorce.

— Júlio? Salva-me! A voz de Raquel é levada pelo vento para as quebradas da serra...

O braço de Paulo vai descer como um raio caído do céu. Sentese, entretanto, seguro por um punho que o sustém.

— Não faça isto! Achaste pouco os carinhos da polícia? Preferes as doçuras da cadeia aos carinhos da tua mulher? Era Júlio que havia entrado ligeiro e sutil.

— Solta-me! Deixa-me liquidá-lo! Nada mais me interessa na vida.

O Coronel vai se erguendo e abrindo a bôca para falar. Paulo, ainda agarrado por Júlio, atinge-o novamente com o pé. O segundo baque do gigante se faz ouvir derramando-se no chão.

— Olha o teu filhinho ali deitado: Pensa no futuro dêle. Que culpa tem para sofrer por tua causa?

A -estas palavras de Júlio, Paulo baixa a cabeça... pensa... solta a faca... e, como louco, corre para o quarto em pranto.

— Meu filho!... Meu filho...!

O Coronel consegue se equilibrar.

— Retirem-se da minha terra. Não quero vê-los mais aqui. Você também, seu imbecil! Diz isto olhando para Júlio e sai cambaleando, enquanto ajeita as suas roupas.

Depois de tudo serenado, Raquel e Júlio, abraçados como bons cunhados, sentem a brisa da manhã atear-lhes na alma, se bem que entre as volutas do fumo da incerteza, a chama da alegria e de novas esperanças.

— Vamos conversar com o Paulo. Urge salvar a nossa situação. Palavras esperanças de Raquel.

— Calma! É inutil!... Não atenderá agora. Está abraçado com o filho.

\*\*\*

## NO VELHO CASARÃO

Decorreram sete anos dos fatos desenrolados na casa de Paulo.

Retornando à chapada da serra surpreende-nos agora o contraste entre os quadros anteriores e os que observamos.

A natureza mudou. O céu está fumacento e a terra ressequida. Apenas as árvores que resistem às intempéries apresentam suas copas verdes e frondosas.

Na sala do Coronel Quinco Maia vemos os mesmos objetos com exceção da rêde que, antes listrada de azul e encarnado, agora é totalmente branca.

João está sentado no chão, com tôda sua simplicidade, concertando uma brida.

Mundinha aparece de mansinho e acomoda-se numa das cadeiras.

— Onde anda seu Quinco?

— Sei lá... rodando por aí qui nem jegue aposentado... Diz o servidor. Derna qui seu Paulo foi imhora para o Sú com dona Raquel, o véi cada dia mais amalucado.

— Seu João, qui mistera é êste? Num tem quem cumprienda.

— Misteros doloroso, cuma diz dona Luzia tiradêra do terço na Capela da "Mata"... premêro mistero, agonia... fruto arripindimento. É um caso... o gado morrendo... os moradô saindo... Só eu é qui vô ficando pur aqui, qui nem raiz de macaúba.

— E eu também. Acrescenta Mundinha.

João olha fazendo trejeitos...

— Danado é qui, numa sacona desta, o véi deu pra bebê e jogá in Crato...

Mundinha, vomitando o seu afeto imbutido no coração, contém o ímpeto do mesmo e, de modo indireto, o externa.

— Pruquê seu João num casa?

— Lá vem... tá ficando doida?

— Pois eu inda num casei prquê num achei cum quem.

— Tá na cara... é a resposta do servidor afastando o perigo da armadilha.

Mundinha contorna a pobre vítima perseguida e resolve usar novo estratagema.

— Esta histora de fulô de manacá será verdade?

— Sei não. Num aquerdito im buzão. Contra o ataca João Flor.

— É mermo... faz sete ano... eu e dona Dolores fumo, noite de S. João, vê os pés de manacá, à meia noite. Dona Dolores num viu ninguém. Eu a primeira pessoa qui vi foi seu João.

— Sai daí com tua feitiçaria! Negoço de arapuca num é cumigo não.

João continua desviando sorrateiro o pescoço da laçada.

— Que mundo triste!... Sêco!... Não suporto mais. Afirmações entrecortadas do Coronel que entra na sala.

— Tenha fé im Deus, Coroné! Dizendo estas palavras João levanta-se e se dirige para o terreiro. Mundinha retira-se também.

O Coronel Quinco Maia fica pensativo.

— Que há, meu caro tio? É Waldir que, chegando do Crato, abraça-se com o Coronel. Que espetáculo diferente! Nem parece o panorama daquele dia.

Quinco vai desabafando os seus sofrimentos.

— Mágoa... dor profunda... não sei como dizer... você veria bem se penetrasse aqui dentro... Aponta para o peito. Sinto em mim como uma natureza morta onde sòmente se vêem lajeiros e espinhos. Olho o mundo e só enxergo tristeza e morte pairando sòbre a terra. Vou à cidade... jogo... bebo... o movimento aumenta a minha solidão... ainda mais... o meu estimado sobrinho levantou-se contra mim na luta. Disto, entretanto, eu o relevo dada a sua invulnerável coerência com seus princípios católicos, fato êste que não é comum e que eu admiro. Tenho pensado muito na sua atitude.

— Era meu dever, meu caro tio. Não o prezo menos que antes. Mas... dentro desta tempestade, dêste turbilhão... se o Senhor sentisse brilhar uma luz, o seu espírito se confortaria... gozaria uma grande bonança.

— Mas que luz?

— Uma centelha de fé... a luz da verdade... aquela que o Senhor recebeu dos seus antepassados que está, sob cinzas, em seu cora-

ção. Sômente ela é capaz de serenar os ânimos, brilhar nos caminhos, confortar os desolados.

Quinco começa a sentir minada a fortaleza do seu orgulho e enfraquecidas tôdas as suas resistências.

— Talvez...

Esta dúvida, quase silenciosa do Coronel, balbuciada apenas, exprime uma pequena clareira aberta na selva escura antes impenetrável.

O Coronel deixou que o vento da verdade penetrasse no sombrio do seu espírito e ateasse a chama do arrependimento e êle, novamente, sentiu-se confortado.

— Meu caro tio, agora se alegre. Consegui vender a propriedade. O Senhor pensou bem. Não pode ficar aqui sôzinho. Foi ótimo ter me dado procuração para resolver o caso.

— Muito bem! Estou cansado desta solidão. Porei o dinheiro em movimento na cidade e vou repousar o resto da vida... E... a quem vendeste?

Júlio recebera uma procuração para comprar duas propriedades perto da cidade e tudo deu certo.

— Comprou a Bebida Nova e esta aqui. Agora deixa de ser sua.

O tufão intensifica-se novamente.

— Mas... diga logo... a quem vendeste?

— Ao Paulo. A resposta de Waldir estronda como um vulcão na alma do Coronel Quinco e as chamas e fumo do orgulho elevam-se em turbilhão no seu espírito.

— Não posso concordar!...

— Está sem jeito, meu tio. O documento foi assinado e aqui tenho o cheque. O dinheiro encontra-se depositado no Banco do Brasil. Paulo remeteu de sobra. Conformemo-nos e comecemos vida nova. A outro ninguém conseguiria vender tão bem. Paulo dizia na carta que conservasse todos os moradores das propriedades compradas, pois está disposto a ajudá-los durante a sêca.

— E onde conseguiu o Paulo tanto dinheiro? Os ventos amainaram. O Coronel readquire a calma anterior.

— Paulo é inteligente. É muito trabalhador. Diz Waldir. Com o dinheiro apurado iniciou sua nova vida viajando de Crato a São Paulo. Ganhou muito. Instalou, por lá, uma casa de bordados do Ceará e de outros produtos. Atualmente tem filial no Rio e em Salvador e vai instalar uma em Santos.

Outra coisa, meu tio, tenho a lhe participar. Vou casar com Dolores. Convidei o Paulo para a festa do nosso casamento e desejo que o Senhor também esteja presente. Temos que esquecer o passado e construir nossa felicidade para os dias que nos restam no futuro.

O Coronel leva as mãos à cabeça.

— Isto é um sonho. Meu Deus, acordai-me!



Realmente o Coronel Quinco despertou para uma nova vida, esquecendo tôda a sua paixão e as suas vilezas. Mas como o Paulo o receberia?...

Quinco encaminha-se para o interior e Waldir retira-se para ir à casa de um velho amigo seu.

Ouvem-se pisadas de cavalo.

Surtem na sala Paulo, Raquel e Robertinho, um garotinho vivo e inteligente, encontrando-se com o servidor João.

— Seu Paulo!... Que tempestade trôxe o senhor para cá?

Paulo responde sorrindo.

— A mesma que me levou para S. Paulo.

— Êste é o Robertinho? Pergunta João admirado. Está um rapazinho...

— Robertinho, êste é o João de quem lhe falei. Você vai gostar muito dêle.

Dê-lhe um grande abraço. Ordena Paulo.

Robertinho salta sôbre o servidor como se fôsse um velho conhecido e com êle se agarra num longo amplexo.

João segurando-o pela mão o conduz para o terreiro a fim de saciar a curiosidade do pequeno sôbre as coisas do local e da região.

Aparece o Coronel Quinco. Ao entrar assusta-se e quase descreê do quadro que se apresenta aos olhos.

— Não é possível! Vocês aqui? Vêm me matar?

Paulo agarra-o pela camisa e empurra-o até a parede.

O Coronel arregala os olhos e implora clemência.

— Não me mate! Sou um miserável!

— Calma, seu Coronel!... Não tenho espírito de vingança. Não há melhor alçoz do que o tempo. Solta-o voltando ao centro da sala.

— Tudo está perdoado!

— Então vocês me perdoam? Move-se o Coronel e fala com um frio sorriso.

— Está dito. Sei que o sofrimento que Raquel e eu passamos deram-lhe a convicção de que ainda existe mulher séria no mundo e homem que ama e perdoa.

— Estou satisfeito em ter cortado as unhas do gavião.

Raquel, tirando da sua bôlsa um embrulho, entrega-o ao Coronel com estas palavras.

O seu presente, Coronel. Esta como o recebi. Só o aceitei tendo que a sua cólera aumentasse e o Paulo viesse a ser muito mais perseguido.

O Coronel recebe humildemente o embrulho.

— Quando terei de sair?

— Quando quiser. Para êste caso não haverá promissória com

vencimento e muito menos protesto. Paulo, dizendo isto, bate de leve com a mão na espádua do Coronel.

O Waldir com Dolores ficará administrando esta propriedade. O Júlio orientará os trabalhos da Bebida Nova.

— Tenho dinheiro bastante para auxiliar meus moradores.

Eles precisam de melhor assistência, de serem tratados como seres racionais.

A experiência é uma grande mestra da vida.

— As minhas lojas, em S. Paulo e em Salvador, se desenvolveram muito porque sempre considerei o trabalho do operário o meu melhor capital.

Todos os meus funcionários vivem bem. Nenhum dêles fala em comunismo.

— Isto é o que desejo fazer também aqui nesta propriedade e na Bebida Nova para exemplo de todos os proprietários do Cariri.

O Coronel Quinco agora completa e profundamente transformado, arranca os andrajos do homem velho e abraça-se com Paulo.

— Muito obrigado, Paulo. Você derrotou-me. Esta derrota para mim, entretanto, foi uma vitória.

— Seu Quinco, fala Raquel. Tenho uma ótima notícia para o Senhor.

Lídia deixou o hábito. A Santa Sé reconhecendo a sua falta de vocação para a vida religiosa, resolveu dispensá-la dos votos.

Ontem, logo que cheguei de S. Paulo, ainda no aeroporto de Fátima, ela declarou-me com muita sinceridade: —

— O lugar que ocupava eu no convento era para dona Zefinha. Ela não ouviu o chamado de Deus.

Tendo ela me roubado aquêle a quem muito amava, resolvi substituí-la no claustro. Fi-lo muito bem até o dia em que ela morreu. Depois a minha natureza revoltou-se contra a minha atitude e eu tive que me dirigir a Roma.

Agora, tendo deixado o hábito, sinto-me feliz em poder trilhar o caminho que a Providência havia me indicado, dependendo apenas de que aquêle alguém ainda me ame.

O Coronel abraçou-se de alegria e ninguém mais o conseguiu deter.

Com um grito de adeus estridente e um rápido aperto de mão, como estava, em mangas de camisa e de alpargatas, montou ligeiro o cavalo de Paulo e desceu a ladeira da serra tão veloz como ninguém o havia ainda conseguido.

Paulo e Raquel, olhando a poeira feita no caminho pelas patas do animal, abriram-se em gostosa gargalhada.

Robertinho entra correndo.

— Mamãe, não quero ir mais para S. Paulo. Quero ficar aqui.

Raquel o sustenta entre os braços.

— Vamos passar uns dias. Você irá brincar muito. Depois ficará vindo passar suas férias aqui em companhia de seu João.

Mundinha, procedendo do interior da casa, aparece na sala e, depois de abraçar a todos, fala baixinho ao ouvido de Raquel.

A espôsa de Paulo olha para o filho e diz:

— Robertinho, tenho novidades.

Vamos assistir vários casamentos. O de Waldir com Dolores, do Coronel Quinco com Lídia e o de Mundinha com seu João Flor.

O servdor, tendo ouvido, do terreiro, as palavras de Raquel, pula na sala como um raio.

— O que?

Mundinha não dá trégua à sua prêsa.

— Seu João, tu vai querê mermo?

— Qui bicha infuleimada! Tá certo! Mas num vá dizê que me pegô de arapuca.

Assim é que, depois de procelosa tormenta, os céus se descobrem e as estrêlas brilham outra vez.

A alma de cada um sente-se enlevada na agradável sensação de uma grande bonança, enquanto o vento fresco da tarde açoita a copa frondosa dos oitizeiros.

# "DA MISSÃO DO JORNALISTA DO INTERIOR DE COMO EXERCE-LA BEM E PARA O BEM PÚBLICO"

**Tese apresentada pelo jornalista Júlio M. Braga, durante o 1.º Congresso de Jornalistas do Interior, realizado em Crato, Ceará, em janeiro de 1961.**

O que pretendemos apresentar são considerações práticas para a atividade do jornalista do interior, sem deixar de lado ainda que modestamente, a contribuição intelectual para o 1.º Congresso de Jornalistas do Interior, onde, por certo, estão presentes a maior parte da inteligência sertaneja e muitos outros valores do jornalismo indígena.

Vamos, como é natural, lançar à apreciação e julgamento do plenário e das comissões respectivas, algo tirado de nossa experiência, trabalho executado "corrente calamo" dentro da apertada contextura de uma biblioteca matuta. Valem muito mais o que arrancamos dos nossos próprios conhecimentos e o que podemos canalizar de nosso "bureau"... de Correspondente-Jornalista, do que tudo aquilo que se pudesse colher e recolher de estudos profundos, com intuítos de apresentar conhecimentos largos, sem contudo representar, no seu âmago, a essência necessária, a terapêutica erigida à cura ou remoção dos males ou causa.

"Da missão do jornalista do interior e de como exercê-la bem e para o bem público", será o nosso roteiro ou tema que pretendemos debater e defender.

Fugimos, de indústria ao temário natural, porquanto sempre tivemos paixão arraigada por êste assunto que é nosso, que é do sertão, que é da grande como da pequena cidade, que é ligada ao homem desprotegido e abandonado pelos poderes públicos a quem o jornalista do interior deve sempre uma palavra de incentivo, de apoio, de ânimo e de proteção. A IMPRENSA — UM POUCO DE HISTÓRIA: A lentidão como se maneja a xilografia, os atrasos em que se encontrava a nossa escrita no comêço do século XV, o paciente trabalho dos "copistas" beneditinos, martirizavam a inteligência, deturpava a ação criadora dos gênios e entediavam as amargas experiências e avanços literários.

O antimônio e o chumbo, manipulados pelo filho de Mogúncia, na Alemanha, João Gutemberg, foram as vigas mestras de uma civilização, embora antes, em 1420, a Holanda, através de Lourenço Coster, tenha pretendido glorificar-se como bêrço de inventor legítimo. A imprensa, como de início, foi lançada ao mundo, abrindo brilhantes perspectivas, teve seu roteiro cristão. A Bíblia Mazarina (1454|1456), em pergaminho e caracteres góticos, consagrou Gutemberg, dando-lhe a legitimidade de sua importantíssima invenção.

Abandonaram-se os Incunábulo, encostaram-se os "copistas", pobres trabalhadores da inteligência, os quais ainda fizeram campanha cerrada contra a sua caminhada que já se predizia brilhantíssima, trazendo de roldão e com rapidez incrível, o progresso, o desenvolvimento das artes, das letras, das ciências e de tudo quanto estivesse a depender do pensamento do homem. Foi a imprensa, portanto, a janela aberta do progresso humano, monopolizando e reconduzindo a roteiros brilhantes tôdas as demais manifestações do cérebro criador. Com ela se modificaram tôdas as literaturas renascentes e antigas, atingindo a própria Grécia, especialmente Atenas, onde despontou há mais de 2.000 anos a mais decantada e brilhante das civilizações e que é considerada como o bêrço das letras e das artes.

Ninguém pode descrever, principalmente, nos dias atuais, com a existência de sistema de teletipos e rotativas, uma perdição da antiga invenção de Gutemberg, no valor da quarta fôrça do mundo que é a imprensa, com o seu trabalho de educação e orientação das massas pensantes, com êste sistema de penetração e difusão das boas causas e de tudo quanto está ligado ao desenvolvimento do mundo.

Feitas estas considerações gerais e de interesse instrutivo, desejamos penetrar na base fundamental de nossos pontos de vista, acerca dos problemas da numerosa classe de jornalistas interiores.

**O JORNALISTA E AS POPULAÇÕES RURAIS:** — Na dúvida dos interesses da coletividade em geral, devemos uma parcela de nossas atividades comuns ao bem estar e reivindicações de um punhado de homens que constitui a alavanca de progresso das outras camadas, representada pelas populações rurais.

Dou através de comentários e sugestões que espelham a realidade do que se passa pelo interior, poderemos, com a nossa palavra, conseguir:

a) mais escolas de alfabetização e de currículo primário fundamental comum;

b) distribuição sistemática de sementes, inseticida, instruções práticas de combate às pragas e até mesmo de implementos agrícolas tão necessários ao fomento da agricultura;

c) auxílios pecuniários com mais fácil aquisição através de bancos ou cooperativas;

d) recuperação ou construção de estradas ou carroçáveis que dêem acesso às pontes de produção, bem como facilidades outras ligadas ao mais rápido andamento da evacuação dos produtos agrícolas;

e) que os poderes públicos responsáveis, de um certo modo, pelo melhor rendimento agropecuário, prestem melhor assistência aos meios produtores, e até mesmo provocar manutenção de técnicos capazes de dar orientação segura às tarefas comuns das fazendas e sítios;

f) multiplicação e disseminação de conhecimentos técnico-práticos de assimilação fácil entre os agricultores e criadores, com o sentido de aumentar os poucos rendimentos existentes no seio das camadas rurais;

g) reivindicar a instalação de postos ou escolas de iniciação profissional, industrial ou agrícola para determinados municípios ou regiões, sempre com a finalidade presa ao benefício geral e nunca com o intuito vaidoso de conseguir um benefício para tal município ou tal região, quando este benefício poderia prestar maiores trabalhos, com melhores rendimentos em outra região ou em outro município;

h) formar barreira de combate, dentro de um sistema de educação e prática da verdadeira justiça, contra as costumeiras questões entre proprietários ou famílias, em torno de pequenos ou grandes interesses locais. Tais fatos — o que não é novidade — têm servido, muitas vezes, como verdadeira “ceva” aos bolsos de certas autoridades pouco honestas e que se locupletam à custa de uma parcela da ingenuidade matuta, alimentando tais briguinhas para que se tornem em fonte de renda fácil;

i) ajudar às autoridades judiciárias e policiais na campanha — quando estas existam — de repressão ao jogo, ao lenocínio, à prostituição, ao alcoolismo, não só na área citadina, como, e principalmente, no meio rural, através de justas considerações e apelos;

j) recomendando mais atenção e melhor tratamento ao matuto por parte das repartições públicas, quando tenha este negócios através delas ou em bancos ou cooperativas, evitando, outrossim, tanto quanto possível, os entraves burocráticos que tantos transtornos há provocado no espírito de liberdade do sertanejo;

k) conduzir campanhas ligadas aos interesses e reivindicações do fazendeiro, do agricultor, desde que estas não firam os verdadeiros e legítimos direitos de outrem ou estampem quaisquer outros defeitos que se choquem frontal ou diretamente com outras justas reivindicações coletivas;

l) amparando e conseguindo que os poderes públicos, entidades sociais, organizações de classe e outros aglomerados amparem toda

e qualquer reivindicação de interesse do homem do campo e,

m) tomando atitude de combate contra todos os erros ou injustiças que venham ferir direta ou indiretamente às classes trabalhadoras rurais ou cidadinas, bem assim, ajudando-as na luta pela conquista de seus direitos ou prerrogativas. É evidente que o jornalista do interior tem seus planos de ação em harmonia com a linha de conduta do jornal para o qual escreve, não podendo, mais das vezes, ultrapassar certas fronteiras, porquanto não conta, sempre, com o apoio maciço como era de se esperar. Para este assunto reservo-me para outra oportunidade, sabendo de antemão que outros confrades estão prontos para debatê-lo, cabendo-me nesta apreciação chamar a atenção dos representantes das empresas jornalísticas aqui presentes, juntando, assim mesmo, de lado, um apêlo no sentido de modificarem, dentro das naturais possibilidades, as atuais diretrizes que, às vezes, cerceiam as nossas atividades e o nosso trabalho.

Em todos os itens aqui apontados por nós cabem apreciações e comentários. Sentimo-nos à vontade para reforçar nossos pontos de vista dentro da ética e da planificação adequadas ao assunto que julgamos muito sério.

As populações rurais não lêem a imprensa, ou lêem muito pouco. Tal fato já é justamente alimentado por uma causa; o analfabetismo reinante numa percentagem assustadora, contra a qual nos apresentamos, aconselhando a criação de mais escolas. A tarefa do jornalista do interior, visando dar algo de serviço em benefício das populações rurais, deve se cifrar, portanto, numa justa pregação de um programa, aproveitando-se para tal, justamente os pedaços de páginas reservadas ao interior e que tantos e tão assinalados serviços prestam aos municípios. Aos jornais que nos prestam tal trabalho devemos tudo isto.

**O JORNALISTA EM FUNÇÃO DA NOTÍCIA:** — Não é privilégio dos jornalistas das capitais a organização e apresentação da boa notícia. Muitos valores do interior nem sempre são vistos como bons noticiaristas, com apresentação de reportagens, crônicas, entrevistas, comentários etc. Não que lhes faltem capacidade, cultura, adestramento, prática e manejo dos assuntos. Faltam-lhes a oportunidade e local ou espaço e, principalmente, a aquiescência e a aceitação da imprensa.

Se nem todos os jornalistas do interior estão capacitados ao trato da boa reportagem, a culpa nem sempre lhes cabe, de vez, como disse, falta-lhes oportunidade. Faltam-lhe ainda certos roteiros para atingir os objetivos da notícia ou da reportagem.

Há necessidade de aprimoramento desses roteiros, os quais poderiam ser atingidos através de estudos mais profundos dos métodos adequados e aconselháveis, ao aprumo e desenvolvimento dos assuntos escolhidos.

Três princípios básicos são requeridos para a apresentação de uma boa notícia que, se bem manejada, poderá transformar-se numa boa reportagem, numa excelente crônica ou mesmo num substancial comentário.

1.º) conhecer o valor da notícia;

2.º) saber encontrá-la, senti-la, descrevê-la e dar-lhe movimentação, vida, sabor literário sem exagero, dentro de uma concisão e graça capazes de atrair a atenção dos leitores;

3.º) escrevê-la com interesse jornalístico, isto é, dentro dos métodos pregados pela imprensa moderna.

Numa enquete realizada pela revista norte-americana "Collier's Weekly" surgiram várias definições da notícia, entre as quais citamos as seguintes, como um pano de amostra aos pesquisadores;

"Notícia é tudo que o leitor necessita saber";

— é tudo aquilo que o público quer falar;

— quanto mais comentários existem, mais valor tem;

— é a inteligência exata e oportuna dos acontecimentos, opiniões e assuntos de toda espécie que afetam ou interessam o leitor;

— são os fatos essenciais do que aconteceu como todo sucesso ou idéia que tem interesse humano;

— funda-se no público e deve medir-se lealmente pelo que interessa ao público".

A boa e completa notícia, de acordo ainda com o que prega a imprensa norte-americana, deve ser escrita com bases em cinco pequenas perguntas essenciais ao jornalista:

— Quem? (Who?)

— Que? (What?)

— Quando? (When?)

— Onde? (Where?)

— Por que? (Why?)

Tudo quanto pretendemos escrever (notícias, crônicas, reportagem etc.) deve conter respostas a tais perguntas, sem as quais falta alguma coisa.

Depois destas rotas e metas o jornalista, homens que nascem como o poeta, como o pintor, como qualquer artista, deve ter sempre presentes as condições inatas que o auxiliam no desempenho de sua missão. Entre muitas destas condições, conheçamos as seguintes:

a) curiosidade vigilante;

b) intuição espontânea para valorizar o que escreve;

c) talento literário para execução do trabalho escrito;

d) espírito de observação;

e) sensibilidade artística;

f) capacidade para o trabalho;

g) tenacidade e disposição;

h) saúde a toda prova;

i) ética no escrever;



- j) cautela nas observações;
- k) amor inquebrantável à verdade;
- l) respeito pelo povo;
- m) linguagem correta.

São com estas qualidades inatas e essenciais que podemos fazer jornalismo não só nas cidades que ofereçam motivos e assuntos suficientes ao desempenho da tarefa e nas capitais onde nada falta para o "cozinhamento da notícia, da reportagem, da crônica, etc., como no interior propriamente dito, onde o correspondente muitas vezes fica preso ao noticiário comum, rotineiro, somente porque não conhece os métodos que o orientem no terreno da novidade, acredita na precariedade do meio onde vive, certo, absolutamente certo, de que os acontecimentos de que toma conhecimento, não despertam nenhum interesse, nada valem diante de tudo quanto se cria nos meios mais adiantados. São estes erros, esta falta de confiança no seu próprio valor, a falta de tarimba, a ausência de prática, o jeito de conduzir a notícia, de conhecer a notícia, de valorizar a notícia, encontrá-la, senti-la, de vê-la de tal modo e com tal sabor, que leva o jornalista do interior a viver um drama terrível — o drama da inferioridade, considerando-se figura apagada, inexpressiva e até — por que não dizê-lo? — nula, desprestigiada e atacada de um sério plexo.

Precisamos ter em vista que quase todos os homens que se projetaram e se projetam como jornalistas, passaram por tôdas estas provações, viveram estas amargas decepções e tragaram um pouco desta cicuta. A audácia, a oportunidade, aquilo que conhecemos na gíria comum como "ter peito" não devem ser desprezadas a menosprezadas, porque à sombra de tudo isto, se ergueram grandes inteligências, se criaram excelentes jornalistas, ótimos repórteres e tantos outros valores e capacidades.

Nós, que formamos a ala de jornalistas sertanejos, de correspondentes do interior, precisamos conhecer a fundo os segredos da profissão, as facetas principais da nossa carreira, para que manejando-as com conhecimento e perícia, saibamos aproveitar nossa capacidade criadora, o nosso gênio inventivo e a nossa tendência natural para construir algo diferente com a preocupação de descobrir-nos um centro de interesse, uma motivação interessante que proporcione ao leitor a necessária curiosidade ou um determinado gosto pelo que escrevemos. A curiosidade é um fenômeno interessante em nossa vida de jornalista. Dizia-nos um colega, — e nós também sentimos este esquisito prazer, — que se acostumou a gostar do comentário de determinado jornalista, não porque este comentário valesse alguma coisa, mas sim por que não valia nada. E dando expansão ao seu pensamento, graça ao seu ponto de vista, asseverou: — Rapaz, quando abro o jornal vou direitinho ao local, com um prazer imenso de ler uma coisa ruim.

Esta curiosidade pode nos levar a conhecer o que é bom, o que é belo, saboroso intelectualmente, interessante do ponto de vista instrutivo, educativo e formativo.

Dêstes roteiros que nos levam à prática de um bom jornalismo devemos tirar conclusões necessárias a uma melhor orientação, dentro das nossas próprias possibilidades, jamais esquecendo que somos um valor integral.

**O JORNALISTA E A SÍNTESE:** — Já temos bastante prática para conhecermos a linha de conduta de muitos jornalistas conhecidos como jornalista “estirão”, jornalista “meia légua”, jornalista “légua e meia”, jornalista “escreve muito e pouco diz”, jornalista “pouco lido” e outras tantas designações que classificam aqueles que gostam da prolixidade. É muito conhecida aquela frase de um jornalista inglês: “Se queres que te leiam escreve pouco”. Não resta dúvida de que o bafafá de nossos correspondentes deve ter dado muito o que falar por aí afora. O que não pensarão de nós as empresas jornalísticas onde militam verdadeiros ases do jornalismo? o “estirão” é próprio para alguns tipos de reportagens; nunca para a notícia. A notícia deve aparecer verdadeira, “sêca”, concisa, precisa, com os dados principais de sua contextura, finalizando, quando necessário, com umas pinceladas de comentário. Comentário ligeiro e, sempre, isento de tantos adjetivos. De um fato qualquer podemos dar-lhe o sentido de notícias pròpriamente ou de comentário, ambos, porém, com a mesma feição de síntese. Passaram-se os tempos dos “estirões”. Tais métodos revelam apenas êste atraso, vaidade, cabeça ôca de objetividade e tendência generalizada para a banalidade. Não é com palavreados bonitos, com pinceladas gramaticais e com arroubos de retóricas que nos apresentamos ao público como bons jornalistas. Não. Vejamos, como amostra, as reportagens — tipos que requerem amplos comentários — como são apresentadas quando escritas dentro dos moldes da imprensa moderna! São escritas com sentido direto. Até mesmo as que aparecem em revistas, trazem o sinéte da pequena metragem. Os escritos ou comentários de longa metragem, são vícios adotados nos jornalinhos do interior, nos mensários, quinzenários ou semanários de pequenas cidades, nos jornais estudantis, onde fulguram ainda inteligências que se formam e vicejam num terreno de vivacidade. São cérebros de uma juventude que ainda não amadureceu por circunstâncias próprias da fase dos arroubos. Quantos de nós, já avançados em vários degraus da escada da vida, não assinaríamos mais certos artigos produzidos quando moços e estudantes. Artigos e comentários que nos encheram de orgulho e de justa satisfação na fôlha do colégio! Artigos que receberam francos elogios de nossos mestres e colegas! Ah! tais “bichinhos”, hoje, com a prática que a vida nos deu, com o sentido de renovação que se nota em tudo, nos causam arrependimento por haver escrito aquela baboseira!

Vamos, portanto, por a síntese em nossas notícias. E se desejarmos fazer alguma coisa que nos aponte não como simples autor de pequenas notas, lancemo-nos à reportagem, ao comentário de assuntos que mereçam êste sinônimo. Criemos a nossa própria maneira de escrever; descubramos as nossas legítimas tendências literárias; procuremos aperfeiçoar os nossos métodos, através de escritos que sejam lidos e saibamos nortear o nosso pensamento para descoberta de certos problemas da terra onde caibam reivindicações, sugestões, pareceres, críticas sensatas, sem discrepância da verdade, criação de programas — base de trabalhos que envolvem interesses da coletividade, do povo, do bem estar da comunidade e das classes organizadas. Na rota a que teremos de seguir para fazermos jornalismo moderno, há um óbice a vencer, conhecido por todos e malfadado por muitos, origem de algumas queixas entre correspondentes e empresas jornalísticas: são freqüentes e às vèzes antipáticos e injustos cortes feitos em nossas notícias. São, ainda, o destino dado às matérias enviadas, que em percentagem às vèzes alta, às vèzes baixa, de acôrdo com a vontade do Secretário tomam o “rumo cesta”, sem nenhum respeito ou zêlo pelo trabalho do correspondente, sem conhecimento dos compromissos morais assumidos por nós perante a sociedade, perante o povo, perante as entidades de classe e outros grupos a que sempre estão direta ou indiretamente ligados as notícias, os comentários ou mesmo reportagens de interesse comum. Diante de tais ocorrências já corriqueiras na vida do jornalista do interior, nós correspondentes não nos sentimos seguros da publicação do que enviamos e, por isso mesmo não nos atrevemos a falar sôbre o assunto. É certo que nos meios adiantados não há interrogações sôbre notícias de tais ou tais fatos. No interior, o jornalista está ligado a tudo, recebe gentilezas de tôda parte. Há de tudo, no interior. Há os que se curvam perante o correspondente satisfeitos por tê-lo presente a uma solenidade, na confiança ou na certeza de que os acontecimentos vão para a imprensa. Há os que comentam realizações ou projetos e pedem a nota. Há outros tipos — e êstes são os mais interessados — que pedem a notícia e ainda nos encarregam de avisá-los da data de sua publicação, externando o desejo de que compremos o jornal e lhes enviemos a sua residência ou cedamos o nossa próprio jornal. Para êstes tipos só há uma terapêutica: ouvir, calar e não dar nenhuma nota. Entre tantos tipos assim caracterizados, há um outro que se encontra na minha agenda. É aquêle que ler a nota favorável a êle e cala não agradece, não nos fala mais nela e — cremos — julga que foi uma obrigação nossa. Mas, êsse mesmo tipo, no dia em que nós, aí já por obrigação de consciência, o ferimos mesmo como uma crítica altamente construtiva, revolta-se reclama, faz lamúrias, alega os laços de amizade que nos prendem e raras são as vèzes que êle não nos aborda com vontade de brigar. Êste, igualmente, guarda tôda nota em que o cri-

ticamos e aguarda a oportunidade para nos renovar suas queixas, porém não aparece ocasião para que êle nos fale sobre o que dissemos de bom sobre êle ou sobre a organização ou repartição por êle dirigida.

Não desejamos que as emprêsas publiquem tudo que mandamos pois não são todos os jornalistas do interior homens capazes de organizar matérias isentas de remendos. Seríamos injustos se achássemos que os jornais devem publicar tudo, pois sabemos — e êles sabem mais do que nós — que há correspondentes não só iniciantes sem prática, e, por que não dizê-lo, atrasados, incapazes. Batemo-nos, porém, para que dentro dos jornais deva haver um sistema seletivo e se possível um expurgo de algumas nulidades, para que militem elementos capazes, tarimbados. Batemo-nos para que os jornais evitem o mais possível êste sistema de certas reformas ou desprezo pelo trabalho do correspondente. Todos quantos nos ouvem neste momento, já devem ter sentido dentro de seu âmbito municipal através dos diversos contactos que a profissão de jornalistas os conduz e mesmo pela simples vontade de noticiar um acontecimento, a desilusão diante de suas notas não publicadas.

É preciso, portanto, que as emprêsas tomem conhecimento desta situação desagradável e procurem situar o fato nos seus devidos termos, ajustando os seus interesses e razões que não lhes negamos, com interesses e razões de seus correspondentes, a fim de diminuir-lhes os efeitos, se não fôr possível encontrarem meios suficientes para anulá-los totalmente.

**O JORNALISTA E A SOCIEDADE:** — Felizmente não é tão grande o número de jornais que dão guarida à matéria com sentido dissolvente. A evolução por que vêm passando os tempos atuais, sacudidos por um modernismo desenfreado, causa séria preocupação aos que ainda zelam pelo respeito às tradições e aos bons costumes. "O mundo se sustenta em três cousas: Verdade, Justiça e Concórdia" (Tratado de Princípios). Para fortalecimento dêsse trinômio tão importante à vida e tranquilidade dos homens, parece como nervo central e respeito pela sociedade, elemento essencial ao equilíbrio dos ideais cristãos.

A imprensa é um instrumento de dois gumes: dignifica, enaltece, regenera, moraliza, educa, constrói, por um lado e deturpa, degenera, destrói, subtrai valores, subverte consciências, distorce a verdade, prega a mentira e serve de ponto à disseminação de todos.

Nós, jornalistas, entregues ao trabalho de comando do noticiário do interior, que por circunstâncias do melhor somos chamados a dirigir ou colaborar com a imprensa, devemos ter em mente a posição de orientadores de massas.

Que os escritos sejam dirigidos para o bem do povo, para a defesa dos bons costumes que devem ser sempre respeitados.

A palavra escrita permanece à vista e examinada por uma larga

região de leitores, o que significa dizer que precisa trazer no seu conteúdo algo de útil, de moralizador e sobretudo encaminhada para atingir duas finalidades objetivos principais:

- a) objetivos formativos;
- b) objetivos informativos.

Os objetivos formativos são constituídos de elementos destinados à formação da personalidade humana e dos seus diversos aspectos, formação de cultura, formação das idéias, formação da família e da sociedade, formação de nossos brios e tendências e formação finalmente, da inteligência e dos pendores do homem, diretamente conduzidos para o bem comum de todos.

Os objetivos informativos, constituídos de elementos colhidos dos acontecimentos rotineiros da vida diária, têm um roteiro organizado à base do noticiário. Dos seus diversos ângulos surgem a matéria, a argamassa de que dispomos para construir as vigas fortes que vão servindo para bem informar. A informação, quando bem feita e bem dada, se constitui o pedestal de prestígio da imprensa que aí desempenha o feliz papel de orientadora, instruindo em linha paralela com a informação segura, "cozinha" à base da verdade, isenta de demagogia e tangida para produzir excelentes efeitos. Ambos — objetivos formativos e informativos — elaboram as condições essenciais da boa imprensa, colocando-a em destaque no conceito dos que a têm, em mãos. De tudo isto somente frutos bons serão colhidos, quando a imprensa se destina à educação das massas ao combate dos males que se infiltram no seio de nossa gente, a refletir-se como pivô de moralidade e como propugnadora de um apostolado bem conduzido.

A hora amarga pela qual atravessa a humanidade cercada de vícios e de erros, quando os homens vão perdendo parte de sua personalidade, promiscuando-se dócilmente, à prática de falcatruas e desonestidade; quando tudo parece caminhar para uma bancarrota, onde a vergonha é facilmente negociada; quando a maioria dos homens públicos aceita, sem protestos, a implantação da mentira, da demagogia, da desmoralização e das diversas mazelas que angustiam e decepcionam os poucos homens de bem; quando sentimos — como já dizia Rui Barbosa — "vergonha de ser honesto" e já queremos aceitar, como certas, as determinações e tarefas de certos relapsos; quando vivemos de possíveis esperanças nos acertos raros dos administradores e quando sentimos necessidade de um trabalho mais orientado que vise atingir e consertar os desmantelos, aí, então, uma força, a maior força, a quarta força do mundo estará presente, na trincheira, lutando pelo soerguimento moral das massas: é a imprensa, a boa imprensa, a imprensa independente, amante da verdade e dos bons costumes, e a imprensa que luta ao lado do oprimido, do trabalhador, do homem público zeloso pelo bem da coletividade. É justamente a imprensa para a qual trabalhamos, espalhando

aos quatro ventos a voz de nossa terra, a voz do sertão cearense, a voz das massas e das classes trabalhadoras e construtoras da grandeza do Brasil, da prosperidade do Ceará, da felicidade da terra comum. É junto a esta imprensa, recebendo o seu apoio, que iremos trabalhar pelo bem da nacionalidade, pela moralização dos costumes políticos, pela implantação de um novo sistema de proceder, por uma reforma radical e progressiva das normas de ação e pelo alevantamento e prestígio da nossa classe.



Numa síntese objetiva podemos dizer, entre outras coisas, que:

a) a imprensa deve atuar no sentido de concorrer para que o poder público dê ao povo um nível de instrução capaz de melhor ter na imprensa escrita uma leitura constante; para isso, deve propugnar pela criação de escolas e núcleos, de cultura ao alcance de todos;

b) o jornalista do interior deve ser, acima de tudo, um, homem de pensamento objetivo e sensato capaz de fazer se entender por uma população pobre de instrução;

c) a redação de jornalista sertanejo deve ter finalidade específica, isto é, tendo caracteres de clareza, simplicidade, utilidade, atualidade etc.; deve ser sintética, verdadeira, prudente, correta na linguagem que está vazada e sempre respeitosa para o povo, ainda que se trate de matéria de debate e crítica; e

d) enfim, o jornalismo é um só — para a capital ou para o sertão — mas quem escreve tendo este como principal objetivo, deve observar, sempre que possível, a síntese para comunicar-se com o leitor, porque esta é uma condição de alto rendimento para que os seus escritos sejam lidos, por um maior número de pessoas.

#### OBRAS CONSULTADAS

— História da Literatura — José Marques da Cruz, História das Culturas Universais — Dr. Naj Birket — Smith História da Literatura Brasileira — Divulgação Cultural Brasileira; História da Literatura Estrangeira — Divulgação Cultural Brasileira; História da Literatura Americana — Divulgação Cultural Estrangeira; A Conquista do Mundo — Paul Herr — Mann; História Geral — Antônio José Borges Hermida; História Geral — Joaquim Silva; Enciclopédia Prática (Vol. IX; Gutemberg e seus Inventos — Pierra Verdoux; Tópicos — Enciclopédia; Encíclica "Rerum Novarum" — Leão XIII.

# O FOLCLORE NO MUNDO SOCIAL DA CRIANÇA

F. S. NASCIMENTO

Com a publicação do livro FOLCLORE E MUDANÇA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO (1), o Prof. Florestan Fernandes veio nos despertar para a importância das influências socializadoras do folclore, mostrando até que ponto chegam seus reflexos no processo evolutivo da personalidade. Preocupando-se, principalmente, com os fenômenos culturais inerentes às sociedades imaturas, o sociólogo bandeirante assentou seu ensaio na área dos folguedos infantis, buscando nas cirandas e outros divertimentos coletivos das crianças as origens de muitos de seus conhecimentos e os fundamentos espirituais de sua personalidade.

Admitindo o folclore como ciência que estuda a expressão oral, as crenças populares, as instituições, as práticas, artes e passatempos da vida mental de um povo, sob todos esses aspectos viu o Prof. Florestan Fernandes o universo imaturo da infância, ressaltando, nessa fase, o valor das relações entre pessoas que possuem, aproximadamente, a mesma idade, os mesmos centros de interesses, a mesma concepção do mundo e o mesmo prestígio social. Segundo o escritor paulista, através dos folguedos tradicionais e de outras manifestações do "folk", as crianças alargam sua área de contatos humanos e aprendem de modo mais acessível as vantagens e o significado das atividades organizadas grupalmente, identificando-se, ainda, com certos valores cujas polarizações de lealdade transcendem ao âmbito da família.

Nesse seu livro, procurou o Prof. Florestan Fernandes estudar os mais diversos aspectos em que se apresentam os folguedos tradicionais, em função da infância, dizendo tratar-se de uma segunda grande experiência de incorporação das crianças a grupos primários, já em bases de companheirismo, presumida a sua anterior integração num grupo estritamente doméstico. As brincadeiras realizadas durante os recreios escolares juntam-se outras tantas organizadas pelos grupos de um mesmo bairro, e essas relações assim efetuadas, sem perder de vista a colaboração folclórica, dão conti-

---

1) Editora. Anhembi S. A., São Paulo, 1961.

nuidade a êsses tipos de reuniões, assegurando a base morfológica indispensável ao funcionamento dêsses pequenos agrupamentos sociais.

Socialmente integrados e estáveis — escreveu o Prof. Florestan Fernandes — os grupos primários permitem analisar melhor as influências do folclore infantil. Devido à organização interna dêsses agrupamentos, os contatos formados pelas crianças tendem a tornar-se mais freqüentes, traduzindo, em virtude disso, a existência de um sistema especial de relações sócio-culturais. Daí a razão de tal sistema revestir-se de uma significação capaz de oferecer ao investigador perspectivas sempre maiores, quando em suas avaliações sôbre a importância da dinâmica do folclore na formação da personalidade da criança.

Na concepção do Prof. Florestan Fernandes, os grupos infantis são uma sociedade em crisálida, equivalendo sua função à dos demais aglomerados humanos na aculturação e socialização do indivíduo. Nesses grupos mirins, em que predominam os folguedos tradicionais, as crianças adquirem consciência, de proveitosas regras morais e tomam conhecimento, inclusive, de certos valores culturais que lhes são transmitidos, não raro inconscientemente, pela oralidade persistente e anônima, de que nos fala Luís da Câmara Cascudo (2). Como exemplo dessa transmissibilidade imemorável e da sincronia de concepções nas duas sociedades — a imatura e a adulta — lembrou o sociólogo paulista o valor simbólico atribuído à côr branca, cuja posição no folclore era idêntica em ambos os padrões sócio-culturais. É que, se na concepção folclórica do homem a flor branca traduzia uma mensagem casamenteira, na da criança outro não era o significado dessa crendice, conforme se podia deduzir da cantiga seguinte:

Embaixo da laranjeira  
Encontrei bela menina  
Apanhando flôres brancas  
Flôres brancas pra me dar.

Flôres brancas é casamento:  
Que Maria vai casar,  
O' Maria deixe disso,  
Deixe disso e olhe lá!

Hoje mesmo se casou,  
Hoje mesmo se mudou,  
Na janela de Maria  
Vai descer buquê de flor.

---

2) *História da Literatura Brasileira* (Literatura oral), Vol. VI, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1952.



Fragmentos de velhos romances, hoje transformados em jogos cênicos, como "A noiva", "Organdão", "Juliana", etc.; ou antigas danças coreográficas como "A Canoa Virou" "Passei pela Barca" e "Ciranda, Cirandinha", tôdas essas composições se restringiam, em tempos idos, aos círculos dos adultos, e só posteriormente passaram para os grupos infantis, numa transmissão que se efetivou tanto no âmbito da família, como no convívio mais aberto da escola e da rua. É importante salientar que muitos desses folguedos desapareceram entre os adultos, permanecendo, entretanto, no meio das crianças. É verdade — escreveu Florestan Fernandes — que, em alguns casos, várias dessas composições se apresentam muito modificadas, irreconhecíveis, quase, quanto à forma; também é certo que se deslocaram — no tempo e no espaço — de meio e de posição (de Portugal para o Brasil e dos grupos de adultos para os infantis); contudo conservaram a mesma função social, congregando os valores sociais e tradicionais padronizados e os transmitindo, pela recreação, aos indivíduos, membros da mesma sociedade. Neste caso, são as crianças que têm assegurado a continuidade da tradição, através dos elementos da sua cultura.

### CANTIGAS DE RODA

Não possuindo barreiras geográficas, o folclore infantil se estendeu por todos os quadrantes do Brasil, variando aqui e ali apenas na sua forma poética. Assim aconteceu com inúmeras cantigas de roda, como "Bôca de Forno", "Ciranda Cirandinha", "Dona Ida quer ser freira", "Papagaio louro", "Roda, roda, roda" e "Senhora dona Sancha". Um exemplo desse expansionismo folclórico é a dança de roda "Se esta rua fôsse minha", cantada tanto no Ceará como em São Paulo da seguinte maneira, salvo pequenas variações no seu versejar:

Se esta rua, se esta rua fôsse minha,  
Eu mandava, eu mandava ladrilhar,  
Com pedrinhas, com pedrinhas de brilhantes,  
Só pro meu, só pro meu amor passar.

Se esta rua, se esta rua fôsse minha,  
Eu mandava, eu mandava iluminar,  
Com a lua, com a lua que eu roubaria,  
De uma noite, de uma noite de luar.

Nesta rua, nesta rua tem uma casa,  
Que se chama, que se chama solidão,  
Dentro dela, dentro dela mora um anjo  
Que roubou, que roubou meu coração.

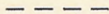
Na opinião do Prof. Florestan Fernandes e demais folcloristas nacionais, são as rodas os folguedos prediletos das crianças, da primeira infância em particular, e das meninas, em geral. Sua coreografia é muito simples, consistindo de um círculo feito de mãos dadas e em constantes evoluções, conforme podemos constatar no desenho a nanquim idealizado pela ilustre educadora Lirêda Facó. A "Ciranda, Cirandinha" é considerada mais popular dessas danças infantis, em que o girar contínuo se faz ritmar pela cantiga abaixo:

Ciranda, Cirandinha,  
Vamos todos cirandar,  
Vamos dar a meia volta,  
Volta e meia vamos dar.

O anel que tu me deste  
Era vidro e se quebrou;  
O amor que tu me tinhas  
Era pouco e se acabou.

Por isso dona fulana,  
Faz favor de entrar na roda,  
Diga um verso bem bonito,  
Diga adeus e vá-se embora.

Segundo Florestan Fernandes, a criança designada vai para o centro, recita, alguma coisa e volta à roda, declamando na ocasião, de preferência os poemetos infantis "Cetim", "Batatinha quando nasce" ou qualquer quadrinha de sabor popular. A "Ciranda, Cirandinha" apresenta, todavia, um sem número de variantes em sua tessitura poética, sendo idêntica a sua dinâmica coreográfica em toda parte do Brasil onde haja se manifestado esse folguedo infantil.

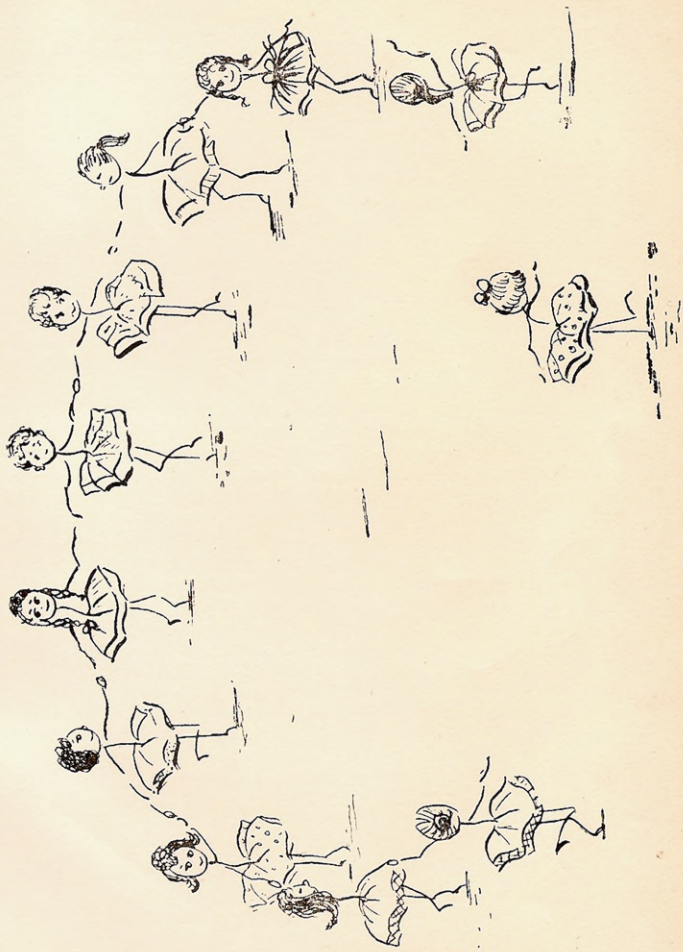


As parlendas formam um outro gênero folclórico bastante popular em todo o Brasil e em Portugal, de onde parece ter-se originado, segundo a opinião do Prof. Florestan Fernandes. Em Fortaleza nos foi dado colher inúmeras versões dessas brincadeiras infantis, entre as quais ressaltamos a que se segue, dada a sua semelhança com algumas oferecidas pela professora Lirêda Facó:

Amanhã é domingo,  
Pé de cachimbo;  
Cachimbo de barro,  
Bate no jarro;  
O jarro é de ouro,  
Bate no touro;  
O touro é valente,  
Bate na gente;  
A gente é fraca  
Cai no buraco;  
O buraco é fundo,  
Acabou-se o mundo.

Com a publicação do seu livro "Folclore e mudança social na cidade de São Paulo", o Prof. Florestan Fernandes nos despertou para tudo isso, mostrando a importância do folclore entre os grupos infantis e, sobretudo, o seu alto significado na formação da personalidade. Gênero pouco estudado no Ceará, de vez que apenas conhecemos um trabalho incompleto publicado por Gastão Justa, na Revista da Academia, e um ensaio inédito de J. de Figueirêdo Filho ("Folguedos Infantis Caririenses"), êste tema mereceu, no passado, o aprêço de folcloristas como João Ribeiro, Daniel Gouveia e Alexina de Magalhães, que procuraram analisá-lo, sem perder de vista os padrões e limites do mundo infantil. Temos, também, ao nosso alcance um patrimônio imenso, herdado de um passado imemorável, que está a exigir dos nossos folcloristas um pouco de atenção e de devotamento, a fim de que seja preservada em letra de fôrma a sua expressão poética e coreográfica. A obra do Prof. Florestan Fernandes poderá servir de roteiro para aquêles que, em nosso Estado, se dedicam ao estudo dessa disciplina sócio-cultural.







# ÍNDICE

	Pág.
10 Anos de Lutas .....	3
À Margem de "À Margem da História do Ceará" .....	5
A Nascimento do Camelo .....	20
Palmeiras da Ibiapaba .....	23
Homenagem à Heroína de 1817 — Bárbara de Alencar .....	25
Flagrantes da Alimentação no Sertão Nordestino .....	29
Serra do Araripe .....	33
Sítio Granjeiro .....	34
A Bravura de um Jovem .....	36
Cimento no Cariri .....	38
Relembrando o Cariri Antigo .....	42
Trinados da Minha Musa .....	53
Lendários .....	54
O Cinema Paraíso .....	55
O Folclore no Cariri .....	57
Atividades da Faculdade de Filosofia em 1962 .....	59
O Itinerário da Vida .....	64
Poema da Chuva .....	68
Pe. Serafim Leite e a Fundação de Fortaleza .....	70
O Ébrio .....	79
Cidade do Crato .....	80
Gomes de Matos .....	81
A Dança do Tempo .....	83
Aspetos Administrativos da Prevenção e Assistência à Cegueira .....	85
Cícero Franklin de Lima .....	96
Poemas Caririenses .....	68
Urnas de 1962 .....	111
Duas Poesias de Aderson Siebra .....	115
Instantâneos do Interior .....	116
Minha Sodade .....	118
O Folclore no Cariri .....	122
Repercussão da Revista do Instituto Cultural do Cariri .....	125
Movimento Literário e Cultural no Cariri .....	127
Pesar no ICC Pelo Falecimento de Clóvis de Alencar Matos .....	129
Voto de Pesar Pelo Falecimento de Eduardo Girão .....	130
Importante Acontecimento na Faculdade de Filosofia .....	130
Síntese Histórica da Geologia da Chapada do Araripe .....	132
A Família Alencar .....	139
Tormenta e Bonança .....	163
"Da Missão do Jornalista do Interior de como Exercê-la bem e para o bem Público .....	194
O Folclore no Mundo Social da Criança .....	205

IMPrensa UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ